

A nossa política é a de garantir a fiel execução das leis e o respeito às instituições vigentes e tal é a única política que pode orientar o Ministério Público, no exercício das suas funções.

A lei é um instrumento de liberdade e de civilização que constitui, na palavra do Presidente Johnson, a maior invenção humana, pois tudo o mais dá ao homem o domínio sobre o seu mundo, mas a lei lhe dá o domínio sobre si mesmo.

É esta autodisciplina que buscamos para permitir o desenvolvimento de uma sociedade em crise. Ao Ministério Público cabe uma função primordial para que a lei seja convenientemente aplicada e executada, dando-se o devido alcance à maior invenção humana.

Agradecemos as palavras proferidas pelos eminentes amigos que se dignaram trazer-nos a sua mensagem de confiança e de incentivo: ao Dr. Maurício Rabello que nos transmitiu o cargo que vinha desempenhando com brilho e dedicação, como ainda ontem foi salientado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, ao Professor Clóvis Paulo da Rocha, nosso mestre e companheiro de magistério na Faculdade Nacional de Direito, ao Procurador-Geral do Estado, Dr. Lino Sá Pereira, nosso chefe de ontem e nosso amigo de sempre, ao Dr. Otto Gil, antigo Presidente do Instituto dos Advogados e nosso companheiro no Conselho Federal da Ordem dos Advogados, com quem tivemos a honra de colaborar na solução dos problemas da classe. Também agradecemos, sensibilizados, as palavras calorosas do Professor Teles Barbosa, Diretor da Faculdade de Direito de Niterói, do nosso colega e amigo, Dr. Nelson Diz, que falou em nome da Associação dos Procuradores do Estado.

Somos especialmente gratos aos Exmos. Srs. Desembargadores pela sua presença, que certamente iniciará um diálogo construtivo na colaboração necessária e, para nós, muito honrosa entre o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Agradecemos a presença de todas as autoridades e dos colegas e amigos, e rogamos a Deus que nos inspire para que possamos ser nesta Casa um verdadeiro e autêntico defensor da Lei, mantendo o alto conceito do Ministério Público da Guanabara e fazendo com que seja sempre mais prestigiado.

De hoje em diante, estaremos de portas abertas para todos quantos queiram ajudar na árdua tarefa que nos foi confiada e, particularmente, para os colegas do Ministério Público, que se ocupam em bem servir a superior causa da Justiça”.

ÍNDICE GERAL DOS VOLUMES DE 1 A 15

A

	Págs.
A ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL NA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Amplitude, âmbito e importância — <i>Carlos Eduardo de Oliveira Vale</i> (Doutrina) — vol. 5	68
A ATUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Doutrina) — vol. 4	111
A AVENIDA PRESIDENTE VARGAS — Aspectos urbanísticos, jurídicos e financeiros de sua realização — <i>Henrique Dodsworth</i> (Assuntos de interesse geral) — vol. 5	1
A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SEU TERMO — Ensaio urbanológico — <i>João da Costa Ferreira</i> (Assuntos de interesse geral) — vol. 5	483
A CONCEPÇÃO ATUAL DA SEGURIDADE SOCIAL E SUA REPERCUSSÃO NA TEORIA GERAL DO DIREITO — <i>Oscar Saraiva</i> (Doutrina) — vol. 8	60
A CONSTRUÇÃO CIVIL E A REGULAMENTAÇÃO DE SEUS PROFISSIONAIS — <i>Heby Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 10	36
A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E SUA APLICAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL — <i>Hilton J. Gadret</i> (Doutrina) — vol. 7	65
A CORREÇÃO MONETÁRIA NO DIREITO PRIVADO — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 15	137
A DISPONIBILIDADE REMUNERADA PREVISTA NO ARTIGO 24 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Doutrina) vol. 7	302
A DISTINÇÃO ENTRE DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO — <i>João José de Queiroz</i> (Doutrina) vol. 2	16
A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO MANDADO DE SEGURANÇA — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) vol. 14	85
A. G. VALIM TEIXEIRA — Não prescrevem somente as prestações fundadas em situação funcional anterior, mas o próprio direito à ação, quando decorridos mais de cinco anos do ato que a modificou, sem protesto dos funcionários atingidos (Parecer) — vol. 13	102
A IMPLANTAÇÃO DO PLANO HABITACIONAL NOS MUNICÍPIOS — <i>Mário Laranjeira de Mendonça</i> (Doutrina) vol. 15	223
A INDEXAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS ASSISTENCIAIS — <i>Amílcar de Araújo Falcão</i> (Doutrina) — vol. 14	19
A INTERVENÇÃO NO DISTRITO FEDERAL EM 1937 — <i>Irineu Machado</i> (Doutrina) — vol. 3	146

	Págs.
A LEI DE EXECUTIVOS FISCAIS E SUAS MODIFICAÇÕES — <i>Elmano Cruz</i> (Doutrina) — vol. 3	50
A MUDANÇA DA CAPITAL — O Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal — <i>Roberto Acioli</i> (Pareceres) — vol. 10	234
A NORMA JURÍDICA DOS GRUPOS SOCIAIS — <i>Mario Borghini</i> (Doutrina) — vol. 5	62
A ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA GUANABARA — <i>Themístocles Cavalcanti</i> (Doutrina) — vol. 15	35
A POSIÇÃO DO AUTOR NAS AÇÕES POPULARES — <i>M. Seabra Fagundes</i> (Doutrina) — vol. 2	1
A QUESTÃO DO MORRO DE SANTO ANTÔNIO — Contrato da Companhia Industrial Santa Fé — <i>Maurício de Lacerda</i> (Assuntos de interesse geral) — vol. 8	307
A RESPONSABILIDADE DO ESTADO E O DIREITO DE INDENIZAR — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 4	129
A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS PESSOAS DE DIREITO PÚBLICO — <i>Manuel de Castro Cerqueira</i> (Doutrina) — vol. 2 ...	60
A REVISÃO DE PREÇOS NO CONTRATO DE EMPREITADA E AS FÓRMULAS DE REAJUSTAMENTO — <i>Danilo Boedckel</i> (Doutrina) — vol. 10	91
A SESMARIA DA CIDADE, TERRENOS DE BOTAFOGO E DE SÃO CLEMENTE. PRESUNÇÃO DE ENFITEUTICOS DESDE QUE SITUADOS EM ÁREAS ENFITEUTICAS. USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS. LEIS INTERPRETATIVAS — <i>José Viriato Saboia de Medeiros</i> (Doutrina) — vol. 8	95
A SITUAÇÃO CONSTITUCIONAL DOS PODERES NO ESTADO DA GUANABARA — <i>João de Oliveira Filho</i> (Doutrina) — vol. 10.	206
A SITUAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS PERANTE O ESTADO. A TESE DO DIREITO ADQUIRIDO E A EXPECTATIVA DO DIREITO. TEORIA DO DIREITO POTENCIAL — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 1	75
A TRANSFORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ESTADO DA GUANABARA — <i>Homero de Pinho</i> (Doutrina) — vol. 10	1
A TRIBUTAÇÃO, COMO ÔNUS DA PESSOA JURÍDICA, DOS LUCROS POR ELA DISTRIBUÍDOS — <i>Gustavo Miguez de Melo</i> (Doutrina) — vol. 14	63
A TRIBUTAÇÃO DAS VENDAS MERCANTIS EM MOLDES MAIS RAZOÁVEIS E MAIS JUSTOS — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 8.	137
ABERTURA DE JANELAS — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Doutrina) — vol. 10	82
ABONO — Metropolitano. Obras públicas. Emissão de apólices. Impostos de vendas e consignações e de indústria e profissões (Lei Municipal 820, de 1955) — vol. 2	559
ABSOLVIÇÃO DE INSTÂNCIA — Em mandado de segurança. Abandono da causa pelo impetrante. (Sentenças). <i>Comentário</i> — vol. 15	298
ABUSO DE DIREITO — <i>Alvor Braga da Silva</i> (Doutrina) — vol. 8. — Sua configuração na retomada por simples conveniência do locador — <i>Diogo Figueiredo</i> (Doutrina) — vol. 15	241 253

	Págs.
ABUSOS DO PODER ECONÔMICO — Artigos 148 e 151 da Constituição Federal — <i>Josino de Araujo Medeiros, Benedito Barros, José Goes Xavier de Andrade, Paulo Germano de Magalhães, José Emygdio de Oliveira, Gustavo Philadelpho Azevedo, Nelson de Azevedo Branco, Voltaire Moisés de Souza</i> (Razões forenses) — vol. 9.	86
AÇÃO COMINATÓRIA — A ação cominatória é adequada para o Poder Público compelir o particular a desfazer painel de propaganda afixado sem autorização municipal, ainda que localizado na propriedade privada. A multa fixada pelo autor, na inicial da ação cominatória, não pode ser reduzida pelo Juiz, desde que estabelecida sem abuso de direito (TASP) — <i>Comentário</i> — vol. 14	192
— Demolitória. Facultatividade. <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 8	34
— Improcede para demolição de construção prejudicial a monumento histórico, quando ao laudo pericial que nega prejuízo se junta alvará, preexistente, de construção (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 3	244
AÇÃO DECLARATÓRIA — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 6	351
AÇÃO DIRETA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE — As partes na ação declaratória de inconstitucionalidade — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Doutrina) — vol. 13	67
— <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Indicações de doutrina e jurisprudência) — vol. 12	749
AÇÃO POPULAR — A posição do autor nas ações populares — <i>M. Seabra Fagundes</i> (Doutrina) — vol. 2	1
— Criação de cargos, no quadro do Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora. Natureza da Resolução: ato administrativo ou ato legislativo. Contrôlo jurisdicional. Ação popular e mandado de segurança. Legitimação. Interesse moral. Competência (TJEG) — <i>Parecer do Procurador Geral da Justiça; razões forenses da Procuradoria Geral do Estado</i> — vol. 10	399
— <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 15	88
— <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Indicações de doutrina e jurisprudência) — vol. 12	738
— O artigo 141, § 38, da Constituição Federal institui a chamada ação popular, que se não confunde nem identifica com o mandado de segurança; traços diferenciais e fundamentais entre ambos (STF) — vol. 10	382
— O comércio exterior e o regime de importação. Os favores da Lei federal n.º 3.053 e a isonomia constitucional. Substitutivo Bilac Pinto ao Projeto n.º 2.466, de 1952 — <i>Eduardo Pelegrini</i> (Razões forenses) — vol. 7	711
— Rito de mandado de segurança. Legitimação para agir — <i>José Gomes Bezerra Câmara</i> (Sentença) — vol. 13	130
AÇÃO POPULAR E SUA LEI REGULAMENTAR — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 15	88
AÇÃO RESCISÓRIA — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 7	382
— Extensão dos efeitos da decisão. Terceiros que não foram partes na primeira ação — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	227

	Págs.
ACIDENTE DE TRABALHO — Extranumerário. Falecimento em serviço. Pensão — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 7	610
ACÓRDO — Constituição Federal, art. 18, § 3.º — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 11	400
— Entre a União Federal e a Prefeitura. Representação desta pelo Prefeito, <i>ad referendum</i> da Câmara de Vereadores. Registro no Tribunal de Contas — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 4	378
ACUMULAÇÃO — De cargo em autarquia com mandato legislativo local — <i>A. B. Cotrim Neto</i> (Parecer) — vol. 3	533
— De cargo estadual com a prestação de serviços especiais a outra entidade de direito público — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	325
— De cargo estadual com posto militar. Licitude. Efeitos — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i> (Parecer) — vol. 14	274
— De cargo público com o exercício de profissão liberal. Restrições — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Parecer) — vol. 3	505
— De cargo público local com função no Banco da Prefeitura do Distrito Federal — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	656
— De cargos. Aplicação do art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, independentemente de subordinação ao artigo 185, disposição permanente da Constituição. Esta rege o futuro, aquêle restabelece o pretérito. As disposições constitucionais e legais, ao tempo, não limitavam a acumulação apenas a dois cargos (TJEG) — vol. 2	233
— De cargos. Artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	328
— De cargos. Artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Readmissão. Reintegração — <i>Nelson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 3	506
— De cargos. Auxiliar acadêmico. Função transitória — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	336
— De cargos. Compatibilidade de horários e correlação de matérias — <i>Nelson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 4	499
— De cargos. Concurso para magistério. Classificação em duas matérias — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 7	595
— De cargos. Correlação de matérias — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 3	499
— De cargos. Correlação de matérias — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 12	558
— De cargos. Correlação de matérias — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	320
— De cargos. Disponibilidade remunerada. Artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Aproveitamento — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 7	613
— De cargos. Existência de justa causa para demissão de funcionário, quando patente a incompatibilidade de horário de serviço. Desnecessidade de processo administrativo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	283

	Págs.
— De cargos. Militar investido em cargo civil. Aposentadoria. Contagem do tempo de serviço — <i>Raul Soares de Sá</i> (Parecer) — vol. 13	237
— De cargos. Não tem direito ao que dispôs o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quem apenas exercia, com os cargos que acumulava, uma função técnica, sendo a outra puramente administrativa (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	407
— De cargos. O direito dos que acumulavam cargos públicos, cassado pela Carta de 1937, foi restaurado pelo art. 24 do A.D.C.T. de 1946, sem as limitações constantes do art. 185 da Constituição vigente (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	214
— De cargos. Servidor aposentado. Cargo em comissão. Correlação de matérias — <i>José Fernando de Carvalho Seabra</i> (Parecer) — vol. 13	232
— De cargos de magistério. Condições — <i>Nelson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 3	506
— De cargos de magistério. Condições — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Visto a parecer) — vol. 3	507
— De dois cargos no mesmo serviço. Proibição legal — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 11	339
— De gratificações. Art. 5.º da Lei n.º 856, de 1956 — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	343
— De proventos. Funcionário público. Aposentadoria. Os proventos são calculados com base na remuneração do cargo de referência. Só nas hipóteses previstas na 2.ª parte do art. 185 da Constituição, é possível o servidor receber proventos de mais de uma aposentadoria (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	237
— Disponibilidade remunerada. Artigo 24 do ADCT. Aproveitamento <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 7	613
ADEG — Natureza autárquica. Contrato de obra pública — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> — vol. 1	358
— Natureza autárquica. Contrôlê administrativo e financeiro. Código de Contabilidade — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 2	329
— Presidente. Tomada de Contas — <i>Pedro Firmeza</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	440
— Sendo nulo o contrato de locação feito com uma autarquia, em desacôrdo com a lei, cabe rescisão do contrato e reintegração de posse (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	145
ADIANTAMENTO — Regime na Prefeitura do Distrito Federal. Função do Tribunal de Contas — <i>Ivan Lins</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	425
ADMINISTRAÇÃO — Constitucionalização da administração pública. Divisão dos poderes. Atividades políticas e administrativas. Falhas do nosso sistema constitucional — <i>Oscar Saraiva</i> (Doutrina) vol. 3	1
— Contratada. Natureza e efeitos — <i>Olimpio de Melo e João Lyra Filho</i> (Votos no Tribunal de Contas); <i>Edgár de Arruda</i> (Parecer) — vol. 1	501

	Págs.
— Direitos, deveres e poderes do administrador público. Poder vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar. Poder de polícia — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 6	179
— Direta e indireta — <i>Caio Tácito</i> (Doutrina) — vol. 13	1
— Plano de reforma administrativa da Prefeitura do Distrito Federal (criação das subprefeituras) — vol. 5	222
— Seu controle de legalidade. Contencioso administrativo francês — <i>Sérgio de Andréa Ferreira</i> (Doutrina) vol. 15	154
— Treinamento e aperfeiçoamento no âmbito municipal — <i>Carlos Eduardo de Oliveira Vale</i> (Doutrina) — vol. 4	186
ADUTORA — Do Guandu. Contrato. Reajustamento de preços. Requisitos — <i>Pedro Firmeza</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	445
— Do Guandu. Natureza do material empregado nos ductos (Mensagem n.º 35, de 1954; Lei n.º 810, de 1954; Razões de veto do prefeito <i>Alim Pedro</i>) — vol. 1	454
AFRÂNIO DE CARVALHO — Propriedade dos bens da concessão (Doutrina) — vol. 3	63
— Transformação de verbas orçamentárias em capital de sociedade de economia mista (Parecer) — vol. 13	545
ÁGUA — Abastecimento. Financiamento (Decreto municipal n.º 12.755, de 14 de janeiro de 1955) — vol. 2	585
— Fundamentos legais para o combate à poluição (Doutrina) — <i>Hely Lopes Meireles</i> — vol. 14	56
ALAOR BRAGA DA SILVA — Abuso de direito (Doutrina) — vol. 8	241
ALARICO VELASCO — Direito à pensão. Desquite amigável. Inoperância da renúncia (Parecer) — vol. 15	363
— Pecúlio <i>post mortem</i> . Declaração do beneficiário. Desnecessidade de testamento (Parecer) — vol. 13	300
ALCIDES BERNARDINO DE CAMPOS — Declaração de utilidade pública. Revogação do decreto. Ação expropriatória já julgada. Efeitos (Razões forenses) — vol. 7	438
ALCINO PINTO FÁLCÃO — Conteúdo jurídico do preâmbulo da Constituição e perenidade da sua proposição fundamental (Doutrina) — vol. 2	45
— Direitos fundamentais do homem serão um <i>aliquid</i> em relação a direitos fundamentais, assegurados na Constituição? (Doutrina) — vol. 12	13
ALCINO SALAZAR — Funcionários. Vantagens restringidas por lei superveniente. Efeitos. Direitos adquiridos (Parecer) — vol. 14	284
ALDO SANTANA DE MOURA — Bem dominical da Prefeitura. Permuta. Artigos 25 e 45 da Lei Orgânica do ex-Distrito Federal (Parecer) — vol. 7	556
— Bem patrimonial do Distrito Federal. Transferência a particular. Comodato (Visto a parecer) — vol. 4	377
— Bens públicos. Postos de gasolina localizados em logradouro. Concessão (Parecer) — vol. 5	140
— Concurso. Prazo de validade. Prorrogação (Parecer) — vol. 7	593
— Construção. Tijolos de vidro. Artigo 573 do Código Civil (Parecer) — vol. 2	300

	Págs.
— Contrato administrativo. Revisão de preços. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i> (Parecer) — vol. 6	605
— Contrato de obra pública. Revisão de preço. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i> . Elevação do índice mínimo salarial (Visto a parecer) — vol. 3	399
— Declaração de inidoneidade para transacionar com a Prefeitura (Parecer) — vol. 7	558
— Despachantes. Limites da exclusividade da sua representação (Parecer) — vol. 6	602
— Direito de construir. Urbanização. Imóvel atingido por P. A. Desapropriação (Parecer) — vol. 7	480
— Enfiteseu. Direito de opção. Remição de aforamento (Parecer) — vol. 3	388
— Exploração de pedreiras. Regulamentação pelo Estado. Poder de polícia. Normas de aplicação imediata (Parecer) — vol. 11	123
— Imposto. Imunidade. Instituição de ensino. Artigo 31, n.º V, b, da Constituição Federal (Parecer) — vol. 6	533
— Imposto sobre diversões. Selagem de ingresso e pagamento por guia (Parecer) — vol. 6	540
— Improrrogabilidade de licença de construção. Obra não iniciada. Revalidação negada por infringência a posteriores disposições legais (Parecer) — vol. 6	484
— Irrevogabilidade de licença de construção. Obra em curso. Art. 49 do Código de Obras (Parecer) — vol. 6	479
— Licença de construção. Obra não iniciada. Disposições legais supervenientes (Parecer) — vol. 6	484
— Licença de construção. Obra não iniciada. Incidência das normas supervenientes (Parecer) — vol. 13	177
— Logradouro público. Mudança de denominação. Lei n.º 867, de 1956 (Parecer) — vol. 11	177
— Procurador Josino Medeiros. Aposentadoria compulsória (Parecer) vol. 2	305
— Serviço telefônico. Representação diplomática. Isenção de adicional. Regime de reciprocidade (Parecer) — vol. 4	387
— Substituição. Designação irregular. Direito ao vencimento (Visto a parecer) — vol. 7	591
— Tráfego de veículo com licença estrangeira. Licença. Competência federal e local (Parecer) — vol. 4	418
— Veículo. Licenciamento. Delegação militar norte-americana (Parecer) — vol. 4	416
— Veículo pertencente a território federal. Licenciamento no ex-Distrito Federal (Parecer) — vol. 3	460
— Veto parcial. Rejeição. Data da vigência do dispositivo vetado (Parecer) — vol. 7	553
ALIM PEDRO — Concessão do serviço de bondes. Reversibilidade dos bens (Assuntos de interesse geral) — vol. 2	549
— Preâmbulo — vol. 1	1
ALINHAMENTO — Afastamento e recuo — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	59

	Págs.		Págs.
— Avaliação da área de investidura — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	138	Aplicação dos arts. 110, § 3.º, e 115 da Lei n.º 899, de 1957 —	
— Descabe a indenização pleiteada uma vez inexistente, na espécie, ato ilícito da Prefeitura-ré, tendo esta atuado dentro dos seus regulamentos administrativos, e, com o plano urbanístico executado, permitido a valorização do imóvel do autor (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 10	507	A autoridade que concedeu o alvará pode cassá-lo, se houve comprovado desvio do objeto da licença, com exercer o estabelecimento atividade ilícita — Jurisdição criminal e jurisdição administrativa — Distinção — Quando a absolvição de preposto do estabelecimento não invalida o ato administrativo, que cassou o alvará (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	167
— Imóvel atingido por projeto de. Construções irregulares — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	183	— De licença para localização. Advogados. Dispensa do pagamento do impôsto sindical — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	255
— Investidura — <i>José de Miranda Valverde</i> (Parecer) — vol. 3	484	— De licença para localização. Baixa de inscrição. Concessão de novo alvará — <i>Antônio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 11	173
— Investidura: conceito e natureza. Aquisição de bem para constituição de lote — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 4	444	— De licença para localização. Cassação — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 13	146
— Investidura. Rios. Alveo abandonado — <i>José de Miranda Valverde</i> (Parecer) — vol. 1	313	— De licença para localização. Cassação por infringência do regulamento de fiscalização sanitária — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 7	577
— Investidura lateral — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	140	— De licença para localização. Edifício de apartamentos. Instalação de café e bar. Oposição do condomínio — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 11	117
— Projeto superveniente. Licença de construção. Prorrogação irregular — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	166	— De licença para localização. Edifícios de apartamentos. Mudança de destinação. Condições — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	114
— Promessa de investidura. Imóveis desapropriados — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	240	— De licença para localização. Mandado de segurança. Indefere-se quando, em contrário a proibição expressa no alvará, o estabelecimento funciona com motores. Legalidade da cassação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	461
— Recuo e investidura. Processamento — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 3	480	— De licença para localização. O alvará de localização, concedido a título precário, pode ser cassado, desde que o mesmo só vigora enquanto os característicos essenciais nêle contidos correspondem às condições efetivas do estabelecimento (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 10	496
ALIOMAR BALEEIRO — As idéias gerais e os antecedentes da Constituição do Estado da Guanabara (Doutrina) — vol. 15	22	— De licença para localização. Serviços fúnebres. Corretagem — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	578
— Taxa. Conceito. Serviços públicos gerais e especiais. Custeio. Constitucionalidade das taxas estaduais de proteção aos incêndios (Parecer) — vol. 14	569	— De licença para obra. Edifício Cristal. O direito de construir e a anulação, pela própria administração, do ato administrativo ilegal — <i>Amílcar Paranhos da Silva Veloso</i> (Parecer) — vol. 11	655
ALLAH BATISTA — Executivo fiscal. Cancelamento da dívida. Competência (Parecer) — vol. 14	650	— De licença para obra. Poder de polícia. O alvará concedido com a cláusula “enquanto satisfizer as exigências da legislação em vigor” pode ser cassado quando, em virtude de reclamação dos vizinhos, se verifica que o estabelecimento está infringindo o § 3.º do art. 25 do Decreto n.º 6.000, de 1937 (TJEG) — vol. 10	571
— Instituição de educação. Imunidade tributária. Requisitos (Parecer) — vol. 2	360	— Não sendo ilegal o ato da autoridade coatora, denega-se o mandado impetrado. Infracção de licença de localização, concedida a título precário, autoriza a medida da polícia administrativa, e improcedência do mandado de segurança, por não ser líquido e certo o direito do requerente (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	345
ALOYSIO PIRES BANDEIRA DE MELLO — Pecúlio <i>post mortem</i> . Designação de beneficiário. Prevalência da disposição testamentária (Parecer) — vol. 15	372	— O alvará de licença constitui ato administrativo que, por sua natureza, a qualquer tempo poderá ser revogado pela pública administração se provado ficar haver sido emanado com transgressão às leis ou regulamentos (TJEG) — vol. 10	543
ALVARÁ — Anulação de ato administrativo de concessão de licença para obras. Quando não se justifica. A anulação de ato administrativo, sem motivo de interesse público, mas para tutelar motivos de ordem privada, ainda em litígio perante o Poder Judiciário, constitui usurpação do poder ou abuso do poder, que autoriza deferimento de mandado de segurança (TJEG) — vol. 10	490		
— Consultório médico. Licenciamento em zona residencial — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 4	441		
— De licença. Cassação. Poder de Polícia — <i>Herberto Dutra</i> (Parecer) — vol. 4	439		
— De licença. Comércio em local impróprio. Denegação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	266		
— De licença. Exploração de pedreiras. Regulamentação pelo Estado — <i>Alão Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 11	123		
— De licença. Poder de polícia administrativa. O seu exercício está sujeito a contrôle jurisdicional — Hotel — Cassação de licença —			

	Págs.
— Para funcionamento de estabelecimento comercial em edifício de apartamentos. Código de Obras. Dispositivos legais — <i>Jósio de Sales</i> (Parecer) — vol. 2	334
ÁLVEO ABANDONADO — Alinhamento. Investidura. Rios — <i>José de Miranda Valverde</i> (Parecer) — vol. 1	313
— Investidura. Código de Águas e Constituição Federal — <i>Célio Alberto Scholl Ferreira</i> (Parecer) — vol. 15	414
AMANDINO FERREIRA DE CARVALHO — O problema do metropolitano (Câmara do Distrito Federal) — vol. 2	407
AMÉRICO BARBOSA DE OLIVEIRA — Tarifas de serviço público e empresa privada (Doutrina) — vol. 9	473
AMÍLCAR DE ARAUJO FALCÃO — A indexação dos empréstimos assistenciais (Doutrina) — vol. 14	19
AMÍLCAR LAURINDO RIBAS — Ação cominatória. Construção prejudicial a monumento histórico. Demolição (Comentário a acórdão) — vol. 3	244
— Cargo. Funções. Nomenclatura. Alteração (Comentário a acórdão) — vol. 1	245
— Contrato administrativo. Renovação. Concorrência pública. Cláusula de preferência. Nulidade (Comentário a acórdão) — vol. 3	275
— Desapropriação. Precariedade da ocupação pelo antigo locatário. Despejo (Comentário a acórdão) — vol. 3	361
— Imposto de renda. Fraude (Comentário a acórdão) — vol. 6	363
— Imposto de transmissão. Isenção em favor de jornalista. Art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Comentário a acórdão) — vol. 4	317
— Inventário negativo (Comentário a acórdão) — vol. 6	396
— Logradouro. Obra nova. Nunciação pelo confrontante (Comentário a acórdão) — vol. 6	401
— Mandado de segurança. Descabimento contra fiscalização tributária (Comentário a acórdão) — vol. 4	352
AMÍLCAR PARANHOS DA SILVA VELLOSO — Área doada ao Estado, sob condição resolutiva. Abertura de logradouro. Investidura (Parecer) — vol. 15	327
— Concessão de energia elétrica. Ligação definitiva. Responsabilidade da concessionária (Parecer) — vol. 14	362
— Edifício Cristal. O direito de construir e a anulação, pela própria administração, do ato administrativo ilegal (Razões forenses) — vol. 11	655
— Imunidade tributária. Instituição de assistência social. Fundação Leão XIII (Parecer) — vol. 14	272
— Multa contratual. Cobrança executiva. Desnecessidade de inscrição (Parecer) — vol. 11	559
— Postes. Remoção e rebaixamento por interesse público. Obrigação das concessionárias (Parecer) — vol. 13	449
ANTONIO CARLOS CAVALCANTI MAIA — Acumulação de cargo público estadual com posto militar. Licitude. Perda dos proventos militares (Parecer) — vol. 14	274
— Gratificação de nível universitário. Professores de ensino médio. Cancelamento de registro (Parecer) — vol. 14	290

	Págs.
— Justificação processada fora do Estado. Valor probante: limitações (Parecer) — vol. 12	651
— Tempo de serviço. Contagem para efeito de aposentadoria e gratificação adicional. Serviço militar prestado nos centros de preparação dos oficiais da reserva e nos Tiros de Guerra (Parecer) — vol. 14	318
ANTÔNIO FRANKLIN BUENO DO PRADO — 'Habite-se'. Imóvel sujeito a recuo (Parecer) — vol. 11	129
— Legalização de obras. Mais-valia. Descabimento da cobrança (Parecer) — vol. 11	144
— Licença de construção. Ilegalidade. Cassação pela própria Administração (Parecer) — vol. 13	166
— Licença para localização. Baixa de inscrição. Concessão de novo alvará (Parecer) — vol. 11	173
— Montepio. Empréstimo para aquisição de residência própria (Parecer) — vol. 4	396
— Posse em cargo público. Condenação criminal (Parecer) — vol. 7	650
— Registro de fornecedor. Cancelamento. Declaração de inidoneidade (Parecer) — vol. 13	462
— Serviço instituído pelo Poder Executivo. Extinção mediante decreto. Poder regulamentar (Parecer) — vol. 14	397
ANTÔNIO MOLICA — Limites entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio. Os jesuítas e as obras hidráulicas nos campos de Santa Cruz (Assuntos de interesse geral) — vol. 10	593
ANTÔNIO VIEIRA BRAGA — Das ações e prescrições no Código Brasileiro do Ar (Doutrina) — vol. 6	151
ANTÔNIO VIEIRA DE MELO — Ato administrativo. Ilegalidade. Anulação pela própria Administração (Parecer) — vol. 4	461
— Cargos públicos. Distribuição em classes. Poder regulamentar (Parecer) — vol. 1	353
— Empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional. Alienação de bens à Prefeitura (Parecer) — vol. 4	401
— Funcionário público. Quebra do respeito hierárquico. Punição disciplinar (Comentário a acórdão) — vol. 3	304
— Processo administrativo disciplinar. Direito de funcionário à reparação moral (Parecer) — vol. 2	349
— Tráfego e trânsito. Competência federal e local (Parecer) — vol. 3	515
ANÚNCIO — Afixado sem licença. Ação cominatória. Proteção estética (TASP) — <i>Comentário</i> — vol. 14	192
— Em logradouro ou local exposto ao público. Permissão. Tributação — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 14	251
— Licença. Competência do Estado. Proteção paisagística — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 14	375
— Proteção paisagística. Licença a título precário. Emolumentos — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 4	446
APÓLICE — Abastecimento d'água. Financiamento. Emissão de apólices (Decreto municipal n.º 12.755, de 1955) — vol. 2	585
— Autorização para emissão. Impostos de indústrias e profissões e de vendas e consignações. Metropolitano. Abono ao funcionalismo. Obras públicas (Lei Municipal n.º 820, de 1955) — vol. 2	559

	Págs.
— Consolidação da dívida flutuante. Emissão de apólices (Mensagem n.º 14, de 1955; Anteprojeto de Lei) — vol. 2	367
— Desapropriação. Pagamento da indenização em apólices. Lei n.º 820, de 1955 — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 3	450
— Desapropriação para impedir despejo. Pagamento em apólice. Favelas — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 7	509
— Empréstimo externo. Lei n.º 800, de 1954. Substituição de apólices — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	568
— Pagamento de dívida fiscal em — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 7	494
APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DOS ÔNIBUS ELÉTRICOS NO RIO DE JANEIRO (Assuntos de interesse geral) — vol. 8	436
APOSENTADORIA — Cargo em comissão. Vantagens — <i>Manuel Niederauer Tavares Cavalcanti</i> (Parecer) — vol. 14	377
— Contagem de tempo de serviço. Exercício simultâneo de dois cargos. Acumulação irregular. Cassação — <i>Raul Soares de Sá</i> (Parecer) — vol. 13	237
— Contagem de tempo de serviço. Lei n.º 665, de 1951 e artigo 76, § 2.º, do Estatuto — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	704
— Contagem de tempo de serviço. Prazo de prestação de serviços à Justiça — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13	243
— Contagem de tempo de serviço. Prazo de prestação de serviços à Justiça — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	241
— Contagem de tempo de serviço prestado a qualquer entidade de direito público — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 11	374
— Contraria a Constituição a Lei Orgânica do Distrito quando não permite à lei distrital reduzir os limites da aposentadoria compulsória de 70 anos de idade (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	228
— Despachante. Artigo 50, m, da Constituição Estadual — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	272
— Despachante municipal. Natureza da função — <i>Milton José Raulino Müller</i> (Parecer) — vol. 3	503
— Duplicidade. Antigos servidores de concessionárias, hoje funcionários públicos — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 4	472
— Férias não gozadas. Contagem do tempo em dôbro. Aplicação do Estatuto aos períodos de férias anteriores à sua vigência — <i>Vitor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 11	349
— Funcionário público — aposentadoria. Os proventos são calculados com base na remuneração do cargo de referência. Só nas hipóteses previstas na segunda parte do artigo 185 da Constituição é possível o servidor receber proventos de mais de uma aposentadoria (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	237
— Funcionário público. Cômputo integral de tempo de serviço para os efeitos de aposentadoria ou reforma (art. 80, III, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União). Antiguidade de classe. Inteligência do art. 268 do citado Estatuto (STF) — vol. 2	169
— Jubilação de professoras primárias. A Lei n.º 655, de 30 de novembro de 1951, determinou, em favor das professoras de ensino primário, a contagem, como tempo de exercício efetivo, do lapso de	

	Págs.
tempo entre a diplomação e a nomeação, para efeito de jubilação, não incluindo nem emprestando qualquer outro efeito ao benefício concedido (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	332
— Licenças especiais não gozadas. Contagem de tempo em dôbro — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 11	377
— Opção pelos proventos da. Funcionário aposentado no cargo de chefia em comissão. Gratificação — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	387
— Os proventos são calculados com base na remuneração do cargo de referência. Só nas hipóteses previstas na 2.ª parte do art. 185 da Constituição é possível o servidor receber proventos de mais de uma aposentadoria (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	237
— Pessoal transferido da União para o Estado. Processamento. Registro — <i>Vitor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 13	526
— Preceitos da Constituição Federal e da legislação local. Confronto. — <i>Romão Côrbes de Lacerda</i> (Doutrina) — vol. 3	40
— Procurador Josino de Medeiros. Aposentadoria compulsória — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 2	305
— Proventos da inatividade. Inclusão de percentagens e cotas — <i>José Emgídio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 11	418
— Regime jurídico aplicável. Artigo 15, § 3.º, da Lei n.º 14, de 1960 — <i>Raul Soares de Sá</i> (Parecer) — vol. 13	243
— Registro pelo Tribunal de Contas. Revisão — <i>José Fernando de Carvalho Seabra</i> (Parecer) — vol. 13	264
— Renúncia aos direitos da. Funcionário nomeado para outro cargo — <i>Roberto Richelette Freire de Carvalho</i> (Parecer) vol. 15	366
— Revisão dos proventos. O artigo 193 da Constituição Federal não é <i>self-executing</i> (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	386
— Serventuário da Justiça do antigo Distrito Federal, judicialmente reintegrado. Responsabilidade da União — <i>Manuel Niederauer Tavares Cavalcanti</i> (Parecer) — vol. 14	315
— Servidor que acumula dois cargos. Contagem do tempo de serviço — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13	255
— Servidor que acumula dois cargos. Contagem do tempo de serviço — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	247
— Servidor transferido da União. Legislação aplicável — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 13	339
— Tempo de serviço. Impossibilidade de acumular benefícios estatutários — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	256
— Tempo de serviço como estagiário de defensor público. Contagem pela metade (Conselho de Recursos Administrativos) — vol. 14	427
— Trabalhadores na Limpeza Urbana. Regime jurídico especial — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	259
APROVEITAMENTO — Acumulação. Disponibilidade. Artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 7	613
— Como professor de Ensino Técnico. Lei n.º 478, de 1950 — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	356

	Págs.
— Lei Municipal 705, de 1942. Condições para aproveitamento, no quadro do funcionalismo, de egressos de hospitais — <i>Gustavo Philadelphia Azevedo</i> (Visto a parecer) — vol. 3	509
— Lei Municipal n.º 705, de 1942. Condições para aproveitamento, no quadro do funcionalismo, de egressos de hospitais — <i>Paulo de Macedo Rêgo</i> (Parecer) — vol. 3	508
ARNOLD WALD — A correção monetária no direito privado (Doutrina) — vol. 15	137
— A evolução legislativa do mandado de segurança (Doutrina) — vol. 14	85
— Da competência dos Estados para organizar as Juntas de Comércio (Doutrina) — vol. 13	50
— Da competência estadual para regular a organização judiciária e consequentemente os depósitos judiciais (Doutrina) — vol. 12	73
— Da validade das convenções sobre fóro do contrato e da aplicação da lei estrangeira às convenções celebradas no Brasil (Doutrina) vol. 11	29
— Posse na Procuradoria Geral da Justiça (Assuntos de interesse geral) — vol. 15	508
— Responsabilidade civil por acidente de bonde. Ônus da ex-concessionária. Cláusula 7.ª do acórdão (Comentário a acórdão) — vol. 14	174
ARTUR CUMPLIDO DE SANTANA — Prédio em ruína iminente. Demolição administrativa. Poder de Polícia (Parecer) — vol. 1	324
AS CERTIDÕES E SUA EXPEDIÇÃO NA ÓRBITA MUNICIPAL — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 3	210
AS FONTES DE RECEITA DO DISTRITO FEDERAL — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 6	214
AS IDÉIAS GERAIS E OS ANTECEDENTES DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA GUANABARA — <i>Aliomar Baleeiro</i> (Doutrina) — vol. 15	22
AS PARTES NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Doutrina) — vol. 13	67
AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA — <i>João del Nero</i> (Doutrina) — vol. 5	56
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA MUDANÇA DA CAPITAL — <i>Carlos Medeiros Silva</i> (Doutrina) — vol. 10	26
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA — Convocação Extraordinária — Art. 80, XIV, da Constituição Estadual. Declaração de inconstitucionalidade (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 15	262
— Convocação extraordinária. Iniciativa do Governador — <i>José Emygdio de Oliveira</i> e <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Razões forenses) — vol. 11	629
— Recesso parlamentar. Apreciação do veto do Executivo — <i>José Emygdio de Oliveira</i> e <i>Hélio Campêsta Gomes</i> (Razões forenses) — vol. 11	644
ASSENTIMENTO SANITÁRIO — Condições para sua concessão ao funcionamento de açougues em prédio de apartamentos — <i>Jósio de Sales</i> (Parecer) — vol. 2	334

	Págs.
ASSISTÊNCIA — Admissão de assistentes equiparados a litisconsortes, na fase recursal (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 13	120
— Assistência equiparada a litisconsórcio. Independe sua admissão da concordância da parte adversa. Cabe ao Juiz examinar a impugnação e decidi-la, adotando-a ou recusando-a. Admite-se a assistência aos autores de uma ação, quando a situação jurídica é a mesma e há comunhão de interesses (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6 ..	439
— Assistência judiciária criminal a funcionário. Dispositivos legais — <i>Raul Lins e Silva</i> (Pareceres) — vols. 4, pág. 504; 7, pág. 652; 11 ..	367
— Assistente. Não se admite intervenha na execução alegando estar na mesma situação do autor-exequente. Casos diversos em que, excepcionalmente, pode ocorrer o litisconsórcio na fase executória (STF) — vol. 4	238
— Da "Assistência" na execução — <i>Eliézer Rosa</i> (Doutrina) — vol. 1 ..	43
— Descabimento de pedido de assistência em execução de julgado — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 11	361
— É incabível a intervenção litisconsorcial na fase da execução, notadamente nas causas contra a Fazenda Pública (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	331
— E litisconsórcio. Posição do assistente no processo — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 8	211
— Efeitos da decisão que admite a intervenção de terceiro no feito, na qualidade de assistente, equiparado ao litisconsorte. Artigo 93 do Código de Processo Civil — <i>Teodoro Arthou</i> (Parecer) — vol. 6 ..	440
— Intervenção litisconsorcial voluntária. Litisconsórcio e assistência. Litisconsórcio no processo de execução — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Doutrina) — vol. 11	40
— Não cabe pedido de assistência em execução de sentença, salvo concordância da parte contrária (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4 ..	327
— No processo de execução de sentença — <i>Eliézer Rosa</i> (Doutrina) — vol. 1	43
— O artigo 93 do Código de Processo Civil não autoriza a intervenção de terceiros na causa para que a sentença seja executada como se houvesse sido proferida em causa de que êle fôsse um dos autores ou réus (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	278
— Social. Subvenções e auxílios. Aplicação e fiscalização — <i>Augusto Leivas de Otero</i> (Parecer) — vol. 7	580
— Técnica às municipalidades, pela Prefeitura do Distrito Federal — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	659
ATO ADMINISTRATIVO — A irrevogabilidade dos atos administrativos constitui a regra geral, que tem sua exceção na ocorrência de sua desconformidade com a prevalência do interesse público sobre o interesse individual, causada por fundadas razões de conveniência ou de oportunidade, ou com a lei que deveria reger a sua formação e a sua execução. Retroatividade. A revogação do ato administrativo por sua ilegalidade opera <i>ex tunc</i> , atingindo não só o ato expressamente anulado como também todos os que dêle derivaram ou que o tiveram como pressuposto ou condição (TJEG) — vol. 10	543

	Págs.
— Anulação de ato administrativo de concessão de licença para obras. Quando não se justifica. A anulação de ato administrativo, sem motivo de interesse público, mas para tutelar motivos de ordem privada, ainda em litígio perante o Poder Judiciário, constitui usurpação de poder ou abuso de poder, que autoriza deferimento de pedido de segurança (TJEG) — vol. 10	490
— Aprovação de loteamento. Anulação. Efeitos. — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> — vol. 1	365
— Cabimento de mandado de segurança e interditos possessórios para seu desfazimento — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 6 ..	166
— Conteúdo do ato jurídico administrativo — <i>Pontes de Miranda</i> (Doutrina) — vol. 1	22
— Criação de cargos, no quadro do Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora. Natureza da Resolução: ato administrativo ou legislativo. Contrôles jurisdicionais (TJEG) — <i>Parecer do Procurador Geral da Justiça; Razões forenses da Procuradoria Geral do Estado</i> — vol. 10	399
— Declaração de utilidade pública. Revogação do decreto. Ação expropriatória já julgada. Efeitos. <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer), <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> e <i>Alcides Bernardino de Campos</i> (Razões forenses), <i>A. Sabóia Lima</i> (Despacho), <i>Romão Côrtes de Lacerda</i> (Parecer) — vol. 7	432
— Defeitos: ilegalidade, vício de forma, violação da lei, desvio de poder. Contrôles de sua legalidade. Contencioso administrativo francês — <i>Sérgio de Andréa Ferreira</i> (Doutrina) — vol. 15	154
— Desapropriação por utilidade pública. Pode a Prefeitura desistir de consumir a expropriação de um imóvel mesmo depois de julgado o processo em superior instância (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	432
— É facultado à Administração Pública rever seus próprios atos, anulando-os, se praticados com infração da lei (TJEG) — vol. 10	536
— Edifício Cristal. O direito de construir e a anulação, pela própria administração, do ato administrativo ilegal — <i>Amílcar Paranhos da Silva Veloso</i> — (Razões forenses). — vol. 11	655
— Extensão administrativa dos efeitos da sentença. Limitações — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 7	598
— Ilegalidade. Anulação pela própria Administração — <i>Antônio Vieira de Melo</i> (Parecer) — vol. 4	461
— Inconstitucionalidade: o quorum do artigo 200 da Constituição é apenas para procedência da arguição; os atos da Autoridade Pública são presumidamente constitucionais (STF) — vol. 2	179
— Legalidade e mérito. Contrôles — <i>Caio Tacito</i> (Doutrina) — vol. 13	1
— Mandado de segurança contra ato omissivo. Prazo de decadência. Não havendo prazo certo fixado em lei para que a autoridade administrativa se pronuncie, não há que falar em decadência do direito de requerer mandado de segurança (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 3	241
— No direito disciplinar. Limites e contrôles da discricionariedade — <i>Paulo Barros de Araújo Lima</i> (Doutrina) — vol. 12	489

	Págs.
— Nulidade e anulabilidade. Revisão — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Comentário a acórdão) — vol. 4	332
— Projeto de loteamento. Natureza jurídica do ato de aprovação — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	198
— Punição disciplinar. Inquérito administrativo contra o Diretor da Secretaria da Câmara local. Competência para instaurá-lo. Dupla instância. Recurso (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	425
— Tem a Administração Pública direito de rever os seus próprios atos, revogando-os, desde que verifique inexistir base legal (TJEG) — vol. 10	484
ATO LEGISLATIVO — Criação de cargos, no quadro do Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora. Natureza da Resolução: ato administrativo ou ato legislativo. Contrôles jurisdicionais (TJEG) — <i>Parecer do Procurador Geral da Justiça; Razões forenses da Procuradoria Geral do Estado</i> — vol. 10	399
— Incabível é o mandado para invalidar ato legislativo que aumentou o subsídio dos deputados e senadores, sob o fundamento de ser lesivo ao patrimônio da União, por estar em causa, não a defesa de um direito subjéctivo dos requerentes, mas do interesse geral — (STF) — vol. 10	382
AUGUSTO FREDERICO GAFFRÉE THOMPSON — Crimes de difamação e injúria contra servidores de autarquia. Iniciativa das providências judiciais cabíveis (Parecer) — vol. 14	384
AUGUSTO GALVÃO VAZ CERQUINHO — Loteamentos. Direitos dos compromissários e o papel das Prefeituras — (Doutrina) — vol. 6	212
AUGUSTO LEIVAS DE OTERO — Subvenções e auxílios. Assistência social. Aplicação e fiscalização (Parecer) — vol. 7	580
AUTARQUIA — ADEG. Natureza. Contrôles administrativo e financeiro. Código de Contabilidade — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 2	329
— ADEG. Natureza jurídica. Contrato de obra pública — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 1	358
— Caracterização no direito brasileiro e no estrangeiro. Condições e pressupostos essenciais — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	160
— Contrôles do Estado. Contrôles administrativo e financeiro. Orçamento e tomada de contas — <i>A. B. Cotrim Neto</i> (Doutrina) — vol. 11	15
— Contrôles financeiro. Tribunal de Contas — <i>Pedro Firmeza</i> (voto no Tribunal de Contas), <i>Paulo Filho</i> (Parecer) — vol. 2	440
— Crimes de difamação e injúria contra servidores de. Iniciativa das providências judiciais cabíveis — <i>Augusto Frederico Gaffrée Thompson</i> (Parecer) — vol. 14	384
— Da não isenção e da não imunidade fiscal dos bens das autarquias — <i>Wilson Melo da Silva</i> (Doutrina) — vol. 2	126
— Departamento de Estradas de Rodagem. Natureza jurídica. Vencimentos correspondentes ao cargo de diretor — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	277
— Estadual. Capacidade para obrigar-se cambiariamente. Aceitação de duplicatas. Imunidade à cobrança executiva — <i>Carlos Augusto da Silveira Lôbo</i> (Parecer) — vol. 14	377

	Págs.
— Imunidade tributária — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	261
— Imunidade tributária: limites. Taxa judiciária — <i>Sérgio Ferraz</i> — (Parecer) — vol. 15	350
— Imunidade tributária restrita — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	263
— Inexistência de imunidade tributária — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) vol. 6	546
— Noções gerais sobre — <i>Caio Tácito</i> (Doutrina) — vol. 13	1
— O problema da imunidade fiscal das autarquias em face do direito positivo — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 7	136
— Servidores de. Gratificação de nível universitário — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	349
— Superintendência do IV Centenário da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Natureza autárquica — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 13	509
— SURSAN. Delegação de funções do Estado. Legitimação para agir em juízo — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Pareceres) — vol. 2	658, 622
— SURSAN. Obra executada para órgão da administração centralizada. Pagamento — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 14	394
— Tributabilidade no direito brasileiro e no estrangeiro — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	406, 410, 441, 444
AUTO — De infração. Fiscalização e lavratura — <i>Jósio de Salles</i> (Parecer) — vol. 5	166
AUTONOMIA — Municipal e assistência técnica — <i>Yves de Oliveira</i> (Doutrina) — vol. 7	60
— Municipal. Serviços públicos de transporte coletivo. Permissão — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 4	333
— Municipal e do Distrito Federal. Conceito constitucional. Eletividade dos prefeitos — <i>Levi Carneiro</i> (Doutrina) — vol. 6	1
AUTONOMIA MUNICIPAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA — <i>Yves de Oliveira</i> (Doutrina) — vol. 7	60

B

BANCO DO BRASIL — Não goza de imunidade, nem de isenção fiscal compulsiva — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	343
— Não goza de isenção da lei local do Distrito Federal o Banco do Brasil, para isentar-se de tributos da competência tributária municipal (TJEG) — vol. 10	566
— O Banco do Brasil, como instituição de crédito, não está isento do pagamento de tributos à Prefeitura do Distrito Federal (TJEG) — vol. 10	567
— O Banco do Brasil, sociedade de economia mista, não goza de isenção de impostos senão na atividade de delegado do Poder Público (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	376
— O Banco do Brasil só goza de isenção tributária quando no exercício de atividade delegada pelo Poder Público (STF) — vol. 6	373

	Págs.
BANCO DO ESTADO DA GUANABARA — Empréstimo a empresa concessionária. Cobrança da dívida vencida. Posição do Estado — <i>Eugênio de Vasconcelos Sigaud</i> (Parecer) — vol. 13	445
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO — Empréstimo ao Banco do Estado da Guanabara. Cláusula compromissória. Taxa de câmbio para reembolso do capital e juros. Vinculação de receitas estaduais ao pagamento do empréstimo. Aprovação, pelo mutuante, dos contratos firmados para execução dos projetos — <i>Eugênio de Vasconcelos Sigaud</i> (Parecer) — vol. 12	643
BARBOSA LIMA SOBRINHO — Atualização da avaliação nos inventários (Doutrina) — vol. 4	111
— Cemitério particular. Associação religiosa. Preceito constitucional. Desnecessidade de lei complementar (Parecer) — vol. 6	612
— Competência municipal para decretação de feriados (Doutrina) — vol. 6	321
— Concessão de serviço de bondes. Reversibilidade dos bens. Restrições à liberação durante o prazo da concessão (Parecer) — vol. 2	487
— Concessão de serviço público. Mercado municipal. Extinção antes do termo final (Parecer) — vol. 3	406
— Contrato de obra pública. Multa contratual excedente da força da caução (Parecer) — vol. 4	411
— Departamento de Estradas de Rodagem. Subordinação à Prefeitura. Cancelamento de inscrição de fornecedores (Parecer) — vol. 7	565
— Desapropriação. Pagamento de indenização em apólices: Lei n.º 820, de 1955 (Parecer) — vol. 3	450
— Desapropriação por concessionário. Desvio de finalidade. Retrocessão (Parecer) — vol. 6	515
— Desmembramento. Área mínima dos lotes (Parecer) — vol. 11 ..	88
— Empréstimo externo. Lei n.º 800, de 1954. Substituição de apólices (Parecer) — vol. 7	568
— Encanamentos colocados em logradouros. Incorporação, por acesso, ao patrimônio público — (Parecer) — vol. 11	120
— Favelas. Situação jurídica e situação de fato. Código de Obras (Parecer) — vol. 7	515
— Licença para construção. Revalidação. Legislação aplicável (Parecer) — vol. 11	158
— Loteamento aprovado. Projeto de construção de vila. Incidência de norma proibitiva. Pedidos de reconsideração: repetição. Limite de profundidade e gabarito (Parecer) — vol. 11	215
— Planos urbanísticos. Restrições ao direito de propriedade (Parecer) — vol. 11	219
— Projeto de loteamento. Condicionamento da aprovação à prova da propriedade do requerente (Parecer) — vol. 11	231
— Projeto de loteamento. Documentos exigíveis para prova da propriedade da área a lotear (Parecer) — vol. 11	232
— Serviço de transportes coletivos. Permissão. Precariedade (Parecer) — vol. 7	563
— Serviço de transportes coletivos. Permissão. Sua ilicitude, quando favoreça empresas que interfiram, ou concorram, no itinerário de	

	Págs.
outra, devidamente autorizada, e cujos serviços não tenham sido dados por insuficientes (Comentário a acórdão) — vol. 6	435
— Serviço de transportes coletivos. Revisão de tarifas. Descabimento de mandado de segurança (Comentário a acórdão) — vol. 6 ..	438
— Serviços fúnebres. Corretagem. Licenciamento de escritórios (Parecer) — vol. 11	578
— Serviços locais de assistência médica. Uso do emblema da Cruz Vermelha (Parecer) — vol. 6	621
— Substituição. Designação irregular. Remuneração (Parecer) — vol. 7	587
— Vila. Construções feitas na área do corredor, por proprietários de casas. Código de Obras (Parecer) — vol. 11	253
— Vila. Servidão de passagem. Alteração. Necessidade da concordância dos proprietários dos prédios dominantes. Código de Obras (Parecer) — vol. 11	247
BEM DE FAMÍLIA — Conceito legal. Extinção de sua cláusula constitutiva. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> — <i>Gerardo de Oliveira Maldonado</i> (Doutrina) — vol. 8	120
BEM PÚBLICO — Aforamento. Terrenos marginais da Lagoa Rodrigo de Freitas — <i>Josino de Medeiros</i> (Parecer) — vol. 3	392
— Alinhamento. Investidura. Rios — <i>José de Miranda Valverde</i> (Parecer) — vol. 1	313
— Área de recuo. Cessão gratuita. Modificação do P. A. Restituição ao ex-proprietário — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 15	309
— Área doada ao Estado. Condição resolutiva. Abertura de logradouro. Investidura — <i>Amílcar Paranhos da Silva Velloso</i> (Parecer) vol. 15	327
— Área doada ao Estado para abertura de logradouro. Revogação do P. A. Restituição ao ex-proprietário — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 15	322
— Áreas foreiras ao Estado. Desapropriação do domínio útil. Incorporação de imóvel estadual ao capital de sociedade de economia mista. Desnecessidade de registro no Tribunal de Contas. Cláusula móvel na alienação de lotes. Terrenos de marinha e acrescidos: cessão, pelo governo federal, a sociedade de economia mista — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 12	604
— Arrendamento. É nula a cláusula de preferência à renovação de contrato desde que infrinja o regime de concorrência pública estabelecido em lei (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	275
— Arrendamento. Hasta pública. Preferência — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Parecer) — vol. 12	635
— Bem dominical da Prefeitura. Permuta. Artigos 25 e 45 da Lei Orgânica — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	556
— Bombas de gasolina em logradouros. Concessão do serviço de distribuição. Necessidade de concorrência pública — <i>Pedro Firmeza</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 1	514
— Comodato. Disponibilidade — <i>A. B. Cotrim Neto</i> (Parecer) — vol. 2	401
— Comodato. Não é forma de cessão que autorize a entrega, ao privado, do bem público patrimonial — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 4	373

	Págs.
— Concessão. Construção de prédio e exploração pelo concessionário — <i>Maurício de Lacerda</i> (Parecer) — vol. 3	373
— Concessão de serviço público. Imóveis reversíveis. Alienação proibida. Lei municipal n.º 818, de 1955 (Legislação) — vol. 2	559
— Da intangibilidade dos bens públicos — <i>Jônatas Milhomens</i> (Doutrina) — vol. 2	71
— Das empresas incorporadas ao patrimônio nacional. Alienação à Prefeitura: formalidades e dispositivos legais. Dispensa de concorrência pública. Código de Contabilidade Pública — <i>Antônio Vieira de Melo</i> (Parecer) — vol. 4	401
— De uso comum. Ocupação a título precário — <i>Nyvon Campos</i> (Parecer) — vol. 13	361
— Doação a govêrno estrangeiro, para fins específicos. Reversão da parte não utilizada. Autorização legislativa para utilização da parte a reverter, por autarquia — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	494
— Doação com encargos. Lei Orgânica: artigo 45. Tribunal de Contas da União e do Distrito Federal: competências registrárias — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 7	525
— É de natureza precária a ocupação que a Prefeitura concede ao antigo locatário de prédio desapropriado, embora lhe cobre alugueres. Fica satisfeita a exigência da prévia notificação quando entre esta e o requerimento do despejo decorre o prazo legal (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	361
— Encanamentos colocados em logradouros. Incorporação ao patrimônio público — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	120
— Estádio do Maracanã. Cadeiras cativas — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 3	443
— Estádio do Maracanã. Títulos adquiridos em subscrição pública. Direito ao uso de cadeiras: natureza jurídica — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 12	600
— Havendo a Prefeitura do Distrito Federal construído mercados a fim de atender ao interesse público, a locação de suas lojas, ou <i>boaxes</i> , não está sujeita à lei comum, mas às regras de direito administrativo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	304
— Ilha do Piraquê. Ocupação pelo Clube Naval. Natureza do ato concessivo. Impossibilidade de resgate — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 12	622
— Imóveis da P. D. F. Comodato — <i>A. B. Cotrim Neto</i> (Parecer) — vol. 2	401
— Imóveis do Estado. Negócios jurídicos permitidos e proibidos — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	527
— Imóveis transferidos da União. Vinculação aos serviços estaduais — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 12	630
— Imóvel. Afetação aos serviços de autarquia. Legitimação da autarquia para agir em juízo — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 12	662
— Imóvel. Alienação. Arrendamento — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	529

	Págs.
— Imóvel. Alienação. Arrendamento. Incorporação ao capital de sociedade de economia mista — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 14	327
— Imóvel. Cessão de uso com encargos. Dispositivos constitucionais — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	524
— Imóvel. Cessão onerosa e temporária de uso. Necessidade de autorização legislativa — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 11	517
— Imóvel. Desapropriação indireta. Registro. Condições — <i>Paulo Barros de Araújo Lima</i> (Parecer) — vol. 13	371
— Imóvel desapropriado. Cessão de uso a particulares, enquanto não reclamado pelo interesse público — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	87
— Imóvel desapropriado. Ocupação a título precário — <i>Sabino Lamago de Camargo</i> (Parecer) — vol. 13	391
— Imóvel desapropriado pela União, antes do Código Civil, e transferido por lei ao antigo Distrito Federal. Desnecessidade de registro — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 14	337
— Imóvel. Dotação para constituição de fundação. Necessidade de lei especial — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 14	343
— Imóvel foreiro ao Estado. Atualização do valor do fôro — <i>Sérgio Ferraz</i> (Parecer) — vol. 15	406
— Imóvel. Ocupação a título precário. Natureza do contrato — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 13 ..	359
— Imóvel. Permuta. Proibição constitucional — <i>Miguel Lanzellotti Baldez</i> (Parecer) — vol. 14	345
— Imóvel. Permuta. Proibição constitucional — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Pareceres) — vol. 13	394, 407
— Imóvel por destino. Cessão onerosa e temporária de uso — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 14	332
— Imóvel. Venda. Alteração de cláusula contratual. Autorização legislativa — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 13	388
— Incorporação ao capital de sociedade de economia mista. Desnecessidade de registro no Tribunal de Contas — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 12	604
— Lagoas interiores. Regime de exploração. Competência do Estado — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 13	400
— Logradouro. Alienação. Requisitos — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 13	403
— Logradouro. Cessão de uso. Concorrência pública — <i>Eugênio de Vasconcelos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13	407
— Logradouro. Cessão de uso. Concorrência pública — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 13	405
— Logradouro. Postos de gasolina: concessão — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 5	140
— Loteamento aprovado, mas não concluído. Destino das áreas doadas ao Estado e das construções feitas — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	181
— Mercados de flôres municipais A locação de seus compartimentos regula-se pelo direito público administrativo e não pelo direito privado civil (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	299

	Págs.
— Modalidades de transferência a particular. Impossibilidade do comodato — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 4 ..	373
— Não são usucapíveis, ainda que se pleiteie apenas o domínio útil do bem foreiro (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 15	272
— O arrendamento de bens públicos se rege pelas normas do Direito Administrativo. A utilização de áreas, em próprios municipais, é concessão de uso, que pode ser revogada a qualquer tempo, quando o exigir o interesse público (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 10 ..	575
— Obras em imóveis públicos. Legalização. Transcrição. Registro de imóveis — <i>Roberto Paraiso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	208
— Ocupação por particular. Nulidade do contrato. Reintegração de posse. Descabimento de ação renovatória. Honorários de advogado em favor da Fazenda Pública (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14 ..	145
— Órgão relativamente autônomo. Transformação em fundação. Dotação de imóvel estadual. Necessidade de lei especial — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 14	343
— Os contratos de arrendamento de restaurantes balneares, com objetivos turísticos, não se enquadram na legislação do inquilinato. São contratos de direito público, cuja vigência depende, além doutros requisitos, do registro de cláusulas aditivas pelo Tribunal de Contas (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	301
— Os ocupantes dos mercados regionais do Estado são meros permissionários do uso da coisa pública e não locatários, e não podem se opor à entrega dos boxes à administração para a constituição do capital da Companhia Central de Abastecimento, encarregada da distribuição e comércio de gêneros alimentícios no Estado (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	120
— Permuta. Lei Orgânica: artigos 25 e 45 — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	556
— Postos de gasolina em logradouro. Concessão — <i>José de Miranda Valverde</i> (Parecer) — vol. 4	355
— Praias. Instalação de piscinas desmontáveis. Condições — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	537
— Questão da locação dos boxes no mercado de flôres. Embargos. Concessão de uso. Art. 22 da Lei de Luvás e 28 do Decreto-lei n.º 9.669 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	307
— Regime dos bens públicos imóveis na Constituição Estadual — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Doutrina) — vol. 14	102
— Reversão de bens de concessionária. Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico (Assuntos de interesse geral). <i>Parecer da Procuradoria do Estado. Visto do Procurador Geral. Despacho do Prefeito. Petição judicial da concessionária. Acórdão</i> — vol. 2	480
— Rios e álveo abandonado. Investidura. Código de Águas e Constituição Federal — <i>Célio Alberto Sholl Ferreiro</i> (Parecer) — vol. 15 ..	414
— Subsolo de logradouro. Ocupação permanente. Natureza da remuneração. Isenção — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 2	343
— Terrenos de marinha e acrescidos. Possibilidade de cessão, pelo governo federal, a sociedade de economia mista. Áreas foreiras ao Estado: desapropriação do domínio útil. Incorporação de bem imóvel estadual ao capital de sociedade de economia mista. Desnecessidade de registro no Tribunal de Contas. Validade de cláusula	

	Págs.
de escala móvel na alienação de lotes — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 12	604
— Terrenos de marinha e acrescidos. Utilização pelo Estado da Guanabara — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 13 ..	414
— Terrenos do Morro de Santo Antônio. Documentos comprobatórios do domínio do ex-Distrito Federal (Assuntos de interesse geral) — vol. 1	548
— Usucapião de domínio útil. Não o impede o artigo 2.º do Decreto n.º 22.775, de 1933, desde que a Prefeitura tenha apenas o domínio direto do imóvel (TJEG) — vol. 10	541
BENEDITO BARROS — A situação dos funcionários públicos perante o Estado. A tese do direito adquirido e a expectativa de direito. Teoria do direito potencial (<i>Doutrina</i>) — vol. 1	75
— A responsabilidade do Estado e o direito de indenizar (<i>Doutrina</i>) — vol. 4	129
— Ação declaratória (<i>Doutrina</i>) — vol. 6	351
— Ação rescisória. Competência (<i>Doutrina</i>) — vol. 7	382
— As certidões e a sua expedição na órbita municipal (<i>Doutrina</i>) — vol. 8	210
— Citação: nulidade; efeitos. Coisa julgada: autoridade e garantia constitucional. Igualdade de vencimentos: se decorrente de identidade de atribuições e responsabilidades, não pode ser afastada por lei ou simples decreto do Executivo, que estabelece os pressupostos de desigualdade antes inexistentes (Comentário a acórdão) — vol. 7	414
— Decisão constitutiva. Efeitos (Parecer) — vol. 7	605
— Decisão judicial. Extensão. Conceito e reflexos (Parecer) — vol. 4 ..	491
— Desapropriação. Área remanescente. Investidura (Parecer) — volume 11	85
— O assistente e sua intervenção no processo (<i>Doutrina</i>) — vol. 8 ..	211
— O imposto de vendas e consignações em relação às mercadorias exportadas (<i>Doutrina</i>) — vol. 2	110
BILAC PINTO — Ação popular (Legislação: substitutivo ao projeto n.º 2466, de 1952) — vol. 7	711

C

CADERNO DE OBRIGAÇÕES — Aceitação de obras. Caução de conservação. Legislação superveniente — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 7	487
— Decretos municipais 12.172, de 1953 e 12.403, de 1954 — vol. 1 ..	652
CAIO TÁCITO — Acumulação remunerada. Existência de justa causa para demissão de funcionário, quando patente a incompatibilidade de horário de serviço. Desnecessidade de processo administrativo (Comentário a acórdão) — vol. 2	283
— Contribuição à reforma administrativa e judiciária (<i>Doutrina</i>) — vol. 13	1
— Estudos sobre a Constituição do Estado da Guanabara (Nota Prévia) — vol. 15	1

	Págs.
— Serviço público. Conceito. Serviço geral e especial. Corpo de Bombeiros. Custeio. Imposto e taxa. Constitucionalidade das taxas estaduais de proteção contra incêndio (Parecer) — vol. 14	567
CAMPOS DE SANTA CRUZ — Limites entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio (Assuntos de interesse geral) — vol. 10 ..	593
CÂNDIDO DE OLIVEIRA NETO — Estrutura legal do futuro Estado da Guanabara (Parecer) — vol. 10	193
CAPITAL FEDERAL — A transformação do Distrito Federal em Estado da Guanabara — <i>Homero de Pinho</i> (<i>Doutrina</i>) — vol. 10 ..	1
— Aspectos constitucionais e legais da mudança da capital — <i>Carlos Medeiros Silva</i> (<i>Doutrina</i>) — vol. 10	26
— Mudança. Estado da Guanabara. Competência para cobrar impostos municipais. Poder Constituinte — <i>Francisco Campos</i> (Assuntos de interesse geral) — vol. 10	588
— Mudança para Brasília. Consequências jurídicas — <i>Pontes de Miranda, Sampaio Dória, Eduardo Espínola, Themístocles Cavalcanti, Vicente Ráo, Francisco Campos, Erasmo Martins Pedro, Hugo Ramos Filho, Mozart Lago, Cândido de Oliveira Neto, João de Oliveira Filho, Vitor Nunes Leal, Roberto Acioly, Êsio de F. Macedo, A. Gonçalves de Oliveira, Carlos A. Dunshee de Abranches, Paulo Germano de Magalhães</i> (Pareceres e estudos) — vol. 10 ... 107 a	279
— Mudança para Brasília. Consequências jurídicas — <i>Vitor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 13	526, 538, 541
— Mudança para Brasília. Emenda Constitucional n.º 6, Projetos do Congresso, trabalhos da Procuradoria Geral do Estado e Lei n.º 3 752, de 1960 — vol. 10	280 a 333
CARGO — A relação jurídica entre o Estado e seus funcionários é estatutária e não contratual, pois aquele não pode ficar manietado na sua função de modificar carreiras e formas de organização de serviços, de acôrdo com as necessidades, que variam constantemente. À Administração só cabe respeitar as situações jurídicas perfeitas. Na hipótese, nem sequer tinha o apelante as condições que lhe garantiriam a promoção caso fôsse julgado merecedor da mesma (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	463
— Ação ordinária proposta por mecanógrafos e auxiliares de mecanógrafos, visando equiparação aos controladores do Departamento da Renda Imobiliária. Improcedência. Quando auto-executável seja o preceito contido no artigo 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o pressuposto fundamental da ação nêle firmada é a demonstração de serem idênticas as atribuições e responsabilidades dos cargos ou funções cuja equiparação se pleiteia (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	265
— Acumulação. Não tem direito ao que dispôs o artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias quem apenas exercia, com os cargos que acumulava, uma função de natureza técnica, sendo a outra puramente administrativa (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6 ..	407
— Acumulação. Verificação dos requisitos constitucionais — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 3	499
— Artigo 40 da Lei Orgânica. Não é auto-aplicável. Sua execução depende de regulamentação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	263

	Págs.
— Artigo 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Veterinários e agrônomos da Prefeitura. Não têm idênticas atribuições e responsabilidades, pouco importando os pontos de contacto existentes entre as atribuições inerentes a uns e outros cargos. Exemplos de identidade. Analogia ou semelhança de atribuições. Auto-executabilidade do artigo 40 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	258
— Candidatos inscritos em concurso para provimento de cargos públicos, dispondo de mera expectativa de direito à nomeação, não têm qualidade para impetrar mandado de segurança contra o preenchimento, ilegal embora, dos mesmos cargos. Tal o caso da efetivação de interinos na carreira de procurador do IAPI (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	241
— Cargo eletivo. Direito adquirido a seu exercício. Mandato do Governador eleito em 1960. Fundamentos constitucionais da Lei n.º 3 752 — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 12	519
— Cegos e amblíopes. Acesso aos cargos públicos — <i>Nélson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 4	502
— Chefe de seção, efetivo, da Municipalidade, não tem direito à gratificação mensal da Lei n.º 820, de 22 de julho de 1955, pelo fato de estar exercendo as funções do próprio cargo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	428
— Conceito de interinidade. Servidores que desempenham a função de médico sem serem titulares do cargo. Lei beneficiadora. Interpretação — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 5 ..	191
— Concurso para cargo público. Prova de “antecedentes sociais”. Para ingresso na função pública (concurso para agrônomo) legítima é a exigência da prova de antecedentes sociais, que não se confunde com “atestado de ideologia” — este, sim, defeso pela Constituição e pelo Estatuto, desde que o primeiro se refere às <i>atividades</i> e o segundo às <i>convicções</i> do candidato (TFR) — vol. 4	257
— Concurso para habilitação a cargo público: ao Poder Judiciário cabe apenas verificar a legalidade do processo do concurso, escapando-lhe à competência apreciar programas, suprimir provas, alterar programas. O prudente arbítrio conferido aos examinadores para apreciar a capacidade dos candidatos ainda é o meio eficiente e essencial para classificação (TRF) — <i>Comentário</i> — vol. 4	248
— Concurso; prazo de sua validade; expiração; impossibilidade de reabertura do prazo por decisão judicial (TRF) — <i>Comentário</i> — vol. 4	252
— Concurso. Provimento — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 3	492
— Criação de cargo na Assembléa por meio de Resolução da Mesa. Natureza jurídica do ato (TJEG) — <i>Parecer da Procuradoria Geral da Justiça e Razões forenses da Procuradoria Geral do Estado</i> — vol. 10	339
— Criação pelo Poder Legislativo, sem iniciativa do Executivo. Provimento sem concurso (Razões de veto) — vol. 3	537
— Em comissão. Exercício por funcionário aposentado — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 11	389

	Págs.
— Em comissão. Exercício por mais de 10 anos. Artigo 233 do Estatuto e artigo 72 da Lei n.º 14 (Conselho de Recursos Administrativos) — vol. 14	430
— Em comissão. Exercício por período superior a 10 anos. Estabilização dos vencimentos — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 7	606
— Em comissão. Substituição. Direito ao vencimento — <i>Geraldo Tavares de Melo</i> (Parecer) — vol. 3	489
— Embora auto-aplicável o artigo 40 da Lei Orgânica, existindo, além do quadro de mecanógrafo, o de mecanógrafo-auxiliar, não se justifica a equiparação àquele dos ocupantes do último cargo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	271
— Existindo vaga aberta, a ser preenchida por antiguidade, bem assim candidato indicado ao acesso, não pode a Administração extingui-la, a pretexto de ser a promoção mera expectativa de direito e de não haver prazo certo para a sua efetivação (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	247
— Extinção. Disponibilidade. Proventos — <i>Geraldo Tavares de Melo</i> (Parecer) — vol. 4	454
— Federal, em comissão. Exercício por funcionário da Prefeitura. Vencimentos. Opção — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7.....	618
— Funções. Nomenclatura e alteração da designação de um cargo, sem modificação das funções que lhe correspondem, nenhuma influência pode operar sobre o direito do seu titular (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1.....	245
— Inscrição em concurso; indeferimento; não exibição de títulos que justifiquem a inscrição do concorrente (TFR) — vol. 4.....	255
— Isonomia. Artigo 40 da Lei Orgânica — <i>Elmano Cruz</i> (Doutrina) — vol. 1	26
— Militar em atividade, que aceita cargo público, permanente, estranho a sua carreira, deve ser transferido para a reserva. Aplicação à espécie do artigo 182, parágrafos 3.º e 5.º, da Constituição Federal (TFR) — vol. 6	413
— Nenhuma semelhança existe, nem se verifica identidade de atribuições e responsabilidade, entre os cargos de auxiliar de Procuradoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal e auxiliares da Procuradoria Geral (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	270
— O artigo 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal não é auto-aplicável. Caberá à lei ordinária estabelecer o critério de igual remuneração para cargos e funções iguais ou idênticas (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	262
— No Corpo de Bombeiros. Acesso permitido a brasileiros naturalizados — <i>Pedro Paulo Cristóforo</i> (Parecer) — vol. 15	356
— Provimento inicial na carreira de médico. São inconstitucionais o artigo 6.º da Lei n.º 133, de 14 de outubro de 1948, e o § 2.º do artigo II da Lei n.º 260, de 26 de novembro deste mesmo ano, por isso que violam o preceito contido no artigo 136 da Constituição Federal de 1946 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	310
— Reclassificação. O Decreto-lei n.º 1944, de 1939, reclassificou funcionários municipais segundo os seus cargos e não de acôrdo com as funções que exercessem então. O exercício eventual das fun-	

	Págs.
ções de cargo diverso e superior não autoriza, sem lei especial que o autorize, a reclassificação de funcionários no cargo correspondente às funções assim exercidas (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	291
— Se a Constituição de um Estado declara competir ao Executivo, exclusivamente, a iniciativa das leis sobre a criação e extinção de cargos e fixação e alteração dos respectivos estipêndios, não pode o Legislativo, por meio de emendas a projeto governamental, majorar as tabelas propostas ou estendê-las a outros funcionários. A “emenda” é uma forma de iniciativa. Onde falta a competência para a iniciativa, falta competência para emendar. Verba especial para a despesa, quando assim o exige a Constituição. Maioria absoluta; conceito em sendo ímpar o número de votantes. (STF) — <i>Representação do Governador do Estado de Santa Catarina; petição do Procurador Geral da República</i> — vol. 3	215
— Substituição. Designação irregular. Direito ao vencimento — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	587
CARLOS A. DUNSHEE DE ABRANCHES — Guanabara, Estado sem municípios (Parecer) — vol. 10	271
CARLOS AUGUSTO DA SILVEIRA LOBO — Autarquia estadual. Capacidade para obrigar-se cambiariamente. Aceitação de duplicatas. Imunidade à cobrança executiva (Parecer) — vol. 14	377
CARLOS DA ROCHA GUIMARÃES — Aforamento de bem estadual. Resgate. Não obrigatoriedade (Parecer) — vol. 4	390
— Crédito fiscal. Cobrança judicial. Multa. Atualização do valor (Parecer) — vol. 14	255
— Dívida ativa. Conceituação. Inscrição da dívida. Pagamento em apólices (Parecer) — vol. 7	494
— Dívida fiscal ajuizada. Cancelamento. Competência. Reclamação administrativa. Prazos. Coisa julgada administrativa. Conselho de Recursos Fiscais. Recurso <i>ex officio</i> . Nascimento da dívida fiscal. Patrimônio fiscal. Litígio administrativo (Pareceres) — volume 14	602 e
— Enfitese. Imóvel foreiro ao Estado. Remição (Parecer) — vol. 4	390
— Enfitese. Remembramento. Remição do fôro (Parecer) — vol. 4	443
— Imposto de indústrias e profissões. Base do cálculo. Fato gerador. Isenção (Parecer) — vol. 7	500
— Imposto de indústrias e profissões. Empresas de seguros. Base do cálculo (Parecer) — vol. 3	434
— Imposto de licença. Instalações mecânicas. Revogação da lei tributária. Efeitos (Parecer) — vol. 7	502
— Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> . Aplicação da tabela de transmissão <i>inter vivos</i> sobre doações. Taxa de serviços municipais. Sua incidência sobre as doações <i>inter vivos</i> (Parecer) — vol. 4	437
— Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> . Isenção. Lei posterior ao óbito (Parecer) — vol. 4	435
— Imposto de vendas e consignações. Estabelecimento comercial. Venda desfeita (Parecer) — vol. 14	269

	Págs.
— Multa fiscal. Redução ou cancelamento. Decisão por equidade. Competência. Recurso <i>ex officio</i> (Parecer) — vol. 14	654
— O imposto sobre cessão de promessa de venda (Doutrina) — vol. 2	84
— O problema da causa no direito tributário (Doutrina) — vol. 7	239
— Tapume em logradouro público. Natureza do respectivo tributo. Emolumentos (Parecer) — vol. 3	432
— Usufruto: imposto pela sua instituição. Base no valor locativo (Parecer) — vol. 3	436
— Vila em terreno foreiro ao Estado. Venda de uma casa em separado (Parecer) — vol. 5	173
CARLOS DE CARVALHO — O patrimônio territorial da municipalidade do Rio de Janeiro e o direito enfiteutico (<i>Doutrina</i>) — volume 6	225
CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS — Desdobramento da enfiteuse tendo por objeto a transferência de partes ideais de terreno já aforado (<i>Doutrina</i>) — vol. 8	69
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA VALE — A administração de pessoal na Prefeitura do Distrito Federal (Doutrina) — vol. 5	68
— Feiras e certames de indústria e comércio. Autorização para funcionamento. Competência (Parecer) — vol. 14	389
— Plano de Administração (Exposição de motivos) — vol. 8	265
— Treinamento e aperfeiçoamento no âmbito municipal (Doutrina) — vol. 4	186
CARLOS FULGÊNCIO DA CUNHA PEIXOTO — O casamento e seu regime em face da lei n.º 4.121, de 1962 (Doutrina) — vol. 14	39
CARLOS MEDEIROS SILVA — Aspectos constitucionais e legais da mudança da capital (Doutrina) — vol. 10	26
CARLOS ROCHA MAFRA DE LAET — Alvará de licença para localização. Cassação (Comentário a acórdão) — vol. 4	345
— Anúncio luminoso. Proteção paisagística. Licença a título precário. Emolumentos (Parecer) — vol. 4	446
— Comércio. Açogue e mercearia. Fiscalização; Prefeitura e COFAP. Dispositivos legais (Parecer) — vol. 3	461
— Comércio. Limitação de horário. Poder de polícia (Parecer) — vol. 2	356
— Consultório médico. Licenciamento em zona residencial (Parecer) — vol. 4	441
— Funcionário federal em exercício na Prefeitura. Direito ao vencimento (Parecer) — vol. 7	582
— Funcionário morto no exercício da função. Pensão a filho adúltero (Parecer) — vol. 11	396
— Processo administrativo disciplinar. Revisão. Prescrição quinzenal (Parecer) — vol. 11	447
CASAMENTO — Questão de direito sobre regime de bens. Apreciação pelo juízo do inventário — <i>Paulo Dourado de Gusmão</i> (Parecer) — vol. 14	409
— Regime vigente. Lei n.º 4.121, de 1962. Pátrio poder. Fixação de domicílio. Guarda dos filhos. Regime dos bens — <i>Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto</i> (Doutrina) — vol. 14	39

— Religioso, com efeitos civis, celebrado na Síria, antes da codificação. Regime de bens — <i>Paulo Dourado de Gusmão</i> (Parecer) — vol. 14	416
— Uma coisa é o rito Malekita, muçulmano, e outro o Melkita ou Greco-católico, cristão. Regime de bens no casamento de sírios melkitas. Há que não confundir interpretação de cláusula testamentária com impugnabilidade da deixa, por ter sido motivada por erro escusável e essencial. Necessidade de ação própria para cancelar o legado (TJEG) — vol. 15	291
CAUÇÃO — Contrato de obra pública. Multa contratual. Excesso em relação ao valor caucionado — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 4	411
CELESTINO DE SÁ FREIRE BASÍLIO — O Poder Judiciário como garantia dos direitos individuais (Doutrina) — vol. 7	43
CÉLIO ALBERTO SHOLL FERREIRA — Funcionários. Equiparação de vencimentos. Eficácia de julgados anteriores (Comentário a acórdão) — vol. 2	237
— Investidura. Rios e álveo abandonado. Código de Águas e Constituição Federal (Parecer) — vol. 15	414
CEMITÉRIO — Cemitério particular. Associação religiosa. Preceito constitucional. Desnecessidade de lei complementar — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 6	612
— O problema da secularização dos cemitérios — <i>José Gomes B. Câmara</i> (Doutrina) — vol. 7	36
— Serviços fúnebres. Escritórios de corretagem. Licenciamento — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	578
CENSURA — Cinematográfica. Competência estadual. Poder de polícia — <i>Nyvon Campos</i> (Parecer) — vol. 13	468
— Cinematográfica. Competência estadual. Poder de polícia — <i>Paulo Dourado de Gusmão</i> (Parecer) — vol. 13	515
CERTIDÃO — As certidões e sua expedição na órbita municipal — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 3	210
— Das certidões para defesa de direito — <i>Mário A. Freire</i> (Doutrina) — vol. 4	135
— De casa de vila, para prova no Registro de Imóveis. Cláusula relativa à inexistência de desmembramento — <i>Francisco de Assis Barbosa</i> (Parecer) — vol. 12	545
— De despachos publicados e pareceres. Inexistência de direito à obtenção — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 11	611
— Direito à certidão, para defesa de interesse legítimo: Constituição, artigo 141, § 36, inciso III (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	186
— Direito de obter certidão de atos públicos (TFR) — <i>Comentário</i> vol. 1	252
— Falsificação. Processo penal e administrativo — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 6	624
— Para defesa de direito. Descabimento da alegação de sigilo — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	612
— Para defesa de direito. Direito à obtenção — <i>Manuel de Castro Cerqueira</i> (Comentário a acórdão) — vol. 1	252
— Para defesa de direito. Pedido formulado por estranho — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> — vol. 4	452

— Para defesa de direito em juízo. Artigo 224 do Código de Processo Civil — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	473
— Para defesa em juízo, requerida por funcionário. Isenção de selos — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 11	277
— Para prova em juízo. Fato concreto — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 11	613
— Para uso judicial. Denegação (Conselho de Recursos Administrativos) — vol. 14	446
CHEQUE — Sem fundos. Pagamento imediato, sem lesão patrimonial. Boa fé do emitente — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 11	614
CITAÇÃO — Nulidade processual pela sua omissão. Inteligência do artigo 165 do Código de Processo Civil. Embora necessária a citação, sob pena de nulidade, no comêço da causa ou da execução, certo é, também, que o comparecimento do réu em juízo suprirá, entretanto, a falta da citação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	414
CLÓVIS PAULO DA ROCHA — Abertura de janelas (Doutrina) — vol. 10	82
— Bem público. Ocupação por particular. Nulidade do contrato (Parecer) — vol. 14	145
— Concurso para Procurador do Estado. Mandado de segurança. Inexistência de direito líquido e certo (Parecer) — vol. 14.....	188
— Da responsabilidade quinquenal do empreiteiro. Conceito de solidez e segurança (Doutrina) — vol. 13	14
— Extinção de usufruto. Cláusula testamentária de inalienabilidade. Cessação de seus efeitos (Parecer) — vol. 14	406
— Impôsto de vendas e consignações. Contratos conexos de abertura de crédito e de compra e venda a prazo. Unidade econômica. Base do cálculo (Parecer) — vol. 13	513
— Inventário. Óbito em país estrangeiro. Bens imóveis no Brasil. Competência da Justiça brasileira (Parecer) — vol. 14	414
— Posse do Procurador Geral da Justiça (Discurso) — vol. 15 ..	508
CÓDIGO BRASILEIRO DO AR — Das ações e prescrições no — <i>Antônio Vieira Braga</i> (Doutrina) — vol. 6	151
CÓDIGO CIVIL — Legislação pertinente ao direito das sucessões — vol. 3	649 a 726
CÓDIGO DE AGUAS — Concessões de energia elétrica. Contrôlê pela União (Razões forenses) — vol. 9	112
— Rios e álveo abandonado. Investidura — <i>Célio Alberto Sholl Ferreira</i> (Parecer) — vol. 15	414
CÓDIGO DE CONTABILIDADE — ADEG. Natureza autárquica. Contrôlê administrativo e financeiro — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 2	329
— Crédito adicional. Vigência no exercício subsequente — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 15	340
— Necessidade de um — peculiar ao Distrito Federal — <i>Ivan Lins</i> (Doutrina) — vol. 3	128
— Regime de adiantamento. Registro no Tribunal de Contas — <i>Ivan Lins</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	425

	Págs.
— Sua aplicabilidade aos contratos e operações da ADEG — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 2	329
CÓDIGO DE OBRAS — Alterabilidade por decreto executivo. Multas progressivas. Necessidade de fixação do limite máximo — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 13	149
— Alterações por decretos executivos — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 6	502
— Direito de construir. Restrições administrativas. Posturas regulamentares — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 11	98
— Legislação edilícia local. Incidência sobre imóveis da União e das autarquias federais. Sanções para a infração — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 7	475
— Natureza jurídica. Alterabilidade por decreto executivo — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 13	193
— Validade dos decretos derogatórios. Loteamento em zona agrícola. Restrições à propriedade — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 6	502
— Valor de lei. Inalterabilidade por meio de decreto — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	61
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL — O anteprojeto de —. Configuração jurídica dos impostos da alçada dos Estados e Municípios. Os art. 5.º, n.º XV, letra b, e 19 da Constituição Federal. Determinação de normas gerais de direito financeiro. Inconstitucionalidade do referido Código. Seus artigos 48 <i>usque</i> 86. Exame e crítica — <i>Gerardo de Oliveira Maldonado</i> (Doutrina) — vol. 8	106
COISA JULGADA — Autoridade. Garantia constitucional. Lei ou decreto posterior (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	414
— Na Resolução Legislativa 39 da Câmara dos Vereadores — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Doutrina) — vol. 4	173
— Substancial. Imunidade a decretos ou outros atos de hierarquia inferior à lei (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	285
— Extensão administrativa dos efeitos da sentença — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 6	575
“COISA JULGADA” NA RESOLUÇÃO LEGISLATIVA 39 DA CÂMARA DOS VEREADORES — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Doutrina) — vol. 4	173
COMÉRCIO. — Açougue-mercearia. Fiscalização. Dupla competência, local e federal. — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 3	461
— Alvará de localização. Cassação por infringência do regulamento de fiscalização sanitária — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 7	577
— Ambulante. Apreensão de mercadorias e documentos. Mandado de segurança denegado (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	281
— Ambulante de loterias. Restrições. Isenção fiscal. <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 13	476
— Barbearias. Horário (Decreto Municipal n.º 9.722, de 1949) — vol. 1	649
— Em local impróprio. Alvará recusado. Denegação de mandado de segurança (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	266
— Em prédio de apartamentos. Açougue-mercearia — <i>Jóbio de Sales</i> (Parecer) — vol. 2	334

	Págs.
— Farmacêutico. Drogarias. Restrições legais. — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 13	480
— Hotel. Desvirtuamento de finalidade e favores já concedidos — <i>Josino de Araújo Medeiros</i> (Parecer) — vol. 4	449
— Hotel e condomínio hoteleiro. Licença para construção. Requisitos — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 12	535
— Indústria e. Feiras e certames. Competência para autorização — <i>Carlos Eduardo de Oliveira Vale</i> (Parecer) — vol. 14	389
— Limitação de horário. Poder de polícia — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 2	356
— Localização das feiras livres. Sua interferência com o direito privado — <i>Gastão de Azevedo Macedo</i> (Doutrina) — vol. 4	45
— Produtos de origem animal. Fiscalização. Competência — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 13	502
— Produtos de origem animal. Inspeção e fiscalização dos estabelecimentos. Competência — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 13	491
COMISSÃO — Comissões legislativas municipais — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 6	288
— Comissões parlamentares de inquérito nos Estados Unidos — <i>José Goes Xavier de Andrade</i> (Doutrina) — vol. 8	219
— Parlamentar de inquérito. Câmara de Vereadores. Sigilo bancário — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Parecer) — vol. 4	392
— Parlamentar de inquérito sobre os contratos da Light (Relatório) — vol. 9	234
COMISSÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 6	288
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO — Nos Estados Unidos. Podêres. Limitações — <i>José Goes Xavier de Andrade</i> (Doutrina) — vol. 8	219
COMPETÊNCIA — Cabe ao Município, e não ao Serviço de Trânsito do Estado, determinar os locais de estacionamento de automóveis, bem como regulamentar a utilização das ruas e praças públicas — (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 10	580
— Da União e dos Estados. Podêres remanescentes, expressos e implícitos — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 12	73
— De reiterar-se jurisprudência do Tribunal no sentido de que a competência, em mandado de segurança, é de ser fixada pela jurisdição a que estiver sujeita a autoridade apontada como coatora. Em consequência, sendo a impetrada uma autoridade local (v.g., a Prefeitura), é incompetente o TFR para julgar o recurso, ainda que a impetrante seja autarquia da União (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 5	119
— Dos Estados para organizar as Juntas de Comércio. Natureza local do serviço — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 13	50
— Fazenda Pública. Fôro privativo. Incompetência da Justiça do Trabalho — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 3	439
— Federal e estadual em matéria de energia elétrica — <i>Josino de Araújo Medeiros, Benedito Barros, José Goes Xavier de Andrade, Paulo Germano de Magalhães, José Emygdio de Oliveira, Gustavo</i>	

	Págs.
<i>Philadelpho Azevedo, Nelson de Azevedo Branco, Voltaire Moisés de Souza</i> (Razões forenses) — vol. 9	120
— Fôro do contrato. Sua admissibilidade no direito brasileiro — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 11	29
— Legislativa da União e das entidades menores. Podêres implícitos — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	304
— Municipal, para decretação de feriados — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Doutrina) — vol. 6	321
— Para isentar. Impostos locais — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) vol. 6	521
COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA DECRETAÇÃO DE FERIADOS — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Doutrina) — vol. 6	321
COMPROMISSO — Contrato administrativo. Empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Banco do Estado da Guanabara. Validade da cláusula compromissória — <i>Eugênio de Vasconcelos Sigaud</i> (Parecer) — vol. 12	643
CONCEITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO — <i>João de Oliveira Filho</i> (Doutrina) — vol. 14	1
CONCESSÃO — A Societé Anonyme du Gaz. Iluminação de logradouro. Responsabilidade da concessionária — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 11	556
— A Societé Anonyme du Gaz. Multas contratuais. Atualização dos valores — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 14	350
— Acôrdo entre o Estado da Guanabara, Rio Light S. A. e Cia. Ferro Carril do Jardim Botânico. Interpretação da cláusula n.º 7 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	174
— Aumento de tarifas. Serviço de bondes (Decretos municipais 12.701, de 1953, e 12.403, de 1954) — vol. 1	675
— Autonomia do contrôle local da. O Estado-membro e o Município (Razões forenses) — vol. 9	118
— Balanço da BRASCAN, em 31 de dezembro de 1959 (Assuntos de interesse geral) — vol. 9	190A
— Balanço da Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, em 31 de dezembro de 1958 (Assuntos de interesse geral) — vol. 9 ..	202
— Balanço da Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris (Assuntos de interesse geral) — vol. 9	178
— Balanço geral da COBAST, em 28 de abril de 1960 (Assuntos de interesse geral) — vol. 9	189
— Bens desapropriados por concessionário. Mudança de destinação. Retrocessão — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 6	515
— Bens públicos. Postos de gasolina localizados em logradouro — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 5	140
— Cemitério particular. Associação religiosa. Auto-executabilidade do preceito constitucional — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Pareceres) — vol. 6	612 e 620
— Cemitério particular em convento. Preceito constitucional. Desnecessidade de lei complementar — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) vol. 6	612
— Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico. Responsabilidade civil perante terceiro. Cláusula 7.ª do acôrdo de encampação dos serviços de bonde (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	174

	Págs.
— Companhia Telefônica Brasileira. Contrato firmado com a P.D.F., para o serviço telefônico no Distrito Federal, em 26 de setembro de 1953. Lei municipal n.º 778, de 1953 (Legislação) — vol. 1 ..	481
— Companhia Telefônica Brasileira. Relatório da Comissão Fiscalizadora. Lei municipal n.º 778, de 1953 (Assuntos de interesse geral) — vol. 6	628
— De eletricidade. Constituições de 1931, 1934 e 1937. Código de Águas. Contrato com a Rio Light para o fornecimento de energia elétrica ao Rio de Janeiro — <i>Josino de Araújo Medeiros, Benedito Barros, Gustavo Philadelpho Azevedo, José Emygdio de Oliveira, José Goes Xavier de Andrade, Nelson de Azevedo Branco, Paulo Germano de Magalhães, Voltaire Moisés de Souza</i> (Razões forenses) — vol. 9	112
— De energia elétrica. Ligação definitiva. Responsabilidade da concessionária — <i>Amilcar Paranhos da Silva Velloso</i> (Parecer) — vol. 14	362
— De energia elétrica para iluminação. Inadimplemento da concessionária. Multa contratual — <i>Letácio Jansen Junior</i> (Parecer) — vol. 14	366
— De exploração dos postos de gasolina da P.D.F. Lei Municipal n.º 799, de 1954 (Legislação) — vol. 1	645
— De iluminação. Multas contratuais. Atualização dos valores — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 14	350
— De iluminação. Quota de fiscalização. Direito do Estado da Guanabara ao recebimento — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 12	638
— De iluminação. Remoção e abaixamento de postes. Obrigação das concessionárias — <i>Amilcar Paranhos da Silva Velloso</i> (Parecer) — vol. 13	449
— De portos. Competência da União — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 11	565
— De serviço público. Bens reversíveis. Proibição de alienação. Lei n.º 818, de 1955 — vol. 2	559
— De serviço público. Desapropriação. Mercado Municipal — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 3	406
— De serviço público. Em regime <i>holding</i> (Lei norte-americana de 1935) — vol. 10	334
— De serviço público. Histórico dos sistemas contratuais (Razões forenses) — vol. 9	78
— De serviço público. Isenção fiscal. Desde o momento em que o poder concedente, que é o poder competente para tributar e isentar, reconhece à concessionária no próprio contrato de concessão o direito à isenção do pagamento do imposto de transmissão, não pode, em linha de princípio, abster-se de expedir a necessária guia para que se opere a transferência de bens para o seu patrimônio. Fideicomisso de bens imóveis. O poder concedente, na posição de fiduciário dos bens da propriedade da concessionária, que os possui em fideicomisso, tem o direito de exercer tôdas as medidas conservatórias na hipótese em que a fideicomissária resolva dispor da sua propriedade (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	409

	Págs.
— De serviço público. Logradouro público. Quinta da Boa Vista. Permissão. Condições — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 4	380
— De serviço público. Necessidade de concorrência. Exploração de bombas de gasolina — <i>Pedro Firmeza</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 1	514
— De serviço público. Permissão. Serviços de transporte — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	563
— De serviço público. Posição do concessionário em face do Estado. Poder de polícia — <i>José de Miranda Valverde</i> (Parecer) — vol. 3	370
— De serviço público. Postos de gasolina em logradouro público — <i>Alto Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 5	140
— De serviço público. Postos de gasolina em logradouro público — <i>José de Miranda Valverde</i> (Parecer) — vol. 4	355
— De serviço público. Propriedade dos bens. Natureza. Reversão — <i>Afrânio de Carvalho</i> (Doutrina) — vol. 3	63
— De serviço público. Societé Anonyme du Gaz. Prorrogação. Reversão. Extinção. Intervenção — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 13	420
— De serviço público. Societé Anonyme du Gaz. Reversibilidade e impenhorabilidade dos bens — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 13	429
— De serviço público. Tarifa: natureza regulamentar. Revisão. Competência. Necessidade de autorização legal ou de contrato aprovado por lei — <i>Povina Cavalcanti</i> (Parecer) — vol. 3	364
— De serviço público estadual. Necessidade de concorrência pública — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 13	465
— De serviço telefônico. Representação diplomática. Adicional previsto no contrato. Isenção sob regime de reciprocidade — <i>Alto Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 4	387
— De uso. Construção de prédio pelo concessionário — <i>Maurício de Lacerda</i> (Parecer) — vol. 3	373
— <i>Deficit</i> . Das empresas do Grupo Light. Escrita única. Apuração — vol. 9	31
— Do serviço de bondes. Reversibilidade dos bens. Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico (Assuntos de interesse geral) — vol. 2	480
— Dos serviços de telefone. Tarifa. Regulamento dos serviços de utilidade pública — <i>José Goes Xavier de Andrade</i> (Parecer) — vol. 1	370
— Encampação dos serviços da Cia. Ferro Carril do Jardim Botânico. Cláusulas do acôrdo encampatório. Responsabilidade civil por atos de prepostos. Subsistência da responsabilidade da concessionária — (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	174
— Evasão de renda. Nos serviços de carris. Má administração (Razões forenses) — vol. 9	70
— Fiscalização de serviços públicos concedidos (Razões forenses) — vol. 9	72
— <i>Holdings companies</i> . Ação nefasta. A experiência norte-americana. Litisconsórcio (Razões forenses) — vol. 9	11
— Lei norte-americana das concessionárias de serviço público — vol. 10	334

	Págs.
— Pôrto do Rio de Janeiro. Natureza federal dos serviços portuários. Competência da União para conceder ou arrendar os portos — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 11	565
— Postes. Remoção e rebaixamento por interesse público. Obrigação das concessionárias — <i>Amílcar Paranhos da Silva Veloso</i> (Parecer) — vol. 13	449
— Serviço de bondes. Reversibilidade dos bens. Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico (Assuntos de interesse geral) — vol. 2	480
— Serviços de utilidade pública. Regulamentação. Tarifas — <i>José Goes Xavier de Andrade</i> (Parecer) — vol. 1	370
— Tarifas de serviço público e empresa privada — <i>Américo Barbosa de Oliveira</i> (Doutrina) — vol. 9	473
CONCORRÊNCIA — Pública. Anulação. Justa causa — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	551
— Pública. Concessão de serviço público. Arrendamento de bem público. Bombas de gasolina — <i>Pedro Firmeza</i> (voto no Tribunal de Contas) — vol. 1	514
— Pública. Dispensa, a juízo do Executivo — <i>Paulo Filho</i> (Parecer) — vol. 3	611
— Pública. É nula a cláusula de preferência à renovação de contrato desde que infrinja o regime de concorrência pública estabelecido em lei (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	275
— Pública. Locação de bens imóveis e fornecimento de material. Exclusividade — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 7	561
— Pública. Registro de fornecedor. Cancelamento. Inidoneidade — <i>Antônio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 13	462
CONCURSO — Candidata classificada. Provas prestadas por ordem judicial. Direito à nomeação — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	373
— Candidatos inscritos em concurso para provimento de cargos públicos, dispondo de mera expectativa de direito à nomeação, não têm qualidade para impetrar mandado de segurança contra o preenchimento, ilegal, embora, dos mesmos cargos; tal o caso da efetivação de interinos na carreira de Procurador do IAPI (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	241
— Cargo público. Provimento — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 3	492
— Cargos extintos após a realização. Situação dos candidatos aprovados — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	268
— Concurso de seleção não é a mesma coisa que exame de admissão. A autoridade administrativa pode estabelecer normas suplementares, nos concursos de seleção, desde que não sejam contrárias às leis (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	469
— Concurso; prazo de sua validade; expiração; impossibilidade de reabertura do prazo por decisão judicial (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	252
— Efetuado o concurso, as nomeações devem obedecer à ordem de classificação. É ilegal a efetivação de interinos habilitados no concurso com preterição de candidatos de melhor classificação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	308
— Fôrça Expedicionária Brasileira. Prioridade de seus integrantes em concursos. Lei Municipal n.º 796, de 1954 — vol. 1	645

	Págs.
— Inscrição em concurso; indeferimento; não exibição de títulos que justifiquem a inscrição do concorrente (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	255
— Interinidade e efetivação. Aspectos que sugerem o estudo da matéria à luz da doutrina e jurisprudência. Situação do servidor interino em face da realização do concurso — <i>Geraldo Tavares de Melo</i> (Doutrina) — vol. 3	205
— Interino habilitado. Ordem de classificação — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	638
— Interino habilitado. Sujeição à ordem de classificação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	275
— Não há confundir, no sistema do Decreto Municipal n.º 13.590, de 1957, exame de admissão com exame de seleção; o primeiro, requisito indispensável à inscrição no segundo. Mesmo que aprovadas no exame de seleção, só têm direito à matrícula na Escola Normal Carmela Dutra as candidatas que estiverem dentro do número de vagas existentes, estabelecido pelo Diretor da Escola (TJEG) — vol. 10	488
— Para a Prefeitura do Distrito Federal. Prioridade para os integrantes da FEB (Lei n.º 796, de 1954) — vol. 1	645
— Para cargo público. Prova de “antecedentes sociais”. Para ingresso na função pública (concurso para agrônomo), legítima é a exigência da prova de “antecedentes sociais”, que não se confunde com o “atestado de ideologia” — êste, sim, defeso pela Constituição e pelo Estatuto, desde que o primeiro se refere às atividades e o segundo às convicções do candidato (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	257
— Para habilitação a cargo público: ao Poder Judiciário cabe apenas verificar da legalidade do processo de concurso, escapando-lhe à competência apreciar programas, suprimir provas, alterar programas. O prudente arbítrio conferido aos examinadores para apreciar a capacidade dos candidatos ainda é o meio eficiente e essencial para a classificação (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	278
— Para magistério. Classificação em duas matérias. Acumulação — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 7	595
— Para magistério. Mandado de segurança contra a realização. Denegação — <i>José Gomes Bezerra Câmara</i> (Sentença) — vol. 2	291
— Para Procurador do Estado. Mandado de segurança. Existência de direito líquido e certo (TJEG) — vol. 14	185 e 188
— Para Procurador do Estado. Mandado de segurança. Inexistência de direito líquido e certo — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Parecer) — vol. 14	188
— Para Procurador do Estado: regulamento, programa, provas, resultados (Assuntos de Interesse geral) — vol. 11, pág. 676, e 15	424
— Para Professor Catedrático. Mandado de segurança. Inidoneidade (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	358
— Prazo de sua validade; expiração; impossibilidade de reabertura por decisão judicial (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	252
— Prazo de validade. Prorrogação — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	593

	Págs.
— Recurso contra o julgamento. Competência para rejeição liminar — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 6	589
— São inconstitucionais o art. 6.º da Lei n.º 133, de 14 de outubro de 1948, e o § 2.º do art. 11 da Lei n.º 260, de 26 de novembro deste mesmo ano, por isso que violam o preceito contido no art. 186 da Constituição Federal de 1946 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	310
— Serviço público. Adquire direito à nomeação o candidato aprovado em concurso e na ordem da classificação, dentro das vagas existentes no prazo da validade do mesmo concurso (TJEG) — vol. 10	563
CONDICÃO JURÍDICA DOS BENS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DE FUNDAÇÃO — <i>Geraldo de Almeida Pinto</i> (Doutrina) — vol. 13	38
CONDOMÍNIO — Edifício de apartamentos. Instalação de café e bar. Oposição dos condôminos — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 11	117
— Edifício de apartamentos. Licença para obra em parte comum. Necessidade do consentimento de todos os condôminos — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	111
— Edifício de apartamentos. Modificação de partes comuns — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	108
— Edifício de apartamentos. Obra em parte comum. Oposição de promitentes compradores imitidos na posse — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	112
— Edifício de apartamentos sobre pilôis. Obra ilegal no andar térreo. Demolição — <i>Rochva Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	109
— Extinção. Desmembramento. Dois prédios em um só lote — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 6	491
— Terreno parcialmente foreiro ao Estado. Remição — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 3	391
CONFISSÃO — Artigo 209 do Código de Processo Civil. Limites de sua aplicação à Fazenda Pública (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 7	399
CONSELHO DE CONTRIBUINTES — Competência. Matéria tributária — <i>Sabino Lamago de Camargo</i> (Parecer) — vol. 15	354
— Recurso para. Fiança — <i>Hugo de Aguiar Costa Pinto</i> (Parecer) vol. 15	352
CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DOS SERVIDORES DO ESTADO — Legislação. Regulamento. Regimento interno. Finalidades — vol. 14	422
CONSTITUCIONALIDADE — Das leis. Competência do Tribunal de Contas para apreciá-la — <i>Ivan Lins</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 4	620
— Das leis. Competência dos Tribunais de Contas para apreciá-la — <i>Ivan Lins</i> (Doutrina) — vol. 8	128
— Das leis. Contrôle. Iniciativa do Poder Executivo — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	616
— Inconstitucionalidade. O quorum do artigo 200 da Constituição é apenas para procedência da arguição; os atos da autoridade pública são presumidamente constitucionais (STF) — vol. 2	179
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — <i>Oscar Saraiva</i> (Doutrina) — vol. 3	1

	Págs.
CONSTITUIÇÃO — Conteúdo jurídico do preâmbulo da Constituição e perenidade da sua proposição fundamental — <i>Alcino Pinto Falcão</i> (Doutrina) — vol. 2	45
— Direitos fundamentais do homem e direitos fundamentais assegurados na — <i>Alcino Pinto Falcão</i> (Doutrina) — vol. 12	13
— Preâmbulo: conteúdo jurídico. Proposição fundamental — <i>Alcino Pinto Falcão</i> (Doutrina) — vol. 2	45
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA GUANABARA — A organização dos Podêres — <i>Temístocles Cavalcanti</i> (Doutrina) — vol. 15	35
— Artigo 27, § 1.º, inciso IV. Residência no Estado como condição de elegibilidade para Governador — <i>Raul Brunini</i> (Informações ao Procurador Geral da República) — vol. 12	666
— Art. 30, XIV. Declaração de inconstitucionalidade (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 15	262
— Estudos sobre a — <i>Diversos autores</i> (Doutrina) — vol. 15	1
— Idéias gerais influenciadoras e antecedentes — <i>Alomar Baleeiro</i> (Doutrina) — vol. 15	22
— O Ministério Público na — <i>J. B. Cordeiro Guerra</i> (Doutrina) — vol. 15	80
— O Orçamento na — <i>João Lyra Filho</i> (Doutrina) — vol. 15	51
— Os serviços públicos na — <i>Temístocles Cavalcanti</i> (Doutrina) — vol. 12	1
— Regime dos bens públicos imóveis na — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Doutrina) — vol. 14	102
— Texto. Índice remissivo. Índice comparativo com a Constituição Federal e com a dos outros Estados — vol. 11	717, 745 e 757
CONSTITUIÇÃO FEDERAL — A disponibilidade remunerada prevista no artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Doutrina) — vol. 7	302
— Acumulação de cargos públicos. Aplicação do artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, independente de subordinação ao artigo 185, disposição permanente da Constituição. Esta rege o futuro, aquêle restabelece o pretérito. As disposições constitucionais legais, ao tempo, não limitavam a acumulação apenas a dois cargos (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	233
— Acumulação remunerada. Disponibilidade decorrente do artigo 24 do ADCT — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 7....	613
— Artigo 18, § 3.º. Acôrdo. Descabimento. Serviços prestados por funcionários estaduais, em virtude de lei, no interesse da União — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 11	400
— Artigo 19, V. Cobrança do impôsto de vendas e consignações sobre frutas cítricas procedentes do Estado do Rio de Janeiro, vendidas a compradores domiciliados fora do território nacional (artigo 4, I, da Lei n.º 687, de 29 de dezembro de 1951). Inconstitucionalidade já reconhecida pelo Tribunal Pleno (TJEG) — vol. 7	460
— Artigo 24 do ADCT. Disponibilidade. Aproveitamento (TJEG) — vol. 7	466
— Artigo 31, V, b. Imunidade tributária. Instituição de ensino — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Pareceres) — vol. 6	533 e 538
— Artigo 141, § 36, III. Direito a certidão para defesa de interesse legítimo (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	186

	Págs.
— Artigo 148. Repressão a abusos do poder econômico. Empresas concessionárias associadas em <i>holding</i> (Razões forenses) — vol. 9 ..	86
— Artigo 151. Empresas concessionárias de serviços públicos. Fiscalização na revisão de tarifas (Razões forenses) — vol. 9	82 e 86
— Artigo 153. Concessão e fiscalização dos serviços de eletricidade. Competência estadual (Razões forenses) — vol. 9	122
— Artigo 182, parágrafos 3.º e 5.º. Militar em atividade que aceita cargo público permanente, estranho à sua carreira, deve ser transferido para a reserva (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 6	413
— Artigo 185. Reaproveitamento dos funcionários considerados em disponibilidade remunerada pelo artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não está sujeito às restrições do artigo 185 da Constituição Federal, quanto às acumulações remuneradas. A sentença em execução não vedou, como não poderia vedar, a Prefeitura do Distrito Federal de fazer reingressar no serviço ativo tais servidores (TJEG) — vol. 7	468
— Artigo 188, II. Não há direito líquido e certo quando se trata de funcionário interino (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	392
— Artigo 194. Responsabilidade objetiva das pessoas de direito público interno — <i>Manuel de Castro Cerqueira</i> (Doutrina) — vol. 2	60
— Conteúdo jurídico do preâmbulo da Constituição e perenidade da sua proposição fundamental — <i>Alcino Pinto Falcão</i> (Doutrina) — vol. 2	45
— Impôsto de renda sobre a profissão de jornalista: o art. 208 da Constituição não distingue entre complementar e cedular. A isenção é ampla: ante êle quedou-se inerte o art. 24, § 1.º, do Decreto 5.844, de 23 de setembro de 1943 (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 5	115
— Inconstitucionalidade: o <i>quorum</i> do artigo 200 da Constituição é apenas para procedência da arguição; os atos da autoridade pública são presumidamente constitucionais (STF) — vol. 2	179
— Índice comparativo com as estaduais — vol. 11	757
— Jornalista. Isenção de impôsto nos termos do artigo 27 das Disposições Transitórias da Constituição Federal. Como deve ser interpretada (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	317
— O artigo 193 da Constituição Federal não é <i>self executing</i> (STF) — vol. 6	386
— O direito dos que acumulavam cargos públicos, cassado pela Carta de 1937, foi restaurado pelo artigo 24 do ADCT de 1946, sem as limitações constantes do artigo 185 da Constituição vigente (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	214
— Observações sobre a aposentadoria dos servidores públicos no regime da Constituição de 1946 — <i>Romão Côrtes de Lacerda</i> (Doutrina) — vol. 3	40
— Reforma constitucional. Anteprojeto (Assuntos de interesse geral) — vol. 6	693
— São inconstitucionais o artigo 6.º da Lei n.º 133, de 1948, e o § 2.º do artigo 11 da Lei n.º 260, de 26 de novembro do mesmo ano, por isso que violam o preceito contido no artigo 186 da Constituição Federal de 1946 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	310

	Págs.		Págs.
— Venda para o estrangeiro de frutas produzidas no Estado do Rio feita por comerciante do Distrito Federal. Tal venda não está sujeita ao imposto sobre vendas e consignações da Lei distrital n.º 687. Aplicação dos artigos 19, V, e 27 da Constituição. Inconstitucionalidade de lei. Uma vez decidida pelo Tribunal Pleno, só se procede de novo ao <i>per saltum</i> havendo razões relevantes (TFR) — vol. 7	426	— De obra pública. Reajustamento — <i>Eugênio de Vasconcelos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13	489
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO — Sistema francês: estrutura e poderes — <i>Sergio de Andréa Ferreira</i> (Doutrina) — vol. 15	154	— De obra pública. Reajustamento — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 13	437
CONTEÚDO DO ATO JURÍDICO ADMINISTRATIVO — <i>Pontes de Miranda</i> (Doutrina) — vol. 1	22	— De obra pública. Reajustamento de preços. Requisitos — <i>Pedro Firmeza</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	445
CONTEÚDO JURÍDICO DO PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO E PERENIDADE DA SUA PROPOSIÇÃO FUNDAMENTAL — <i>Alcino Pinto Falcão</i> (Doutrina) — vol. 2	45	— De obra pública. Regime de administração contratada. Registro no Tribunal de Contas — <i>Olympio de Melo</i> e <i>João Lyra Filho</i> (votos no Tribunal de Contas), <i>Edgar de Arruda</i> (Parecer) — vol. 1	501
CONTRATO — A revisão de preços no contrato de empreitada e as fórmulas de reajustamento — <i>Danilo Boeckel</i> (Doutrina) — vol. 10	91	— De obra pública. Revisão de preço. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i> . Elevação do índice mínimo salarial — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 3	397
— Aplicação da lei estrangeira ao celebrado no Brasil — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 11	29	— De pessoal. Convocação do servidor para serviço militar. Efeitos — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	328
— Conexão de contratos. Abertura de crédito e compra e venda a prazo. Tratamento jurídico-fiscal — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Parecer) — vol. 13	513	— De pessoal. Fixação de requisitos — <i>Edmilson Perdigão Nogueira</i> (Parecer) — vol. 13	309
— Conexão de contratos. Unidade econômica. Tratamento jurídico-fiscal — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 11	280	— De pessoal. Provas de seleção. Dispensa dos inabilitados — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	347
— De trabalho. Estipulação salarial em moeda estrangeira. Critério para conversão — <i>Sérgio Ferraz</i> (Doutrina) — vol. 15	244	— Declaração de inidoneidade para transacionar com a Prefeitura — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	558
— Desapropriação de contrato de direito público — <i>Elmano Cruz</i> (Doutrina) — vol. 4	35	— Desapropriação de — <i>Elmano Cruz</i> (Doutrina) — vol. 4	35
— <i>Exceptio non adimpleti contractus</i> . Artigo 1.920 do Código Civil. Doutrina e jurisprudência (Razões forenses) — vol. 9	105	— É formalidade essencial ao contrato administrativo o seu registro pelo Tribunal de Contas (STF) — vol. 10	392
CONTRATO ADMINISTRATIVO — Administração contratada. Sua natureza e efeitos na doutrina nacional e estrangeira. Registro de contrato com voto vencido — <i>Olympio de Melo</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 1	501	— É nula a cláusula de preferência à renovação de contrato, desde que infrinja o regime de concorrência pública. estabelecido em lei (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	275
— Com firma de cuja administração participe funcionário. Limites da proibição — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 13	439	— Empréstimo do Banco do Estado a empresa concessionária. Cobrança da dívida vencida. Posição do Estado — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Parecer) — vol. 13	445
— Contrato de direito público, celebrado após tomada irregular de preços. Ilegitimidade de interesse de quem procura fraudar a concorrência. Nulidade de contrato não registrado no Tribunal de Contas do Distrito Federal e celebrado em desacôrdo com a lei, inclusive sem autorização e sem crédito concedido pela Câmara de Vereadores (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	254	— Empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Banco do Estado da Guanabara. Cláusula compromissória. Taxa de câmbio para reembolso do capital e juros. Vinculação de receitas estaduais ao pagamento do empréstimo. Aprovação, pelo mutuante, dos contratos firmados para execução de projetos — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Parecer) — vol. 12	643
— De obra pública. Concordata da adjudicatária. Efeitos — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 14	372	— O arrendamento de bens públicos se rege pelas normas do direito administrativo (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 10	575
— De obra pública. Contrato misto de preço global e preços unitários — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 3	401	— Obra pública. Contrato misto de preço global e preços unitários — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 3	401
— De obra pública. Elevação do salário mínimo. Revisão dos preços contratuais (Mensagem n.º 22, de 1954) — vol. 1	440	— Os contratos de arrendamento de restaurantes balneares, com objetivos turísticos, não se enquadram na legislação do inquilinato. São contratos de direito público, cuja vigência depende, além doutros requisitos, do registro de cláusulas aditivas pelo Tribunal de Contas (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	301
— De obra pública. Multa contratual excedente da força da caução — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 4	411	— Recusa de registro. Efeitos. Remessa ao Poder Legislativo. Artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal e artigo 20, § 1.º, da Lei Orgânica do Distrito Federal — <i>Pedro Firmeza</i> (Votos no Tribunal de Contas) — vol. 2	442
		— Registro de fornecedor. Declaração de inidoneidade — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	558

	Págs.
— Registro no Tribunal de Contas: quando é necessário. Receita e despesa. Gestão financeira e gestão patrimonial — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 13	193
— Renovação. Cláusula de preferência. Nulidade (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	275
— Rescisão. Indenização. Túnel Catumbi-Laranjeiras — <i>Pedro Firmeza</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	437
— Rescisão amigável ou administrativa. Empenho. Cancelamento de saldos — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 13	442
— Rescisão com indenização — <i>Pedro Firmeza</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	437
— Revisão de preços. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i> — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 6	605
— Sendo nulo o contrato de locação feito com uma autarquia, em desacôrdo com a lei, cabe rescisão de contrato e reintegração de posse (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	145
— Venda de imóveis estaduais. Alteração de cláusula contratual. Autorização legislativa — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 13	388
CONTRIBUIÇÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — <i>Caio Tácito</i> (Doutrina) — vol. 13	1
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA — Sua aplicação no Distrito Federal — <i>Hilton J. Gadret</i> (Doutrina) — vol. 7	65
— <i>Barbosa Lima Sobrinho, Manuel de Carvalho Barroso, Américo Werneck Júnior, Haroldo Bezerra Cavalcanti, Hilton Jesus Gadret, José Luiz Vieira de Castro</i> (Relatório e Anteprojeto de lei) — vol. 3	549
CONTRIBUIÇÃO PARA A DEFESA DOS SÍTIOS PITORESCOS DO RIO DE JANEIRO — <i>José de Oliveira Reis</i> (Doutrina) — vol. 6	302
CONVÊNIO — Funcionários estaduais. Prestação de serviços no interesse da União. Descabimento de remuneração pelos cofres federais — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 11	400
CORDEIRO GUERRA, J. B. — O Ministério Público na Constituição do Estado da Guanabara (Doutrina) — vol. 15	80
CORPO DE BOMBEIROS — Acesso de brasileiros naturalizados aos seus postos — <i>Pedro Paulo Cristóvão</i> (Parecer) — vol. 15	356
CORREÇÃO MONETÁRIA — A indexação dos empréstimos assistenciais — <i>Amílcar de Araújo Falcão</i> (Doutrina) — vol. 14	19
— Imóveis foreiros ao Estado. Atualização do valor dos foros — <i>Sérgio Ferraz</i> (Parecer) — vol. 15	406
— No direito privado — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 15	137
COTRIM NETO, A. B. — Acumulação de função pública, com mandato eletivo. Compatibilidade (Parecer) — vol. 3	583
— Companhia de Transportes Coletivos do Distrito Federal (Projeto de Lei n.º 248/56) — vol. 4	589
— Do contrôle estatal sobre as autarquias (Doutrina) — vol. 11 ..	15
— Disponibilidade dos bens imóveis da PDF. Comodato (Parecer) — vol. 2	401
— Processo do empreendimento estatal nos Estados Unidos (Doutrina) — vol. 13	28

	Págs.
CRÉDITO FISCAL — Cobrança no processo falimentar. Dívidas do falido e dívidas da massa. Multas fiscais e penas pecuniárias de natureza administrativa — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Doutrina) — vol. 4	101
— Dívida ativa. Conceituação. Inscrição de dívida. Pagamento em apólices — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 7 ..	494
— Proibição de compensação com créditos do contribuinte — <i>Maurício de Lacerda</i> (Parecer) — vol. 7	503
(Ver também DÍVIDA FISCAL)	
CRECÊNCIO LIUZZI — Enfitese. Transferência do domínio útil. Direito de opção (Parecer) — vol. 11	509
CRUZ VERMELHA — Emblema. Uso pela Assistência Médica Municipal — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 6	621
CUMPLIDO DE SANTANA, ARTUR — Poder de polícia. Ruína iminente. Demolição (Parecer) — vol. 1	324
CUSTAS — As despesas judiciais, inclusive os honorários de perito, nas perícias requeridas pela Fazenda Pública, serão pagas a final, pelo vencido, não tendo fundamento a exigência de depósito previamente à juntada do laudo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 15	288

D

DA ASSISTÊNCIA NA EXECUÇÃO — <i>Eliézer Rosa</i> (Doutrina) — vol. 1	43
DA COMPETÊNCIA DOS ESTADOS PARA ORGANIZAR AS JUNTAS DE COMÉRCIO — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 13	50
DÁ COMPETÊNCIA ESTADUAL PARA REGULAR A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E CONSEQÜENTEMENTE OS DEPÓSITOS JUDICIAIS — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 12	73
DA INTANGIBILIDADE DOS BENS PÚBLICOS — <i>Jônatas Milhomens</i> (Doutrina) — vol. 2	71
DA NÃO ISENÇÃO E DA NÃO IMUNIDADE FISCAL DOS BENS DAS AUTARQUIAS — <i>Wilson Melo da Silva</i> (Doutrina) — vol. 2	126
DA RESPONSABILIDADE QUINQUENAL DO EMPREITEIRO. CONCEITO DE SOLIDEZ E SEGURANÇA — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Doutrina) — vol. 13	14
DA VALIDADE DAS CONVENÇÕES SOBRE FÓRO DO CONTRATO E DA APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA ÀS CONVENÇÕES CELEBRADAS NO BRASIL — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 11	29
DANILO BOECKEL — A revisão de preços no contrato de empreitada e as fórmulas de reajustamento (Doutrina) — vol. 10	91
DAS AÇÕES E PRESCRIÇÕES NO CÓDIGO BRASILEIRO DO AR — <i>Antônio Vieira Braga</i> (Doutrina) — vol. 6	151
DAS CERTIDÕES PARA DEFESA DE DIREITO — <i>Mário A. Freire</i> (Doutrina) — vol. 4	135
DAS FUNÇÕES CONSTITUINTES DA CÂMARA DO DISTRITO FEDERAL — <i>Erasmo Martins Pedro</i> (Parecer) — vol. 10	171

	Págs.
DEFESA DO DIREITO AUTORAL — <i>Oliveira e Silva</i> (Doutrina) — vol. 5	51
DEMOLIÇÃO — Ação cominatória para o efeito de demolição de construção dita prejudicial à visibilidade de monumentos tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional: sua improcedência face ao laudo pericial, que nega a alegada invisibilidade, e às circunstâncias da existência de alvará de licença para construção, preenchidos os requisitos legais (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 3	244
— Administrativa. Facultatividade da ação cominatória — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 8	34
— Administrativa. Prédio em ruína iminente — <i>Artur Cumpido de Santana</i> (Parecer) — vol. 1	324
— Administrativa. Prédio em ruína iminente — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 13	383
— Administrativa. Prédio em ruína iminente — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	225
DEPARTAMENTO DA RENDA MERCANTIL — Imposto de vendas e consignações. Respostas a consultas — vol. 3	570
— Utilização de antigos modelos de livros fiscais (Ordem de Serviço n.º 16) — vol. 3	570
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — Desapropriações e aquisições de imóveis promovidas pelo (Decreto municipal n.º 12.570, de 1954) — vol. 1	674
— Natureza jurídica. Vencimentos correspondentes ao cargo de diretor — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	277
— Subordinação à Administração centralizada. Registro de fornecedor. Cancelamento — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	565
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL — Transferência para o Estado da Guanabara — <i>Jósio de Sales</i> (Ofício) — vol. 13 ..	557
DEPOIMENTO SOBRE PAULO DE FRONTIN — <i>Luiz Pereira de Simões Filho</i> (Doutrina) — vol. 4	96
DEPÓSITO JUDICIAL — Competência do Estado para regulá-lo — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 12	73
DESAPROPRIAÇÃO — Aplicação do imóvel desapropriado a outra finalidade pública. Entrega a entidade privada que exerce funções de interesse público. Descabimento de retrocessão ou indenização (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 13	105
— Área remanescente. Investidura — <i>Benedito Barros</i> (Parecer) — vol. 11	85
— Área remanescente. Investidura — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 2	354
— Área remanescente encravada. Servidão — <i>Letácio Jansen Júnior</i> (Parecer) — vol. 13	363
— Caducidade. A caducidade, atingindo o título e jamais o direito, determina apenas a ineficácia do ato depois de transcorrido um certo período de tempo, dentro do qual sua eficácia é limitada. Prazo. Constituinto a improrrogabilidade do prazo uma característica da caducidade, a exemplo do que ocorre com a decadência, não é possível que se lhe apliquem, por analogia, as normas de interrupção	

	Págs.
inerentes à prescrição. Desapropriação. Desde que a pública administração usa do direito constituído no decreto de desapropriação, propondo dentro do quinquênio legal a ação competente, o respectivo título não mais poderá ser atingido pela caducidade de que trata o artigo 10 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1945 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	419
— Concessão de serviço público. Mercado Municipal — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Visto a parecer) — vol. 3	407
— Concessão de serviço público. Mercado Municipal. Extinção antes do termo final — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 3 ..	406
— Construção. Alvará. Denegação pela Municipalidade sob o fundamento de que há expectativa de desapropriação do terreno. Inadmissibilidade. Segurança concedida. Recurso provido. A simples expectativa de desapropriação, nem sequer decretada, não constitui motivo legal que obste ao direito de construir em terreno abrangido pela projetada obra pública (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 6 ..	476
— De contrato de direito público — <i>Elmano Cruz</i> (Doutrina) — vol. 4 ..	35
— De glebas rurais. Fomento à produção e amparo ao trabalhador agrícola. Terras devolutas. Lei municipal n.º 671, de 1951. Direito de propriedade. Restrições por interesse social — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 2	307
— Declaração de utilidade pública. Revogação do decreto. Ação expropriatória já julgada. Efeitos. — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer), <i>Luiz Machado Guimarães</i> e <i>Aleides Bernardino de Campos</i> (Razões forenses), <i>A. Sabóia Lima</i> (Despacho), <i>Romão Côrtes da Lacerda</i> (Parecer) — vol. 7	432
— Decreto-lei n.º 3.365/41. Histórico da sua elaboração — <i>Henrique Dodsworth</i> (Doutrina) — vol. 5	1
— Desapropriações promovidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (Decreto Municipal 12.570, de 1954) — vol. 1	674
— Desistência. Imissão provisória na posse — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 4	408
— Dívidas fiscais relativas a imóveis desapropriados. Responsabilidade. Suspensão, cancelamento e transferência — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 14	261
— Do domínio útil pelo Estado. Imóvel foreiro à União. Inexigibilidade de laudêmio — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 13	397
— Documentos exigíveis do expropriado — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 7	507
— É a ação possessória, e não o despejo, a cabível para que a Prefeitura obtenha a desocupação de prédios desapropriados ocupados por terceiros (TJEG) — vol. 10	570
— É de natureza precária a ocupação que a Prefeitura concede ao antigo locatário de prédio desapropriado, embora lhe cobre alugueres. Fica satisfeita a exigência da prévia notificação quando entre esta e o requerimento de despejo decorre o prazo legal (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	361

	Págs.
— É nulo o ato de desapropriação quando não visa ao interesse público, mas ao de determinada entidade privada (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	348
— Favelas. Desapropriação para impedir despejos. Pagamento em apólices — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 7	509
— Feita pela SURSAN. Área remanescente. Investidura. Destino do preço — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 14	232
— Florestas. Áreas <i>non aedificandi</i> . Lei n.º 948, de 1959: condições de sua aplicação — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 15 ...	380
— Imissão provisória na posse. Valor do depósito. Competência do Governador para decretar a desapropriação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	159
— Imóvel atingido por. Legalização de obra — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	135
— Imóvel atingido por decreto de desapropriação. Situação fiscal — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 6.	514
— Imóvel declarado de utilidade pública. Construção de benfeitorias. Não-indenização — <i>Flávio Pôrto Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	508
— Imóvel desapropriado. Ação de reintegração de posse. Competência para o ajuizamento — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 7	571
— Imóvel desapropriado. Autorização para construção — <i>Edson de Almeida Brasil</i> (Parecer) — vol. 14	225
— Imóvel desapropriado, mas ainda não utilizado. Subsistência do P.A. Descabimento de retrocessão — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 4	403
— Imóvel desapropriado. Ocupação a título precário — <i>Sabino Lemego de Camargo</i> (Parecer) — vol. 13	391
— Imóvel locado. Fundo de comércio — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 13	367
— Imóvel totalmente atingido por P.A. Necessidade de desapropriação — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	480
— Indireta. Registro do imóvel em nome do Estado. Condições — <i>Paulo Barros de Araújo Lima</i> (Parecer) — vol. 13	371
— Mandado de segurança. Realização de obras em imóvel declarado de utilidade pública, para desapropriação. Fixação do estado físico da coisa. Artigo 26, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 3.365, de 1941. Ressalvada a não-indenizabilidade das benfeitorias, não se justifica a oposição da autoridade expropriante (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	348
— Modificação do P. A. Derrogação do decreto de utilidade pública. Preempção legal — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 14	214
— Modificação do P.A. Extinção da ação expropriatória — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 13	338
— Nulo é o decreto de desapropriação quando invoca motivo patentemente contrário à verdade dos fatos e somente poderia beneficiar o interesse particular de comerciantes (TJEG) — vol. 10...	525

	Págs.
— Pagamento da indenização, em processo de desapropriação, por meio de apólices. Constitucionalidade — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 3	450
— Para reserva florestal. Aplicação do imóvel a outra finalidade, também pública — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> — (Pareceres) — vol. 15	335 e 338
— Pela União, antes do Código Civil. Transferência do imóvel ao antigo Distrito Federal. Registro — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 14	337
— Perda e aquisição da propriedade. Momento consumativo — <i>Ebert Chamoun</i> (Doutrina) — vol. 11	1
— Por concessão. Mudança de destinação. Retrocessão — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 6	515
— Por sociedade de economia mista. Áreas de propriedade privada e áreas foreiras ao Estado — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 12	604
— Por utilidade pública. Pode a Prefeitura desistir de consumir a expropriação de um imóvel mesmo depois de julgado o processo em superior instância (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	432
— Por zona. Cessão de uso de imóveis desapropriados, enquanto não executado o plano urbanístico — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	87
— Retrocessão. Está hoje substituída pela preferência legal. O Decreto-lei n.º 3.365, de 1941, não revogou os artigos 1.150 e 1.156 do Código Civil. Cabimento da indenização nos casos de permuta e expropriação parcial, se não observado o disposto no artigo 4.º da lei de desapropriação, concessão única no caso de destinação diversa dada a imóvel desapropriado e em parte negociado com terceiro (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	125
— Sentença não executada. Revogação superveniente do P.A. — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 14	217
— Urbanização. Valor de projeto aprovado (P.A.) que atinge totalmente o imóvel. Necessidade de desapropriação — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	480
DESAPROPRIAÇÃO DE CONTRATO DE DIREITO PÚBLICO — <i>Elmano Cruz</i> (Doutrina) — vol. 4	35
DESDOBRAMENTO DA ENFITEUSE TENDO POR OBJETO A TRANSFERÊNCIA DE PARTES IDEAIS DO TERRENO JÁ AFORADO — <i>Carlos de Oliveira Ramos</i> (Doutrina) — vol. 8...	69
DESMEMBRAMENTO — Área mínima dos lotes. Eficácia dos planos urbanísticos não convertidos em Decreto — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	88
— Casas de vila. Certidão para prova no Registro de Imóveis — <i>Francisco de Assis Barbosa</i> (Parecer) — vol. 12	545
— Especial. Vila. Requisitos. Termo de doação. Desnecessidade de registro no Tribunal de Contas — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 13	142
— Extinção de condomínio. Dois prédios em um só lote — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 6	491

	Págs.
— Remição de aforamento. Situações anteriores ao Código de Obras — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 3	386
— Restrição legal posterior à aprovação. Inexistência de direito adquirido — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	180
— Terreno hipotecado. Necessidade da autorização do credor hipotecário — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	92
— Vila em terreno foreiro ao Estado. Venda de uma casa em separado — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 5	173
DESPACHANTE — Condição jurídica. Aposentadoria — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	272
— Municipal. Aposentadoria — <i>Milton José Raulino Müller</i> (Parecer) — vol. 3	503
— Municipal. Exercício da função por servidor federal aposentado. Inexistência de proibição legal — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	671
— Municipal. Não exclusividade da representação perante as repartições locais. Sindicatos — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 6	60
— Municipal. Natureza da função. Impedimentos — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	654
DIOGO DE FIGUEIREDO — O abuso de direito na retomada por livre conveniência do locador (Doutrina) — vol. 15	253
DIREITO — O ensino do. Deficiências — <i>Roberto Lyra</i> (Doutrina) — vol. 12	23
DIREITO ADMINISTRATIVO — Conceito. Evolução — <i>João de Oliveira Filho</i> (Doutrina) — vol. 14	1
— Conceituação — <i>Humberto Grande</i> (Doutrina) — vol. 4	90
— Posição do — <i>João Lyra Filho</i> (Doutrina) — vol. 1	9
DIREITO ANGLO-AMERICANO — Curso especializado sobre — <i>José Goes Xavier de Andrade</i> (Relatório) — vol. 8	274
DIREITO AUTORAL — Defesa do — <i>Oliveira e Silva</i> (Doutrina) — vol. 5	51
DIREITO DAS SUCESSÕES — Legislação pertinente — vol. 3 .. 649 a	726
DIREITO DE CONSTRUIR — Abertura de janelas — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Doutrina) — vol. 10	82
— Ação cominatória para o efeito de demolição de construção dita prejudicial à visibilidade de monumentos tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional: sua improcedência face ao laudo pericial, que nega a alegada invisibilidade, e à circunstância da existência de alvará de licença para construção, preenchidos os requisitos legais (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	244
— Alteração da finalidade indicada no projeto aprovado. Cassação de licença (TJEG) — vol. 10	557
— Área encravada. Prova da existência da servidão — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	64
— Caso do Edifício Cristal. O direito de construir e a anulação, pela própria Administração, do ato administrativo ilegal — <i>Amilcar Paranhos da Silva Veloso</i> (Razões forenses) — vol. 11	655

	Págs.
— Código de Obras. Alterabilidade por decreto executivo. Multas progressivas: limite — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 13	149
— Construção. Alvará. Denegação pela Municipalidade sob o fundamento de que há expectativa de desapropriação do terreno. Inadmissibilidade. Segurança concedida. Recurso provido. A simples expectativa de desapropriação, nem sequer decretada, não constitui motivo legal que obste ao direito de construir em terreno abrangido pela projetada obra pública (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 6	476
— Construção. Tijolos de vidro. Art. 573 do Código Civil — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 2	300
— Construção clandestina. Legalização — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 3	466
— Construção clandestina. Legalização. Prova do domínio — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 3	465
— Construção em rua de vila. Situação jurídica. Domínio e servidão de passagem — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	67
— Construção ilegal. "Habite-se". Concessão por ordem judicial. Mais-valia — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 13	152
— Construção ilegal. Impossibilidade de prorrogação da licença — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	74
— Construção ilegal. Responsabilidade do proprietário — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	75
— Construção sem licença em caminho não reconhecido como logradouro. Impossibilidade de legalização — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	78
— Construção sem licença em loteamento não aprovado. Possibilidade de regularização — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 13	155
— Construções. Co-responsabilidade das firmas construtoras e dos profissionais (Mensagem n.º 8/955) — vol. 1	446
— Construções na praia da Gávea. Decreto municipal n.º 12.514, de 1954 — vol. 1	673
— Descabe a indenização pleiteada, uma vez inexistente, na espécie, ato ilícito da Prefeitura ré, tendo esta atuado dentro dos seus regulamentos administrativos e, com o plano urbanístico executado, permitido a valorização do imóvel do autor (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 10	507
— E regulamentos administrativos — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Doutrina) — vol. 2	29
— Edifício Cristal. O direito de construir e a anulação, pela própria Administração, do ato administrativo ilegal — <i>Amilcar Paranhos da Silva Veloso</i> (Razões forenses) — vol. 11	655
— Edifício de apartamentos. Modificação da fachada. Consentimento da totalidade dos condôminos — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	106
— Edifício em condomínio. Alteração interna da unidade. Legislação aplicável — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 7	482

	Págs.
— Edifício em condomínio. Licença para obra em parte comum. Necessidade do consentimento de todos os condôminos — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	111
— Edifício em condomínio. Modificação de parte comum — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	108
— Edifício em condomínio. Modificação de parte comum. Oposição de promitentes compradores imitidos na posse — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	112
— Edifício em condomínio. Obra em área comum. Necessidade do consentimento de todos os condôminos — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> — (Parecer) — vol. 13	159
— Edifício sobre pilotis. Obra ilegal no andar térreo. Demolição — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	109
— Florestas. Áreas <i>non aedificandi</i> . Desapropriação. Lei n.º 948, de 1959 — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 15	330
— Gabarito. Servidão administrativa. Restrição de altura na proximidade de fortificações — <i>Mamuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	499
— Habitação de tipo popular. Construção em desacôrdo com o projeto aprovado. Mais-valia — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 11.	127
— Ilha de Paquetá. Limitações — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 5	168
— Imóvel atingido por projeto de alinhamento. Construções irregulares — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	133
— Imóvel declarado de utilidade pública. Construção de benfeitorias. Não-indenização — <i>Flávio Pôrto Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	508
— Imóvel sujeito a recuo. Concessão de "habite-se" — <i>Antônio Franklin Bueno do Prado</i> — vol. 11	129
— Imóvel totalmente atingido por P.A. Necessidade de desapropriação — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	480
— Interpretação do artigo 572 do Código Civil. Idem, do Código de Obras do Distrito Federal (TJEG) — vol. 10	498
— Legalização de obra não licenciada. Descabimento da cobrança da mais-valia — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 13	164
— Lei nova. Aplicação aos processos em curso. Normas auto-executáveis e normas dependentes de regulamentação — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	150
— Licença de construção. Incidência de lei nova — <i>José Sabóia Viriato de Medeiros</i> (Parecer) — vol. 1	320
— Licença de construção. Lei aplicável. Alinhamento — <i>José Sabóia Viriato de Medeiros</i> (Parecer) — vol. 2	293
— Licença de construção. Necessidade de prova da propriedade — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Pareceres) — vol. 11	231 e 232
— Licença de construção. Necessidade de prova da propriedade do terreno — <i>Francisco de Assis Barbosa</i> (Parecer) — vol. 13.....	171
— Licença de construção. Obra em curso. Revogabilidade. Gabarito — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 6	479

	Págs.
— Licença de construção. Obra não iniciada. Disposições legais supervenientes — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 6...	484
— Licença de construção. Obra não iniciada. Lei nova — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 13	177
— Licença para construção. Prorrogação. Subordinação às novas exigências legais — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 11.....	168
— Licença de construção. Revogabilidade (TJEG) — vol. 10	543
— Licença de construção, irregularmente concedida. Anulação — (TJEG) — vol. 10	536
— Limite de profundidade e gabarito — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	215
— Mandado de segurança. Realização de obras em imóvel declarado de utilidade pública, para desapropriação. Fixação do estado físico da coisa. Artigo 26, § único, do Decreto-lei n.º 3.365, de 1941. Ressalvada a não-indenizabilidade das benfeitorias, não se justifica a oposição da autoridade expropriante (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	348
— Não incide na proibição do artigo 573 do Código Civil a colocação de tijolos de vidro, em paredes construídas nas linhas divisórias, desde que, não permitindo devassamento, não prescrevem contra o vizinho, que, a todo tempo, poderá vedar a claridade que dêles resulte — (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	320
— Novas condições para edificações no D.F. (Decreto municipal n.º 12.881, de 1955) — vol. 2	588
— O direito de construir e as responsabilidades decorrentes das construções — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 8	150
— O Poder Público age em nome da coletividade, de modo que não pode haver direito líquido e certo admissível de reverter em prejuízo da coletividade. Assim, a demora da concessão da licença para construir não pode caracterizar um direito líquido e certo do indivíduo, se há perspectiva de ofensa ao interesse público (T. J. Bahia) — <i>Comentário</i> — vol. 5	123
— Passagem entre logradouros por imóvel particular. Uso público. Fechamento — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 14	247
— Penalidades para a inobservância do regulamento de obras (Mensagem n.º 7/1955) — vol. 11	443
— Poder de polícia; exerce-o legitimamente a autoridade exigindo rigoroso cumprimento das posturas municipais e fiel observância das plantas aprovadas para construções, impedindo alterações não autorizadas (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	380
— Posturas municipais. Aplicação à União, aos Estados e autarquias — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 7	475
— Prédios de estrutura metálica ou concreto armado monolítico. Normas (Decreto municipal n.º 12.632, de 1954) — vol. 2	584
— Regulamentação de seus profissionais — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 10	36
— Restrições. Loteamento. Zona agrícola. Alterações do Código de Obras por decretos executivos — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 6	502

	Págs.
— Restrições administrativas. Código de Obras. Posturas regulamentares — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 11	93
— Restrições administrativas. Recuo — <i>Raymundo Faoro</i> (Doutrina) — vol. 13	81
— Restrições de vizinhança — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	164
— Restrições de vizinhança. Legalização de obra — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) vol. 11	143
— Restrições de vizinhança. Posição da Administração — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	229
— Restrições de vizinhança. Posição da Administração — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 13	161
— Terreno atingido por projeto de urbanização. Licença de obras. Condições (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	472
— Terreno baldio. Licença para construção de muro — <i>Voltaire Moisés de Souza</i> (Parecer) — vol. 7	485
— Urbanismo e Plano Diretor — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 7	1
— Urbanismo. Limitações ao uso da propriedade. Competência normativa. Plano diretor e regulamentação edilícia — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 8	1
— Urbanização. Valor de projeto aprovado (P.A.) que atinge totalmente o imóvel. Necessidade de desapropriação — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	480
DIREITO DE PROPRIEDADE — Ação cominatória para o efeito de demolição de construção dita prejudicial à visibilidade de monumentos tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 3	
244	
— Desapropriação de glebas rurais. Fomento à produção e amparo ao trabalhador agrícola. Terras devolutas. Lei municipal n.º 671, de 1951. Restrições por interesse social ao direito de propriedade — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 2	307
— Limitações. Conflitos de vizinhança. Direito de construir: restrições — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 8	150
— Limitações urbanísticas — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 11	93
— Limitações urbanísticas ao uso da propriedade — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 8	1
— Proteção constitucional. Restrições. Desapropriação e condições da propriedade — <i>Raymundo Faoro</i> (Doutrina) — vol. 13	81
— Restrições. Loteamento. Zona agrícola. Alterações do Código de Obras por decretos executivos — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 6	502
— Restrições ao. Urbanismo — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	219
DIREITO DE VIZINHANÇA — Abertura de janelas. Artigo 576 do Código Civil — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Doutrina) — vol. 10	
82	
— Construção. Tijolos de vidro. Art. 573 do Código Civil — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 2	300
— Emissão de fumaça. Vistoria administrativa. Art. 341 do Código de Obras — <i>Voltaire Moisés de Souza</i> (Parecer) — vol. 6	497

	Págs.
— Fechamento de vãos. Código Civil, art. 573, e Boletim 45-DED, item 55 — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 6	489
— Instalação de gasômetro em zona residencial. Proibição legal — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	137
— Inteligência dos artigos 572, 573 e 576 do Código Civil. Legalização de construção — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 13	161
— Interpretação do art. 572 do Código Civil e do art. 32 do Código de Obras. Afastamentos laterais (TJEG) — vol. 10	498
— Legalização de obra. Artigo 573 do Código Civil — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	143
— Licença de construção. Plano urbanístico. Art. 573 do Código Civil — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	164
— Não incide na proibição do artigo 573 do Código Civil a colocação de tijolos de vidro em paredes construídas nas linhas divisórias, desde que, não permitindo devassamento, não prescrevem contra o vizinho que, a todo tempo, poderá vedar a claridade que dêles resulte (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	320
— Posturas municipais em face do — <i>Francisco Pereira de Bulhões Carvalho</i> (Doutrina) — vol. 3	9
— Projeto de construção. Posição da administração — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	229
— Responsabilidade civil decorrente da ruína de edifícios — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 1	34
— Tijolos de vidro. Seu emprêgo a menos de metro e meio do vizinho. Artigo 573 do Código Civil — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 2	300
— Via pública; seu conceito jurídico. Fundo imobiliário. A circunstância material da confrontação dos prédios é que caracteriza o estado de vizinhança. Se a propriedade particular contesta com a via pública, tem sobre esta os direitos de servidão ativa, de que são corolários os atributos de acesso normal a esta. Assim as obras que se acrescentem em uma rua podem ser objeto de nunciação de obra nova (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	401
DIREITO PRIVADO — A distinção entre direito público e direito privado — <i>João José de Queiroz</i> (Doutrina) — vol. 2	
16	
DIREITO PROCESSUAL CIVIL — Variações sobre alguns temas de sua literatura — <i>Eliezer Rosa</i> (Doutrina) — vol. 15	
99	
DIREITO PÚBLICO — A distinção entre direito público e direito privado — <i>João José de Queiroz</i> (Doutrina) — vol. 2	
16	
— Nos Tribunais. Evolução, fundamentos, direito comparado, conclusões — <i>Raul Bernardo Nelson de Senna</i> (Doutrina) — vol. 4...	175
DIREITO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS — <i>Raul Bernardo Nelson de Senna</i> (Doutrina) — vol. 4	
175	
DIREITO TRIBUTÁRIO — Anteprojeto de Código Tributário Nacional. Configuração jurídica dos impostos de alçada estadual e municipal — <i>Gerardo de Oliveira Maldonado</i> (Doutrina) — vol. 8.....	
106	
— As fontes de receita da Prefeitura do Distrito Federal — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 6	214

	Págs.
— Direitos e deveres do cidadão perante o fisco — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 8	36
— Dívida fiscal. Proibição de compensação — <i>Maurício de Lacerda</i> (Parecer) — vol. 7	503
— Interpretação das leis fiscais — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 4	29
— O ensino do — <i>Ruy Barbosa Nogueira</i> (Doutrina) — vol. 12	49
— O problema da causa em direito tributário — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Doutrina) — vol. 7	239
— Relações entre a teoria e a prática — <i>Ruy Barbosa Nogueira</i> (Doutrina) — vol. 12	56
— Tributos. Natureza. Taxas e contribuições especiais — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 3	414
DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃO PERANTE O FISCO — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 8	36
DIREITOS FUNDAMENTAIS DO HOMEM SERÃO UM "ALIUD" EM RELAÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO? — <i>Alcino Pinto Falcão</i> (Doutrina) vol. 12	13
DIREITOS REAIS — Figuras aproximadas. Semelhanças e diferenças — <i>Vicente Rao</i> (Doutrina) — vol. 6	128
DISPONIBILIDADE — Acumulação de cargos públicos. Aplicação do art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, independente de subordinação ao art. 185, disposição permanente da Constituição. Esta rege o futuro, aquêle restabelece o pretérito. As disposições constitucionais legais, ao tempo, não limitavam a acumulação apenas a dois cargos (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	233
— Acumulação remunerada. Artigo 24 do ADCT — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> — vol. 7	613
— Cargo público. Extinção. Proventos — <i>Geraldo Tavares de Mello</i> (Doutrina) — vol. 4	454
— Não é lícito acumular dois cargos técnicos e mais um de magistério, mesmo que um deles resulte de aproveitamento, determinado pelo Ato das Disposições Transitórias — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	328
— Não tem direito ao que dispôs o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quem apenas exercia, com os cargos que acumulava, uma função de natureza técnica, sendo a outra puramente administrativa (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	407
— O direito dos que acumulavam cargos públicos, cassado pela Carta de 1937, foi restaurado pelo art. 24 do ADCT, de 1946, sem as limitações constantes do art. 185 da Constituição vigente (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	214
— Reaproveitamento dos funcionários considerados em disponibilidade remunerada pelo art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não está sujeito às restrições do art. 185 da Constituição da República, quanto às acumulações remuneradas. A sentença em execução não vedou, como não poderia vedar, a Prefeitura do Distrito Federal de fazer reingressar no serviço ativos servidores (TJEG) — vol. 7	468

	Págs.
— Remunerada. Artigo 24 do ADCT — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Doutrina) — vol. 7	302
— Remunerada. Artigo 24 do ADCT. Acumulação. Aproveitamento — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 7	613
— Remunerada. Reaproveitamento. Artigo 24 do ADCT (TJEG) — vol. 7	466
DISTRITO FEDERAL — A intervenção no Distrito Federal em 1937 — <i>Irineu Machado</i> (Doutrina) — vol. 3	146
— As sesmarias da Cidade do Rio de Janeiro — <i>José Sabóia Viriato de Medeiros</i> (Parecer) — vol. 4	268
— Documentos comprobatórios do seu domínio quanto aos terrenos do morro de Santo Antonio (Assuntos de interesse geral) — vol. 1 ...	548
— Eleição de prefeito. Prorrogação e coincidência de mandatos — <i>Levy Neves</i> (Assuntos de interesse geral) — vol. 6	685
— Justiça do Distrito Federal — <i>Luiz Pereira Simões Filho</i> (Doutrina) — vol. 2	78
— Legislação sobre seus funcionários. Competência da Câmara dos Vereadores — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	595
— Lei Orgânica (Lei Municipal n.º 217, de 1948) — vol. 1	632
— Necessidade de Código de Contabilidade Pública peculiar ao Distrito Federal — <i>Ivan Lins</i> (Doutrina) — vol. 3	128
— Notícia acêrca da história administrativa da cidade do Rio de Janeiro, onde hoje está o Distrito Federal — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Doutrina) — vol. 1	84
— O Ministério Público Municipal do Distrito Federal — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 4	142
— O Patrimônio territorial da municipalidade do Rio de Janeiro e o direito enfiteutico — <i>Carlos de Carvalho</i> (Doutrina) — vol. 6	225
— Organização dos municípios e do Distrito Federal — <i>Levy Carneiro</i> (Doutrina) — vol. 6	1
— Os poderes do Distrito Federal. Comentário ao art. 2.º da Lei Orgânica — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Doutrina) — vol. 2	149
— Patrimônio do. Teor das Cartas de Sesmarias da cidade (Assuntos de interesse geral) — vol. 3	638
— Sua transformação em Estado da Guanabara — <i>Homero de Pinho</i> (Doutrina) — vol. 10	1
— Transformação em Estado. Conseqüências tributárias e orçamentárias — <i>Vitor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 10	211
DÍVIDA ATIVA — Cobrança judicial. Comentário sobre projeto de lei — <i>Raul R. Loureiro</i> (Doutrina) — vol. 8	145
— Conceituação. Inscrição de dívida — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 7	494
DÍVIDA FISCAL — Cancelamento. Competência — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 14	599
— Cancelamento. Competência. Reclamação administrativa. Prazos. Coisa julgada administrativa. Conselho de Recursos Fiscais. Recurso <i>ex officio</i> . Nascimento da dívida fiscal. Patrimônio fiscal. Litígio administrativo — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Pareceres) — vol. 14	602 e 647

	Págs.
— Cancelamento. Dívida ajuizada. Competência — <i>Allah Baptista</i> (Parecer) — vol. 14	650
— Cobrança judicial. Multa. Atualização do valor — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 14	255
— Executivo fiscal. Relações entre a instância administrativa e a judicial — <i>Oswaldo Romero</i> (Voto) — vol. 14	642
— Falência do devedor. Executivo fiscal — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Doutrina) — vol. 4	101
— Imposto territorial. Imóvel atingido por decreto de desapropriação — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 6	514
— Imóveis desapropriados. Responsabilidade. Suspensão, cancelamento e transferência — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 14	261
— Prazos de reclamação administrativa. Reabertura de instância. Cancelamento de créditos ajuizados. Recurso <i>ex officio</i> — <i>Lauro Vasconcellos</i> (Pareceres) — vol. 14	624 e 646
— Proibição de compensação — <i>Maurício de Lacerda</i> (Parecer) — vol. 7	503
— Recurso administrativo. Prazos. Executivo fiscal — <i>Ernesto di Rago</i> (Voto) — vol. 14	644
(Ver também CRÉDITO FISCAL) —	
DO EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR E SEU CONTRÔLE — <i>Paulo Barros de Araujo Lima</i> (Doutrina) — vol. 12	489
DOCUMENTO — Falsidade ideológica: conceituação — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 7	573

E

EBERT CHAMOUN — Breve nota acêrca da perda e da aquisição da propriedade do bem expropriado (Doutrina) — vol. 11	1
EDGARD DE ARRUDA — Administração contratada. Sua natureza e efeitos na doutrina nacional e estrangeira. Registro de contrato com voto vencido (Parecer) — vol. 1	501
— Auxílios e subvenções. Aplicação da Lei Municipal n.º 804, de 1954 (Parecer) — vol. 2	435
— Obra pública. Administração contratada (Parecer no Tribunal de Contas) — vol. 1	503
EDIFÍCIO — De apartamentos. Comércio — <i>Jósio de Salles</i> (Parecer) vol. 2	334
— De apartamentos. Síndico: natureza de sua atividade. Notificação judicial, em questões relativas ao condomínio — <i>Jósio de Salles</i> (Parecer) — vol. 1	368
— De apartamentos em área enfitêutica. Remição de fôro de fração ideal do terreno — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 15	402
— Em condomínio. Alteração interna da unidade. Legislação aplicável — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 7	482
— Em condomínio. Colocação de letreiro em marquise. Necessidade da anuência dos condôminos — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 13	157

	Págs.
— Em condomínio. Instalação de café e bar. Oposição dos condôminos — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 11	117
— Em condomínio. Licença para obra em parte comum. Necessidade do consentimento de todos os condôminos — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	111
— Em condomínio. Modificação da fachada. Consentimento da totalidade dos condôminos — <i>Gustavo Affonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	106
— Em condomínio. Modificação de parte comum — <i>Gustavo Affonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	108
— Em condomínio. Modificação de parte comum. Oposição de promitentes compradores imitidos na posse — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	112
— Em condomínio. Obra em área comum. Necessidade do consentimento de todos os condôminos — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 13	159
— Mudança da destinação. Condições — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	114
— Responsabilidade civil decorrente da ruína de edifícios — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) vol. 1	34
— Sobre pilotis. Obra ilegal no andar térreo. Demolição — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	109
EDIFÍCIO CRISTAL — O direito de construir e a anulação, pela própria Administração, do ato administrativo ilegal — <i>Amílcar Paramhos da Silva Velloso</i> (Razões Forenses) — vol. 11	655
EDMYLSON PERDIGÃO NOGUEIRA — Pessoal contratado sob regime trabalhista. Fixação de requisitos para a contratação (Parecer) — vol. 13	309
EDSON DE ALMEIDA BRASIL — Imóvel desapropriado. Autorização para a construção. Termo de desistência de indenização por benfeitorias (Parecer) — vol. 14	225
EDUARDO ESPÍNOLA — Conseqüências jurídicas da mudança da Capital da República para Brasília (Parecer) — vol. 10	122
EDUARDO PELEGRINI — O comércio exterior e o regime de importação. Os favores da Lei federal n.º 3.053 e a isonomia constitucional. Ação popular (Razões judiciais) — vol. 7	711
ELIEZER ROSA — Da "assistência" na execução (Doutrina) — vol. 1	43
— Em mandado de segurança não há embargos. O art. 833 do Código de Processo Civil foi revogado pelo art. 20 da Lei n.º 1.533 (Comentário a acórdão) — vol. 2	217
— O artigo 93 do Código de Processo Civil não autoriza a intervenção de terceiro na causa, para que a sentença seja executada como se houvesse sido proferida em causa de que êle fôsse um dos autores ou réus (Comentário a acórdão) — vol. 2	278
— Variações sobre fatos da literatura processual brasileira (Doutrina) — vol. 15	99
ELMANO CRUZ — A lei de executivos fiscais e suas modificações (Doutrina) — vol. 3	50
— Acumulação de proventos. Funcionário público. Aposentadoria (Comentário a acórdão) — vol. 1	237

	Págs.
— Desapropriação de contrato de direito público (Doutrina) — vol. 4	35
— Direito a certidão, para defesa de interesse legítimo. Constituição, art. 141, parágrafo 36, inciso III (Comentário a acórdão) — vol. 2	186
— Executivo Fiscal. Recurso de ofício das decisões contra a Fazenda. Valor da causa (Comentário a acórdão) — vol. 1	223
— Funcionário. Equiparação de vencimento a salário de extranumerário (Comentário a acórdão) — vol. 1	223
— O novo art. 40 da Lei Orgânica e sua interpretação (Doutrina) — vol. 1	26
— Servidor público. Transferência <i>ex officio</i> , no interesse da Administração. Pressupostos legais (Comentário a acórdão) — vol. 2	204
EM TÓRNO DO MANDADO DE SEGURANÇA — José Gomes Bezerra Câmara (Doutrina) — vol. 2	66
EMOLUMENTOS — Colocação de tapume em logradouro público. Natureza do tributo — Carlos da Rocha Guimarães (Parecer) — vol. 3	432
— Isenção. Competência tributária do Distrito Federal — Leopoldo Braga (Parecer) — vol. 6	521
— Natureza jurídica — Leopoldo Braga (Parecer) — vol. 2	341
EMPENHO — Cancelamento de saldo. Rescisão de contrato — Luiz Orlando Rodrigues Cardoso (Parecer) — vol. 13	442
— Imóveis locados a PDF. Pagamento de aluguéis (Resolução n.º 19, de 1955) — vol. 2	590
EMPREITADA — A revisão de preços nesse contrato e as fórmulas de reajustamento — Danilo Boeckel (Doutrina) — vol. 10	91
— Imposto de vendas e consignações. Sua incidência na empreitada (Ordem de Serviço n.º 3/53-DRM) — vol. 2	390
— Mista: configuração da compra e venda, relativamente ao material fornecido pelo empreiteiro. Imposto de vendas e consignações (TJEG) — Comentário — vol. 4	352
— Reajustamento de preços. Fórmulas — Danilo Boeckel (Doutrina) — vol. 10	91
— Responsabilidade quinquenal do empreiteiro. Conceito de solidez e segurança — Clóvis Paulo da Rocha (Doutrina) — vol. 13	14
EMPRESA PÚBLICA — Natureza. Características — Caio Tácito (Doutrina) — vol. 13	1
— Nos Estados Unidos. Modalidades. Regime jurídico. Contrôlo — A. B. Cotrim Neto (Doutrina) — vol. 13	28
EMPRESAS INCORPORADAS — Ao Patrimônio Nacional. Alienação de bens à Prefeitura. Dispensa de concorrência — Antônio Vieira de Mello (Parecer) — vol. 4	401
EMPRÉSTIMO — Cláusula de escala móvel. Validade — Amílcar de Araújo Falcão (Doutrina) — vol. 14	19
— Compulsório. E tributo. Art. 141, § 34, da Constituição Federal Nuno Santos Neves (Parecer) — vol. 14	411
— Do Banco do Estado a empresa concessionária. Cobrança da dívida vencida. Posição do Estado — Eugênio de Vasconcellos Sigaud (Parecer) — vol. 13	445

	Págs.
— Do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Banco do Estado da Guanabara. Cláusula compromissória. Taxa de câmbio para reembolso do capital e juros. Vinculação de receitas estaduais ao pagamento do empréstimo. Aprovação, pelo mutuante, dos contratos firmados para execução de projetos — Eugênio de Vasconcellos Sigaud (Parecer) — vol. 12	643
— É externo o empréstimo de 1904, celebrado pela Prefeitura do Distrito Federal. O Decreto n.º 23.501, de 1933, e o Decreto-lei número 1.079, de 1939, não se aplicam aos empréstimos externos contraídos pela União e pelos Governos dos Estados e dos Municípios (TJEG) — vol. 10	528
— Em esterlinas (conversão em cruzeiros). Lei municipal n.º 800, de 1954 — vol. 1	647
— Externo. Substituição de apólices. Lei municipal n.º 800 — Barbosa Lima Sobrinho (Parecer) — vol. 7	568
ENCANAMENTO — Colocado em logradouro. Incorporação ao patrimônio público — Barbosa Lima Sobrinho (Parecer) — vol. 11	120
ENFITEUSE — A sesmaria da cidade. Terrenos de Botafogo e São Clemente. Presunção de enfitêuticos — J. V. Saboia de Medeiros (Doutrina) — vol. 8	95
— Aforamento de bem público. Terrenos marginais da Lagôa Rodrigo de Freitas — Josino de Medeiros (Parecer) — vol. 3	392
— Alienação de domínio direto. Incidência do imposto de transmissão <i>inter vivos</i> — José Carlos Barbosa Moreira (Parecer) — vol. 15	343
— Alodialidade. Prescrição quarentenária. Sesmaria do Visconde de Asseca — Roberto Pinto Fernandes (Parecer) — vol. 11	483
— Alodialidade. Usucapião extraordinário anterior ao Código Civil — Rocha Lagoa (Parecer) — vol. 11	478
— Áreas foreiras ao Estado. Desapropriação do domínio útil por sociedade de economia mista — José Carlos Barbosa Moreira (Parecer) — vol. 12	604
— Bem público. Lagoa Rodrigo de Freitas — Josino de Medeiros (Parecer) — vol. 3	392
— Bens da União aforados a empresa incorporada ao patrimônio nacional. Transferência do domínio útil — Ivens Bastos de Araujo (Parecer) — vol. 11	488
— Casas de vila. Venda em separado de cada unidade. Remição — Carlos da Rocha Guimarães (Parecer) — vol. 5	173
— Comisso. Inconveniência da ação de Regularização de aforamentos — Roberto Pinto Fernandes (Parecer) — vol. 11	505
— Desdobramento, tendo por objeto a transferência de partes ideais do terreno já aforado — Carlos de Oliveira Ramos (Doutrina) — vol. 8	69
— Direito de opção. Remição. Desmembramento. Situações anteriores ao Código de Obras de 1937 — Roberto Pinto Fernandes (Parecer) — vol. 3	386
— Direito de opção. Remição de aforamento — Aldo Sant'Anna de Moura (Parecer) — vol. 3	388
— Direito de opção. Remição de imóvel sujeito ao recuo — Aldo Sant'Anna de Moura (Parecer) — vol. 3	388

	Págs.
— Disponibilidade dos bens imóveis da PDF — <i>A. B. Cotrim Neto</i> (Parecer) — vol. 2	401
— Domínio direto do Estado e domínio útil de outra pessoa jurídica de direito público. Isenção de fôro: titularidade para requerê-la — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	503
— E sub-enfiteuse. Inaplicabilidade do Código Civil às constituídas antes de sua vigência — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	515
— E sub-enfiteuse. Relações entre o enfiteuta e o sub-enfiteuta. Comissão. Decretação administrativa e revigoração de aforamento — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	571
— Edifício de apartamentos. Remição de fôro de fração ideal do terreno — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 15	402
— Foros e laudêmios em atraso. Prescrição. Distrato — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 13	374
— Ilha do Piraquê. Concessão ao Clube Naval. Impossibilidade de resgate — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 12	622
— Imóvel foreiro ao Estado. Alienação do domínio útil. Direito de opção — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 15	411
— Imóvel foreiro à União. Desapropriação do domínio útil pelo Estado. Inexigibilidade de laudêmio — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 13	397
— Imóveis foreiros ao Estado. Atualização do valor dos foros — <i>Sérgio Ferraz</i> — vol. 15	406
— Laudêmio especial cobrável trintenariamente a corporação de mão morta. Prescrição. Impossibilidade do reconhecimento administrativo — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	491
— Mangues do Distrito Federal. Pagamento de fôro à Prefeitura do Distrito Federal, até 1938 — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	574
— Não é inconstitucional o art. 18 do Decreto-lei n.º 96, de 1937, que sujeita a fôro determinados terrenos, que enumera, no Distrito Federal (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	268
— Não são usucapíveis os bens públicos, ainda que se pleiteie, apenas, o domínio útil do bem foreiro (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 15	272
— O direito de opção que a lei confere ao senhorio direto, é de ser exercido no prazo de 30 dias. Código Civil, art. 683 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	460
— O patrimônio territorial da municipalidade e o direito enfiteutico — <i>Carlos de Carvalho</i> (Doutrina) — vol. 6	225
— Opção. Perda do direito do Estado, pelo recebimento do imposto de transmissão — <i>Crecêncio Livuzzi</i> (Parecer) — vol. 11	509
— Opção. Transferência do imóvel do patrimônio da sociedade para o do sócio — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	511
— Origem das Sesmarias do Rio de Janeiro — <i>João da Costa Ferreira</i> (Assuntos de interesse geral) — vol. 5	483
— Prescrição quarentenária. Reconhecimento de alodialidade — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 7	518

	Págs.
— Prestação especial, cobrável trintenariamente a corporação de mão morta. Inocorrência de prescrição — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 12	583
— Reconhecimento de alodialidade. Exercício do direito de opção — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 7	520
— Remembramento. Remição de fôro — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 4	443
— Remição. Direito de opção — <i>Aldo Sant'Anna de Moura</i> (Parecer) — vol. 3	388
— Remição compulsória. Ilegalidade — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	507
— Remição de aforamento. Enfiteuses constituídas anteriormente ao Código Civil — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 5	182
— Remição de aforamento. Enfiteuses constituídas anteriormente ao Código Civil — <i>Lino Netva de Sá Pereira</i> (Visto a parecer) — vol. 5	186
— Resgate. Art. 693 do Código Civil. Não incidência — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 13	373
— Resgate. Desnecessidade de procedimento judicial — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	540
— Resgate. Não obrigatoriedade — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 4	390
— Sesmarias. Alodialidade. Retificação no Registro de Imóveis. Desnecessidade do registro do domínio direto — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 6	573
— Sub-enfiteuse "Tavares da Silva". Sua inexistência — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	541
— Terreno em condomínio, parcialmente foreiro. Remição — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 3	391
— Terreno na área de mangues. Situação jurídica. Direito a percepção do fôro — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	574
— Terreno parcialmente foreiro. Desmembramento na parte alodial — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	544
— Terrenos da área do antigo Convento da Ajuda (Cinelândia). Alodialidade. Prescrição quarentenária — <i>Maurício de Lacerda</i> (Parecer) — vol. 1	330
— Usucapião de domínio útil. Não o impede o art. 2.º do Decreto n.º 22.785, de 1933, desde que a Prefeitura tem apenas o domínio direto do imóvel (TJEG) — vol. 10	541
— Vila em terreno foreiro ao Estado. Desmembramento. Venda de uma casa em separado — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 5	173
ENGENHEIRO — Suspensão, no âmbito local, do exercício da profissão. Competência da autoridade administrativa — <i>Oswaldo Goulart Pires</i> (Sentença) — vol. 14	204
ENSINO — A autoridade administrativa pode estabelecer normas suplementares, nos concursos de seleção, desde que não sejam contrárias às leis (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	469
— A Lei n.º 665, de 1951, determinou, em favor das professoras de ensino primário, a contagem, como tempo de exercício efetivo, do	

	Págs.		Págs.
lapso de tempo entre a diplomação e a nomeação, para efeito de jubilação, não incluindo nem expressando qualquer outro efeito ao benefício concedido (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	332	— Cadeiras cativas. Leis municipais n.º 57, de 1947, e 335, de 1949. Natureza da utilização — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 3	443
— Instituto de Educação. Os serviços técnico-administrativos do ensino e o Prefeito do Distrito Federal não têm competência para aumentar ou diminuir o número de alunos em estabelecimentos escolares, quando a matéria estiver já regulada em lei, hipótese em que apenas por outra lei será possível alterar a situação anterior (TJEG) — vol. 10	559	— Fixação de preços dos ingressos — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 5	150
— Magistério municipal. Instituto de Educação. Restrição à liberdade profissional de seus professores — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 6	593	— Inclusão de sua área no patrimônio da ADEG — <i>Francisco de Assis Barbosa</i> (Parecer) — vol. 13	381
— Não há confundir, no sistema do Decreto Municipal n.º 13.590, de 1957, exame de admissão com exame de seleção; o primeiro, requisito indispensável à inscrição no segundo. Mesmo que aprovadas no exame de seleção, só têm direito à matrícula na Escola Normal Carmela Dutra as candidatas que estiveram dentro do número de vagas existentes, estabelecido pelo Diretor da Escola (TJEG) — vol. 10	488	— Títulos adquiridos em subscrição pública. Direito ao uso de cadeiras — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 12	600
— Normal. Promoção, independentemente de exames orais no Instituto de Educação, se atingida determinada média. Ilegalidade — <i>Nélson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 3	510	ESTADO DA GUANABARA — A cidade do Rio de Janeiro. Sua fundação e seu termo (1.ª parte) — <i>Maurício A. T. de Castro</i> (Assuntos de interesse geral) vol. 14	463
— Normal. Renovação de matrícula de repetentes, no Instituto de Educação. Impedimento — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 3	512	— A organização constitucional dos seus poderes — <i>Temístocles Cavalcanti</i> (Doutrina) — vol. 15	35
— Normal. Requisito de nacionalidade para matrícula no Instituto de Educação — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 3	513	— A transformação do Distrito Federal em — <i>Homero de Pinho</i> (Doutrina) — vol. 10	1
— Primário. Cancelamento de folga escolar. Extensão do preceito aos estabelecimentos particulares — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 11	620	— As idéias gerais e os antecedentes de sua Constituição — <i>Aliomar Baleeiro</i> (Doutrina) — vol. 15	22
— Primário. Estabelecimento particular. Registro no DEP — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 11	621	— Diversos aspectos da transformação da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília. Opiniões, críticas e sugestões de personalidades ilustres (Assuntos de interesse geral) — vol. 10	624
— Primário no Distrito Federal — <i>Lygia Maria Lessa Bastos</i> (Parecer) — vol. 2	404	— Estado da Federação. Ausência de municípios. Competência fiscal — <i>Francisco Campos</i> (Assuntos de interesse geral) — vol. 10	588
— Secundário. Isenção de exames. Lei orgânica — <i>Nelson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 4	501	— Estado sem municípios — <i>Carlos A. Dunshee de Abranches</i> (Parecer) — vol. 10	271
ERASMO MARTINS PEDRO — Das funções constituintes da Câmara do Distrito Federal (Parecer) — vol. 10	171	— Estrutura constitucional do seu Ministério Público — <i>J. B. Cordeiro Guerra</i> (Doutrina) — vol. 15	80
ERNESTO DI RAGO — Dívida fiscal. Recurso administrativo. Prazos. Executivo fiscal (Voto) — vol. 14	644	— Estrutura legal — <i>Cândido de Oliveira Netto</i> (Parecer) — vol. 10	193
ESCALA MÓVEL — Contrato tendente à alienação de lote. Validade da cláusula — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 12	604	— Formação territorial e jurídica — <i>Paulino Jacques</i> (Doutrina) — vol. 15	3
— Validade da cláusula no direito brasileiro — <i>Amílcar de Araújo Falcão</i> (Doutrina) — vol. 14	19	— Limites com o Estado do Rio — <i>Antônio Mollica</i> (Assuntos de interesse geral) — vol. 10	593
(Ver também CORREÇÃO MONETÁRIA)		— Podêres. Situação constitucional — <i>João de Oliveira Filho</i> (Parecer e Projetos) — vol. 10	206
ÉSIO DE F. MACEDO — O Estado da Guanabara. Observância do dispositivo constitucional. A hipótese da anexação do atual Distrito Federal ao Estado do Rio (Parecer) — vol. 10	239	— Projetos do Congresso Nacional para a sua constituição — vol. 10	280
ESTÁDIO DO MARACANÁ — A ADEM e o Código de Contabilidade Pública. Necessidade de concorrência pública para as obras do — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 2	329	— Seu orçamento à luz da Constituição Estadual — <i>João Lyra Filho</i> (Doutrina) — vol. 15	51
		— Sua admissão como n.º membro da União. Competência federal para discipliná-la. Lei n.º 3.752. Sua prevalência sobre a Constituição Estadual — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 12	519
		— Transformação do Distrito Federal em. Conseqüências tributárias e orçamentárias — <i>Vitor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 10	211
		ESTIPULAÇÕES SALARIAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA. CONVERSÃO EM MOEDA NACIONAL — <i>Sérgio Ferraz</i> (Doutrina) — vol. 15	244
		ESTRUTURA LEGAL DO FUTURO ESTADO DA GUANABARA — <i>Cândido de Oliveira Netto</i> (Doutrina) — vol. 10	139
		ESTUDOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA GUANABARA — <i>Paulino Jacques, Aliomar Baleeiro, Temístocles Cavalcanti, João Lyra Filho, J. B. Cordeiro Guerra</i> (Doutrina) — vol. 15	1

	Págs.
EUGÊNIO DE VASCONCELLOS SIGAUD — Aposentadoria. Contagem do tempo de serviço. Prazo de prestação de serviços à Justiça (Visto a parecer) — vol. 13	243
— Aposentadoria. Servidor que acumula dois cargos. Contagem do tempo de serviço (Visto a parecer) — vol. 13	255
— Contrato de obra pública. Reajustamento (Visto a parecer) — vol. 13	439
— Empréstimo do Banco do Estado a empresa concessionária. Cobrança da dívida vencida. Posição do Estado (Parecer) — vol. 13	445
— Empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Banco do Estado da Guanabara. Cláusula compromissória. Taxa de câmbio para reembolso do capital e juros. Vinculação de receitas estaduais ao pagamento do empréstimo. Aprovação, pelo mutuante, dos contratos firmados para execução de projetos (Parecer) — vol. 12 ..	643
— Funcionário eleito para mandato legislativo. Condições do afastamento (Parecer) — vol. 14	281
— Gratificação indevidamente concedida. Incorporação aos vencimentos. Reposição (Visto e parecer) — vol. 14	305 e 307
— Indulto. Efeito sobre pena acessória de perda de função pública (Visto a parecer) — vol. 13	293
— Mais-valia. Obra ilegalizável. Descabimento da cobrança (Visto a parecer) — vol. 13	154
— Servidores transferidos da União. Anistia de sanções disciplinares (Visto a parecer) — vol. 13	355
— Tempo de serviço. Contagem para efeito de enquadramento. Período de exercício em sociedade de economia mista (Visto a parecer) — vol. 13	358
EURICO PORTELA — O imposto de indústrias e profissões na órbita municipal (Doutrina) — vol. 4	39
EURÍPEDES CAMPOS VAZ DE MELLO — Promessa de permuta. Não incidência de imposto de transmissão de propriedade (Comentário a acórdão) — vol. 2	245
EXCEÇÃO — <i>Exceptio non adimpleti contractus</i> . Doutrina e jurisprudência — <i>Josino de Araújo Medeiros, Benedito Barros, José Goes Xavier de Andrade, Paulo Germano de Magalhães, José Emygdio de Oliveira, Gustavo Philadelpho Azevedo, Nelson de Azevedo Branco, Voltaire Moisés de Souza</i> (Razões forenses) — vol. 9.....	105
— Mandado de segurança: estão as exceções excluídas de seu processo? — <i>Guilherme Estellita</i> (Doutrina) — vol. 5	44
EXECUÇÃO DE SENTENÇA — Assistente. Não se admite intervenha na execução, alegando estar na mesma situação do autor-exequente. Casos diversos em que, excepcionalmente, pode ocorrer o litisconsórcio na fase executoria (STF) — vol. 4	238
— Da “assistência” na execução — <i>Elézer Rosa</i> (Doutrina) — vol. 1 ..	43
— Intervenção de terceiros como assistentes equiparados a litisconsortes (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 13	120
— Não cabe pedido de assistência em execução de sentença, salvo concordância da parte contrária (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4 ..	327
— O artigo 93 do Código de Processo Civil não autoriza a intervenção de terceiro na causa, para que a sentença seja executada como	

	Págs.
se houvesse sido proferida em causa de que êle fôsse um dos autores ou réus (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	278
EXECUTIVO FISCAL — <i>Raymundo Brito</i> (Projeto de Lei n.º 584, de 1955) — vol. 6	739
— A lei de executivos fiscais e suas modificações — <i>Elmano Cruz</i> (Doutrina) — vol. 3	50
— Cobrança de multa contratual. Desnecessidade de inscrição — <i>Amilcar Paranhos da Silva Velloso</i> (Parecer) — vol. 11	559
— Dívida ajuizada. Reclamação administrativa. Prazos. Relações entre a instância administrativa e a judicial. Cancelamento da dívida. Competência — <i>Manoel de Carvalho Barros, Carlos da Rocha Guimarães, Lauro Vasconcelos, Allah Baptista</i> (Pareceres); <i>Oswaldo Romero, Ernesto Di Rago</i> (Votos) — vol. 14	599
— Multa pelo ajuizamento da dívida. Atualização do valor — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 14	255
— Na inteligência precisa dos arts. 53 e 74 do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1938, deve o juiz recorrer de ofício das decisões que proferir contra a Fazenda, qualquer que seja o valor da causa (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 1	223
— Processo executivo fiscal — <i>Raul Loureiro</i> (Doutrina) — vol. 8 ..	145
EXERCÍCIO PRIVADO DE FUNÇÃO E SERVIÇO PÚBLICOS, NO QUADRO DAS NOSSAS INSTITUIÇÕES ADMINISTRATIVAS — <i>Fernando H. Mendes de Almeida</i> (Doutrina) — vol. 8	78
EXTENSÃO DE JULGADO — Aplicação e extensão de julgado; diferenciação. Efeitos da sentença — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 7	598
— Na órbita administrativa. Conceito. Reflexos — <i>Benedito Barros</i> (Parecer) — vol. 4	491
— Na órbita administrativa. Limites da admissão — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 11	384
EXTRANUMERÁRIO — Dispensa “a bem do serviço público”. Sindicância e processo. Defesa — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 6 ..	581
— Enquadramento. Informações de favor. Ausência de direito a reclamação — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	674
— Equiparação de vencimentos de funcionários e salário de extranumerário. A infração, em que incorreram as Tabelas Únicas, ao artigo 49 do Decreto-lei n.º 240, de 1938, não pode servir de base isonômica para a equiparação, por via judicial, dos vencimentos de funcionários titulados aos salários de extranumerários que exerçam função idêntica (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	233
— Falecimento. Acidente em serviço. Pensão. Diplomas reguladores — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 7	610
— Horista. Enquadramento como extranumerário — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	674
— Pessoal de obras. Trabalhadores horistas. Legislação aplicável — <i>Nelson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 5	190
— São inconstitucionais o artigo 6.º da Lei n.º 133, de 14 de outubro de 1948, e o § 2.º do artigo 11 da Lei n.º 260, de 26 de novembro deste mesmo ano, por isso que violam o preceito contido no artigo	

	Págs.
186 da Constituição Federal de 1946 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	310
— Se a lei distrital n.º 407 só mandou contar certo tempo de serviço de extranumerário para efeito de estágio ou de interstício, não pode o mesmo tempo ser computado como de antigüidade de classe. Leis benéficas interpretam-se estritamente (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	431

F

FALÊNCIA — Fazenda Pública e falência. Credora do falido e credora da massa. Multas fiscais e penas pecuniárias por infração das leis administrativas. Processo a seguir — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Doutrina) — vol. 4	101
FALSIDADE — Ideológica. Documento oficial. Conceituação — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 7	573
FATO GERADOR — Teoria e aplicação prática — <i>Ruy Barbosa Nogueira</i> (Doutrina) — vol. 12	60
FAVELAS — Desapropriação impeditiva de despejo. Pagamento em apólices. Lei municipal n.º 820, de 1956 — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 7	509
— Plano de recuperação. Transferência de lotes a favelados — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 12	604
— Problemas higiênicos e sanitários. Responsabilidade do proprietário — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	80
— Situação jurídica e situação de fato — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	515
FAZENDA BRASÍLIA — Alienação ou arrendamento a posseiros. Requisitos — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	529
FAZENDA PÚBLICA E FALÊNCIA. CREDORA DO FALIDO E CREDORA DA MASSA. MULTAS FISCAIS E PENAS PECUNIÁRIAS POR INFRAÇÃO DAS LEIS ADMINISTRATIVAS. PROCESSO A SEGUIR — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Doutrina) — vol. 4	101
FERNANDO H. MENDES DE ALMEIDA — Exercício privado de função e serviço públicos, no quadro das nossas instituições administrativas (Doutrina) — vol. 8	78
FERIADO — Municipal. Competência da Prefeitura para sua decretação — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Doutrina) — vol. 6	321
— Nacionais e municipais. Ponto facultativo. Legislação vigente — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 1	326
FIDEICOMISSO — E usufruto — <i>Oswaldo Goulart Pires</i> (Doutrina) — vol. 8	137
— Extinção. Vacância da herança. Direito sucessório do Estado — <i>Jorge Alberto Romeiro</i> (Parecer) — vol. 13	517
FINANCIAMENTO — Abastecimento d'água. Emissão de apólices para financiamento de obras (Decreto municipal n.º 12.755/55) — vol. 2	585
— Da urbanização da cidade — <i>Nyvon Campos</i> (Doutrina) — vol. 4	160

	Págs.
— Imobiliário. Contribuinte do Montepio, já proprietário — <i>Antônio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 4	396
FLAVIO PÓRTO BARROSO — Obras em imóvel declarado de utilidade pública. Não indenização de benfeitorias (Parecer) — vol. 6	508
FLORESTA — Áreas <i>non aedificandi</i> . Desapropriação. Lei n.º 948, de 1959: loteamento aprovado anteriormente a sua vigência — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 15	330
— Imóvel desapropriado para reserva florestal. Aplicação a outra finalidade, também pública — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Pareceres) — vol. 15	335 e 338
FORMAÇÃO TERRITORIAL E JURÍDICA DO ESTADO DA GUANABARA — <i>Paulino Jacques</i> (Doutrina) — vol. 15	3
FORMAS DE GOVERNO E REGIMES ECONÔMICOS — <i>João Camilo de Oliveira Tôres</i> (Doutrina) — vol. 12	27
FÔRO DO CONTRATO — Validade das convenções sôbre. Aplicação das leis estrangeiras às convenções celebradas no Brasil — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 11	29
FRANCISCO CAMPOS — A Guanabara pode ter impostos municipais sem municípios e a Constituinte pode legislar (Assuntos de interesse geral) — vol. 10	588
— Conseqüências jurídicas da mudança da Capital da República para Brasília (Pareceres) — vol. 10	153
FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA — Estádio do Maracanã. Inclusão de sua área no patrimônio da ADEG (Parecer) — vol. 13	381
— Licença de construção. Necessidade de prova da propriedade do terreno (Parecer) — vol. 13	171
— Sociedade beneficente. Registro como entidade de assistência social. Legitimação para receber subvenção (Parecer) — vol. 14 ..	401
— Vila. Desmembramento. Certidão para registro (Parecer) — vol. 12	545
FRANCISCO PEREIRA DE BULHÕES CARVALHO — Posturas municipais em face do direito de vizinhança (Doutrina) — vol. 3 ..	9
FUNÇÃO PÚBLICA — Cargo. Funções. Nomenclatura e a alteração da designação de um cargo, sem modificação das funções que lhe correspondem, nenhuma influência pode operar sôbre o direito de seu titular (TRF) — <i>Comentário</i> — vol. 1	245
— Conceito. Quinquênio. Apuração de tempo de serviço — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	628
— Condenação criminal e sua influência sôbre o exercício de — <i>Antônio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 7	650
— Desvio de seu exercício — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Visto a parecer) — vol. 3	503
— Desvio de seu exercício — <i>Walter Santos</i> (Parecer) — vol. 3 ...	501
— Exercício privado de função e serviço públicos, no quadro das nossas instituições administrativas — <i>Fernando H. Mendes de Almeida</i> (Doutrina) — vol. 8	78
FUNCIÓNARIO — A administração de pessoal na Prefeitura do Distrito Federal — <i>Carlos Eduardo de Oliveira Valle</i> (Doutrina) — vol. 5	68
— A relação jurídica entre o Estado e seus funcionários é estatutária e não contratual, pois aquêle não pode ficar manietado na	

	Págs.		Págs.
sua função de modificar carreiras e formas de organização de serviços, de acôrdo com as necessidades, que variam, constantemente. A Administração só cabe respeitar as situações jurídicas perfeitas (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	463	— Aposentado, no exercício de cargo de chefia em comissão. Opção pelos proventos da aposentadoria. Gratificação — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	387
— A situação dos funcionários públicos perante o Estado. A tese do direito adquirido e a expectativa de direito. Teoria do direito potencial — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 1	75	— Aposentado. Nomeação para outro cargo. Condições — <i>Roberto Richelette Freire de Carvalho</i> (Parecer) — vol. 15	366
— Ação declaratória proposta por funcionários da Prefeitura, visando seja estabelecida hierarquia e contigüidade entre duas carreiras da Municipalidade. Inviabilidade. O Judiciário não legisla, pena de exorbitar de suas funções (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2 ..	264	— Aposentadoria. Duplicidade. Antigos servidores de concessionárias, hoje funcionários públicos — <i>Gilson Amado</i> — (Parecer) — vol. 4	472
— Ação ordinária. Reconhecimento dos direitos ao cargo de professora catedrática do curso normal em data anterior à nomeação. Impossibilidade. Improcedência da ação. Confirmação da sentença recorrida (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	275	— Aposentadoria. Os proventos são calculados com base na remuneração do cargo de referência. — Só nas hipóteses previstas na 2. ^a parte do art. 185 da Constituição é possível o servidor receber proventos de mais de uma aposentadoria (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	237
— Ação ordinária para inclusão do autor em classe administrativa, por força de reajustamento. Incabível a ação, quando se pretende substituir o Legislativo pelo Judiciário (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	243	— Art. 40 da Lei Orgânica. Não é autoaplicável. Sua execução depende de regulamentação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	263
— Ação ordinária proposta por mecanógrafos e auxiliares de mecanógrafos, visando equiparação aos controladores do Departamento de Renda Imobiliária. Improcedência. Quando autoexecutável seja o preceito contido no artigo 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o pressuposto fundamental da ação nêle firmada é a demonstração de serem idênticas as atribuições e responsabilidades dos cargos ou funções cuja equiparação se pleiteia (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	265	— Art. 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Veterinários e agrônomos da Prefeitura. Não têm idênticas atribuições e responsabilidades, pouco importando os pontos de contacto existentes, entre as atribuições inerentes a uns e outros cargos. Exemplos de identidade, analogia ou semelhança de atribuições. Auto-executabilidade do art. 40 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	258
— Acesso de brasileiros naturalizados ao Corpo de Bombeiros — <i>Pedro Paulo Cristóforo</i> (Parecer) — vol. 15	356	— Art. 233 do Estatuto. Opção pelo vencimento do cargo efetivo (Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado) — vol. 14	450
— Acréscimo por decênio de serviço e acréscimo por quinquênio, posteriormente fixados. Prevalece para fixação dos acréscimos quinquenais o vencimento-base e não o resultante de acréscimos por tempo de serviço (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 10	513	— Art. 255 do Estatuto. Tempo de serviço. Contagem independente de origem. Licença especial — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	698
— Acumulação de cargo autárquico com mandato eletivo. Compatibilidade — <i>A. B. Cotrim Neto</i> (Parecer) — vol. 3	583	— Assistência judiciária criminal. Crime de ação pública — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 7	652
— Acumulação de cargos. Impossibilidade por inexistência de correlação de matérias — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 12	553	— Assistência judiciária pela Procuradoria Geral — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 4	504
— Acumulação de gratificação. Artigo 5. ^o da Lei n. ^o 856, de 1956 — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	343	— Assistência judiciária pela Procuradoria Geral — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 11	367
— Advogado do Montepio dos Empregados Municipais. Equiparação a Procurador de primeira categoria das autarquias federais — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 7	643	— Bôlsa de estudos no estrangeiro. Inexistência de direito à contagem do respectivo tempo, como de serviço — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	678
— Agentes fiscais. Participação na arrecadação de multas. Regime aplicável — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11 ..	346	— Candidatos inscritos em concurso para provimento de cargos públicos, dispoendo de mera expectativa de direito à nomeação, não têm qualidade para impetrar mandado de segurança contra o preenchimento, ilegal embora, dos mesmos cargos. Tal o caso da efetivação de interinos na carreira do IAPI (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	241
— Aposentado. Exercício de cargo em comissão. Correlação de matérias — <i>José Fernando de Carvalho Seabra</i> — vol. 13	232	— Cargo. Funções. Nomenclatura e alteração da designação de um cargo, sem modificação das funções que lhe correspondem, nenhuma influência pode operar sobre o direito do seu titular (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	245
— Aposentado. Exercício de cargo em comissão. Possibilidade — <i>Nélson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 11	389	— Cargo em chefia, em substituição. Designação irregular. Conseqüências. Direito ao vencimento. Enriquecimento ilícito do Estado — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	587
		— Carreiras distintas. Desigualdade de vencimentos. Isonomia — <i>José Gomes Bezerra Câmara</i> (Sentença) — vol. 13	138

	Págs.
— Classificação de funcionários: escapa ao exame do Judiciário, salvo prova de ilegalidade ou ofensa a direito consumado. Não havendo modificação dentro do princípio de hierarquia, não há violação da lei (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	272
— Cômputo integral do tempo de serviço para aposentadoria ou reforma (art. 80, n.º III, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União). Antigüidade de classe. Inteligência do art. 268 do citado Estatuto (STF) — vol. 2	169
— Conceito de interinidade. Cargo público — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 5	191
— Concluído o curso médico, em nenhuma hipótese pode o auxiliar acadêmico, admitido de acordo com o Decreto n.º 13.196, de 12 de abril de 1956, permanecer na função (TJEG) — vol. 10	451
— Concurso para cargo público. Prova de “antecedentes sociais”. Para ingresso na função pública (concurso para agrônomo), é legítima a exigência da prova de “antecedentes sociais”, que não se confunde com o “atestado de ideologia” — este sim, desfeito pela Constituição e pelo Estatuto, desde que o primeiro se refere às atividades e o segundo às convicções do candidato (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	257
— Contagem de tempo de serviço. Artigos 78 e 225 do Estatuto — <i>Nélson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 11	374
— Contagem de tempo de serviço para aposentadoria. Licenças especiais não gozadas — <i>Nélson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 11	377
— Contagem de tempo de serviço para efeito de promoção. Inteligência do artigo 79 do Estatuto (Lei n.º 1.711, de 1952) (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	242
— Crimes de difamação e injúria contra. Iniciativa das providências judiciais cabíveis — <i>Augusto Frederico Gaffrée Thompson</i> (Parecer) — vol. 14	384
— Da União: melhoria de vencimentos por efeito de equiparação a funcionários municipais. Improcedência da ação, frente ao direito constituído (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	208
— De carreiras distintas. Desigualdade de vencimentos. Inexistência de ofensa ao princípio de isonomia — <i>José Gomes Bezerra Câmara</i> (Sentença) — vol. 13	138
— Direito à reparação moral nos inquéritos administrativos — <i>Antônio Vieira de Mello</i> (Parecer) — vol. 2	349
— Direito ao vencimento do cargo, por substituição em cargo isolado em comissão — <i>Geraldo Tavares de Mello</i> (Parecer) — vol. 3 ..	489
— Direito disciplinar. Poder disciplinar: exercício. Controle — <i>Paulo Barros de Araújo Lima</i> (Doutrina) — vol. 12	489
— Direito em face da Administração. Prescrição. Contagem de prazo (Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado) — vol. 14	424
— Disciplinarmente punido e transferido da União para o Estado. Anistia concedida pela Constituição Estadual — <i>Raul Soares de Sá</i> (Parecer) — vol. 12	566
— Dispensa de ponto. Funcionário matriculado em curso de administração — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	381

	Págs.
— Disponibilidade. Natureza, conceito e histórico — <i>Geraldo Tavares de Mello</i> (Parecer) — vol. 4	454
— Disponibilidade. Natureza, conceito e histórico — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Visto a parecer) — vol. 4	460
— Disponibilidade remunerada no artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Doutrina) — vol. 7	302
— Do antigo DFSP. Demissão. Reintegração após a Lei n.º 3.752 — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	335
— Efetivo, com vencimento de cargo em comissão. Direito de opção — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	281
— Eleito para mandato legislativo. Afastamento. Condições — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Parecer) — vol. 14	281
— Em viagem. Ajuda de custo. Registro no Tribunal de Contas — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 6	584
— Embora autoaplicável o artigo 40 da Lei Orgânica, existindo, além do quadro de mecanógrafo, o de mecanógrafo-auxiliar, não se justifica equiparação àquele dos ocupantes do último cargo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	271
— Engenheiros. Reestruturação. Lei e situação de fato — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 4	479
— Enquadramento ou readaptação. Nível educacional. Prova (Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado) — vol. 14	455
— Enquadramento readaptativo. Requisitos (Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado) — vol. 14	443
— Equiparação de vencimentos. Chefes de Seção da Prefeitura do Distrito Federal. Direito à percepção de idênticos vencimentos dos componentes da mesma classe. Artigo 5.º do Decreto-lei n.º 3.770, de 1941 (Estatuto dos Funcionários da Prefeitura do Distrito Federal). Concessão da segurança. Voto vencido (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	447
— Estadual. Prestação de serviços no interesse da União em virtude de lei. Descabimento de remuneração pelos cofres federais — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 11	400
— Estatuto. Não revogação de leis especiais regentes de situações funcionais não especificadas. Professôras primárias e auxiliares acadêmicos — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7 ..	694
— Exercício cumulativo de profissão liberal. Restrições — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Parecer) — vol. 3	505
— Exercício de função pública. Condenação criminal. — <i>Antônio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 7	650
— Exercício em outra função. Providências cabíveis — <i>Walter Santos</i> (Parecer) — vol. 3	501
— Exercício, por funcionário da PDF, de cargo em comissão federal. Opção de vencimentos — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	618
— Existência de justa causa para demissão de funcionário, quando patente a incompatibilidade de horário de serviço. Desnecessidade de processo administrativo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	283
— Existindo vaga aberta, a ser preenchida por antigüidade, bem assim candidato indicado ao acesso, não pode a Administração ex-	

	Págs.
tingui-la a pretexto de ser a promoção mera expectativa de direito e de não haver prazo certo para a sua efetivação (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	247
— Expediente. Dias feriados — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 1	326
— Extinta certa carreira e criada outra, o funcionário que na primeira ocupava a classe mais elevada não tem direito de ocupar a última classe da nova carreira (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	275
— Extranumerário. Dispensa “a bem do serviço público”. Sindicância e processo — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 6	581
— Federal aposentado. Exercício de função de despachante municipal. Inexistência de dispositivo legal impeditivo — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	671
— Federal em exercício na PDF. Direito ao vencimento. Enriquecimento ilícito do Estado — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 7	582
— Funcionários da Prefeitura do Distrito Federal. Não podem os de categoria superior receber menores vencimentos que os de categoria inferior. — Interpretação das leis que regulam a situação dos Delegados Fiscais, em relação aos Chefes de Seção (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	277
— Funcionários da União: melhoria de vencimentos por efeito de equiparação a funcionários municipais. Improcedência da ação, frente ao direito constituído (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	208
— Funcionários municipais. Equiparação de vencimentos. Eficácia de julgados anteriores. A equiparação de vencimentos quando decorre de lei expressa torna-se imposição indiscutível, máxime se as questões aventadas já foram objeto de julgados anteriores (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	237
— Gratificação adicional. Cálculo. Servidores aposentados com vantagens de cargo em comissão — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	345
— Gratificação adicional. Contagem de tempo de serviço em caso de acumulação — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> — (Parecer) — vol. 11	472
— Gratificação adicional e níveis de vencimentos — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 6	334
— Gratificação de chefia. Previsão orçamentária. Inexistência de direito à percepção — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 11	404
— Gratificação de função. Critério de cálculo — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	233
— Gratificação de nível universitário. Professores de ensino médio — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i> (Parecer) — vol. 14	290
— Gratificação de nível universitário. Servidores de autarquia estadual — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	349
— Gratificação indevidamente concedida. Incorporação aos vencimentos. Reposição — <i>Genolino Amado</i> e <i>Eugênio de Vasconcellos Sigauid</i> (Pareceres) — vol. 14	297 e 307
— Gratificação pelo risco de vida ou saúde. Diversidade de critérios. Lei especial — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 15	369

	Págs.
— Gratificação pelo risco de vida ou saúde. Funcionário nomeado para cargo em comissão (Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado) — vol. 14	424
— Gratificação pelo risco de vida ou saúde. Legislação especial — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 14	309
— Igualdade de vencimentos decretada por decisão judicial trânsita em julgado. Lei ou decreto posterior (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	414
— Interino. Inaplicabilidade do art. 188, II, da Constituição Federal (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	392
— Interino. Nomeação posterior em caráter efetivo. Contagem do tempo da interinidade — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 11	391
— Interino em face da realização de concurso. Interinidade e efetivação. Doutrina e jurisprudência — <i>Geraldo Tavares de Mello</i> (Doutrina) — vol. 3	205
— Interino habilitado em concurso. Ordem de classificação — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	638
— Legislação sobre servidores do Distrito Federal. Competência da Câmara dos Vereadores — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	595
— Magistério municipal. Aposentadoria-prêmio. Artigo 76, § 2.º, do Estatuto. Lei n.º 665, de 1951 — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	704
— Mandado de segurança. A Lei n.º 665, de 30 de novembro de 1951, determinou, em favor das professoras do ensino primário, a contagem, como tempo de serviço efetivo, do lapso de tempo entre a diplomação e a nomeação para efeito de jubilação, não incluindo nem emprestando qualquer outro efeito ao benefício concedido (TJEG) — vol. 2	226
— Mandado de segurança. A Lei n.º 665, de 30 de novembro de 1951, determinou, em favor das professoras de ensino primário, a contagem, como tempo de exercício efetivo, do lapso de tempo entre a diplomação e a nomeação, para efeito de jubilação, não incluindo nem emprestando qualquer outro efeito ao benefício concedido (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	332
— Matriculado em curso de administração. Dispensa de ponto — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	381
— Militar em atividade que aceita cargo público permanente, estranho a sua carreira, deve ser transferido para a reserva. Aplicação à espécie do artigo 182, §§ 3.º e 5.º, da Constituição Federal (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 6	413
— Missão especial. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Assistência técnica às municipalidades, pela P.D.F. — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	659
— Morto no exercício da função. Pensão à filho adulterino — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 11	396
— Municipal. Se uma lei concede a determinados funcionários efetivos o direito a serem transferidos ou aproveitados em classe correspondente ou inicial do quadro permanente de médicos porque já eram portadores de diploma de habilitação para o exercício	

	Págs.
da medicina, entende-se que a sua aplicação ficou restrita aos que já preenchiam essa condição no momento em que a lei entrou em vigor (TJEG — vol. 10	552
— Municipal e servidor do Banco da Prefeitura. Acumulação. Situação anterior ao vigente Estatuto — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	656
— Não pode o Judiciário aumentar vencimentos sem ato do Poder Legislativo que o autorize (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 6	417
— Não pode o Poder Judiciário sobrepor-se à lei, para, legislando, igualar vencimentos (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 10	485
— Não pode coexistir o critério dos quinquênios com a contagem dos aumentos de triênios. A Lei n.º 72 prefixou data certa à percepção desses aumentos quinquenais, isto é, até 31-12-61 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	138
— Não prescrevem somente as prestações fundadas em situação funcional anterior, mas o próprio direito à ação, quando decorridos mais de cinco anos do ato que a modificou, sem protesto dos funcionários atingidos (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 13	101
— Não tem direito ao que dispôs o artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias quem apenas exercia, com os cargos que acumulava, uma função de natureza técnica, sendo a outra puramente administrativa (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	407
— Nenhuma semelhança existe nem se verifica identidade de atribuições e responsabilidades, entre os cargos de Auxiliar de Procuradoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Auxiliares da Procuradoria Geral (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	270
— O Decreto-lei n.º 1.944, de 1939, reclassificou funcionários municipais segundo seus cargos e não de acordo com as funções que exercessem então. O exercício eventual das funções de cargo diverso e superior não autoriza, sem lei especial que o autorize, a reclassificação de funcionários no cargo correspondente às funções assim exercidas (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	291
— O direito de transferência reconhecido no § 3.º do art. 23, da Lei n.º 319, está subordinado à existência de vagas dentro do número de cargos fixado no mesmo dispositivo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	220
— Observações sobre a aposentadoria dos servidores públicos no regime da Constituição Federal de 1946 — <i>Romão Côrtes de Lacerda</i> (Doutrina) — vol. 3	40
— Oficiais administrativos da Divisão do Imposto de Renda, a pretexto de exercerem funções idênticas aos Contadores da mesma repartição, não têm direito ao regime de remuneração composto de ordenado e quotas, nem a inclusão no Q. S. do Ministério da Fazenda (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	198
— Os Estados integrantes da Federação e os Municípios não estão impedidos de fixar os vencimentos de seu funcionalismo ou ao menos restritos nessa fixação. O Decreto-lei n.º 5.527, de 1943, não se compatibiliza com o artigo 18 da Super-lei, ficou sem efeito com a vigência da nova Constituição. — Mesmo ao tempo da obrigatoriedade do mesmo, ou seja, ao tempo do regime centralizador da Carta de 1937, qualquer infringência deveria redundar em di-	

	Págs.
minuição dos proventos dos servidores do Estado-membro ou do Município, não no aumento de remuneração aos servidores federais (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	211
— Pena acessória de perda de função pública. Efeitos do indulto — <i>Eugênio de Vasconcelos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13 ..	293
— Pena acessória de perda de função pública. Efeitos do indulto — <i>Genotino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	288
— Perícia praticada por funcionário público. As condições em que o permite o Estatuto dos Funcionários Cíveis; não é nula, cabendo, apenas, pena disciplinar para o funcionário. Aposentadoria compulsória de magistrado <i>ratione aetatis</i> ; não se opera automaticamente, a permanência do juiz além da idade não importa a nulidade da decisão ou voto que proferiu (STF) — vol. 1	225
— Pessoal contratado sob o regime trabalhista. Requisitos para a contratação — <i>Edmylson Perdigão Nogueira</i> (Parecer) — vol. 13 ..	309
— Pessoal de obras (trabalhadores horistas). Legislação aplicável — <i>Nélson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 5	190
— Pessoal transferido da União. Promoção. Pagamento — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 14	312
— Pessoal transferido da União para o Estado. Critério do enquadramento — <i>Vitor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 13	541
— Pessoal transferido da União para o Estado da Guanabara. Aposentadoria. Processamento — <i>Vitor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 13	526
— Prefeito do Distrito Federal é a autoridade competente para conhecer administrativamente e decidir do direito a adicionais, sobre vencimentos de funcionário (STF) — vol. 2	175
— Pretensão de ser equiparado a advogado da Prefeitura quem, na Procuradoria de Desapropriações, tem algumas das atribuições àquele atribuídas; sentença, reconhecendo direito a perceber vencimentos iguais aos dos advogados, enquanto exercer aquelas atribuições (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	289
— Processo administrativo. Direito à ampla defesa — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	680
— Professor de ensino técnico. Pretensão à cátedra. Vitaliciedade — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	313
— Professores do Instituto de Educação. Restrições a sua liberdade profissional — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 6	593
— Profissão liberal. Exercício cumulativo. Restrições — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Parecer) — vol. 3	505
— Promoção. Alterabilidade de condições — <i>Geraldo Tavares de Mello</i> (Parecer) — vol. 1	363
— Promoção. Direito adquirido. Apuração de merecimento — <i>Geraldo Tavares de Mello</i> (Parecer) — vol. 2	338
— Punição disciplinar administrativa a funcionário municipal. Descabimento de mandado de segurança. Não é possível distinguir no funcionário público a qualidade de cidadão para admitir-se-lhe a liberdade de censura contumeliosa a atos de seus superiores hierárquicos. O respeito que o funcionário deve a seus superiores, mesmo fora de suas funções, é uma imposição hierárquica universal. A quebra de tais princípios importa na incidência às pena-	

	Págs.
lidades administrativas instituídas por lei. Ato disciplinar, emanado de autoridade competente e no qual se observou formalidade essencial, não enseja mandado de segurança (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	304
— Público. Quinquênio. Lei n.º 1.840, de 28-1-1956, artigo 4.º. Os quinquênios a que fazem jus os técnicos de educação da Prefeitura do Distrito Federal são calculados sobre os vencimentos desses funcionários com os aumentos decenais assegurados pela Lei n.º 532, de 25-11-1950, que criou os ditos cargos (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 10	515
— Quadro de engenheiros. Reestruturação. Situações de fato — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Visto a parecer) — vol. 4 ..	483
— Quinquênio. Apuração de tempo de serviço. Conceito de função — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	628
— Quinquênio. Cômputo de tempo de serviço municipal. Exercício de facto da função — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7 ..	687
— Quinquênio. Prescrição a favor do Estado — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	368
— Quinquênio. Tempo de serviço não prestado à P.D.F. — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	624
— Quinquênio. Vencimentos. Alteração. Irredutibilidade e estabilidade. Natureza — <i>Xavier d'Araújo</i> (Parecer) — vol. 6	598
— Readaptação. Conceito da expressão "doente mental" — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> — vol. 7	683
— Readaptação. Lei n.º 276. (Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado) — vol. 14	436
— Reconhecimento do direito à promoção retroagindo à data em que esta deveria ter sido efetivada, ficando, porém o pagamento dos atrasados relegado às vias ordinárias, administrativa ou judicial (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	190
— Recursos administrativos. Não é obrigado o funcionário a esgotar, na via administrativa, os recursos cabíveis antes de requerer mandado de segurança (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	321
— Reestruturação de quadro. Situações de fato. Dispositivos legais — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 4	479
— Reestruturação dos quadros de pessoal e classificação de cargos e carreiras da Prefeitura (Anteprojeto de lei e Comentário) — vol. 5	197
— Regime de remuneração. Antigos chefes de seção das subdiretorias de renda — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 4	463
— Reintegração. Não provado, de maneira precisa, o motivo político do afastamento do funcionário, não é de ser concedida a reintegração com fundamento na Lei n.º 4, de 10 de setembro de 1947. A generosidade da autoridade pública, não declarando no ato de dispensa os motivos da mesma, não pode servir de arma contra a mesma (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	293
— Restrições ao exercício de atividades profissionais — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 11	465
— Salário-família. Impossibilidade de recebimento por ambos os cônjuges funcionários — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	635

	Págs.
— Salário-família. Impossibilidade de recebimento por ambos os cônjuges, funcionários — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	690
— Salário-família. Marido e mulher servidores públicos — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 4	476
— Se a Lei distrital n.º 407 só mandou contar certo tempo de serviço de extranumerário para efeito de estágio ou de interstício, não pode o mesmo tempo ser computado como de antiguidade de classe. Leis benéficas interpretam-se estritamente (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	431
— Servidor contratado. Convocação para serviço militar — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	328
— Servidor por contrato. Art. 252 do Estatuto. Renovação. Nova admissão e prorrogação — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	691
— Servidor transferido da União. Aposentadoria. Legislação aplicável — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 13	339
— Servidores contratados. Provas de seleção. Dispensa dos inabilitados — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	347
— Tabela de vencimentos e salários pertinentes à P.D.F. — vol. 7 ..	708
— Tempo de serviço. Art. 255 do Estatuto. Contagem independente de origem. Licença especial — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> — (Parecer) — vol. 7	698
— Tempo de serviço. Contagem para efeito de aumentos quinquenais — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	470
— Tempo de serviço. Requisitos dos documentos comprobatórios — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	474
— Titular efetivo de cargo de chefia. Exercício em comissão. Gratificação (TJEG) <i>Comentário</i> — vol. 7	428
— Transferência <i>ex officio</i> , no interesse da Administração. Pressupostos legais (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	204
— Transferido da União. Anistia de sanções disciplinares. Competência — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13	355
— Transferido da União. Anistia de sanções disciplinares. Competência — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	351
— Transferido da União. Aposentadoria. Legislação aplicável — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 13	339
— Transferido da União. Processo administrativo. Regime jurídico — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	342
— Treinamento e aperfeiçoamento no âmbito municipal — <i>Carlos Eduardo de Oliveira Valle</i> (Doutrina) — vol. 4	186
— Vantagens concedidas na Constituição Federal. Ampliação por leis locais — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	259
— Vantagens restringidas por lei superveniente. Efeitos. Direitos adquiridos — <i>Petrônio de Castro Souza e Alcino Salazar</i> (Pareceres) — vol. 14	284
— Vencimentos de funcionário público federal. Pela lei, não podiam ser inferiores aos salários dos servidores estaduais ou municipais incumbidos de serviço análogo. Se o Estado, ou o Município, no regime centralizador da Carta de 1937 e com infringência do	

decreto-lei sobre o assunto, pagava melhor a seus empregados, uma vez comprovada a inobservância o Estado-membro é que deveria ser compelido a baixar êsses vencimentos e não a União a elevar os de seus servidores. Ao Judiciário é que não cabe ajudar infringências outras, por igual nocivas, dilatar a esfera da ilegalidade (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	262 e 270
FUNDAÇÃO — Condição jurídica dos bens integrantes do patrimônio de — <i>Geraldo de Almeida Pinto</i> (Doutrina) — vol. 13	38
— Transformação em. Órgão relativamente autônomo. Dotação de imóvel estadual. Lei especial — <i>Hélio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 14	343
FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR — Contribuição especial. Natureza — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 3	414
FUNDAÇÃO LEÃO XIII — Imunidade tributária — <i>Amílcar Paranhos da Silva Velloso</i> (Parecer) — vol. 14	272
— Prestação de contas de subvenção — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 3	456
FUNDAMENTOS LEGAIS PARA O COMBATE A POLUIÇÃO DAS ÁGUAS — <i>Heby Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 14	56

G

GASÔMETRO — Instalação em zona residencial. Proibição legal — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	137
GASTÃO AZEVEDO MACEDO — Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> . Sucessão de colaterais do 4.º grau (Doutrina) — vol. 8	89
— Localização das feiras-livres. Sua interferência no direito privado (Doutrina) — vol. 4	45
GENOLINO AMADO — Acumulação de gratificação. Art. 5.º da Lei n.º 856, de 1956 (Parecer) — vol. 11	343
— Ajuda de custo a funcionário em viagem. Recusa, pelo Tribunal de Contas, de registro de despesa (Parecer) — vol. 6	584
— Aposentadoria. Tempo de serviço. Impossibilidade de acumular benefícios estatutários (Parecer) — vol. 13	256
— Aposentadoria. Trabalhadores na Limpeza Urbana. Regime jurídico especial. Possibilidade de ampliação, por leis locais, das vantagens concedidas aos servidores públicos pela Constituição Federal (Parecer) — vol. 13	250
— Cargos extintos após a realização de concursos. Situação dos candidatos aprovados. Artigo 11 do Ato Constitucional das Disposições Transitórias (Parecer) — vol. 13	268
— Concurso. Candidata classificada. Direito à nomeação (Parecer) — vol. 11	373
— Departamento de Estradas de Rodagem. Natureza jurídica. Vencimentos correspondentes ao cargo de diretor (Parecer) — vol. 13	277
— Despachantes. Aposentadoria. Inaplicabilidade do art. 50, m, da Constituição Estadual (Parecer) — vol. 13	272
— Dispensa de ponto. Funcionário matriculado em curso de administração (Parecer) — vol. 11	381

Págs.

— Extranumerário. Dispensa com a nota de "a bem do serviço público". Processo regular (Parecer) — vol. 6	581
— Extranumerário. Falecimento. Acidente em serviço. Pensão. Diplomas reguladores (Parecer) — vol. 7	610
— Funcionário efetivo com vencimento de cargo em comissão. Inteligência do art. 233 do Estatuto (Parecer) — vol. 13	281
— Gratificação de função. Critério de cálculo (Parecer) — vol. 13	283
— Gratificação indevidamente concedida. Incorporação aos vencimentos. Reposição (Parecer) — vol. 14	297
— Ilícito penal e ilícito administrativo. Autonomia das instâncias (Parecer) — vol. 13	286
— Indulto. Efeito sobre pena acessória de perda de função pública (Parecer) — vol. 13	288
— Inquérito administrativo. Prazos estatutários ultrapassados. Validade do processo (Parecer) — vol. 11	408
— Instituto de Educação. Aluna repetente. Impedimento à renovação de matrícula (Parecer) — vol. 3	512
— Licença de servidora casada com funcionário de sociedade de economia mista. Entendimento do art. 113 do Estatuto (Parecer) — vol. 11	415
— Licença para tratamento de saúde. Contagem do período como tempo de serviço. Requisito estatutário (Parecer) — vol. 11	416
— Montepio. Beneficiários. Mãe do contribuinte, casada (Parecer) — vol. 2	351
— Prazo. Contagem na órbita administrativa (Parecer) — vol. 3	458
— Processo administrativo. Designação de comissão revisora. Ilícito penal e ilícito administrativo. Independência das instâncias (Parecer) — vol. 11	441
— Processo administrativo arquivado. Possibilidade de novo exame da matéria (Parecer) — vol. 12	570
— Processo administrativo instaurado, mas ainda sem decisão, por abandono de cargo. Reassunção requerida pelo servidor, antes de seu julgamento (Parecer) — vol. 13	316
— Processo disciplinar. Competência para determinar sua abertura e para designar a Comissão de inquérito (Parecer) — vol. 13	321
— Processo disciplinar. Prescrição de penalidade administrativa. Interrupção do prazo, pela instauração do inquérito (Parecer) — vol. 13	325
— Processo disciplinar. Punição anterior à instauração. Insubordinação. Ilícito penal e ilícito administrativo (Parecer) — vol. 15	378
— Quadro de engenheiros. Reestruturação. Situações de fato (Parecer) — vol. 4	479
— Serventuário da Justiça nomeado e empossado. Pretensão à entrada em exercício 5 anos depois (Parecer) — vol. 13	328
— Servidor contratado. Convocação para serviço militar. Efeitos (Parecer) — vol. 13	333
— Servidor demitido do antigo Departamento Federal de Segurança Pública. Reintegração após a Lei n.º 3.752, de 1960 (Parecer) — vol. 13	335
— Servidor transferido da União. Processo administrativo. Regime jurídico aplicável (Parecer) — vol. 13	342

Págs.

	Págs.
— Servidores aposentados com vantagens de cargo em comissão. Cálculo da gratificação adicional (Parecer) — vol. 13	345
— Servidores transferidos da União. Anistia de sanções disciplinares. Competência (Parecer) — vol. 13	351
— Tempo de serviço. Enfermeiras. Contagem de período de aprendizagem em escolas profissionais (Parecer) — vol. 15	396
— Tempo de serviço em sociedade de economia mista. Comprovação (Parecer) — vol. 11	476
GERALDO DE ALMEIDA PINTO — Condição jurídica dos bens integrantes do patrimônio de fundação (Doutrina) — vol. 13	38
GERALDO TAVARES DE MELLO — Acumulação de cargos públicos. Aplicação do art. 24 do A.D.C.T. independente do art. 185 da Constituição Federal — <i>Comentário</i> — (TJEG) — vol. 2	233
— Cargo em comissão. Direito de funcionário ao respectivo vencimento (Parecer) — vol. 3	489
— Disponibilidade. Natureza, conceito e histórico. Agentes de dívida (Parecer) — vol. 4	454
— Funcionário. Promoção. Condições. Apuração de merecimento (Parecer) — vol. 2	333
— Interinidade e efetivação. Aspectos que sugerem o estudo da matéria à luz da doutrina e jurisprudência. Situação do servidor interino em face da realização de concurso (Doutrina) — vol. 3	205
— Promoção de funcionário. Alterabilidade de condições (Parecer) — vol. 1	363
GERARDO DE OLIVEIRA MALDONADO — Anteprojeto de Código Tributário Nacional. Configuração jurídica dos impostos de alçada dos Estados e Municípios (Doutrina) — vol. 8	106
— Dívidas passivas de espólio. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> (Doutrina) — vol. 8	125
— Imposto de transmissão <i>causa-mortis</i> . Bem de família (Doutrina) — vol. 8	120
GILSON AMADO — Acumulação. Verificação dos requisitos constitucionais (Parecer) — vol. 3	499
— Aposentadoria. Duplicidade. Antigos servidores de concessionárias, hoje funcionários públicos (Parecer) — vol. 4	472
— Cargo em comissão federal. Exercício por funcionário da P.D.F. Opção de vencimento (Parecer) — vol. 7	613
— Concurso. Recurso do seu julgamento. Competência. Rejeição liminar (Parecer) — vol. 6	539
— Despachante municipal. Natureza da função. Impedimentos (Parecer) — vol. 7	654
— Ensino primário. Cancelamento de folga escolar. Extensão do preceito aos estabelecimentos particulares (Parecer) — vol. 11	620
— Instituto de Educação. Nacionalidade brasileira como condição de ingresso (Parecer) — vol. 11	623
— Interino habilitado em concurso. Ordem de classificação (Parecer) — vol. 7	638
— Magistério municipal. Instituto de Educação. Restrição à liberdade profissional dos professores (Parecer) — vol. 6	593
— Quinquênio. Tempo de serviço não prestado a P.D.F. (Parecer) — vol. 7	624

	Págs.
— Quinquênio. Apuração de tempo de serviço. Conceito de “função” (Parecer) — vol. 7	628
— Salário-família. Indevido a funcionária quando o marido já o recebe (Parecer) — vol. 7	635
— Salário-família. Marido e mulher servidores públicos (Parecer) — vol. 4	476
GONÇALVES DE OLIVEIRA, A. — Mudança da Capital para Brasília (Parecer do Consultor Geral da República) — vol. 10	270
GOVERNADOR — Do Estado. Mandato do eleito em 1960. Lei n.º 3.752. Direito adquirido ao exercício de cargo eletivo — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 12	519
— Do Estado. Residência no Estado como condição de elegibilidade — <i>Raul Brunini</i> (Informações ao Procurador Geral da República) — vol. 12	666
GOVÉRNO — Formas de. Relações entre elas e os regimes econômicos — <i>João Camilo de Oliveira Tôrres</i> (Doutrina) — vol. 12	27
GRATIFICAÇÃO — De nível universitário. Professores de ensino médio. Cancelamento de registro. Efeitos — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i> (Parecer) — vol. 14	290
— De risco de vida ou saúde. Diversidade de critérios. Prevalência da disposição testamentária (Parecer) — vol. 15	369
— De risco de vida ou saúde. Exercício de cargo em comissão. Subsistência da vantagem (Conselho de Recursos Administrativos) — vol. 14	424
— De risco de vida ou saúde. Vigência da legislação especial pertinente — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 14	309
— De serviços com raios-X. Concessão indevida. Incorporação aos vencimentos. Reposição — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 14	297
— De serviços com raios-X. Concessão indevida. Incorporação aos vencimentos. Reposição — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto e parecer) — vol. 14	305 e 307
GRATIFICAÇÕES ADICIONAIS E NÍVEIS DE VENCIMENTOS — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 6	334
GUANABARA, ESTADO SEM MUNICÍPIOS — <i>Carlos A. Dunshee Abranches</i> (Doutrina) — vol. 10	271
GUILHERME ESTELLITA — Mandado de Segurança. Estão as exceções excluídas do seu processo? (Doutrina) — vol. 5	44
GUSTAVO AFFONSO CAPANEMA — Acumulação de cargos. Impossibilidade por inexistência de correlação de matérias (Parecer) — vol. 12	558
— Aplicação e extensão de julgado. Diferenciação. Efeitos de sentença (Parecer) — vol. 7	598
— Aumentos quinquenais. Prescrição a favor do Estado. Presunção de legitimidade dos atos administrativos (Parecer) — vol. 11	368
— Contrôlo da constitucionalidade das leis. Possibilidade da iniciativa do Poder Executivo (Parecer) — vol. 11	616
— Edifício de apartamentos. Modificação da fachada. Consentimento da totalidade dos condôminos (Parecer) — vol. 11	106
— Edifício de apartamentos. Modificação de partes comuns (Parecer) — vol. 11	108

	Págs.
— Funcionário aposentado. Exercício de cargo de chefia, em comissão. Opção pelos proventos da aposentadoria. Gratificação (Parecer) — vol. 11	387
— Servidor transferido da União. Aposentadoria. Legislação aplicável (Parecer) — vol. 13	339
— Tempo de serviço. Contagem para efeito de aumentos quinquêniais (Parecer) — vol. 11	470
— Tempo de serviço. Requisitos dos documentos comprobatórios (Parecer) — vol. 11	474
GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO — A tributação como ônus da pessoa jurídica dos lucros por ela distribuídos (Doutrina) — vol. 14	63
GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO — Acumulação. Leis em vigor (Visto a parecer) — vol. 3	507
— Apresentação da Revista — vol. 1	3
— Cargo público. Conceito de interinidade. Servidores que desempenham a função de médico sem serem titulares do cargo. Lei beneficiadora. Interpretação (Parecer) — vol. 5	191
— Construção. Tijolos de vidro. Artigo 573 do Código Civil (Visto a parecer) — vol. 2	304
— Crédito adicional. Vigência no exercício subsequente. Código de Contabilidade da GB (Parecer) — vol. 15	340
— Desapropriação de glebas rurais. Fomento à produção e amparo ao trabalhador agrícola (Parecer) — vol. 2	307
— Desapropriação do contrato de concessão (Visto a parecer) — vol. 3	407
— Desapropriação por interesse social. Clubes desportivos como beneficiários. Ilicitude — <i>Comentário a acórdão</i> — vol. 3	343
— Descabimento de assistência em fase executória — <i>Comentário a acórdão</i> — vol. 4	327
— Disponibilidade: natureza, conceito e histórico (Visto a parecer) — vol. 4	460
— Expediente na P.D.F. Dias feriados (Parecer) — vol. 1	326
— Função pública. Desvio de seu exercício (Visto a parecer) — vol. 3	503
— Iluminação de logradouro público. Responsabilidade da concessionária (Parecer) — vol. 11	556
— Imóveis transferidos da União. Vinculação aos serviços estaduais (Parecer) — vol. 12	630
— Imóvel municipal. Doação com encargos. Art. 45 da Lei Orgânica. Tribunais de Contas. Competência (Parecer) — vol. 7	525
— Imposto de transmissão. Condições para o benefício da isenção "Medalha de Guerra". (TJEG) — <i>Comentário a acórdão</i> — vol. 1	282
— Light. Reversibilidade dos bens. Cia. Ferro-Carril do Jardim Botânico (Visto a parecer) — vol. 2	541
— Mandado de segurança e ação popular. Cumulação. Rito. Criação de cargo na Assembléia. Ato legislativo e ato administrativo (Razões forenses) — vol. 10	454
— O direito de construir e os regulamentos administrativos (Doutrina) — vol. 2	29
— Regime de quinquênios e benefícios da Lei municipal 695/1951. Fixação de proventos. Exame e reexame, pelo Tribunal de Contas,	

	Págs.
do ato administrativo; nulidade e anulabilidade; revisão (TJEG) — (Comentário a acórdão) — vol. 4	332
— Residência própria. Financiamento pelo Montepio a contribuinte já proprietário (Visto a parecer) — vol. 4	497
— Restrições a loteamento em zona agrícola. Alteração do Código de Obras por decretos executivos. (Parecer) — vol. 6	502
— Zoneamento. Formação de unidades por meio de reloteamento e urbanização. Desapropriação (Parecer) — vol. 3	476
H	
HÉLIO CAMPISTA GOMES — Anúncio comercial. Licença. Competência do Estado. Proteção paisagística (Parecer) — vol. 14 ..	375
— Edifício de apartamentos em área enfitêutica. Remição de fôro de fração ideal do terreno (Parecer) — vol. 15	402
— Firma adjudicatária de obras públicas. Concordata preventiva. Efeitos (Parecer) — vol. 14	372
— Imóvel desapropriado pela União, antes do Código Civil, e transferido por lei ao antigo Distrito Federal. Desnecessidade de registro (Parecer) — vol. 14	337
— Imóvel do Estado. Cessão onerosa e temporária de uso. Necessidade de autorização legislativa (Parecer) — vol. 11	517
— Mandado de segurança. Ato praticado na execução de ordem específica. Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do executor (Comentário a sentença) — vol. 14	199
— Órgão relativamente autônomo. Transformação em fundação. Doação de imóvel estadual. Necessidade de lei especial (Parecer) — vol. 14	343
— Promulgação de lei parcialmente vetada. Dualidade de leis oriundas do mesmo projeto; uma, com sanção parcial do Executivo; outra, promulgada pelo Presidente da Assembléia (Razões forenses) — vol. 11	644
HELY LOPES MEIRELLES — A construção civil e a regulamentação de seus profissionais (Doutrina) — vol. 10	36
— Ação popular e sua lei regulamentar (Doutrina) — vol. 15	88
— Comissões legislativas municipais (Doutrina) — vol. 6	288
— Direitos, deveres e poderes do administrador público (Doutrina) — vol. 6	179
— Fundamentos legais para o combate à poluição das águas (Doutrina) — vol. 14	56
— Legalidade e constitucionalidade de aumento de imposto territorial urbano (Sentença) — vol. 5	135
— Limitações urbanísticas ao uso da propriedade (Doutrina) — vol. 8	1
— O direito de construir e as responsabilidades decorrentes das construções (Doutrina) — vol. 8	150
— O poder de polícia no município (Doutrina) — vol. 4	55
— Urbanismo e Plano Diretor (Doutrina) — vol. 7	1
HENRIQUE DODSWORTH — A Avenida Presidente Vargas (Doutrina) — vol. 5	1

	Págs.
HERANÇA — Impôsto de reposição. Universalidade da herança — <i>Oscar Saraiva</i> (Parecer) — vol. 2	296.
— Vacante. Direito sucessório do Estado. <i>Jorge Alberto Romeiro</i> (Parecer) — vol. 13	517.
HERBERTO DUTRA — Poder de polícia. Cassação de licença de estabelecimento comercial (Parecer) — vol. 4	439.
HILTON J. GADRET — A contribuição de melhoria e sua aplicação no Distrito Federal (Doutrina) — vol. 7	65.
HOMERO DE PINHO — A transformação do Distrito Federal em Estado da Guanabara (Doutrina) — vol. 10	1.
HONORÁRIOS DE ADVOGADO — Cabe a condenação de honorários de advogado a favor do Estado (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	150.
— Condenação em, a favor do Estado. Aplicação da Lei n.º 4.632, de 18-5-65, inclusive nos casos de absolvição de instância, por abandono da causa pelo impetrante de mandado de segurança. <i>Sentenças</i> (Comentário) — vol. 15	300.
HOTEL — E condomínio hoteleiro. Conceituação para os fins do Decreto n.º 1.509, de 1963 — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 12	535.
HUGO DE AGUIAR COSTA PINTO — Recurso para o Conselho de Contribuintes. Fiança — (Parecer) vol. 15	352.
HUGO DE CARVALHO COELHO — Mercados estaduais. Natureza da ocupação. Inaplicabilidade da Lei do Inquilinato (Comentário a acórdão) — vol. 14	120.
HUGO RAMOS FILHO — Relatório lido perante a Comissão Especial do Senado da República, sobre a transferência da Capital — vol. 10	174.
HUGO SIGELMANN — Impôsto de vendas e consignações. Competência estadual. Inconstitucionalidade da lei federal (Comentário a acórdão) — vol. 14	180.
HUMBERTO GRANDE — O Direito Administrativo (Doutrina) — vol. 4	90.

I

IGREJA — Personalidade jurídica — <i>João Lyra Filho</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 4	629.
— Personalidade jurídica. Subvenção — <i>Paulo Filho</i> (Parecer) — vol. 4	436.
— Subvenção a templos. Poderes do pároco para receber. Personalidade da Igreja — <i>Nelson Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 2	347.
ILHA DE PAQUETÁ — Desmembramento para construção de vila. Aprovação do projeto. Superveniência de proibição — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	180.
— Licença de construção. Construções ilegais — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	162.
IMPÔSTO — Anúncios em logradouros ou locais expostos ao público. Tributação. Autorização orçamentária — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 14	251.

	Págs.
— Base do cálculo. Fato gerador — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 7	500.
— Colocação de tapume em logradouro público. Natureza do tributo. Isenção — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 3....	432.
— Desapropriação. Incidência fiscal. Conseqüências — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> — vol. 6	514.
— Emissão de conhecimentos ou guias. Contagem de prazos (Resolução n.º 14, de 1955) — vol. 2	589.
— Impostos. Taxas. Contribuições especiais. Natureza jurídica — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 3	414.
— Imunidades. Instituição de ensino. Constituição Federal, art. 31, V, letra b — <i>Aldo Sant'Anna de Moura</i> (Parecer) — vol. 6	533.
— O cidadão perante o fisco. Direitos e deveres — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 8	36.
— Respostas a consultas sobre impostos. Departamento de Renda Mercantil — vol. 2	392.
— Revisão do sistema tributário. Mensagem n.º 33/54 — vol. 2	372.
— Revisão tributária. Relatório de Comissão e anteprojeto de lei — vol. 4	523.
— Taxas. Emolumentos. Natureza jurídica — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 2	341.
IMPÔSTO DE CESSÃO — É legal e é constitucional. É verdadeiro o princípio de que sobre o mesmo fato só deva recair um tributo, mas do reconhecimento dessa premissa chega-se à conclusão contrária à da sentença, isto é, o impôsto do selo da União é que deve ser revogado (TJEG) — vol. 2	242.
— O impôsto sobre cessão de promessa de venda — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Doutrina) — vol. 2	84.
— Sobre cessão de promessa de venda — <i>João Coelho Branco</i> (Doutrina) — vol. 2	6.
IMPÔSTO DE CONSUMO — Vendas realizadas por fabricantes. Não inclusão da parcela correspondente ao impôsto de consumo no cálculo do impôsto de vendas e consignações (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 2	463.
IMPÔSTO DE EXPORTAÇÃO — Incidência simultânea com o de vendas e consignações não constitui bitributação — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 7	127.
IMPÔSTO DE EXPORTAÇÃO E DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES, RECAINDO, AO MESMO TEMPO, SOBRE A MESMA MERCADORIA, NÃO OCORRE BITRIBUTAÇÃO — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 7	127.
IMPÔSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÕES — <i>Eurico Portela</i> (Doutrina) — vol. 4	39.
— As instituições de natureza civil, que não objetivem lucro ou remuneração, estão fora do alcance da legislação referente aos impostos de licença e de indústria e profissões (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 2	465.
— Base do cálculo. Fato gerador. — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 7	500.
— Compatibilidade com o Impôsto Único sobre combustíveis — <i>Roberto G. Salgado</i> (Doutrina) — vol. 14	114.

	Págs.
— E impôsto de licença. Não bitributação. Fontes de récita do Distrito Federal — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 6	214
— Emissão de apólices. Metropolitano. Abono. Obras públicas — Lei Municipal n.º 820, de 1955 — vol. 2	559
— Lei municipal n.º 820, de 1955. Constitucionalidade da alíquota variável, que recai sôbre o movimento econômico das emprêsas. Inexistência de bitributação. O assento, e não a base, é que caracteriza e identifica o tributo (TJEG) — vol. 10	554
— O impôsto de indústria e profissões na órbita municipal — <i>Eurico Portela</i> (Doutrina) — vol. 4	39
— Sociedades seguradoras. Base do cálculo — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 3	434
— Tributos: revisão do sistema. Impôsto de localização. Vendas e consignações. Arrecadação e fiscalização. Anteprojeto de lei. Mensagem n.º 33/54 — vol. 2	372
IMPÔSTO DE LICENÇA — As instituições de natureza civil, que não objetivem lucro ou remuneração, estão fora do alcance da legislação referente aos impostos de licença e de indústria e profissões (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 2	465
— Colocação de tapume em logradouro público. Natureza do tributo. Isenção — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) vol. 3	432
— Com base no valor locativo. Não influência das Leis do Inquilinato (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	222
— E de indústrias e profissões. Não bitributação. Fontes de receita no Distrito Federal — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 6	214
— Instalações mecânicas. Revogação da lei fiscal. Efeitos. Multa — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 7	502
— Revisão do sistema tributário. Arrecadação e fiscalização. Anteprojeto. Mensagem n.º 33, de 1954 — vol. 2	372
— Veículos dos Territórios, no Distrito Federal — <i>Aldo Sant'Anna de Moura</i> (Parecer) — vol. 3	460
IMPÔSTO DE RENDA — Fraude à lei. Impôsto de renda e seguro dotal (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	363
— Seguro dotal. Dedução do prêmio. Fraude fiscal (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	363
— Sôbre a profissão de jornalista. O art. 203 da Constituição e o art. 24, § 1.º do Decreto n.º 5.844, de 23-9-43. Isenção ampla (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 5	115
— Sôbre lucros distribuídos. Natureza jurídica. Competência do Estado para a cobrança — <i>Gustavo Miguez de Mello</i> (Doutrina) — vol. 14	63
IMPÔSTO DE TRANSMISSÃO — <i>Causa mortis</i> . A atualização da avaliação nos inventários — <i>Barbosa Lima Soobrinho</i> (Doutrina) — vol. 4	111
— <i>Causa mortis</i> . Aquisição de casa própria. Isenção — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 1	344
— <i>Causa mortis</i> . Bem de família — <i>Gerardo de Oliveira Maldonado</i> (Doutrina) — vol. 8	120
— <i>Causa mortis</i> . Benefício outorgado por lei posterior ao óbito — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 4	435

	Págs.
— <i>Causa mortis</i> . Critério para avaliação dos bens — <i>Josio de Salles</i> (Parecer) — vol. 12	551
— <i>Causa mortis</i> . Dividas passivas de espóho — <i>Gerardo de Oliveira Maldonado</i> (Doutrina) — vol. 8	125
— <i>Causa mortis</i> . Herdeiro ou legatário residente no estrangeiro. Adicional: natureza jurídica — <i>Miguel Teixeira</i> (Parecer) — vol. 1	355
— <i>Causa mortis</i> . Imóvel gravado de usufruto. Base do cálculo — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 3	436
— <i>Causa mortis</i> . Imunidade de instituição de assistência social. Legado de coisa certa — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 3	412
— <i>Causa mortis</i> . Instituto de Educação. Imunidade quanto a legado em dinheiro — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 4	421
— <i>Causa mortis</i> . Legislação aplicável ao Distrito Federal — vol. 3	673
— <i>Causa mortis</i> . Momento de incidência. Juros de mora indevidos (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 5	101
— <i>Causa mortis</i> . Renúncia abdicativa — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 13	217
— <i>Causa mortis</i> . Reposição. Cálculo. Universalidade da herança — <i>Oscar Saraiva</i> (Parecer) vol. 2	296
— <i>Causa mortis</i> . Sucessão de colaterais do 4.º grau — <i>Gastão de Azevedo Macedo</i> (Doutrina) — vol. 8	89
— <i>Causa mortis</i> . Tabela elaborada à luz dos preceitos da vocação hereditária, a cuja linha são estranhos os afins. A afinidade não se apresenta no direito das sucessões. Seus efeitos produzem-se apenas no campo do direito de família. Podia, assim, o Estado, a quem compete decretar o impôsto questionado e regular-lhe a incidência, equiparar, para êsse efeito, afins e estranhos sem que com isso alterasse o disposto no Código Civil, para outros efeitos (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 4	230
— <i>Causa mortis</i> . Taxa de serviços municipais, nas doações. Tabela aplicável — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 4	437
— Imóvel gravado de usufruto. Base do cálculo — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 3	436
— <i>Inter vivos</i> . Alienação de domínio direto — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 15	343
— <i>Inter vivos</i> . Benfeitorias de terceiro. Incidência para efeito de cálculo — <i>José Saboia Viriato de Medeiros</i> (Parecer) — vol. 3	408
— <i>Inter vivos</i> . Concessionária de serviço público. Isenção fiscal. Bens reversíveis. Competência do poder concedente para tomar medidas conservatórias (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	409
— <i>Inter vivos</i> . Guias para pagamento: processamento. Resolução n.º 17, de 1957, da Secretaria Geral de Finanças — vol. 7	709
— <i>Inter vivos</i> . Impôsto de transmissão nos inventários por desquite. Na partilha consequente a inventário por desquite deve prevalecer o valor total dos bens a serem divididos não se levando em consideração a circunstância de estarem todos, ou não, no Distrito Federal. Indevidos o impôsto de torna ou reposição pelo cônjuge que na partilha receber bens a menos, nada tendo que tornar ou repor (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	331
— <i>Inter vivos</i> . Incabível na promessa de permuta (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	245

	Págs.
— <i>Inter vivos</i> . Isenção. Limitações. Serviços de guerra (TJEG) — vol. 10	494
— <i>Inter vivos</i> . Isenção a militares. Prestação de serviço de guerra: interpretação restrita (Conselho de Recursos Fiscais) — <i>Comentário</i> — vol. 1	529
— <i>Inter vivos</i> . Jornalista. Isenção de imposto nos termos do artigo 27 das Disposições Transitórias da Constituição Federal. Como deve ser interpretada (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4 ..	317
— <i>Inter vivos</i> . Momentos de incidência (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 5	111
— <i>Inter vivos</i> . Não traduz serviço de guerra a concessão de <i>Medalha de Guerra</i> , segundo o disposto no Decreto n.º 26.907 e Lei n.º 616, de 1949. Só aqueles que tenham prestado esse serviço têm direito a isenção do pagamento do imposto de transmissão referido na Lei n.º 31, de 1947 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1 ..	282
— <i>Inter vivos</i> . Processamento de guias. Resolução n.º 17, de 1957 — vol. 7	709
— <i>Inter vivos</i> . Renúncia translativa de herança. Equiparação dos afins a estranhos (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 13	125
— <i>Inter vivos</i> . Revisor. Não isenção (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 1	541
— <i>Inter vivos</i> . Sentido da expressão <i>anno fiscal</i> (Conselho de Recursos Fiscais) — <i>Comentário</i> — vol. 2	450
— <i>Inter vivos</i> . Transferências a título gratuito — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 15	345
— O artigo 1.572 do Código Civil em face dos herdeiros e do Fisco — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Doutrina) — vol. 1	59
IMPÔSTO DE TRANSMISSÃO “CAUSA MORTIS” NA SUCESSÃO DOS COLATERAIS DO 4.º GRAU — <i>Gastão A. Macedo</i> (Doutrina) — vol. 8	89
IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — A mão de obra ou prestação de serviço, cujo valor a Lei n.º 687, de 1951, exclui do total da operação para efeito do cálculo do tributo, não compreende a empregada na fabricação e no beneficiamento que importa transformação dos produtos. A exceção se aplica, apenas, aos consertos ou reparos. Para efeito de cálculo do imposto de vendas e consignações não se considera a quantia paga a título de imposto de consumo (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 2	468
— Competência estadual. Inconstitucionalidade da lei federal (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	180
— Consulta: efeitos. Fusão e incorporação de sociedades comerciais. Versão de bens para constituição do capital social (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 4	638
— Consultas e respostas — vol. 2	392
— Consultas e respostas sobre sua cobrança, pela Secretaria Geral de Finanças — vol. 3	570
— Contratos conexos de abertura de crédito e de compra e venda a prazo. Unidade econômica. Base do cálculo — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Parecer) — vol. 13	513
— Deve ser cobrado sobre o valor total da operação, isto é, o preço de vendas das mercadorias acrescido de todas as despesas co-	

	Págs.
bradas pelo vendedor ao comprador, na fatura, ou por fora, convertida a moeda ao câmbio paritário do FMI (TJEG) — vol. 7	470
— E empreiteiros. Material por estes empregados. Venda mercantil — <i>Comentário</i> — vol. 4	352
— Em relação às mercadorias exportadas — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 2	110
— Emissão de apólices. Metropolitano. Abono. Obras públicas. Lei Municipal n.º 820, de 1955 — vol. 2	559
— Estabelecimento comercial. Venda desfeita — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 14	269
— Exclusão, para o cálculo da parcela correspondente ao imposto de consumo — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	298
— Exigência de livro. Mercadorias transferidas. Não emissão de nota fiscal (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	630
— Exportação de frutas cítricas. Legalidade da cobrança e constitucionalidade do imposto. — <i>Comentário</i> — vol. 7	403
— Fiscalização administrativa. Presunção de verdade. Ônus da prova (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	458
— Incidência simultânea com o de exportação; não constitui bitributação — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 7	127
— Isenção em favor do pequeno produtor — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	303
— Mandado de segurança. Não cabe contra o ato da Autoridade Pública, que determina a fiscalização, afim de constatar a incidência, ou não, do imposto de vendas e consignações sobre determinada transação (TJEG) — vol. 2	282
— Mercadoria importada através de pedido formulado por agente de vendedor — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11....	311
— Mercadorias transferidas. Decreto municipal 12.162, de 1953 (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	629
— Simultaneidade dos impostos de exportação e de vendas e consignações. Bitributação. Não ocorrência — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 7	127
— Sobre frutas cítricas, procedentes do Estado do Rio de Janeiro, vendidas a compradores domiciliados fora do território nacional (art. 4.º, I, da Lei n.º 687, de 1951). Inconstitucionalidade já reconhecida pelo Tribunal Pleno, face ao disposto no artigo 19, V, da Constituição Federal (TJEG) — vol. 7	426 e 460
— Sua incidência na empreitada. Ordem de Serviço n.º 3/53, do Departamento de Rendas Mercantis — vol. 2	390
— Sua incidência sobre o comércio de pedreiras e areias. Ordem de Serviço n.º 15/53, do Departamento de Rendas Mercantis — vol. 2	391
— Sua incidência sobre o total das vendas incluindo o imposto de consumo. Ordem de Serviço n.º 12/53, do Departamento de Rendas Mercantis — vol. 2	389
— Suprimentos feitos à Caixa sem justificação e assim apurados mediante exame da escrita comercial, revelam artifício doloso para a sonegação do imposto sobre vendas e consignações, cabendo, simultaneamente, a exigência do tributo respectivo e a incidência de multa. Incompetência do Conselho de Recursos Fiscais para	

	Págs.
aplicar a Lei n.º 633, de 1951, antes do pronunciamento da 1.ª instância (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 1	544
— Transferência de estabelecimento. Critério de cobrança (Conselho de Recursos Fiscais) — <i>Comentário</i> — vol. 2	449
— Tributação de vendas mercantis em moldes mais razoáveis e mais justos — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 8	137
— Tributos: revisão do sistema. Mensagem n.º 33, de 1954 — vol. 2	372
IMPÓSTO PREDIAL — Isenção da Lei Municipal n.º 288, de 1948, não abrange as taxas remuneratórias (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 2	475
— Isenção de impostos de que goza o locatário não se estende ao imóvel locado para o efeito de eximi-lo do imposto predial, ainda que o aludido locatário tenha assumido a obrigação contratual de pagar o tributo (TJEG) — vol. 10	573
— Reconhecimento do direito de isenção a jornalista profissional, de acôrdo com o disposto no art. 27 do ADCT (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	613
— Revisão de aluguel. Prédio não locado. Pode a PDF, em cada exercício, proceder ao arbitramento do imposto predial, segundo o disposto no parágrafo único do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 157, de 1937 (TJEG) — vol. 7	457
— Revisão mediante arbitramento de acôrdo com o artigo 6.º, parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 157, de 1937 (TJEG) <i>Comentário</i> — vol. 2	257
IMPÓSTO SINDICAL — Advogados. Alvará de localização. Dispensa do pagamento — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	255
IMPÓSTO SOBRE CESSÃO DE PROMESSA DE VENDA — <i>João Coelho Branco</i> (Doutrina) — vol. 2	6
IMPÓSTO SOBRE DIVERSÕES — Selagem e pagamento por guia — <i>Aldo Sant'Anna de Moura</i> (Parecer) — vol. 6	540
— Sobre aluguel de filmes cinematográficos. Cobrança indevida. Recolhimento aos cofres públicos — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 13	225
IMPÓSTO SOBRE TRANSAÇÃO — Construção por administração. Base do cálculo — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 11	230
— Venda de veículos. Empresas permissionárias de serviço de transporte coletivo — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 11	278
IMPÓSTO TERRITORIAL — Isenção contratual. Taxa de serviços municipais (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	627
— Legalidade e constitucionalidade de aumento a critério das municipalidades — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Sentença) — vol. 5	135
— Não incidência no prazo de vigência de decreto expropriatório — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 6	514
— Reexame do valor de imóvel para efeito da cobrança do imposto territorial. Legalidade. Lei estadual que impede o aumento de taxa não fere a Constituição (STF) — vol. 2	180
— Terreno de autarquia prometido à venda. O problema da isenção — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	291
IMPÓSTO ÚNICO — De que cogita o artigo 15 da Constituição Federal. Não colide com a tributação da atividade comercial, que compete à municipalidade. Tarifa (STF) — vol. 2	164

	Págs.
— Sobre combustíveis. Compatibilidade com o Imposto de Indústrias e Profissões — <i>Roberto G. Salgado</i> (Doutrina) — vol. 14	114
IMUNIDADE TRIBUTÁRIA — Autarquias — <i>Ivens Basto de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	261
— Autarquia. Inexistência de imunidade — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 6	546
— Autarquias. Limites. Taxa judiciária — <i>Sérgio Ferraz</i> (Parecer) — vol. 15	350
— Da não isenção e não imunidade fiscal dos bens das autarquias — <i>Wilson Mello da Silva</i> (Doutrina) — vol. 2	126
— Das Autarquias, em face do direito positivo — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 7	136
— Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> . Instituto de Educação. Imunidade quanto a legado em dinheiro — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 4	421
— Imposto de vendas e consignações. Pequeno produtor — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	303
— Instituição de assistência social. Exigibilidade de taxas — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 2	345
— Instituição de assistência social. Fundação Leão XIII — <i>Amilcar Paranhos da Silva Velloso</i> (Parecer) — vol. 4	272
— Instituição de assistência social. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> . Legado de coisa certa — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 3	412
— Instituição de ensino. Constituição Federal, art. 31, V, b. Universidade Católica — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 6..	533
— Instituição educacional — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 3	220
— Instituição educacional. Templo religioso — <i>Allah Eurico da Silveira Batista</i> (Parecer) — vol. 2	360
— O Banco do Brasil só goza de isenção tributária quando no exercício de atividade delegada pelo Poder Público (STF) — vol. 6 ..	373
— O Banco do Brasil, sociedade de economia mista, não goza de isenção de impostos senão na atividade de delegado do Poder Público (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	376
— Restrita. Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	263
— Sociedade de economia mista — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	400
— Templos. Pontifícia Universidade Católica. <i>Allah Baptista</i> (Parecer) — vol. 2	360
(ver também ISENÇÃO TRIBUTÁRIA)	
INCONSTITUCIONALIDADE — Da lei catarinense n.º 22, de 1951. Se a Constituição de um Estado declara competir ao Executivo, exclusivamente, a iniciativa das leis sobre a criação e extinção de cargos e fixação e alteração dos respectivos estípedios, não pode o Legislativo, por meio de emendas a projeto governamental, majorar as tabelas propostas ou estendê-las a outros funcionários. A "emenda" é uma forma de iniciativa. Onde falta a competência para a iniciativa, falta competência para emendar. Maioria absoluta: conceito em sendo ímpar o número de votantes (STF) — <i>Representação do Procurador Geral da República</i> . — vol. 3	215

	Págs.
— Da Lei municipal n.º 761, de 1952. Sanção tácita. Veto presumido. Recursos administrativos e mandado de segurança (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	314 e 321
— Não é inconstitucional o art. 18 do Decreto n.º 96, de 1937, que sujeita a fôro determinados terrenos no Distrito Federal (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	268
— Provimento de cargo público. São inconstitucionais o artigo 6.º da Lei n.º 133, de 1948, e o parágrafo 2.º do art. 11 da Lei n.º 260, de 26-11-48, por isso que violam o preceito contido no art. 186 da Constituição Federal de 1946 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4..	310
— “Quorum” do art. 200 da Constituição (STF) — vol. 2	179
ÍNDICE — Índice geral dos volumes 1 a 15 da Revista da Procuradoria Geral do Estado — vol. 15	519
INDÚSTRIA — E comércio. Feiras e certames. Competência para autorização — <i>Carlos Eduardo de Oliveira Valle</i> (Parecer) — volume 14	389
— Pequena. Seminário para o fomento da — <i>Jósio de Sales</i> (Relatório) — vol. 14	665
INFLAMÁVEL — Depósito em zona residencial. Proibição legal — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	137
— Trânsito no Estado. Fiscalização. Leis aplicáveis — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 13	496
INFLUÊNCIA DA APROVAÇÃO DAS CONTAS SOBRE A RESPONSABILIDADE PENAL DO PREFEITO — <i>Roberto Lyra</i> (Doutrina) — vol. 3	54
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO — Exame de admissão e exame de seleção. Fixação, por lei, de número de vagas (TJEG) — vol. 10....	488
— Exame oral. Dispositivos legais — <i>Nelson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 3	510
— Nacionalidade brasileira como condição de ingresso — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 11	623
— Renovação de matrícula. Alunas repetentes — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 3	512
— Requisito de nacionalidade para matrícula — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 3	513
— Restrição à liberdade profissional de seus professores — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 6	593
INTERDITOS POSSESSÓRIOS — E mandado de segurança. Cabimento contra atos da Administração — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 6	166
INTERINIDADE E EFETIVAÇÃO. ASPECTOS QUE SUGEREM O ESTUDO DA MATÉRIA À LUZ DA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA. SITUAÇÃO DO SERVIDOR INTERINO EM FACE DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO — <i>Geraldo Tavares de Melo</i> (Doutrina) — vol. 3	205
INTERPRETAÇÃO DAS LEIS FISCAIS — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 4	29
INTERVENÇÃO FEDERAL — A intervenção no Distrito Federal em 1937 — <i>Irineu Machado</i> (Doutrina) — vol. 3	146
— Indeferimento de pedido. Decisões judiciais e ausência de verbas orçamentárias (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 4	218

	Págs.
INTERVENÇÃO LITISCONSORCIAL VOLUNTÁRIA — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Doutrina) — vol. 11	40
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FILOSOFIA MUNICIPALISTA — <i>Yves de Oliveira</i> (Doutrina) — vol. 6	205
INVENTÁRIO — A atualização da avaliação — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Doutrina) — vol. 4	111
— Competência do Juízo para apreciar questão de direito sobre regime de bens — <i>Paulo Dourado de Gusmão</i> (Parecer) — vol. 14	409
— Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> . Base do cálculo. Dívidas passivas do espólio — <i>Gerardo de Oliveira Maldonado</i> (Doutrina) — vol. 8	125
— Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> . Renúncia abdicativa — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 13	217
— Negativo: não tem sentido jurídico nem vernáculo; inventário exige como condição precípua a existência de alguma coisa a inventariar (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	396
— Óbito em país estrangeiro. Bens imóveis no Brasil. Competência da Justiça brasileira — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Parecer) — vol. 14	414
— Por desquite. Partilha de bens fora da jurisdição municipal. Reposição. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	331
— Regime de bens no casamento de sírios melquitas. Diferenças entre o rito malequita e o melquita. Interpretação de cláusula testamentária e impugnabilidade da deixa (TJEG) — vol. 15	291
— Renúncia translativa. Impostos <i>causa mortis</i> e <i>inter vivos</i> . Equiparação dos afins a estranhos (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 13	125
INVESTIDURA — Alinhamento — <i>José de Miranda Valverde</i> (Parecer) — vol. 3	484
— Alinhamento. Recuo — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 3	480
— Área doada ao Estado. Condição resolutiva. Abertura de logradouro — <i>Amílcar Paranhos da Silva Velloso</i> (Parecer) — vol. 15..	327
— Área não desapropriada. Investidura do remanescente. Investiduras frontais e laterais — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 2	354
— Área remanescente de desapropriação — <i>Benedito Barros</i> (Parecer) — vol. 11	85
— Áreas remanescentes de desapropriações feitas pela SURSAN. Legitimação para investir. Destino do preço — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 14	232
— Avaliação de área investível — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	139
— Condições. Inaplicabilidade do art. 44. § 5.º, da Constituição Federal — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 14	238
— E alinhamento. Bens públicos. Rios — <i>José de Miranda Valverde</i> (Parecer) — vol. 1	313
— Natureza e conceito. Alinhamento — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 4	444
— Promessa de. Imóveis desapropriados — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	240

	Págs.
— Rios e álveo abandonado. Código de Águas e Constituição Federal — <i>Célio Alberto Sholl Ferreira</i> (Parecer) — vol. 15	414
— Terreno lateral. Desnecessidade de hasta pública — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	140
IRINEU MACHADO — A intervenção no Distrito Federal em 1937 (Doutrina) — vol. 3	146
ISENÇÃO TRIBUTÁRIA — Banco do Brasil S. A., como instituição de crédito, não está isento do pagamento de tributos à PDF (TJEG) vol. 10	566 e
— Banco do Brasil só goza de isenção quando no exercício de atividade estatal (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	373
— Banco do Brasil só goza de isenção quando no exercício de atividade estatal (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	376
— Comércio ambulante de loterias — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 13	476
— Concessionária de serviços públicos. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . Bens reversíveis. Competência do poder concedente para tomar medidas conservatórias (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7....	409
— Da não isenção e da não imunidade fiscal dos bens das autarquias — <i>Wilson Melo da Silva</i> (Doutrina) — vol. 2	126
— Das autarquias, em face do direito positivo — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 7	136
— Do imposto territorial. Não abrange taxa de serviços municipais, que constitui retribuição por serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte, e não imposto adicional (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	627
— Imposto. Aquisição de casa própria, financiada pelo Montepio — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 1.....	344
— Imposto. Taxa. Conceito. Direito comparado — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 2	343
— Imposto de transmissão. Medalha de Guerra. Serviço de guerra: interpretação restritiva. Condições exigidas (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	282
— Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . Jornalista. Artigo 27 do ADCT. Interpretação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	317
— Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . Militar. Serviço de guerra. Interpretação restritiva — vol. 1	529
— Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . Militar que prestou serviços efetivos de guerra (TJEG) — vol. 10	494
— Imposto predial. Jornalista (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	613
— Imposto predial. Lei municipal n.º 288, de 1948. Não abrange taxas remuneratórias de serviços municipais (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 2	475
— Inexiste quanto a taxa e emolumentos. Competência tributária do Distrito Federal — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 6	521
— Projeto de lei n.º 195/1949. — Razões de Veto — vol. 2	386
— Revisor. Não caracterização como jornalista (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 1	541

	Págs.
— Serviço em zona de guerra. Interpretação restritiva (STF) — volume 2	177
(ver também IMUNIDADE TRIBUTÁRIA)	
IVAN LINS — Apreciação à Lei orçamentária para 1956 (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 3	594
— Necessidade de um Código de Contabilidade Pública peculiar ao Distrito Federal (Doutrina) — vol. 3	128
— Os Tribunais de Contas e a constitucionalidade dos atos que lhes são submetidos (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 4	620
— Podem e devem os Tribunais de Contas apreciar a constitucionalidade das leis (Doutrina) — vol. 8	128
— Regime de adiantamento na PDF. Código de Contabilidade Pública. Função do Tribunal de Contas — (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	425
IVENS BASTOS DE ARAÚJO — Alvará de licença. Cassação (Parecer) — vol. 13	146
— Anulação de atos administrativos. Efeitos (Parecer) — vol. 1 .	365
— Autarquia. Imunidade tributária (Parecer) — vol. 11	261
— Bens da União aforados a empresa incorporada ao patrimônio nacional. Transferência do domínio útil (Parecer) — vol. 11	488
— Comércio ambulante de loterias. Legitimidade das restrições impostas pelo Estado. Isenção fiscal (Parecer) — vol. 13	476
— Construção ilegal. Impossibilidade de prorrogação de licença (Parecer) — vol. 11	74
— Construção sem licença em caminho não reconhecido como logradouro. Impossibilidade de legalização (Parecer) — vol. 11	78
— Construções sem licença em loteamento não aprovado. Possibilidade de regularização (Parecer) — vol. 13	155
— Contrato de obra pública. Reajustamento (Parecer) — vol. 13..	437
— Enfiteuse. Condomínio. Parte remida, parte foreira (Parecer) — vol. 3	391
— Enfiteuse. Foros e laudêmios em atraso. Alegação de prescrição. Distrato (Parecer) — vol. 13	374
— Enfiteuse. Remição compulsória. Ilegalidade (Parecer) — vol. 11	507
— Enfiteuse. Remição de aforamento (Parecer) — vol. 5	182
— Entrada de vila. Constituição de servidão. Necessidade da anuência de todos os proprietários (Parecer) — vol. 11	122
— Fiscalização sanitária. Competência das autoridades estaduais (Parecer) — vol. 13	502
— “Habite-se”. Termo de recuo. Registro no Tribunal de Contas (Parecer) — vol. 11	132
— Homenagem ao Presidente do Tribunal de Justiça (Discurso) — vol. 14	685
— Imóveis estaduais vendidos ao IAPC. Alteração de cláusula contratual. Necessidade de autorização legislativa (Parecer) — vol. 13 .	388
— Imóvel atingido por projeto de alinhamento. Construções irregulares (Parecer) — vol. 11	133
— Imposto territorial. Terreno de autarquia prometido à venda (Parecer) — vol. 11	291
— Instituição educacional. Imunidade tributária (Parecer) — vol. 13	220

	Págs.
— Legalização de construção. Direito de vizinhança. Inteligência dos arts. 572, 573 e 576 do Código Civil (Parecer) — vol. 13	161
— Legalização de obra. Infração do direito de vizinhança (Parecer) — vol. 11	143
— Licença de construção. Inobservância. Penalidade. Mais-valia (Parecer) — vol. 3	469
— Licença para construção. Possuidor sem título de propriedade. Concessão a título precário. Dispensa do termo de recuo (Parecer) — vol. 11	156
— Logradouro público. Cessão de uso para instalação de bar e restaurante (Parecer) — vol. 13	405
— Pedido de certidão para uso judicial. Não demonstração de legítimo interesse (Parecer) — vol. 4	452
— Projeto de construção. Infração a direito de vizinhança. Posição da administração (Parecer) — vol. 11	229
— Projeto de construção. Subordinação às novas exigências legais (Parecer) — vol. 11	228
— Projeto de obra. Licenciamento a título precário. Termo (Parecer) — vol. 11	239
— Resgate de aforamento. Desnecessidade de procedimento judicial (Parecer) — vol. 11	540
— Serviços de transporte coletivo. Competência para a autorização (Parecer) — vol. 11	580
— Servidão de aeração e iluminação. Termo. Registro (Parecer) — vol. 11	246
— Termo de obrigação. Registro (Parecer) — vol. 11	251
— Transporte coletivo. Autonomia municipal (Parecer) — vol. 4..	383

J

JANELAS — Abertura de — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Doutrina) — vol. 10	82
— Artigo 573 do Código Civil. Tijolos de vidro translúcido. Distância em relação ao prédio vizinho — <i>Aldo Santana de Moura</i> — (Parecer) — vol. 2	300
— Direito de vizinhança. Fechamento de vão. Art. 573 do Código Civil — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 6	489
— Não incide na proibição do art. 573 do Código Civil a colocação de tijolos de vidro, em paredes construídas nas linhas divisórias, desde que, não permitindo devastamento, não prescrevem contra o vizinho, que, a todo tempo, poderá vedar a claridade que deles resulte (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	320
JOÃO BATISTA CORDEIRO GUERRA — O Ministério Público na Constituição do Estado da Guanabara (Doutrina) — vol. 15	80
— Permissão. Linha de auto-lotações. Natureza unilateral do ato. Possibilidade de revogação ou modificação pelo Poder Público (Parecer) — vol. 13	116
JOÃO BENEDITO DE ARAÚJO — Mandado de segurança. Não admissão de exceções. Preexistência de ação em que é autor o dado	

	Págs.
como coator: presunção de liquidez do direito (Comentário a acórdão) — vol. 5	123
JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES — Formas de governo e regimes econômicos (Doutrina) — vol. 12	27
JOÃO COELHO BRANCO — Imposto sobre cessão de promessa de venda (Doutrina) — vol. 2	6
— Mandado de segurança e ação popular. Cumulação. Rito. Cargo público na Assembléia Legislativa. Criação por meio de Resolução da Mesa. Ato legislativo e ato administrativo (Parecer) — vol. 10	399
JOÃO DA COSTA FERREIRA — A cidade do Rio de Janeiro e seu termo. Ensaio urbanológico (Assuntos de interesse geral) — vol. 5	483
JOÃO DE OLIVEIRA FILHO — A situação constitucional dos poderes no Estado da Guanabara (Pareceres) — vol. 10	206
— Conceito do Direito Administrativo (Doutrina) — vol. 14	1
JOÃO DEL NERO — As sociedades de economia mista (Doutrina) — vol. 5	56
JOÃO JOSÉ DE QUEIROZ — A distinção entre direito público e direito privado (Doutrina) — vol. 2	16
JOÃO LYRA FILHO — Exercício do controle legislativo da despesa pública. Constituição e Lei Orgânica. Responsabilidade do Prefeito. Tribunal de Contas. Câmara dos Vereadores (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 3	588
— O orçamento do Estado da Guanabara (Doutrina) — vol. 15	51
— Obra pública. Administração contratada (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 1	507
— Operação de crédito por antecipação de receita. Autorização orçamentária. Artigo 25, § 1.º, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	429
— Personalidade jurídica da Igreja (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 4	629
— Pontos cardeais do orçamento público (Doutrina) — vol. 4	1
— Posição do Direito Administrativo (Doutrina) — vol. 1	9
JOAQUIM MARTINS LEAL FERREIRA — Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . Isenção a militares. Prestação de serviço de guerra: interpretação restritiva (Comentário a acórdão) — vol. 1	529
JÔNATAS MILHOMENS — Da intangibilidade dos bens públicos (Doutrina) — vol. 2	71
JORGE ALBERTO ROMEIRO — Testamento conjuntivo ou de mão comum. Motivo da proibição do pacto sucessório. Extinção de fideicomisso no Brasil, de acordo com o direito alemão. Vacância da herança no Direito Internacional Privado (Parecer) — vol. 13	517
JORNALISTA — Imposto de renda: isenção; o art. 203 da Constituição Federal não distingue entre imposto complementar e cedular (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 5	115
— Imposto predial: isenção. Artigo 27 do ADCT (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	613
— Isenção tributária. Interpretação do art. 27 do ADCT (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	317
— Isenção tributária. Revisor: inexistência do favor legal (Conselho de Recursos Fiscais) — <i>Comentário</i> — vol. 1	541

	Págs.
JOSÉ DE AGUIAR DIAS — Direitos e deveres do cidadão perante o fisco (Doutrina) — vol. 8	36
— Interditos possessórios e mandado de segurança. Seu cabimento contra atos da Administração (Doutrina) — vol. 6	166
— Interpretação das leis fiscais (Doutrina) — vol. 4	29
— Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público (Comentário a acórdão) — vol. 7	386
— Responsabilidade civil decorrente da ruína de edifício (Doutrina) — vol. 1	34
JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA — Anúncios em logradouros ou locais expostos ao público. Permissão. Tributação. Autorização orçamentária (Parecer) — vol. 14	251
— As partes na ação declaratória de inconstitucionalidade (Doutrina) — vol. 13	67
— Assembléia Legislativa. Convocação extraordinária. Artigo 30, XIV, da Constituição Estadual. Declaração de inconstitucionalidade (Comentário a acórdão) — vol. 15	262
— Assembléia Legislativa. Convocação extraordinária. Iniciativa do Governador (Razões forenses) — vol. 11	620
— Assistência e litisconsórcio. Intervenção litisconsorcial, na execução (Comentário a acórdão) — vol. 13	120
— Bens do Estado, imóveis por destino. Cessão onerosa e temporária de uso (Parecer) — vol. 14	327
— Desapropriação. Imóvel locado. Fundo de comércio (Parecer) — vol. 13	367
— Favelas. Plano de recuperação. Transferência de lotes a favelados (Parecer) — vol. 12	604
— Imóveis do Estado. Alienação. Arrendamento. Incorporação ao capital de sociedade de economia mista (Parecer) — vol. 14	332
— Imóvel desapropriado para reserva florestal. Aplicação a outra finalidade, também pública (Pareceres) — vol. 15	335 e 338
— Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . Alienação de domínio direto (Parecer) — vol. 15	343
— Imposto sobre transações com assento em negócio de construção por administração. Inclusão, na base para o cálculo, da "taxa de administração". Contratos concorrentes ou vinculados. Tratamento jurídico-fiscal (Parecer) — vol. 11	280
— Intervenção litisconsorcial voluntária (Doutrina) — vol. 11	40
— Loteamento. Termo de obrigações. Limites da competência registrária do Tribunal de Contas (Parecer) — vol. 13	193
— Mandado de segurança. Abandono da causa pelo impetrante. Absolução da instância. Aplicação da Lei n.º 4.632, de 18-5-1965. Condenação em honorários, a favor do Estado (Comentário a sentença) — vol. 15	298
— Mandado de segurança. Ação popular. Ação direta de declaração de inconstitucionalidade. Indicações de doutrina e jurisprudência. (Assuntos de interesse geral) — vol. 12	681
— Pessoal da Polícia Militar transferido da União. Melhoria de estípcio resultante de promoção. Responsabilidade pelo pagamento (Parecer) — vol. 14	312

	Págs.
— Recurso extraordinário. Questões a êle relativas. Indicações de doutrina e jurisprudência (Assuntos de interesse geral) — vol. 15	469
— Regime dos bens públicos imóveis na Constituição Estadual (Doutrina) — vol. 14	102
— Serviço de loteria do Estado da Guanabara. Contrato para venda e distribuição de bilhetes. Registro pelo Tribunal de Contas (Parecer) — vol. 11	569
— Terrenos de marinha e acrescidos, situados no território estadual. Direitos do Estado da Guanabara à sua utilização (Parecer) — vol. 13	414
JOSÉ CARLOS BOSELLI FREIRE DA COSTA — Perícias requeridas pela Fazenda Pública. Pagamento a final (Comentário a acórdão) — vol. 15	288
JOSÉ CARLOS VILELLA RABELLO — Bem público. Ocupação por particular. Nulidade do contrato. Reintegração de posse. Descabimento de ação renovatória. Honorários de advogado em favor da Fazenda Pública (Comentário a acórdão) — vol. 14	145
JOSÉ DE MIRANDA VALVERDE — Alinhamento. Investidura (Parecer) — vol. 1	313
— Alinhamento. Investidura (Parecer) — vol. 3	484
— Concessão de serviço público. Postos de gasolina em logradouro público (Parecer) — vol. 4	355
— Posição do concessionário de serviço público em face do Estado (Parecer) — vol. 3	370
JOSÉ DE OLIVEIRA REIS — Contribuição para a defesa dos sítios pitorescos do Rio de Janeiro (Doutrina) — vol. 6	302
JOSÉ EMYGDIO DE OLIVEIRA — Acumulação de gratificações. Art. 5.º da Lei n.º 856, de 1956 (Visto a parecer) — vol. 11	346
— Assembléia Legislativa. Convocação extraordinária. Iniciativa do Governador (Razões forenses) — vol. 11	629
— Cargo público. Concurso. Provimento (Parecer) — vol. 3	492
— Concurso. Recurso do seu julgamento. Competência. Rejeição liminar (Visto a parecer) — vol. 6	591
— Construção sem licença em caminho não reconhecido como logradouro. Impossibilidade de legalização (Visto a parecer) — vol. 11	79
— Desapropriação. Retrocessão (Parecer) — vol. 4	403
— Estádio do Maracanã. Títulos adquiridos em subscrição pública. Direito ao uso de cadeiras (Parecer) — vol. 12	600
— Funcionário aposentado. Exercício de cargo em comissão (Visto a parecer) — vol. 11	390
— Funcionário público. Regime de remuneração. Vencimentos e quotas (Parecer) — vol. 4	463
— Gratificação de chefia. Previsão orçamentária. Inexistência de direito à percepção (Parecer) — vol. 11	404
— Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> . Ocorrência de renúncia abdicativa (Parecer) — vol. 13	217
— Instituto de Educação. Requisito de nacionalidade para matrícula (Parecer) — vol. 3	513
— Licença para construção. Infração a P. A. em vigor. Impossibilidade de prorrogação (Visto a parecer) — vol. 11	167

	Págs.
— Logradouro. Reconhecimento. Termo de cessão e obrigações. Registro no Tribunal de Contas (Parecer) — vol. 11	176
— Loteamento. Caução de lotes (Visto a parecer) — vol. 11	193
— Percentagens e quotas. Sua inclusão nos proventos da inatividade (Parecer) — vol. 11	418
— Prazo. Contagem na órbita administrativa (Visto a parecer) — vol. 3	459
— Promulgação de lei parcialmente vetada. Dualidade de leis oriundas do mesmo projeto: uma, com sanção parcial do Executivo; outra, promulgada pelo Presidente da Assembléa (Razões forenses) — vol. 11	644
— Servidão <i>non aedificandi</i> . Construção clandestina. "Mais-valia" (Visto a parecer) — vol. 6	496
— Transporte coletivo. Exploração do serviço para fins turísticos. Regime jurídico da permissão (Parecer) — vol. 11	583
JOSÉ FERNANDO DE CARVALHO SEABRA — Acumulação de cargos. Servidor aposentado, nomeado para cargo em comissão. Correlação de matérias (Parecer) — vol. 13	232
— Aposentadoria registrada pelo Tribunal de Contas. Impossibilidade de revisão pelo Executivo. Cancelamento de vantagens relativas a cargo acumulado (Parecer) — vol. 13	264
JOSÉ GOES XAVIER DE ANDRADE — Comissões parlamentares de inquérito nos Estados Unidos (Doutrina) — vol. 8	219
— Concessão. Tarifas telefônicas. Regulamentação dos serviços de utilidade pública (Parecer) — vol. 1	370
— Relatório sobre um curso de direito anglo-americano — vol. 8 ..	274
— Revisão de aluguel. Prefeitura locatária. Legislação de emergência (Parecer) — vol. 7	581
JOSÉ GOMES BEZERRA CÂMARA — Câmara de Vereadores do antigo Distrito Federal. Mandado de segurança contra atos da Mesa. Cabimento. Ação popular. Legitimação para agir (Sentença) — vol. 13	130
— Concurso: mandado de segurança contra sua realização. Descabimento (Sentença) — vol. 2	291
— Concurso para magistério. Descabimento de mandado de segurança (Comentário a acórdão) — vol. 6	358
— Em torno do mandado de segurança (Doutrina) — vol. 2	66
— Funcionários de carreiras distintas. Desigualdade de vencimentos. Inexistência de ofensa ao princípio de isonomia (Sentença) — vol. 13	138
— Inadmissibilidade de acumulação de cargos técnicos e administrativos (Comentário a acórdão) — vol. 6	407
— Indeferimento de pedido de intervenção federal. Decisões judiciais. Ausência de verbas orçamentárias para o seu cumprimento (Comentário a acórdão) — vol. 4	218
— Mandado de segurança. Incabível contra ato abstrato ou preceito legal (Comentário a acórdão) — vol. 3	336
— Mandado de segurança: inidoneidade do meio quando não dirigido contra o efetivo coator (Comentário a acórdão) — vol. 6..	358
— O problema da secularização dos cemitérios (Doutrina) — vol. 7.	36

	Págs.
JOSÉ J. DE SÁ FREIRE ALVIM — Acumulação. Funcionário da PDF e servidor do Banco da Prefeitura. Situação anterior ao vigente Estatuto. Permissibilidade (Parecer) — vol. 7	656
— Assistência técnica às municipalidades pela PDF. Designação de funcionário em missão especial (Parecer) — vol. 7	659
— Bôlsa de estudos no estrangeiro. Tempo de serviço (Parecer) — vol. 7	678
— Contratação de servidor. Renovação. Art. 252 do Estatuto. Nova admissão e prorrogação (Parecer) — vol. 7	691
— Despachante. Exercício por funcionário federal aposentado. Inexistência de dispositivo impeditivo (Parecer) — vol. 7	671
— Extranumerário. Enquadramento (Parecer) — vol. 7	674
— Funcionários cônjuges. Salário-família (Parecer) — vol. 7	690
— Magistério. Aposentadoria-prêmio. Lei municipal n.º 665, de 1951, e Estatuto (Parecer) — vol. 7	704
— Magistério. Aproveitamento de funcionário com diploma registrado. Estatuto e lei especial. Arbitrio do Executivo (Parecer) — vol. 7	672
— Processo administrativo. Direito à ampla defesa (Parecer) — vol. 7	680
— Professor de curso primário. Admissão como extranumerário. Nomeação para o Quadro Permanente e exigência de estágio (Parecer) — vol. 7	661
— Professores primários e auxiliares acadêmicos. Contratação. Estatuto e leis especiais (Parecer) — vol. 7	694
— Quinquênio. Tempo de serviço. Exercício <i>de facto</i> de função de médico, no ambito federal (Parecer) — vol. 7	685
— Quinquênio. Tempo de serviço municipal. Exercício <i>de facto</i> de função (Parecer) — vol. 7	687
— Readaptação. Conceito da expressão "doente mental" (Parecer) — vol. 7	683
— Tempo de serviço. Art. 255 do Estatuto. Contagem para todos os efeitos, independentemente da origem. Licença especial (Parecer) — vol. 7	698
— Vencimentos e proventos. Igualdade na legislação municipal. Situações personalíssimas de exceção (Parecer) — vol. 7	676
JOSÉ LOPES TAVEIRA — Impôsto de transmissão <i>causa mortis</i> . Momento de incidência. Juros de mora (Comentário a acórdão) — vol. 5	101
— Impôsto de transmissão <i>inter vivos</i> . Partilha em inventário por desquite. Torna ou reposição (Comentário a acórdão) — vol. 3	331
— Os afins e o impôsto de transmissão <i>causa mortis</i> (Comentário a acórdão) — vol. 4	230
JOSÉ SABÓIA VIRIATO DE MEDEIROS — A sesmaria da cidade. Terrenos de Botafogo e São Clemente. Presunção de enfitêuticos. Usucapião de bens públicos. Leis interpretativas (Doutrina) — vol. 8	95
— As sesmarias da Cidade do Rio de Janeiro (Doutrina) — vol. 4	268
— Direito de construir (Parecer) — vol. 2	293
— Direito de construir. Licença. Lei nova (Parecer) — vol. 1	320
— Impôsto de transmissão <i>inter vivos</i> . Benefitorias de terceiro (Parecer) — vol. 3	408

	Págs.
JOSINO DE ARAUJO MEDEIROS — Aforamento de bem público. Terreno de marinha. Lagoa Rodrigo de Freitas (Parecer) — vol. 3	392
— Enfitêuse. Condomínio. Imóvel parcialmente foreiro. Remição (Parecer) — vol. 3	392
— Hotel. Desvirtuamento de finalidade (Parecer) — vol. 4	449
— Imposto territorial. Imóvel de autarquia prometido à venda (Visto a parecer) — vol. 11	296
— Procurador. Aposentadoria compulsório — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 2	305
— Servidores públicos em função fiscal. Prestação de serviços contábeis a particulares (Visto a parecer) — vol. 11	468
JÓSIÓ DE SALLES — Autos de constatação de infração. Fiscalização e lavratura (Parecer) — vol. 5	166
— Comércio em prédio de apartamentos (Parecer) — vol. 2	334
— Departamento de Imprensa Nacional. Transferência para o Estado da Guanabara (Ofício) — vol. 13	557
— Direito adquirido. Direito consumado. Inconstitucionalidade da Lei municipal n.º 761/1952. Sanção tácita. Recursos administrativos e mandado de segurança (Comentário a acórdão) — vol. 3	321
— Edifício de apartamentos. A pessoa do síndico (Parecer) — vol. 1	368
— Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> . Avaliação dos bens (Parecer) — vol. 12	551
— Inventário. Renúncia translativa. Impostos <i>causa mortis</i> e <i>inter vivos</i> . Equiparação dos afins a estranhos (Comentário a acórdão) — vol. 13	125
— Seminário para o fomento da pequena indústria (Relatório) — vol. 14	665
JUBILAÇÃO — Contagem de tempo de serviço. Diplomação e nomeação. Lei municipal n.º 665/1951 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	332
— Contagem de tempo de serviço entre a diplomação e a nomeação para efeito, tão somente, de jubilação. Lei n.º 665, de 1951 (TJEG) — vol. 2	226
JUIZO ARBITRAL — Contrato de direito público. Empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Banco do Estado da Guanabara. Validade da cláusula compromissória — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Parecer) — vol. 12	643
JUNTAS DE COMÉRCIO — Natureza local do serviço. Competência dos Estados para organizá-las — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 13	50
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL — <i>Luiz Pereira Simões Filho</i> (Doutrina) — vol. 2	78
JUSTIÇA DO TRABALHO — Reclamação contra a Fazenda Pública. Incompetência — <i>Nélson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 3	439
JUSTIFICAÇÃO — Processada fora do Estado. Valor probante — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i> (Parecer) — vol. 12	651

L

LAURO VASCONCELLOS — Dívida fiscal. Prazos de reclamação administrativa. Reabertura da instância. Cancelamento de créditos ajuizados. Recurso <i>ex officio</i> (Pareceres) — vol. 14	624 e 646
---	-----------

	Págs.
LEGISLAÇÃO FEDERAL — Decreto n.º 22.638, de 1947. Reajustamento de taxas de água. Criação de esgotos. Cancelamento de taxa de saneamento — vol. 4	709
— Decreto-lei n.º 915, de 1938. Imposto de vendas e consignações. Competência estadual. Arrecadação — vol. 4	719
— Decreto-lei n.º 1.061, de 1939. Define local de venda ou consignação — vol. 4	720
— Decreto-lei n.º 3.200, de 1941. Organização e proteção da família — vol. 3	667
— Decreto-lei n.º 4.657, de 4-9-1949 (Lei de Introdução ao Código Civil) — vol. 3	649
— Decreto-lei n.º 6.777, de 1944. Subrogação de imóveis gravados ou inalienáveis — vol. 3	668
— Decreto-lei n.º 8.207, de 1945. Modificação dos arts. 1.594 e 1.612 do Código Civil e revogação do Decreto-lei n.º 1.907, de 1939 — vol. 3	668
— Decreto-lei n.º 9.461, de 1946. Nova redação do art. 1.612 do Código Civil — vol. 3	669
— Lei n.º 217, de 1948. Lei Orgânica do Distrito Federal — vol. 1	632
— Lei n.º 883, de 1949. Reconhecimento de filhos ilegítimos — vol. 3	669
— Lei n.º 1.869, de 1953. Consignações em pagamento. Banco do Brasil — vol. 3	670
— Lei n.º 2.452, de 1955. Modifica o art. 40 da Lei Orgânica — vol. 1	640
— Lei n.º 2.186, de 1956. Modificação dos arts. 517 e 523 do Código de Processo Civil — vol. 3	670
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Circulares da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal — vol. 3	671
— Decreto n.º 121, de 1936. Cobrança de contribuições municipais e elaboração orçamentária — vol. 3	697
— Decreto n.º 1.787, de 1917. Regula a arrecadação do imposto de transmissão no Distrito Federal — vol. 3	681
— Decreto n.º 2.800, de 1898. Regulamento da arrecadação do imposto de transmissão <i>causa mortis</i> — vol. 3	673
— Decreto n.º 3.406, de 1930. Imposto de transmissão no orçamento do Distrito Federal — vol. 3	686
— Decreto n.º 4.613, de 1934. Arrecadação e fiscalização do imposto de transmissão — vol. 3	638
— Decreto n.º 5.449, de 1935. Cobrança do imposto de transmissão <i>causa mortis</i> — vol. 3	696
— Decreto n.º 5.458, de 1935. Imposto sobre usufruto e fideicomisso — vol. 3	697
— Decreto n.º 8.662, de 1946. Regulamenta processamento de guias de transmissão <i>inter vivos</i> — vol. 4	671
— Decreto n.º 8.788, de 1947. Isenta do imposto de transmissão as alienações de domínio direto e constituição de enfitêuse — vol. 4	677
— Decreto n.º 9.126, de 1948. Autoriza levantamento de perempção de guias de exercício financeiro vencido — vol. 4	677
— Decreto n.º 9.372, de 1948. Suprime o disposto no Decreto 9.179, de 1948 — vol. 4	700
— Decreto n.º 9.722, de 1949. Barbearias. Horário — vol. 1	649

	Págs.
— Decreto n.º 10.996, de 1951. Isenção de pagamento de multa e juros de mora — vol. 3	713
— Decreto n.º 11.007, de 1951. Licenças de localização — vol. 1	650
— Decreto n.º 12.172, de 1953. Caderno de Obrigações — vol. 1	652
— Decreto n.º 12.376, de 1954. Pecúlio facultativo. Período de carência — vol. 1	670
— Decreto n.º 12.403, de 1954. Caderno de Obrigações — vol. 1	670
— Decreto n.º 12.424, de 1954. Ônibus e lotações — tarifas — vol. 1	671
— Decreto n.º 12.455, de 1954. Montepio dos Empregados Municipais. Majoração de pensões — vol. 2	583
— Decreto n.º 12.468, de 1954. Teatros. Auxílio — vol. 1	671
— Decreto n.º 12.514, de 1954. Praia da Gávea. Construções — vol. 1	673
— Decreto n.º 12.570, de 1954. Veículos. Emplacamento — vol. 1 ..	674
— Decreto n.º 12.632, de 1954. Construção de prédios. Normas para as estruturas — vol. 2	584
— Decreto n.º 12.701, de 1954. Bondes. Aumentos de tarifas — vol. 1	675
— Decreto n.º 12.755, de 1955. Abastecimento d'água. Financiamento — vol. 2	585
— Decreto n.º 12.760, de 1955. Auxílios e subvenções. Regulamentação — vol. 2	586
— Decreto n.º 12.831, de 1955. Novas condições para edificações no Distrito Federal — vol. 2	588
— Decreto 12.928, de 1955. Dispõe sobre emissão de apólices municipais. Plano de amortização — vol. 4	744
— Decreto n.º 22.453, de 1947. Autoriza isenções de imposto de transmissão <i>inter-vivos</i> — vol. 4	677
— Decreto-lei n.º 157, de 1937. Dispõe sobre a arrecadação dos impostos predial e territorial — vol. 4	680
— Decreto-lei n.º 244, de 1938. Instituição da taxa de serviços municipais — vol. 3	698
— Decreto-lei n.º 351, de 1938. Arrecadação de impostos em procedimentos judiciais — vol. 3	699
— Decreto-lei n.º 564, de 1938. Dispõe sobre a cobrança dos impostos predial e territorial — vol. 4	690
— Decreto-lei n.º 665, de 1938. Arrecadação de imposto <i>causa mortis</i> e adicionais — vol. 3	701
— Decreto-lei n.º 1.548, de 1939. Cobrança de imposto de transmissão <i>causa mortis</i> — vol. 3	702
— Decreto-lei n.º 1.549, de 1939. Modificação do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 351 — vol. 3	702
— Decreto-lei n.º 2.110, de 1940. Redução do imposto de sub-rogação no Distrito Federal — vol. 3	703
— Decreto-lei n.º 2.224, de 1940. Incidência e arrecadação dos impostos de transmissão no Distrito Federal — vol. 3	703
— Decreto-lei n.º 8.303, de 1945. Supressão de tabelas (colaterais de 3.º grau) — do Decreto-lei n.º 2.244, de 1940 — vol. 3	706
— Decreto-lei n.º 8.944, de 1946. Dispõe sobre a cobrança de emolumentos de inscrição imobiliária — vol. 4	692
— Decreto-lei n.º 9.626, de 1946. Dispõe sobre o imposto de transmissão <i>inter vivos</i> no Distrito Federal — vol. 4	664

	Págs.
— Decreto-lei n.º 9.626, de 1946. Regula a arrecadação do imposto de transmissão <i>inter vivos</i> — vol. 3	706
— Decreto-lei n.º 9.844, de 1946. Dispõe sobre a concessão do habite-se — vol. 4	692
— Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . Tabela indicativa dos graus de parentesco — vol. 3	727
— Lei n.º 2.524, de 1911. Arrecadação e fiscalização de impostos de transmissão pela P.D.F. — vol. 3	681
— Lei n.º 115, de 1948. Modifica taxas de imposto territorial — vol. 4	700
— Lei n.º 139, de 1948. Dispõe sobre a cobrança do imposto de transmissão <i>inter vivos</i> — vol. 4	678
— Lei n.º 145, de 1948. Revigora o imposto de sub-rogação ou permuta de bens gravados ou inalienáveis — vol. 3	713
— Lei n.º 274, de 1948. Altera taxas de impostos predial e territorial — vol. 4	701
— Lei n.º 307, de 1948. Altera taxas de impostos predial e territorial — vol. 4	702
— Lei n.º 365, de 1949. Cobrança de taxas de água — vol. 4	718
— Lei n.º 660, de 1951. Dispõe sobre a legalização de construções — vol. 4	702
— Lei n.º 687, de 1951. Dispõe sobre arrecadação do imposto de vendas e consignações — vol. 4	720
— Lei n.º 717, de 1952. Altera dispositivos da Lei n.º 687, de 1951 (arrecadação do imposto de vendas e consignações) — vol. 4	729
— Lei n.º 746, de 1952. Desmonte do Morro de Santo Antônio. Metropolitan. Imposto de indústria e profissões e de diversões — vol. 4	704
— Lei n.º 756, de 1952. Prorrogação do prazo da Lei n.º 660, de 1951 — vol. 4	703
— Lei n.º 764, de 1952. Isenção de impostos de transmissão até 15 hectares de área rural — vol. 3	714
— Lei n.º 764, de 1952. Isenção de imposto de transmissão. Pequenas propriedades rurais — vol. 4	679
— Lei n.º 799, de 1954. Postos de gasolina — vol. 1	645
— Lei n.º 800, de 1954. Empréstimos em esterlinas — vol. 1	647
— Lei n.º 804, de 1954. Auxílios e subvenções — vol. 1	648
— Lei n.º 818, de 1955. Alienação de bens imóveis reversíveis. Impedimento — vol. 2	559
— Lei n.º 820, de 1955. Dispõe sobre emissão de títulos da dívida pública; arrecadação e fiscalização de tributos; criação da Cia. do Metropolitan do Rio de Janeiro; calendário de cobrança; abono especial — vol. 4	729
— Lei n.º 820, de 1955. Emissão de apólices. Impostos de vendas e consignações e de indústrias e profissões. Metropolitan. Abono. Obras públicas — vol. 2	559
— Ordem de Serviço n.º 1/55. Procuradoria de Desapropriações. Organização dos Serviços Jurídicos — vol. 1	677
— Ordem de Serviço n.º 3/53 (DRM). Imposto de vendas e consignações. Sua incidência na empreitada — vol. 2	390
— Ordem de Serviço n.º 4/52. Processamento de guias de quitação — vol. 3	713

	Págs.
— Ordem de Serviço n.º 12/53 (DRM). Imposto de vendas e consignações. Sua incidência sobre o total das vendas — vol. 2	389
— Ordem de Serviço n.º 15/53 (DRM). Imposto de vendas e consignações. Sua incidência sobre comércio de pedreiras e areias — vol. 2	391
— Portaria n.º 19/54. Procuradoria Geral. Organização dos Serviços Jurídicos — vol. 1	676
— Resolução n.º 13/51. Dispõe sobre o cálculo do imposto de transmissão <i>inter vivos</i> — vol. 4	678
— Resolução n.º 14/55. Emissão de conhecimentos e guias. Contagem de prazos — vol. 2	589
— Resolução n.º 16/48. Imposto territorial durante obras — vol. 4 ..	701
— Resolução n.º 19/55. Imóveis locados à PDF. Pagamento de alugueis. Disposições sobre empenhos — vol. 2	590
— Resolução n.º 22/47. Regula o arbitramento de alugueis — vol. 4 ..	693
— Resolução n.º 28/47. Regula a atualização do valor locativo do imóvel — vol. 4	695
— Tabela das taxas do imposto de transmissão vigentes para os óbitos ocorridos até 1915, de 1916 a 1919, 1920 a 1923, 1925 a 1930, 1931 a 1934, 1935 a 1940, 1940 a 1956 — vol. 3	715 a
— Tabela pertinente ao imposto de transmissão devido pela sub-rogação — vol. 3	726
— Tabela pertinente às taxas do imposto de transmissão aplicáveis nos casos de instituição e extinção de usufruto e fideicomisso — vol. 3	725
LEI — Contrôla da constitucionalidade. Iniciativa do Poder Executivo estadual — <i>Gustavo Afonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	726
— Federal e local. Competência legislativa da União e das entidades menores — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	616
— Fiscal. Interpretação — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 4 ..	339
— Iniciativa. Competência exclusiva do Poder Executivo. Emenda (STF) — vol. 3	29
— Nova. Aplicação a processo de loteamento em curso — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	215
— Nova. Aplicação a processo em curso — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	194
— Nova. Aplicação a processo em curso — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 13	228
— Nova. Aplicação a processo em curso — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	214
— Nova. Inaplicabilidade a licença de construção já concedida — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	150
— Nova. Incidência sobre processo em curso — <i>Vitor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 11	241
— Nova. Licença de construção. Obra não iniciada. Prorrogação — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 13	185
— Nova. Observância nas revalidações de licença de construção — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 11	177
— Nova. Prorrogação de prazo. Se a lei nova, sem estender o campo de aplicação da lei pretérita, apenas prorroga o prazo para requerimento dos benefícios por ela criados, sem estendê-los expressa-	168

	Págs.
mente aos que posteriormente preencheram as condições legais, o exercício desse direito é restrito aos que haviam decaído do direito de fazê-lo dentro no prazo estipulado na lei anterior (TJEG) — vol. 10	552
— Promulgação de lei parcialmente vetada. Dualidade de leis oriundas do mesmo projeto: uma, com sanção parcial do Executivo; outra, promulgada pelo Presidente da Assembléia — <i>José Emygdio de Oliveira</i> e <i>Hélio Campista Gomes</i> (Razões forenses) — vol. 11 ..	644
— Veto parcial. Rejeição. Data da vigência do dispositivo vetado — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	553
LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL — Ajustes entre a União Federal e a PDF. Referendo do Legislativo — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 4	378
— Aposentadoria compulsória. Proibição de redução do limite de idade. Conflito com a Constituição (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2 ..	228
— Art. 14, § 5.º. Veto presumido (TJEG) — vol. 3	314 e
— Art. 25, § 1.º, n.º V. Operação de crédito por antecipação de receita. Autorização orçamentária — <i>João Lyra Filho</i> (voto no Tribunal de Contas) — vol. 2.....	429
— Arts. 25 e 27. Atribuições e competência dos Secretários Gerais — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 5	145
— Arts. 25 e 45. Bem dominical da Prefeitura. Permuta — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	556
— Art. 40. Auto-executabilidade. Analogia ou semelhança de atribuições (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	258
— Art. 41. Plano de criação de Subprefeituras (Secretaria Geral de Administração) — vol. 5	222
— Art. 44. Concorrência pública. Locação de bens móveis e fornecimento. Exclusividade — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 7	561
— Art. 45. Doação com encargos. Próprio municipal. Tribunais de Contas. Competência — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 7	525
— Como em vigor em outubro de 1955 — vol. 1	632
— Não obrigatoriedade de remição de fôro (art. 42, § 1.º) — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 4	390
— Observações sobre a aposentadoria do servidor. Confronto com a Constituição Federal — <i>Romão Côrtes de Lacerda</i> (Doutrina) — vol. 3	40
— O novo art. 40 e sua interpretação — <i>Elmano Cruz</i> (Doutrina) — vol. 1	26
— Os poderes do Distrito Federal — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Doutrina) — vol. 2	149
LEI SAN TIAGO DANTAS — Lei 3.752, de 14-4-1960 — vol. 10	330
LEOPOLDO BRAGA — Emolumentos. Natureza jurídica (Parecer) — vol. 2	341
— Gratificação adicional. Concessão segundo nível de vencimento. Limitação injurídica e inconstitucional (Doutrina) — vol. 6 ..	334
— Imposto. Isenção (Parecer) — vol. 2	343
— Imposto. Isenção. Aquisição de casa própria (Parecer) — vol. 1 ..	344

	Págs.
— Impôsto <i>causa mortis</i> . Instituto de Educação. Imunidade quanto a legado em dinheiro (Parecer) — vol. 4	421
— Impôsto de transmissão <i>causa mortis</i> . Imunidade de instituição de assistência social. Legado de coisa certa (Parecer) — vol. 3 ..	412
— Impostos e taxas remuneratórias. Isenção. Instituição de assistência social (Parecer) — vol. 2	345
— Não isenção tributária das autarquias (Parecer) — vol. 6	546
— O Ministério Público Municipal do Distrito Federal: sua existência e caracterização jurídica (Doutrina) — vol. 4	142
— O problema da imunidade fiscal das autarquias em face do direito positivo (Doutrina) — vol. 7	136
— Sociedades de Economia Mista (Doutrina) — vol. 12	81
— Taxa e emolumentos. Inexistência de isenção. Competência tributária (Parecer) — vol. 6	521
— Tributos, sua natureza em face das leis e da doutrina; impostos, taxas e contribuições especiais (Parecer) — vol. 3	414
LETACIO JANSEN JUNIOR — Concessão de energia elétrica para iluminação. Inadimplemento da concessionária. Multa contratual (Parecer) — vol. 14	366
— Desapropriação. Área remanescente encravada. Constituição de servidão (Parecer) — vol. 13	363
— Tribunal de Contas. Registro sob reserva. Constitucionalidade de subvenção para reconstrução de monumento histórico (Parecer) — vol. 11	596
LEVY CARNEIRO — Organização dos Municípios e do Distrito Federal (Doutrina) — vol. 6	1
LICENÇA — A servidora casada com funcionário de sociedade de economia mista. Art. 113 do Estatuto — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	415
— De construção. Alteração da finalidade. Cassação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 10	557
— De construção. Alvará. Denegação pela Municipalidade sob o fundamento de que há expectativa de desapropriação do terreno. Inadmissibilidade. Segurança concedida. Recurso provido. A simples expectativa de desapropriação, nem sequer decretada, não constitui motivo legal que obste ao direito de construir em terreno abrangido pela projetada obra pública (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 6 ..	476
— De construção. Anulação de ato administrativo que a concede. Se não motivada por interesse público, a anulação de ato administrativo constitui usurpação ou abuso de poder (TJEG) — vol. 10 ..	490
— De construção. Alteração da finalidade indicada no projeto aprovado. Cassação (TJEG) — vol. 10	557
— De construção. Bem público. Legalização de obra — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	208
— De construção. Cassação. Art. 572 do Código Civil e Código de Obras (TJEG) — vol. 10	498
— De construção. Concessão ilegal. Impossibilidade de prorrogação — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	74
— De construção. Condomínio hoteleiro. Incidência da limitação do número de unidades independentes, em função da área do terreno <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 12	535

	Págs.
— De construção. Demora na concessão. Iliquidez de direito individual. Mandado de segurança (T. J. Bahia) — <i>Comentário</i> — vol. 5 ..	123
— De construção. Direito de vizinhança. Posição da Administração — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 13	161
— De construção. E autorização para construir. Imóvel desapropriado — <i>Edson de Almeida Brasil</i> (Parecer) — vol. 14	225
— De construção. Edifício Cristal. O direito de construir e a anulação, pela própria Administração, do ato administrativo ilegal — <i>Amílcar Paranhos da Silva Velloso</i> (Razões forenses) — vol. 11 ..	655
— De construção. Em terreno de marinha. Competência do Estado — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 14	210
— De construção. Embargo de obra. Pedido de reconsideração — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	206
— De construção. Exigências legais supervenientes. Aplicação a processo em curso — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11 ..	228
— De construção. Ilegalidade. Cassação pela própria Administração — <i>Antônio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 13	166
— De construção. Ilha de Paquetá. Restrições legais — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	162
— De construção. Imóvel adquirido antes do Código Civil. Necessidade do título registrado — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 14 ..	243
— De construção. Imóvel atingido por projeto de urbanização. Indeferimento. Mandado de segurança denegado (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	472
— De construção. Imutabilidade e irrevogabilidade de ato administrativo. Revogação de ato administrativo: efeito retroativo. Natureza precária do alvará de licença (TJEG) — vol. 10	543
— De construção. Inobservância. Penalidade. Mais-valia — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 3	469
— De construção. Irrevogabilidade. Gabarito. Art. 49 do Código de Obras — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 6	479
— De construção. Legalização de obra. Direito de vizinhança — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	143
— De construção. Legalização de obra. Mais-valia. Descabimento da cobrança — <i>Antônio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 11 ..	144
— De construção. Legalização de obra. Proprietário falecido. Necessidade de abertura de inventário — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	147
— De construção. Legalização de obra clandestina. Comprovação da propriedade — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 3	465
— De construção. Lei nova — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 7	492
— De construção. Limite de profundidade e gabarito — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	215
— De construção. Loteamento. Aplicação de lei nova aos processos em curso — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	194
— De construção. Mudança da destinação do imóvel — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	114
— De construção. Muro para fechamento de terreno baldio — <i>Voltaire Moisés de Souza</i> — vol. 7	485

	Págs.		Págs.
— De construção. Necessidade de prova da propriedade do terreno — <i>Francisco de Assis Barbosa</i> (Parecer) — vol. 13	171	— De construção. Ferrco atingido por projeto de urbanização. Licença de obras. Condições (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	472
— De construção. O alvará de licença constitui ato administrativo que, por sua natureza, a qualquer tempo poderá ser revogado pela pública administração, se provado ficar haver sido emanado com transgressão às leis ou regulamentos (TJEG) — vol. 10	543	— De construção. Título precário. Termo — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	239
— De construção. O Poder público age em nome da coletividade, de modo que não pode haver direito líquido e certo admissível de reverter em prejuízo da coletividade. Assim, a demora da concessão da licença para construção não pode caracterizar um direito líquido e certo do indivíduo, se há perspectiva de ofensa ao interesse público (T.J. Bahia) — <i>Comentário</i> — vol. 5	123	— De localização. Cassação, na reincidência em falta, de estabelecimento comercial — <i>Herberto Dutra</i> (Parecer) — vol. 4	439
— De construção. Obra clandestina. Legalização. Prova do domínio — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 3	465	— De localização. Consultório médico em zona residencial — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 4	441
— De construção. Obra em imóvel desapropriado. Legalização — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	135	— De localização. Decreto municipal n.º 11.007, de 1951 — vol. 1 ..	650
— De construção. Obra ilegal. Mais-valia — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 7	478	— Direito de construir. Lei nova — <i>José Sabóia Viriato de Medeiros</i> (Parecer) — vol. 1	320
— De construção. Obra ilegal. Multa. Incidência da lei vigente ao tempo da infração — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	212	— Especial. Tempo de serviço. Art. 255 do Estatuto. Contagem independente de origem — <i>José J. de Sá Freyre Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	698
— De construção. Obra não iniciada. Não se prorroga ou revalida, infringidas posteriores disposições legais — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 6	404	— Para tratamento de saúde. Contagem do período como tempo de serviço. Requisito estatutário — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	416
— De construção. Obra sem licença, em caminho não reconhecido como logradouro — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	78	— Para tratamento de saúde. Contagem do tempo — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	294
— De construção. Obras clandestinas. Legalização — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 3	466	— De veículo. Delegação militar norte-americana — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 4	416
— De construção. Plano urbanístico. Direito de vizinhança — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	164	— Veículo pertencente a território. Licenciamento no ex-Distrito Federal — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 3	460
— De construção. Possuidor sem título. Concessão a título precário. Dispensa do termo de recuo — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	156	LIMITAÇÕES URBANÍSTICAS AO USO DA PROPRIEDADE — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 8	1
— De construção. Preceito regulamentar e conveniência pública — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 3	472	LIMITES ENTRE O ESTADO DA GUANABARA E O ESTADO DO RIO — Os Jesuístas e as obras hidráulicas nos Campos de Santa Cruz — <i>Antônio Mollica</i> (Assuntos de interesse geral) — vol. 10	593
— De construção. Projeto de alinhamento superveniente. Prorrogações irregulares — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	166	LINO NEIVA DE SÁ PEREIRA — Funcionário público e profissional liberal. Exercício cumulativo. Restrições (Parecer) — vol. 3	505
— De construção. Prorrogação. Subordinação às novas exigências legais — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 11	168	— Logradouro público. Mudança de denominação. Lei n.º 867, de 1956 (Visto a parecer) — vol. 11	179
— De construção. Prova da propriedade do terreno — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 11	171	— O artigo 1.572 do Código Civil em face dos herdeiros e do fisco (Doutrina) — vol. 1	59
— De construção. Revalidação. Legislação aplicável. Nulidade da licença concedida ou revalidada contra a lei — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	158	— Posse do Procurador Geral da Justiça (Discurso) — vol. 15	508
— De construção. Revisão de ato administrativo pela própria Administração (TJEG) — vol. 10	536	— Postos de gasolina. Arrendamento de bem público e concessão de serviço. Hasta pública. Preferência (Parecer) — vol. 12	635
— De construção. Subordinação às novas exigências legais — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	228	— Quadro de engenheiros. Reestruturação. Situação de fato (Visto a parecer) — vol. 4	483
— De construção. Templos. Isenção fiscal — <i>Allah Eurico da Silveira Baptista</i> (Parecer) — vol. 2	360	— Recepção aos novos Procuradores (Discurso) — vol. 13	559
		— Sigilo bancário. Câmara dos Vereadores. Comissões parlamentares de inquérito (Parecer) — vol. 4	392
		LITISCONSÓRCIO — Ação contra a Prefeitura do Distrito Federal. Admissão de assistente equiparado a litisconsorte (TJEG) <i>Comentário</i> — vol. 13	120
		— Assistência equiparada a litisconsórcio. Independe sua admissão da concordância da parte adversa. Cabe ao juiz examinar a impugnação e decidi-la, adotando-a ou recusando-a. Admite-se a assistência aos autores de uma ação, quando a situação jurídica é a mesma e há comunhão de interesses (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	439

	Págs.
— Assistente. Não se admite intervenha na execução, alegando estar na mesma situação do autor-exeqüente. Casos diversos em que, excepcionalmente, pode ocorrer o litisconsórcio na fase executória (STF) — vol. 4	238
— Descabimento na execução de julgado já cumprido — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 11	361
— E assistência. Independe sua admissão da concordância da parte adversa. Admite-se a assistência aos autores de uma ação quando a situação jurídica é a mesma e há comunhão de interesses (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	439
— E assistência. Na execução — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Doutrina) — vol. 11	40
— E assistência processual — <i>Benedito Barros</i> (Doutrina) — vol. 8	211
— É incabível a intervenção litisconsorcial na fase da execução, notadamente nas causas contra a Fazenda Pública (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	331
— Em execução de sentença. Descabimento, salvo concordância da parte contrária (TJEG) — vol. 4	327
— Entre Companhias do Grupo Light — vol. 9	9
— Na fase recursal. Admissão (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 13 ..	120
— Não cabe pedido de assistência em execução de sentença, salvo concordância da parte contrária (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4 ..	327
— Não se admite na execução, por alegação de estar na mesma situação do autor exeqüente. Casos diversos em que, excepcionalmente, pode ocorrer o litisconsórcio na fase executória (STF) — vol. 4 ..	238
LIVROS FISCAIS — Utilização de modelos antigos. Ordem de Serviço n.º 16/55 — vol. 3	570
LOCAÇÃO — De bens móveis. Fornecimento de material. Concorrência pública — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 7	561
— De imóvel em que a PDF é locatária. Reajustamento de aluguer — <i>Milton José Raulino Muller</i> (Parecer) — vol. 4	398
— Despejo por falta de pagamento de aluguéis. Não observados os requisitos legais para a purgação de mora, reforma-se a sentença para julgar-se procedente a ação. Voto vencido quanto ao mérito (TJEG) — vol. 2	270
— Imóveis locados à PDF. Pagamento de aluguéis. Disposições sobre os empenhos (Resolução n.º 19/55) — vol. 2	590
— Retomada por livre conveniência do locador. Abuso de direito — <i>Diogo de Figueiredo</i> (Doutrina) — vol. 15	253
— Revisão de aluguel. Prefeitura locatária. Legislação de emergência — <i>José Goes Xavier de Andrade</i> (Parecer) — vol. 7	581
— Revisão de aluguel. Próprio Municipal por desapropriação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	457
LOCALIZAÇÃO DE FEIRAS LIVRES. SUA INTERFERÊNCIA COM O DIREITO PRIVADO — <i>Gastão de Azevedo Macedo</i> (Doutrina) — vol. 4	45
LOGRADOURO — Alienação. Requisitos — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 13	403
— Área doada ao Estado sob condição resolutive. Abertura de Investidura — <i>Amílcar Paranhos da Silva Velloso</i> — (Parecer) — vol. 15	327

	Págs.
— Área doada para abertura de. Revogação do P.A. Restituição ao ex-proprietário — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 15	322
— Bens públicos. Postos de gasolina localizados em logradouros. Concessão — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 5	140
— Cabe ao Município, e não ao Serviço de Trânsito do Estado, determinar os locais de estacionamento de automóveis, bem como regulamentar a utilização das ruas e praças públicas (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 10	580
— Cessão de uso — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 13 ..	405
— Encanamentos colocados em. Incorporação, por acessão, ao patrimônio público — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11 ...	120
— Iluminação de. Responsabilidade da concessionária — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 11	556
— Mudança de denominação. Requisitos — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 11	177
— Não reconhecido. Impossibilidade de licenciamento de obra — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	78
— Passagem de nível. Ilicitude de seu fechamento — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	512
— Postos de gasolina em. Arrendamento e concessão. Hasta pública. Preferência — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Parecer) — vol. 12 ..	635
— Postos de gasolina em. Concessão — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 4	355
— Praia. Instalação de piscina desmontável — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	537
— Público. Alienação da área. Requisitos — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 13	403
— Público. Concessão e permissão. Quinta da Boa Vista — <i>Roberta Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 4	380
— Reconhecimento de. Termo de cessão e obrigações. Registro no Tribunal de Contas — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 11	176
— Via pública; seu conceito jurídico. Fundo imobiliário. A circunstância material da confrontação dos prédios é que caracteriza o estado de vizinhança. Se a propriedade particular contesta com a via pública, tem sobre esta os direitos de servidão ativa, de que são corolários os atributos de acesso normal a esta. Assim, as obras que se acrescentem em uma rua podem ser objeto de nunciação de obra nova (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	401
LOTEAMENTO — Aprovação de minuta do termo de cessão. Exigências legais supervenientes — <i>Vitor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 11	182
— Cancelamento de projeto aprovado. "Condomínio inclinado" — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 13	182
— Casas de vila. Venda em separado de cada unidade. Remição de aforamento — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 5 ..	173
— Caução de lotes — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	190
— Direitos dos compromissários e o papel das Prefeituras — <i>Augusto Galvão Vaz Cerquinho</i> (Doutrina) — vol. 6	212

	Págs.
— Florestas. Áreas <i>non aedificandi</i> . Desapropriação. Lei n.º 948, de 1959; loteamento aprovado anteriormente à sua vigência — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 15	330
— Inadimplência dos loteadores. Construções ilegais em lotes irregularmente alienados — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 13	190
— Infração legal. Anulação do ato de aprovação — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	204
— Lei nova. Aplicação aos processos em curso — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	194
— Na "Chacrinha". Aforamento resgatado. Aprovação das vias de acesso pelo Ministério da Guerra — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 13	210
— Não aprovado. Construções sem licença — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 13	155
— Natureza jurídica do ato de aprovação. Restrições legais super-nientes — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	198
— Necessidade de prova do condomínio — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Pareceres) — vol. 11	231 e 232
— Projeto aprovado mas não executado. Destino das áreas doadas ao Estado e das construções feitas — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	181
— Projeto de loteamento. Modificação. Termo — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Visto a parecer) — vol. 13	216
— Projeto de loteamento. Modificação. Termo. Lei nova — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 13	214
— Restrições. Zona agrícola. Código de Obras e decretos executivos — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 6	502
— Termo de obrigações. Registro no Tribunal de Contas — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 13	193
LOTEAMENTOS — DIREITOS DOS COMPROMISSÁRIOS E O PAPEL DAS PREFEITURAS — <i>Augusto Galvão Vaz Cerquinho</i> (Doutrina) — vol. 6	212
LOTERIA — Comércio ambulante de. Legitimidade das restrições impostas pelo Estado. Isenção fiscal — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 13	476
— Do Distrito Federal. Serviço público por legislação especial. Autorização legislativa da União — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 5	162
— Do Estado da Guanabara. Contrato para venda e distribuição de bilhetes. Registro pelo Tribunal de Contas — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 11	569
LUIZ DE MACEDO SOARES MACHADO GUIMARÃES — Bem público. Ocupação por particular, a título precário. Natureza do contrato (Parecer) — vol. 13	359
— Desapropriação. Documentos exigíveis do expropriado (Parecer) — vol. 7	507
— Desistência de desapropriação após consumado o respectivo processo judicial (Razões forenses) — vol. 7	438
— Imóvel desapropriado. Ação de reintegração de posse (Parecer) — vol. 7	571

	Págs.
— Imóvel foreiro à União. Desapropriação do domínio útil pelo Estado. Inexigibilidade de laudêmio (Parecer) — vol. 13	397
— Imóveis desapropriados. Modificação do PA. Extinção da ação expropriatória. Ruína iminente. Demolição administrativa (Parecer) — vol. 13	333
— Investidura. Áreas remanescentes de desapropriações feitas pela SURSAN. Legitimação para investir. Destino do preço (Parecer) — vol. 14	232
— Modificação do P.A. Preempção legal (Parecer) — vol. 14	214
— Opção em enfiteuse. Art. 683 do Código Civil (Comentário a acórdão) — vol. 6	460
— Sesmarias. Enfiteuse. Resguardo dos direitos da Prefeitura do Distrito Federal (Parecer) — vol. 6	573
— SURSAN. Imóveis do Estado afetos aos seus serviços. Delegação de funções. Legitimação da autarquia para agir em Juízo (Parecer) — vol. 12	662
— SURSAN. Natureza jurídica. Legitimação para agir em juízo. Substituição processual (Parecer) — vol. 12	658
— Vigência de decreto desapropriatório e não incidência fiscal (Parecer) — vol. 6	514
LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA — Acumulação. Disponibilidade remunerada. Art. 24 do ADCT. Aproveitamento (Parecer) — vol. 7	613
— Acumulação de dois cargos no mesmo serviço. Proibição legal (Parecer) — vol. 11	339
— A disponibilidade remunerada prevista no art. 24 do ADCT (Doutrina) — vol. 7	302
— Advogados do Montepio. Equiparação a Procuradores autárquicos federais (Parecer) — vol. 7	643
— Aprovação em concurso. Conseqüências. Inconstitucionalidade da Lei n.º 840 (Parecer) — vol. 4	505
— Assistência. Execução de julgado já cumprido. Descabimento do pedido (Parecer) — vol. 11	361
— Aumentos quinquenais e trienais. Impossibilidade de coexistência (Comentário a acórdão) — vol. 14	138
— Chefia de Seção. Cargo em comissão. Titular efetivo do cargo. Gratificação (Comentário a acórdão) — vol. 7	428
— Comentário ao anteprojeto de lei de reestruturação dos quadros de pessoal e de classificação de cargos e carreiras da Prefeitura do Distrito Federal — vol. 5	197
— Competência para regulamentação de concurso de seleção e prova de admissão (Comentário a acórdão) — vol. 6	469
— Concurso. Ordem de classificação. Preterição de candidatos aprovados por interinos habilitados (Comentário a acórdão) — vol. 3	308
— Concurso para provimento de cargo público (Comentário a acórdão) — vol. 4	242
— Equiparação de vencimentos. Chefes de Seção da Prefeitura do Distrito Federal (Comentário a acórdão) — vol. 6	447
— Extensão administrativa de decisões judiciais a terceiros. Limites da sua admissibilidade (Parecer) — vol. 11	384
— Extensão de julgado na órbita administrativa (Parecer) — vol. 6	575

	Págs.
— Extranumerário efetivado. Antigüidade de classe. Estágio e interstício (Comentário a acórdão) — vol. 6	431
— Funcionário interino, posteriormente nomeado em caráter efetivo. Contagem do tempo da interinidade (Parecer) — vol. 11	391
— Previdência social. Montepio dos Empregados Municipais. Contribuição, natureza, obrigatoriedade (Parecer) — vol. 3	486
— Tempo de serviço. Contagem para efeito de enquadramento. Período de exercício em sociedade de economia mista (Parecer) — vol. 13	356
LUIZ ORLANDO RODRIGUES CARDOSO — Área doada ao Estado para abertura de logradouros. Revogação do P.A. Restituição ao ex-proprietário (Parecer) — vol. 15	322
— Assentimento do Tribunal de Contas, para relevação de multas. Quando é necessário (Parecer) — vol. 11	545
— Concessão à Societé Anonyme du Gaz. Multas contratuais. Atualização dos valores (Parecer) — vol. 14	350
— Contrato de iluminação da cidade do Rio de Janeiro. Quota de fiscalização. Direito do Estado ao recebimento (Parecer) — vol. 12	638
— Criação de zonas turísticas. Necessidade de lei (Parecer) — vol. 14	382
— Empenhos. Cancelamento dos saldos. Rescisão amigável ou administrativa de contratos (Parecer) — vol. 13	442
— Taxa judiciária. Incidência da lei nova sobre processos em curso (Parecer) — vol. 11	314
LUIZ PEREIRA SIMÕES FILHO — Depoimento sobre Paulo de Frontin (Doutrina) — vol. 4	96
— Justiça do Distrito Federal (Doutrina) — vol. 2	78
LYGIA MARIA LESSA BASTOS — O ensino primário no Distrito Federal (Assuntos de interesse geral) — vol. 2	404

M

MACHADO PAUPERIO — O Estado e a Ética (Doutrina) — vol. 12	67
MAGISTÉRIO — Acumulação de cargos. Compatibilidade de horários e correlação de matérias — <i>Nelson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 4	499
— Aposentadoria-prêmio. Lei Municipal n.º 655, de 1951, e artigo 76, § 2.º, do Estatuto — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	704
— Aproveitamento de funcionário com diploma registrado. Estatuto e Lei especial. Arbítrio do Executivo — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	672
— Aumentos quinquêniais. Lei municipal n.º 761, de 1952 (TJEF) — vol. 2	225
— Concurso. Classificação. Interinidade não dá direito à nomeação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	275
— Concurso para magistério. Classificação em duas matérias. Acumulação — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 7	595
— Contagem de tempo de serviço para efeito de jubilação (TJEG) — vol. 2	226

	Págs.
— Diretor de escola. Afastamento da direção — <i>Antonio Vieira de Mello</i> (Parecer) — vol. 2	349
— Instituto de Educação. Restrição à liberdade profissional dos professores — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 6	593
— Jubilação. Contagem de tempo de serviço. Diplomação e nomeação. Lei municipal n.º 665, de 1951 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	332
— Mandado de segurança contra realização de concurso. Improcedência — <i>José Gomes Bezerro Câmara</i> (Sentença) — vol. 2	291
— Primário. Admissão de professor como extranumerário. Nomeação para o Quadro Permanente e estágio. Artigo 46 do Código de Contabilidade — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	661
— Primário. Contratação de professoras. Estatuto e leis especiais — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	694
— Professores de ensino médio. Gratificação de nível universitário. Cancelamento de registro — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i> (Parecer) — vol. 14	687
— Professores do 2.º grau. Provimento por força de lei (Lei Municipal n.º 840, de 1956) — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 4	505
— Situação em face da Lei Municipal n.º 761, de 1952 (TJEG) — vol. 3	314 e 321
MAIORIA ABSOLUTA — Conceito em sendo ímpar o número de votantes (STF) — vol. 3	215
MAIS-VALIA — Caráter punitivo e não fiscal. Obra realizada sem licença — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 7	478
— Construção ilegal. "Habite-se" judicialmente concedido — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 13	152
— Habitação de tipo popular. Construção em desacôrdo com o projeto aprovado — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 11	127
— Legalização de obra. Descabimento da cobrança — <i>Antonio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 11	144
— Obra ilegalizável. Descabimento da cobrança — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13	154
— Obra não licenciada. Legalização. Descabimento da cobrança — <i>Otto Lara Resende</i> (Parecer) — vol. 13	164
— Penalidade, por inobservância de licença de construção — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 3	469
— Servidão <i>non aedificandi</i> marginal a curso d'água. Clandestinidad. Código de Obras, art. 487 — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11	494
MAISON DE FRANCE — Situação jurídica. Reversão de área remanescente ao patrimônio do Estado — <i>Roberto Paraiso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	494
MANDADO DE SEGURANÇA — Abandono da causa pelo impetrante. Absolvição da instância. Aplicação da Lei n.º 4.632, de 18-5-1965. Condenação em honorários, a favor do Estado (Sentença) — <i>Comentário</i> — vol. 15	298
— Ação de desapropriação. Despacho concessivo da imissão provisória na posse. Inexistência de recurso. Cabimento do mandado (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	159

	Págs.
— Ato das Mesas da Câmara ou do Senado. Competência. Ação popular. Ato legislativo (STF) — vol. 10	382.
— Ato praticado na execução de ordem específica. Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do executor — <i>Vivalde Brandão Couto</i> (Sentença) — <i>Comentário</i> — vol. 14	199.
— Ato praticado por delegação. Impetração direta contra a autoridade subordinada. Conceito de direito líquido e certo (TJEG) — vol. 3	314.
— Audiência do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 13	505.
— Cabimento com base em fatos incontestáveis. Aposentadoria compulsória. Limite de idade (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2 ...	228.
— Cabimento contra ato do Poder Legislativo, praticado com usurpação da competência de outro Poder — <i>José Emygdio de Oliveira</i> e <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Razões forenses) — vol. 11	629.
— Cabimento contra ato ilegítimo de promulgação de lei. Falta de rejeição regular de veto — <i>José Emygdio de Oliveira</i> e <i>Hélio Campista Gomes</i> (Razões Forenses) — vol. 11	644.
— Competência fixada pela jurisdição a que estiver sujeita a autoridade coatora (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 5	119.
— Concurso para Procurador do Estado. Inexistência de direito líquido e certo (TJEG) — vol. 14	185 e 138.
— Concurso para Procurador do Estado. Inexistência de direito líquido e certo — <i>Glovis Paulo da Rocha</i> (Parecer) — vol. 14 ..	187.
— Conhece-se contra decisão judicial de que não caiba recurso nem possa ser corrigida por reclamação. Concessão, em parte, do mandado para que, observado o art. 15, <i>caput</i> , da Lei de Desapropriações, com a nova redação dada pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956, decida o doutor juiz o valor do depósito para efeito da imissão provisória na posse (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 15	159.
— Contra ato omissivo. Prazo de decadência. Não havendo prazo certo fixado em lei para que a autoridade administrativa se pronuncie, não há que falar em decadência do direito de requerer mandado de segurança (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 3	241.
— Contra atos da Mesa da antiga Câmara de Vereadores. Cabimento. Ação popular. Legitimação para agir — <i>José Gomes Bezerra Câmara</i> (Sentença) — vol. 13	130.
— Contra efetivação de interinos. Qualidade para interpô-lo. Candidatos inscritos em concurso (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4 ..	241.
— Contra realização de concurso Improcedência (TJEG) — vol. 2	291.
— De reiterar jurisprudência do Tribunal no sentido de que a competência, em mandado de segurança, é de ser fixada pela jurisdição a que estiver sujeita a autoridade apontada como coatora. Em consequência, sendo impetrada uma autoridade local (<i>v. g.</i> Prefeitura), é incompetente o TFR para julgar o recurso, ainda que a impetrante seja autarquia da União (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 5	119.
— Dêle não se conhece se o direito alegado pelo impetrante não se apresenta líquido e certo e, ao contrário, a sua existência dependeria de provas outras, não possíveis em processo sumaríssimo como o desse recurso (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	472.

	Págs.
— Denega-se o mandado de segurança que visa obstar o cumprimento de um preceito legal, de vez que é este remédio judiciário restrito aos atos que violem direito líquido e certo, assegurado por lei, ou que não se fundar em qualquer outro fim quando usado como medida preventiva (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	339.
— Denega-se quando a medida de polícia administrativa é legal (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4.....	345.
— Descabe contra ato de fiscalização (TJEG) — vol. 2	282.
— Descabe contra ato de polícia administrativa. Cassação de alvará. Funcionamento de motores com ruído (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	461.
— Descabe quando o impetrante não faz prova da condição a que está subordinado o favor legal (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	282.
— Descabimento de embargos como recurso (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	217.
— Direito consumado. Inconstitucionalidade da Lei Municipal n.º 761, de 1952. Sanção tácita. Recursos administrativos e mandado de segurança (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	314 e 321.
— Direito líquido e certo; não o caracterizam os pareceres técnicos e decisões administrativas sufragando a interpretação do impetrante (TJEG) — vol. 10	517.
— Direito líquido e incontestável. Ambulante. Estacionamento (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	231.
— E ação popular. Impossibilidade de confusão dos dois remédios num mesmo processo. Ritos (TJEG) — <i>Comentário, Parecer do Procurador Geral da Justiça e Razões Forenses da Procuradoria Geral do Estado</i> — vol. 10	399.
— E interditos possessórios. Cabimento contra atos da Administração — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 6	166.
— É restrito a atos violadores de direito líquido e certo, incabível contra ato abstrato, como a lei em tese (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	339.
— Em mandado de segurança não há embargos. O art. 833 do Código de Processo Civil foi revogado pelo art. 20 da Lei n.º 1533 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	217.
— Em tôrno do mandado de segurança. — <i>José Gomes Bezerra Câmara</i> (Doutrina) — vol. 2	66.
— Estão as exceções excluídas do seu processo? — <i>Guilherme Estellita</i> (Doutrina) — vol. 5	44.
— Evolução legislativa — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 14	85.
— Ilquidez de direito. Alteração de finalidade em licença para obras (TJEG) — vol. 10	557.
— Incabível contra ato disciplinar (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	425.
— Incabível contra determinação da Saúde Pública (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	259.
— Incabível contra punição disciplinar. Funcionário e cidadão não se desassociam, para efeito de apreciação de sua conduta em relação aos superiores hierárquicos (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	304.
— Indicações de doutrina e jurisprudência — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> — vol. 12	683.

	Págs.
— Inexistência de direito líquido e certo. Benfeitorias em imóvel desapropriado. Renúncia de ressarcimento (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	472
— Inexistência de direito líquido e certo. Venda de fogos juninos (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	266
— Inidoneidade do meio, quando não dirigido contra a autoridade coatora (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6.....	358
— Licença de obra. Cassação. Imutabilidade e irrevogabilidade de ato administrativo (TJEG) — vol. 10	543
— Líquido e certo não é o alegado direito quando a coatora aponta inúmeros pareceres técnicos e decisões administrativas e judiciais sufragando sua interpretação (TJEG) — vol. 10	517
— Não é para se admitir qualquer exceção formalizada no processo de mandado de segurança. A matéria na mesma consubstanciada, se alegada oportunamente, pode ser considerada como defesa contida na informação da autoridade coatora. — Se existe ação, instaurada e promovida pela parte dada como coatora, anterior ao ajuizamento do pedido de segurança, só esse fato pode caracterizar a iliquidez e a incerteza do suposto direito do impetrante. — O Poder Público age em nome da coletividade, de modo que não pode haver direito líquido e certo admissível de reverter em prejuízo da coletividade. Assim, a demora da concessão da licença para construir não pode caracterizar um direito líquido e certo do indivíduo, se há perspectiva de ofensa ao interesse público (T.J. Bahia) — <i>Comentário</i> — vol. 5	123
— Preexistência de ação em que é autor o dado como coator; iliquidez e incerteza de direito (T.J. Bahia) — <i>Comentário</i> — vol. 5	123
— Preliminar que envolve mérito. Art. 319 do Código de Processo Civil. Interesse moral. Ação popular. Rito. Poder discricionário e controle judicial. Ato e lei. Presunção de legalidade. Ato administrativo e ato legislativo. Criação de cargo público e lei. Processo autônomo de ação popular (TJEG) — <i>João Coelho Branco</i> (Parecer) — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Razões forenses) — vol. 10	399
— Realização de obras em imóvel declarado de utilidade pública, para desapropriação. Ressalvada a não indenizabilidade das benfeitorias, não se justifica a oposição da autoridade expropriante (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	348
— Recursos administrativos. Não é obrigado o funcionário a esgotar, na via administrativa, os recursos cabíveis antes de requerer mandado de segurança (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	321
— Se o ato foi executado por Secretário Geral, por determinação expressa e específica do Prefeito, deve ser este considerado a autoridade coatora, a fim de determinar-se a competência para o <i>mandamus</i> . — II — Da <i>legitimatío ad processum</i> do estrangeiro residente fóra do país. — III — Da legitimação ativa do promitente comprador em caráter irretratável e irrevogável (TJEG) — vol. 10	490
— Uso e abuso — <i>Oliveira e Silva</i> (Doutrina) — vol. 3.....	133
— Vale como sentença declaratória. Postulação dos efeitos patrimoniais pelas vias ordinárias; administrativa ou judicial (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	190

	Págs.
— Vale o mandado de segurança concedido como sentença declaratória e, assim, reconhecido o direito à promoção à data em que esta deveria ter sido efetivada, ficando, porém, o pagamento dos atrasados relegado às vias ordinárias, administrativa ou judicial (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	190
MANDADO DE SEGURANÇA E INTERDITOS POSSESSÓRIOS — <i>José de Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 6	166
MANOEL DE CASTRO CERQUEIRA — A responsabilidade objetiva das pessoas de direito público interno (Doutrina) — vol. 2 ..	60
— Acumulação remunerada. Art. 24 do ADCT e art. 185 da Constituição Federal (Comentário a acórdão) — vol. 2	214
— <i>Boxes</i> em mercado de flôres municipal. Locação regida pelo direito público administrativo (Comentário a acórdão) — vol. 4	300
— Certidão. De atos públicos. Direito a sua obtenção (Comentário a acórdão) — vol. 1	252
— Funcionário público. Contagem de tempo de serviço para promoção (Comentário a acórdão) — vol. 1	242
— Imposto predial. Revisão. Competência administrativa (Comentário a acórdão) — vol. 2	257
— Mandado de segurança: efeito declaratório da sentença. Promoção de funcionário (Comentário a acórdão) — vol. 2	190
— Mandado de segurança contra ato omissivo. Prazo de decadência (Comentário a acórdão) — vol. 3	241
— Transferência condicionada a existência de vaga. Lei municipal n.º 319, de 1949 (Comentário a acórdão) — vol. 2	220
— Vencimentos. Equiparação de funcionários federais a municipais (Comentário a acórdão) — vol. 2.....	208
MANOEL NIEDERAEUER TAVARES CAVALCANTI — Aposentadoria. Vantagens decorrentes do exercício de cargo em comissão (Parecer) — vol. 14	277
— Serventuário da Justiça do antigo DF. Reintegração por via judicial. Aposentadoria. Responsabilidade da União (Parecer) — vol. 14	315
— Serventuários. Efetivação. Norma transitória. Veto parcial. Vigência da parte sancionada (Parecer) — vol. 15	386
MANUEL DE CARVALHO BARROSO — Ajustes entre a União Federal e a PDF. Referendo da Câmara dos Vereadores. Registro pelo Tribunal de Contas (Parecer) — vol. 4	378
— Alinhamento. Natureza e conceito da investidura (Parecer) — vol. 4	444
— Alinhamento. Recuo e investidura (Parecer) — vol. 3	480
— Competência legislativa da Câmara dos Vereadores. Estatuto dos funcionários (Parecer) — vol. 6	595
— Desistência de desapropriação, após consumado o respectivo processo judicial (Parecer) — vol. 7	432
— Dívida fiscal. Cancelamento. Competência (Parecer) — vol. 14	599
— Enfitese. Comisso e revigoração de aforamento. Subenfitese (Parecer) — vol. 6	571
— Favelas. Desapropriação impeditiva de despejo. Pagamento em apólices (Parecer) — vol. 7	509

	Págs.
— Fazenda pública e falência. Fazenda credora do falido e credora da massa. Multas fiscais e penas pecuniárias por infração das leis administrativas. Processo a seguir (Doutrina) — vol. 4	101
— Fornecimento de água. Competência para fixação de tarifa ou preço de serviço público (Parecer) — vol. 6	543
— Gabarito nas proximidades de fortificações. Servidão administrativa (Parecer) — vol. 6	499
— Licença de construção. Processamento em curso. Lei nova (Parecer) — vol. 7	492
— Licenciamento de obra. Preceito regulamentar e conveniência pública (Parecer) — vol. 3	472
— Loteria do Distrito Federal. Serviço público por legislação especial. Autorização legislativa da União (Parecer) — vol. 5	162
— Mangues do Distrito Federal. Enfitense (Parecer) — vol. 6	574
— Montepio dos Empregados Municipais. Fiança em favor do contribuinte (Parecer) — vol. 5	187
— Notícia acêrca da História Administrativa da Cidade do Rio de Janeiro, onde hoje está o Distrito Federal (Doutrina) — vol. 1	84
— Obra realizada sem licença. Caráter punitivo e não fiscal da <i>mais valia</i> (Parecer) — vol. 7	478
— Posturas municipais. Construções da União, Estados e Autarquias (Parecer) — vol. 7	475
— Saúde. Legislação. Normas gerais. Competência da União (Parecer) — vol. 6	609
— Secretários Gerais da Prefeitura. Suas atribuições e poder normativo (Parecer) — vol. 5	145
— Subvenção. Prestação de contas. Fundação Leão XIII (Parecer) — vol. 3	456
MARIO ARISTIDES FREIRE — Das certidões para defesa de direito (Doutrina) — vol. 4	135
— Expediente na PDF. Dias feriados (Parecer) — vol. 1	328
MARIO BORGHINI — A norma jurídica dos grupos sociais (Doutrina) — vol. 5	62
MARIO DA ROCHA PARANHOS — Desapropriação. Processamento judicial. Prescrição e caducidade (Comentário a acórdão) — vol. 6	419
MARIO LARANJEIRA DE MENDONÇA — A implantação de plano habitacional nos municípios (Doutrina) — vol. 15	223
MARIO LORENZO FERNANDES — Imposto de vendas e consignações. Transferência de estabelecimento. Critério de cobrança (Comentário a acórdão) — vol. 2	449
MAURICIO A. T. DE CASTRO — A cidade do Rio de Janeiro. Sua fundação e seu termo (Assunto de interesse geral) — vol. 14	463
MAURÍCIO DE LACERDA — A questão do Morro de Santo Antônio. Contrato da Companhia Industrial Santa Fé (Parecer) — vol. 8	307
— Concessão municipal. Construção de prédio para exploração trintenária pelos concessionários (Parecer) — vol. 3	373
— Dívida fiscal. Proibição de compensação (Parecer) — vol. 7	503
— Enfitense. Terrenos da área do antigo Convento da Ajuda (Parecer) — vol. 1	330
MAURÍCIO EDUARDO RABELLO — Posse do Procurador Geral da Justiça (Discurso) — vol. 15	508

	Págs.
MÉDICO — Auxiliares acadêmicos. Contratação. Estatuto e leis especiais — José J. de Sá Freire Alvim (Parecer) — vol. 7	694
— Provimento em cargo inicial de carreira. Inconstitucionalidade das Leis municipais 113, de 1948 (art. 6.º), e 260, de 1948 (art. 11) — (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	310
— Qüinqüênio. Tempo de serviço. Exercício <i>de facto</i> da função no âmbito federal — José J. de Sá Freire Alvim (Parecer) — vol. 7	685
MERCADO — De flôres. <i>Boxes</i> . Concessão de uso. Lei de luvras e Decreto-lei 8.669, de 1946 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4 ... 304 e	307
— De flôres. <i>Boxes</i> . Locação regulada pelo direito público administrativo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	299
— Municipal. Desapropriação de concessão de serviço público — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 3	406
MERENDEIRAS — Art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13 ..	297
METROPOLITANO — Abono. Obras públicas. Emissão de apólices. Impostos de vendas e consignações e indústrias e profissões. Lei Municipal 820, de 1955 — vol. 2	559
— O problema do metropolitano. Relatório do vereador — <i>Amandino Ferreira de Carvalho</i> — vol. 2	407
— Projeto de Estatutos da Cia. do Metropolitano do Rio de Janeiro, elaborado pelo Procurador Geral — vol. 4	514
MIGUEL LANZELLOTTI BALDEZ — Permuta condicional de imóvel do Estado. Proibição constitucional superveniente. Providências cabíveis (Parecer) — vol. 14	345
MIGUEL TEIXEIRA — Adicional sobre imposto de transmissão <i>causa mortis</i> (Parecer) — vol. 1	355
MILITAR — Em atividade que aceita cargo público permanente, estranho a sua carreira, deve ser transferido para a reserva. Aplicação à espécie do art. 182, §§ 3.º e 5.º, da Constituição Federal (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 6	413
MILTON JOSÉ RAULINO MULLER — Despachante municipal. Aposentadoria (Parecer) — vol. 3	503
— Prefeitura locatária. Reajustamento de aluguer. Lei municipal 2.699, de 1955 (Parecer) — vol. 4	398
MINISTÉRIO PÚBLICO — Audiência nos processos de mandado de segurança — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 13	505
— Municipal, no Distrito Federal. Sua existência e caracterização jurídica — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 4	142
— Sua estrutura constitucional no Estado da Guanabara — <i>J. B. Cordeiro Guerra</i> — vol. 15	80
MONTEPIO DOS EMPREGADOS MUNICIPAIS — Advogados. Equiparação a Procuradores autárquicos federais — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 7	643
— Aquisição de residência própria. Contribuinte já proprietário. Financiamento — <i>Antônio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 4	396
— Beneficiários. Mãe do contribuinte — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 2	351
— Contribuição. Natureza. Obrigatoriedade — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 3	486

	Págs.
— Locação. Fiança em favor de contribuinte — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 5	187
— Majoração de pensões. Decreto municipal n.º 12 455, de 1954 — vol. 2	583
MORRO DE SANTO ANTÔNIO — A questão do contrato da Companhia Industrial Santa Fé — <i>Maurício de Lacerda</i> (Parecer) — vol. 8	307
— Documentos comprobatórios do direito da Fazenda do Distrito Federal ao seu domínio (Assuntos de interesse geral) — vol. 1..	548
MOZART LAGO — O mandato dos atuais Vereadores cariocas (Pareceres) — vol. 10	188
MULTA — A multa, fixada pelo autor, na inicial da ação cominatória não pode ser reduzida pelo Juiz, desde que estabelecida sem abuso de direito (TASP) — <i>Comentário</i> — vol. 14	192
— Código de Obras. Multas. Fixação segundo índice progressivo. Limites — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 13	149
— Concessão de iluminação. Inadimplemento — <i>Letácio Jansen Junior</i> (Parecer) — vol. 14	366
— Contratual. Cobrança executiva. Desnecessidade de inscrição — <i>Amílcar Paranhos da Silva Velloso</i> (Parecer) — vol. 11	559
— Contratual. Concessão de iluminação. Atualização do valor — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 14	350
— Contratual, em obra pública, excedente da força da caução — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 4	411
— Fiscal. Cancelamento ou redução. Decisão por equidade. Competência. Recurso <i>ex officio</i> — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 14	654
— Fiscal. Cobrança na falência — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Doutrina) — vol. 4	101
— Obra ilegal. Lei aplicável — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	212
— Participação dos agentes fiscais na arrecadação. Regime aplicável — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	346
— Pelo ajuizamento de dívida fiscal. Atualização do valor — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 14	255
— Relevação de. Assentimento do Tribunal de Contas — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 11	545
— Título de propriedade. Prazo para apresentação ao DRI. Lei n.º 820, arts. 93 e 94 (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	634
MUNICÍPIO — Atos municipais. Apreciação da conveniência. Controle — <i>Levy Carneiro</i> (Doutrina) — vol. 6	1
— Cabe ao Município, e não ao Serviço de Trânsito do Estado, determinar os locais de estacionamento de automóveis, bem como regulamentar a utilização das ruas e praças públicas (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 10	580
— Conceito e fiscalização — <i>Yves de Oliveira</i> (Doutrina) — vol. 6	205
— Decretação de feriados. Competência municipal — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Doutrina) — vol. 6	321
— Deficiências habitacionais. Implantação de um plano diretor — <i>Mario Laranjeira de Mendonça</i> (Doutrina) — vol. 15	223
— O Poder de Polícia no. — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 4	55

	Págs.
— Plano Diretor. Urbanismo — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 7	1
— Regime, autonomia, conceituação — <i>Levy Carneiro</i> (Doutrina) — vol. 6	1
— Treinamento de funcionários e aperfeiçoamento no âmbito municipal — <i>Carlos Eduardo de Oliveira Valle</i> (Doutrina) — vol. 4	186
N	
NACIONALIDADE — Conceito de (TJEG) — vol. 1	295
NECESSIDADE DE UM CÓDIGO DE CONTABILIDADE PÚBLICA PECULIAR AO DISTRITO FEDERAL — <i>Ivan Lins</i> (Doutrina) — vol. 3	128
NELSON DE AZEVEDO BRANCO — Acumulação de cargos de magistrário. Compatibilidade de horários e correlação de matérias (Parecer) — vol. 4	499
— Cegueira. Não impedimento de ingresso no serviço público (Parecer) — vol. 4	502
— Desacumulação. Leis municipais (Parecer) — vol. 3	506
— Ensino secundário. Isenção de exame (Parecer) — vol. 4	501
— Instituto de Educação. Exame oral (Parecer) — vol. 3	510
— Pessoal de obras. Relação de trabalho com o Estado (Parecer) — vol. 5	190
— Subvenção a templos. Personalidade da Igreja. Podêres do pároco para receber — vol. 2	347
NELSON GUIMARÃES BARRETO — Cargo em comissão. Exercício por mais de 10 anos. Estabilização de vencimentos (Parecer) — vol. 7	606
— Concurso para magistério. Classificação em duas matérias. Acumulação (Parecer) — vol. 7	595
— Contagem de tempo de serviço. Interpretação dos arts. 78 e 255 do Estatuto (Parecer) — vol. 11	374
— Contagem de tempo de serviço para aposentadoria. Licenças especiais não gozadas (Parecer) — vol. 11	377
— Funcionário aposentado. Exercício de cargo em comissão (Parecer) — vol. 11	389
— Justiça do Trabalho. Reclamação contra a Fazenda Pública. Incompetência de fôro (Parecer) — vol. 3	439
— Readmissão. Deferimento por equidade (Parecer) — vol. 4	484
— Responsabilidade civil. Condenação judicial da Fazenda. Prestações vincendas (Parecer) — vol. 3	441
— Salário-família. Exercício cumulativo de cargo federal e estadual (Parecer) — vol. 11	463
NELSON NASCIMENTO DIZ — Posse do Procurador Geral da Justiça (Discurso) — vol. 15	508
NEWTON BARROCA — Exercício da profissão de engenheiro. Suspensão, no âmbito local, por autoridade administrativa (Comentário a sentença) — vol. 14	204

	Págs.
NOTÍCIA ACÉRCA DA HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DA CIDA- DE DO RIO DE JANEIRO, ONDE HOJE ESTÁ O DISTRITO FEDERAL — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Doutrina) — vol. 1	84
NUNO SANTOS NEVES — Empréstimo compulsório. Não inclusão no conceito de tributo. Inaplicabilidade do art. 141, § 34, da Constitui- ção Federal (Parecer) — vol. 14	411
NYVON CAMPOS — Bem público de uso comum. Ocupação privada a título precário (Parecer) — vol. 13	361
— Censura de filmes cinematográficos. Competência dos Estados. Po- der de polícia (Parecer) — vol. 13	468
— Urbanização da cidade. Financiamento (Doutrina) — vol. 4	160

O

O ABUSO DE DIREITO NA RETOMADA DE IMÓVEL POR LIVRE CONVENIÊNCIA DO LOCADOR — <i>Diogo de Figueiredo</i> (Dou- trina) — vol. 15	253
O ANTEPROJETO DE CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL — Confi- guração jurídica dos impostos de alçada dos Estados e Municípios — <i>Gerardo de Oliveira Maldonado</i> (Doutrina) — vol. 8	106
O ARTIGO 1.572 DO CÓDIGO CIVIL EM FACE DOS HERDEIROS E DO FISCO — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Doutrina) — vol. 1	59
O ASSISTENTE E SUA INTERVENÇÃO NO PROCESSO — <i>Benedicto Barros</i> (Doutrina) — vol. 8	211
O CASAMENTO E SEU REGIME EM FACE DA LEI N.º 4.121, DE 1962 — <i>Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto</i> (Doutrina) — vol. 14	39
O CONTRÔLE DA LEGALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA FRANCESA — <i>Sérgio de Andréia Ferreira</i> (Doutrina) — vol. 15	154
O DIREITO ADMINISTRATIVO — <i>Humberto Grande</i> (Doutrina) vol. 4	90
O DIREITO DE CONSTRUIR E AS RESPONSABILIDADES DE- CORRENTES DAS CONSTRUÇÕES — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 8	150
O DIREITO DE CONSTRUIR E OS REGULAMENTOS ADMINIS- TRATIVOS — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Doutrina) — vol. 2	29
O ENSINO PRIMÁRIO NO DISTRITO FEDERAL — <i>Lygia Maria Lessa Bastos</i> (Parecer) — vol. 2	404
O ESTADO DA GUANABARA — OBSERVÂNCIA DO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL — A HIPÓTESE DA ANEXAÇÃO DO ATUAL DISTRITO FEDERAL AO ESTADO DO RIO — <i>Ésio de F. Macedo</i> (Doutrina) — vol. 10	239
O ESTADO E A ÉTICA — <i>Machado Paupério</i> (Doutrina) — vol. 12	67
O FINANCIAMENTO DA URBANIZAÇÃO DA CIDADE — <i>Nyvon Campos</i> (Doutrina) — vol. 4	160
O IMPÔSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES — <i>Eurico Portela</i> (Doutrina) — vol. 4	39

	Págs.
O IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES EM RELAÇÃO AS MERCADORIAS EXPORTADAS — <i>Benedicto Barros</i> (Doutri- na) — vol. 2	110
O IMPÔSTO SOBRE CESSÃO DE PROMESSA DE VENDA — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Doutrina) — vol. 2	84
O IMPÔSTO ÚNICO SOBRE COMBUSTÍVEIS E SUA COMPATÍ- LIDADE COM O IMPÔSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES DEVIDO AOS MUNICÍPIOS — <i>Roberto Salgado</i> (Doutrina) — vol. 14	114
O MINISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DO DISTRITO FEDERAL — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 4	142
O MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA GUANABARA — <i>J. B. Cordeiro Guerra</i> (Doutrina) — vol. 15	80
O NÓVO ARTIGO 40 DA LEI ORGÂNICA E SUA INTERPRETAÇÃO — <i>Elmano Cruz</i> (Doutrina) — vol. 1	26
O ORÇAMENTO DO ESTADO DA GUANABARA — <i>João Lyra Filho</i> (Doutrina) — vol. 15	51
O PATRIMÔNIO TERRITORIAL DA MUNICIPALIDADE DO RIO DE JANEIRO E O DIREITO ENFITÊUTICO — <i>Carlos de Car- valho</i> (Doutrina) — vol. 6	225
O PODER DE POLÍCIA NO MUNICÍPIO — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 4	55
O PODER JUDICIÁRIO COMO GARANTIA DOS DIREITOS INDI- VIDUAIS — <i>Celestino de Sá Freire Basílio</i> (Doutrina) — vol. 7	43
O PÔRTO DO RIO DE JANEIRO (TRANSFERÊNCIA PARA O ES- TADO DA GUANABARA) — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Doutrina) — vol. 10	273
O PROBLEMA DA CAUSA NO DIREITO TRIBUTÁRIO — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Doutrina) — vol. 7	239
O PROBLEMA DA IMUNIDADE FISCAL DAS AUTARQUIAS EM FACE DO DIREITO POSITIVO — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 7	136
O PROBLEMA DA SECULARIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS — <i>José Gomes B. Câmara</i> (Doutrina) — vol. 7	36
OBRAS PÚBLICAS — Aceitação. Caderno de Obrigações. Retroati- vidade das leis — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 7	487
— Fórmula de reajuste de preços no contrato de empreitada — <i>Da- nilo Boeckel</i> (Doutrina) — vol. 10	91
— Posturas municipais. Aplicação à União, Estados e Autarquias — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 7	475
— Túnel Catumbi-Laranjeiras. Rescisão de contrato sem indenização — <i>Pedro Firmeza</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	437
OBSERVAÇÕES SOBRE A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO REGIME DA CONSTITUIÇÃO DE 1946 — <i>Romão Côrtes de Lacerda</i> (Doutrina) — vol. 3	40
OLIVEIRA E SILVA — Competência em Mandado de Segurança, fixa- da pela jurisdição da autoridade apontada como coatora (Comen- tário a acórdão) — vol. 5	119
— Defesa de direito autoral (Doutrina) — vol. 5	51

	Págs.
— Imposto de renda: jornalista. Art. 203 da Constituição Federal (Comentário a acórdão) — vol. 5	115
— Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . Momento de sua incidência (Comentário a acórdão) — vol. 5	111
— Uso e abuso do mandado de segurança (Doutrina) — vol. 3	133
OLYMPPIO DE MELO — Administração contratada. Sua natureza e efeitos na doutrina nacional e estrangeira. Registro de contrato com voto vencido (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 1	501
ORÇAMENTO — Apreciações à Lei Orçamentária para 1956 — <i>Ivan Lins</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 3	594
— Contrôles da despesa pública. Constituição e Lei Orgânica. Responsabilidade do Prefeito. Tribunal de Contas e Câmara dos Vereadores — <i>João Lyra Filho</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 3	588
— Do Estado da Guanabara. Constituição Estadual — <i>João Lyra Filho</i> (Doutrina) — vol. 15	51
— Imposto. Autorização para cobrança. Não indicação da lei tributária material — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 14	251
— Operação de crédito por antecipação de receita. Autorização orçamentária — <i>João Lyra Filho</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	429
— Pontos cardeais do orçamento público — <i>João Lyra Filho</i> (Doutrina) — vol. 4	1
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA — Sugestões para a reforma da — <i>Caio Tácito</i> (Doutrina) — vol. 13	1
ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL — <i>Levy Carneiro</i> (Doutrina) — vol. 6	1
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — Competência do Estado para regulá-la — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 12	73
— Sugestões para a reforma da — <i>Caio Tácito</i> (Doutrina) — vol. 13	1
OS DIREITOS, DEVERES E PODÊRES DO ADMINISTRADOR PÚBLICO — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 6	179
OS PODÊRES DO DISTRITO FEDERAL — <i>Petrônio de Castro Souza</i> — vol. 2	149
OS SERVIÇOS PÚBLICOS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL — <i>Temístocles Cavalcanti</i> (Doutrina) — vol. 12	1
OSCAR SARAIVA — A concepção atual da seguridade social e sua repercussão na teoria geral do direito (Doutrina) — vol. 8	60
— A Constitucionalização da Administração Pública (Doutrina) — vol. 3	1
— Imposto de reposição. Universalidade da herança (Parecer) — vol. 2	296
OSWALDO ASTOLPHO REZENDE — Alvará de licença. Hotel. Atividade ilícita. Cassação (Comentário a acórdão) — vol. 14	167
OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ — A ADEM e o Código de Contabilidade Pública (Parecer) — vol. 2	329
— Agentes fiscais. Participação na arrecadação de multas (Parecer) — vol. 11	346
— Bem público patrimonial do Distrito Federal. Intransferível a particular, por comodato (Parecer) — vol. 4	373

	Págs.
— Caderno de Obrigações. Aceitação de obras. Retroatividade das leis (Parecer) — vol. 7	487
— Caixa Econômica do Rio de Janeiro. Imunidade tributária restrita (Parecer) — vol. 11	263
— Concorrência pública. Anulação. Justa causa (Parecer) — vol. 11	551
— Contrato de obra pública. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i> . Elevação do índice mínimo salarial (Parecer) — vol. 3	397
— Contrato de obra pública. Preço global e preço unitário (Parecer) vol. 3	401
— Estádio Municipal do Maracanã. Cadeiras cativas. Natureza da sua utilização (Parecer) — vol. 3	443
— Estádio Municipal do Maracanã. Fixação dos preços dos ingressos. Rádio e teletransmissões (Parecer) — vol. 5	150
— Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . Transferência a título gratuito (Parecer) — vol. 15	345
— Imposto de vendas e consignações. Exclusão para o cálculo, de parcela correspondente ao imposto de consumo (Parecer) — vol. 11	298
— Imposto de vendas e consignações. Isenção em favor do pequeno produtor (Parecer) — vol. 11	303
— Imposto de vendas e consignações. Mercadoria importada através de pedido formulado por agente de vendedor (Parecer) — vol. 11	311
— Licenças para construção. Prorrogações irregulares (Parecer) — vol. 11	166
— Natureza jurídica da Administração dos Estádios Municipais (Parecer) — vol. 1	358
— Subvenção a autarquia federal. Inaplicabilidade da Lei n.º 804, de 1954, e de seu regulamento (Parecer) — vol. 11	624
— Subvenção a instituição religiosa. Interpretação do art. 31, II, da Constituição Federal (Parecer) — vol. 11	626
OSWALDO GOULART PIRES — Coisa julgada. Sua autoridade e sua imutabilidade (Comentário a acórdão) — vol. 3	285
— Concessão de serviço público. Isenção fiscal. Transferência de bens reversíveis. Figura de fideicomisso (Comentário a acórdão) — vol. 7	409
— Contrato de arrendamento de balneário turístico. Direito público e Lei do Inquilinato (Comentário a acórdão) — vol. 3	301
— Exercício da profissão de engenheiro. Suspensão no âmbito local, por autoridade administrativa (Sentença) — vol. 14	204
— Funcionário. Relação jurídica com o Estado (Comentário a acórdão) — vol. 7	463
— Imposto de vendas e consignações. Legalidade da cobrança sobre frutas cítricas exportadas (Comentário a acórdão) — vol. 7....	403
— Próprio municipal por desapropriação. Ocupação. Revisão de aluguel (Comentário a acórdão) — vol. 7	457
— Revelia importando em confissão. Ressalva, em se tratando de pessoa jurídica de direito público (Comentário a acórdão) — vol. 7	399
— Usufruto e fideicomisso (Doutrina) — vol. 3	137
— Vãos e aberturas em paredes de linha divisória. Tijolos de vidro (art. 573 do Código Civil) — (Comentário a acórdão) — vol. 4	320

	Págs.
— Vencimentos. Precedente estadual ou municipal, quando fixado em desacôrdo a decreto-lei específico, não justifica equiparação de salário federal — (Comentário a acórdão) — vol. 3	262
OSWALDO ROMERO — Dívida fiscal. Executivo fiscal. Relações entre a instância administrativa e a judicial — (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 14	642
OTTO GIL — As fontes de receita do Distrito Federal (Doutrina) — vol. 6	214
— Impôsto de Exportação e de Vendas e Consignações, recaindo, ao mesmo tempo, sôbre a mesma mercadoria; não ocorrência de bitributação (Doutrina) — vol. 7	127
— Posse do Procurador Geral da Justiça. (Discurso) — vol. 15	508
— Tributação das vendas mercantis em moldes mais razoáveis e mais justos (Doutrina) — vol. 8	137
OTTO LARA RESENDE — Comércio farmacêutico. Drogarias. Restrições legais (Parecer) — vol. 13	480
— Edifício de apartamentos. Colocação de letreiro em marquise. Necessidade da anuência dos condôminos (Parecer) — vol. 13	157
— Edifício de apartamentos. Pedido de licença para instalação de café e bar. Oposição do condomínio (Parecer) — vol. 11	117
— Estabelecimento de ensino particular. Registro no Departamento de Ensino Primário (Parecer) — vol. 11	621
— Impôsto sôbre aluguel de filmes cinematográficos. Importâncias indevidamente cobradas dos espectadores pelos exibidores. Recolhimento aos cofres públicos (Parecer) — vol. 13	225
— Legalização de obra não licenciada. Descabimento da cobrança da mais-valia (Parecer) — vol. 13	164
— Licença de construção. Imóvel adquirido antes do Código Civil. Necessidade do título registrado (Parecer) — vol. 14	243
— Licença de construção. Prorrogação. Subordinação às novas exigências legais (Parecer) — vol. 11	168
— Loteamento. Inadimplência dos loteadores. Construções ilegais em lotes irregularmente alienados (Parecer) — vol. 13	190

P

PAULINO JACQUES — Formação territorial e jurídica do Estado da Guanabara (Doutrina) — vol. 15	3
PAULO BARROS DE ARAÚJO LIMA — Desapropriação indireta. Registro do imóvel em nome do Estado. Condições (Parecer) — vol. 13	371
— Do exercício do poder disciplinar e seu contrôle (Doutrina) — vol. 12	489
PAULO DE FRONTIN — Depoimento sôbre sua vida de administrador — <i>Luiz Pereira Simões Filho</i> (Doutrina) — vol. 4	96
PAULO DE MACEDO RÊGO — Egressos de hospitais. Proteção. Aproveitamento nos quadros funcionais (Parecer) — vol. 3	508
— Instância criminal e instância administrativa. Inquérito administrativo e absolvição por falta de prova, no fôro criminal — (Comentário) — vol. 4	262

	Págs.
PAULO DOURADO DE GUSMÃO — Casamento religioso, com efeitos civis, celebrado na Síria, antes da codificação. Regime de bens (Parecer) — vol. 14	416
— Censura cinematográfica. Competência estadual. Poder de polícia (Parecer) — vol. 13	515
— Questão de direito sôbre regime de bens. Competência do Juízo do inventário para apreciá-la (Parecer) — vol. 14	409
PAULO FILHO — ADEG. Tomada de Contas do Presidente (Parecer no Tribunal de Contas) — vol. 2	441
— Concorrência pública. Dispensa (Parecer) vol. 3	611
— Contrato administrativo. Recusa de registro. Efeitos (Parecer no Tribunal de Contas) — vol. 2	444
— Subvenção a instituição religiosa (Parecer) — vol. 4	636
PAULO GERMANO DE MAGALHÃES — Acumulação de cargos. Correlação de matérias. Inteligência do requisito constitucional (Parecer) — vol. 11	320
— Acumulação de cargos. Inexistência de proibição (Parecer) — vol. 11	325
— Acumulação de cargos. Inteligência do art. 24 das Disposições Transitórias da Constituição de 1946 (Parecer) — vol. 11	328
— Acumulação de cargos. Proibição constitucional (Parecer) — vol. 11	336
— Advogados. Alvará de localização. Dispensa do pagamento do impôsto sindical (Parecer) — vol. 11	255
— Aproveitamento. Lei n.º 478, de 1950 (Parecer) — vol. 11	356
— Concessão à Societé Anonyme du Gaz. Prorrogação. Reversão. Possibilidade de extinção ou intervenção na concessionária (Parecer) — vol. 13	420
— Concessão à Societé Anonyme du Gaz. Reversibilidade e impenhorabilidade dos bens (Parecer) — vol. 13	429
— Construção ilegal. Responsabilidade do proprietário (Parecer) vol. 11	75
— Edifício de apartamentos. Modificações de parte comum. Qualidade dos promitentes compradores, imitados na posse, para se oporem (Parecer) — vol. 11	112
— Estrada de ferro. Passagens de nível. Ilicitude de seu fechamento (Parecer) — vol. 11	512
— Legalização de obra. Proprietário falecido. Necessidade da abertura do inventário (Parecer) — vol. 11	147
— O Pôrto do Rio de Janeiro. Transferência para o Estado da Guanabara (Pareceres) — vol. 10	273
— Obra ilegal. Multa. Aplicabilidade da lei vigente ao tempo da infração (Parecer) — vol. 11	212
— Praia. Instalação de piscinas desmontáveis. Condições (Parecer) — vol. 11	537
— Processo administrativo. Crime contra a Administração Pública. Instâncias penal e administrativa (Parecer) — vol. 11	435
— Processo administrativo disciplinar. Revisão. Ilicito penal e ilícito administrativo (Parecer) — vol. 11	452
— Tempo de serviço. Gratificação adicional (Parecer) — vol. 11	472
PECÚLIO — Facultativo. Período de carência. Decreto municipal n.º 12.376, de 1954 — vol. 1	670

	Págs.
— <i>Post-mortem</i> . Declaração do beneficiário. Desnecessidade de testamento — <i>Alarico Vellasco</i> (Parecer) — vol. 13	300
— <i>Post mortem</i> . Designação de beneficiário. Prevalência da disposição testamentária. — <i>Aloysio Pires Bandeira de Mello</i> (Parecer) — vol. 15	372
PEDREIRAS — Exploração de. Regulamentação pelo Estado. Poder de polícia. Normas de aplicação imediata — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 11	123
PEDRO FIRMEZA — Concessão de serviço público. Concorrência. Bombas de gasolina. (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 1	515
— Contrato. Reajustamento de preços. Requisitos. Adutora do Guandu (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	445
— Contrato administrativo. Recusa de registro. Efeitos — (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	442
— Contrato administrativo. Rescisão com indenização — (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	437
— Tomada de Contas de Presidentes de Autarquias. Administração dos Estádios Municipais — (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	440
PEDRO LIMA — Vencimentos. Equiparação. Eficácia de julgados anteriores (Comentário a acórdão) — vol. 2	237
PEDRO PAULO CRISTÓFARO — Corpo de Bombeiros. Acesso de brasileiro naturalizado a seus postos (Parecer) — vol. 15	356
PENSÃO — A filho adúltero — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 11	396
— Desquite amigável. Inoperância da renúncia — <i>Alarico Vellasco</i> (Parecer) — vol. 15	363
— Majoração. Montepio dos Empregados Municipais. Decreto Municipal n.º 12.455, de 1954 — vol. 2	583
PERMISSÃO — Autolotações e ônibus. Aumento de tarifas. Decreto Municipal n.º 12.424, de 1954 — vol. 1	671
— Autorização, a título precário, de linha de autolotações. Não fere direito da empresa permissionária a suspensão da linha autorizada e transferência da autorização para outra linha — (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 13	116
— De serviço público. "Operação Copacabana" — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	563
— De serviço público. Transporte coletivo. Autonomia municipal — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 4	383
— Linha de autolotações. Natureza unilateral do ato. Possibilidade de revogação ou modificação pelo Poder Público (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 13	116
— Logradouro público. Concessão e permissão. Quinta da Boa Vista — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 4	380
— Mandado de segurança. Transportes urbanos coletivos. Não é lícito à Municipalidade conceder autorização para transportes coletivos de passageiros, no centro da cidade, a empresas que interfiram ou concorram na linha de outra anteriormente autorizada e cujos serviços não tenham sido dados por insuficientes (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	435

	Págs.
— Mandado de segurança para compelir o Prefeito a modificar tarifas le transporte coletivo de passageiros. Atendida que foi, pela autoridade administrativa, a pretensão manifestada através da segurança requerida, tem-se a esta por prejudicada uma vez que ficou sem objeto sua postulação — (TJEG) — vol. 6	434
— Revisão de tarifas de serviço de transportes. Inexistência de direito líquido e certo — (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	437
— Serviços de transporte coletivo. Competência municipal — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 4	383
— Transporte coletivo. Competência para — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	580
— Transporte coletivo. Serviço turístico — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 11	583
PERITO — Os honorários dos peritos judiciais nas perícias requeridas pela Fazenda Pública, como as custas dos atos judiciais por esta requeridos, serão pagos, a final, pelo vencido. Não pode subsistir o despacho que condiciona a juntada do laudo ao prévio depósito dos honorários arbitrados — TJEG — (Comentário) — vol. 15 ..	288
PERSONALIDADE JURÍDICA — Da Igreja — <i>João Lyra Filho</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 4	629
— Da Igreja. Subvenção — <i>Paulo Filho</i> (Parecer) — vol. 4	636
— Natureza pública ou privada. Critérios de identificação — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	192
PETRÔNIO DE CASTRO SOUZA — Ação rescisória. Extensão dos efeitos da decisão (Parecer) — vol. 13	227
— Aposentadoria. Contagem do tempo de serviço. Prazo de prestação de serviços à Justiça (Parecer) — vol. 13	241
— Aposentadoria. Servidor que acumula dois cargos. Contagem do tempo de serviço (Parecer) — vol. 13	247
— Certidão para defesa de direito em Juízo. Aplicação do art. 224 do Código de Processo Civil (Parecer) — vol. 13	473
— Funcionários. Vantagens restringidas por lei superveniente. Efeitos. Direitos adquiridos (Parecer) — vol. 14	284
— Funcionários estaduais. Prestação de serviços no interesse da União. Descabimento de remuneração pelos cofres federais (Parecer) — vol. 11	400
— Gratificação pelo risco de vida ou saúde. Diversidade de critérios. Lei especial (Parecer) — vol. 15	369
— Gratificação pelo risco de vida ou saúde. Vigência da legislação especial pertinente (Parecer) — vol. 14	309
— Licença para tratamento de saúde. Contagem do seu tempo como de exercício efetivo (Parecer) — vol. 13	294
— Merendeiras. Art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. Autoexecutoriedade (Parecer) — vol. 13	297
— Os poderes do Distrito Federal (Doutrina) — vol. 2	149
— Prescrição contra a Fazenda Pública (Razões forenses) — vol. 13 ..	97
— Pretensão à cátedra. Art. 168, VI, da Constituição Federal. Ensino secundário oficial. Vitaliciedade (Parecer) — vol. 13	313
— Processo administrativo disciplinar. Ilícito administrativo e ilícito penal. Autonomia das instâncias (Parecer) — vol. 12	581

	Págs.
— Servidores contratados. Possibilidade de dispensa dos inabilitados em prova de seleção (Parecer) — vol. 13	347
— Servidores de autarquia estadual. Gratificação de nível universitário (Parecer) — vol. 13	349
— Servidores públicos. Restrições ao exercício de atividades profissionais (Parecer) — vol. 11	465
PLANO DE REFORMA ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL — Criação de Subprefeituras — vol. 5	222
PLANO HABITACIONAL — Política federal e programa municipal. Problemas relativos à matéria — <i>Mario Laranjeira de Mendonça</i> (Doutrina) — vol. 15	223
PLANO URBANÍSTICO — Restrições ao direito de propriedade — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	219
— Sua eficácia, quando não convertido em decreto — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	88
— Urbanismo. Planejamento e plano diretor — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 7	1
PODEM E DEVEM OS TRIBUNAIS DE CONTAS APRECIAR A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS — <i>Ivan Lins</i> (Doutrina) — vol. 8	128
PODER DE POLÍCIA — Alvará de licença para localização. Funcionamento de motores com ruídos. Cassação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 7	461
— Autos de constatação de infração. Fiscalização e lavratura — <i>Jósio de Salles</i> (Parecer) — vol. 5	166
— Cabe ao Município, e não ao Serviço de Trânsito do Estado, determinar os locais de estacionamento de automóveis, bem como regulamentar a utilização das ruas e praças públicas (TJSP) — vol. 10	580
— Cassação de alvará por infringência do Código de Obras (TJEG) — vol. 10	571
— Cassação de licença de estabelecimento reincidente — <i>Herberto Dutra</i> (Parecer) — vol. 4	439
— Cassação de licença para localização. Adulteração de leite — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 7	577
— Conceito, fundamentos, limites, objeto — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 6	194
— Concessão de cemitério particular em convento. Desnecessidade de lei complementar à Constituição — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 6	612
— Da União. Normas gerais de proteção à saúde — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	609
— Exerce-o legitimamente a autoridade exigindo rigoroso cumprimento das posturas municipais e fiel observância das plantas aprovadas para construção, impedindo alterações não autorizadas (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	380
— Exploração de pedreiras. Regulamentação pelo Estado. Normas de aplicação imediata — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 11	123

	Págs.
— Horário comercial. Direito de vizinhança — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 2	356
— Legitimidade. Obediência a plantas aprovadas para construção (STF) — vol. 10	377
— No município — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 4	55
— O Estado da Guanabara e a fiscalização dos serviços de energia elétrica — <i>Josino de Araujo Medeiros</i> — <i>Benedicto de Azevedo Barros</i> — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> — <i>José Emagdião de Oliveira</i> — <i>Nelson de Azevedo Branco</i> — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> — <i>Voltaire Moysés de Souza</i> — <i>José Goes Xavier de Andrade</i> (Razões forenses) — vol. 9	129
— Posturas municipais. Embargo de construção (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	380
— Ruína iminente — <i>Arthur Cumplido de Sant'Anna</i> (Parecer) — vol. 1	324
— Suspensão, no âmbito local, do exercício da profissão de engenheiro. Competência da autoridade administrativa — <i>Oswaldo Goulart Pires</i> (Sentença) — vol. 14	204
PODER DISCIPLINAR — Deveres do administrador público — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 6	179
— Exercício e controle. Discricionariedade. Limites — <i>Paulo Barros de Araujo Lima</i> (Doutrina) — vol. 12	489
PODER EXECUTIVO — Competência privativa de propositura de lei majoradora de vencimentos. Exorbitância legislativa e emenda ampliativa. Conceito de maioria absoluta (STF) — vol. 3	215
— Inconstitucionalidade do art. 30, XIV, da Constituição da Guanabara. Convocação extraordinária da Assembléia (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 15	262
— Iniciativa de leis. Competência exclusiva. Emenda (STF) — vol. 3	215
— Secretários Gerais da Prefeitura. Atribuições e poder normativo — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 5	145
— Serviço instituído pelo. Extinção mediante decreto — <i>Antonio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 14	397
— Sua organização na Constituição do Estado da Guanabara — <i>Themístocles Cavalcanti</i> (Doutrina) — vol. 15	35
PODER JUDICIÁRIO — Como garantia dos direitos individuais — <i>Celestino de Sá Freire Basilio</i> (Doutrina) — vol. 7	43
— Incompetência para realizar equiparação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	264
— Justiça do Distrito Federal — <i>Luiz Pereira Simões Filho</i> (Doutrina) — vol. 2	78
— Sua organização na Constituição do Estado da Guanabara — <i>Themístocles Cavalcanti</i> (Doutrina) — vol. 15	35
PODER LEGISLATIVO — Assembléia Legislativa estadual. Poder de autoconvocação. Representação de inconstitucionalidade. Efeitos. Declarada a inconstitucionalidade do art. 30, XIV, da Constituição da Guanabara, na parte em que se tornava privativa do Governador a convocação extraordinária da Assembléia, ficou convali-	

	Págs.
— dado o ato de autoconvocação da própria Assembléia, praticado anteriormente àquele julgamento (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 15	262
— Ato da Mesa Diretora da Câmara Legislativa. Ato legislativo (TJEG) — vol. 10	519
— Câmara de Vereadores do antigo Distrito Federal. Mandado de Segurança contra atos da Mesa. Cabimento. Ação popular. Legitimação para agir — <i>José Gomes de Bezerra Câmara</i> — (Sentença) — vol. 13	130
— Comissão legislativa — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 6	288
— Competência para referendar ajustes com a União Federal, em que a Prefeitura do Distrito Federal é representada pelo Prefeito — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 4	378
— Das funções constituintes da Câmara do Distrito Federal — <i>Erasmo Martins Pedro</i> (Parecer) — vol. 10	171
— Inconstitucionalidade do ato de convocação extraordinária sem iniciativa do Governador — <i>José Emygdio de Oliveira</i> — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Razões forenses) — vol. 11	629
— Legislação sobre funcionários. Competência do órgão local — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	595
— Mandato dos Vereadores eleitos em 1958 (TRE-GB) — vol. 10	585
— Municipal. Comissão Legislativa — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 6	179
— Relatório lido no Senado Federal, perante Comissão Especial — <i>Hugo Ramos Filho</i> — vol. 10	174
— Resolução da Câmara de Vereadores. Coisa julgada — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Doutrina) — vol. 4	173
— Resolução da Mesa Diretora de órgão legislativo. Impossibilidade de apreciação judicial (TJEG) — vol. 10	519
— Sua organização na Constituição do Estado da Guanabara — <i>Temístocles Cavalcanti</i> (Doutrina) — vol. 15	35
— Vereadores eleitos em 3 de outubro de 1958. Mandato (TRE-GB) — vol. 10	585
PODER REGULAMENTAR — Conceito e extensão — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 6	192
— Distribuição de cargos. Regulamento — <i>Antonio Vieira de Mello</i> (Parecer) — vol. 1	353
— Serviço instituído pelo Executivo. Extinção mediante decreto — <i>Antonio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 14	397
PODERES DO DISTRITO FEDERAL — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Doutrina) — vol. 2	149
PODERES IMPLÍCITOS — Limites. Em matéria tributária — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	304
POLÍCIA MILITAR — Pessoal transferido da União. Promoção. Pagamento — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 14	312
PONTES DE MIRANDA — Conseqüências jurídicas da mudança da Capital da República para Brasília (Pareceres) — vol. 10	107
— Conteúdo do ato jurídico administrativo (Doutrina) — vol. 1	22
PONTOS CARDEAIS DO ORÇAMENTO PÚBLICO — <i>João Lyra Filho</i> (Doutrina) — vol. 4	1

	Págs.
PÓRTO — Do Rio de Janeiro. Natureza federal dos serviços portuários. Competência da União para conceder ou arrendar os portos — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 11	565
— Do Rio de Janeiro. Transferência para o Estado da Guanabara em conseqüência da mudança da Capital — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Doutrina) — vol. 10	273
POSIÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO — <i>João Lyra Filho</i> (Doutrina) — vol. 1	9
POSTURAS MUNICIPAIS EM FACE DO DIREITO DE VIZINHANÇA — <i>Francisco Pereira de Bulhões Carvalho</i> (Doutrina) — vol. 3	9
POVINA CAVALCANTI — Concessão de serviço público. Revisão de tarifas. Competência (Parecer) — vol. 3	364
PRAZO — Contagem na órbita administrativa — <i>Genalino Amado</i> (Parecer) — vol. 3	458
— De 30 dias. Opção em enfiteuse (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	460
PREÂMBULO — <i>Alim Pedro</i> — vol. 1	1
— Da Constituição. Conteúdo jurídico — <i>Alcino Pinto Falcão</i> (Doutrina) — vol. 2	45
PRECATÓRIO JUDICIAL — Seu pagamento em apólices municipais — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 3	450
PREFEITO — Aprovação de contas e responsabilidade penal — <i>Roberto Lyra</i> (Doutrina) — vol. 3	54
— Competência para decidir do direito a adicionais sobre vencimentos (STF) — vol. 2	175
— Eletividade e nomeação — <i>Levy Carneiro</i> (Doutrina) — vol. 6	1
— Representação da Prefeitura do Distrito Federal nos ajustes com a União Federal. Referendo da Câmara dos Vereadores — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 4	378
— Responsabilidade face à Lei Orgânica. Exercício do controle legislativo da despesa pública (Voto no Tribunal de Contas) — <i>João Lyra Filho</i> — vol. 3	588
PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Administração de pessoal. Amplitude, âmbito e importância — <i>Carlos Eduardo de Oliveira Valle</i> (Doutrina) — vol. 5	68
— Plano de reforma administrativa. Subprefeituras (SGA) — vol. 5	222
— Reestruturação de quadros de pessoal. Classificação de cargos e carreiras — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 5	197
— Secretários Gerais. Atribuições e poder normativo — <i>Manuel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 5	145
PRESCRIÇÃO — Contra a Fazenda Pública. Enfiteuse. Foros e laudemios em atraso — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 13	374
— Contra a Fazenda Pública. Pretensão fundada em ato praticado há mais de cinco anos. Prescrição do próprio direito, e não apenas das prestações periódicas (STF) — <i>Comentário</i> — volume 13	97 e 101
— Direito de funcionário em face da Administração. Contagem do prazo prescricional (Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado) — vol. 14	424
— Lei aplicável. Dívida ativa da Fazenda Pública — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 12	588

	Págs.
— Não prescrevem somente as prestações fundadas em situação funcional anterior, mas o próprio direito à ação, quando decorridos mais de cinco anos do ato que a modificou, sem protesto dos funcionários atingidos (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 13	101
— Penalidade administrativa. Interrupção do prazo prescricional — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	325
PREVIDÊNCIA SOCIAL — Montepio dos Empregados Municipais. Contribuição. Natureza. Obrigatoriedade — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 3	486
— Seguridade social. Conceito atual e repercussão na teoria geral do direito — <i>Oscar Saraiva</i> (Doutrina) — vol. 8	60
PROCESSO ADMINISTRATIVO — Certidão administrativa falsificada. Autoria não apurada — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 6	624
— De construção. Embargo de obra. Pedido de reconsideração — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	206
— Demissão conseqüente a inquérito administrativo. Não invalidável por absolvição, em fôro criminal, por falta de provas (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	262
— Disciplinar. Abandono de cargo. Reassunção requerida antes do julgamento — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	316
— Disciplinar. Comissão revisora. Ilícito penal e ilícito administrativo. Independência das instâncias — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	441
— Disciplinar. Competência para determinar a abertura e para designar a Comissão de inquérito — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	321
— Disciplinar. Crime contra a administração pública. Instâncias penal e administrativa — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	435
— Disciplinar. Decisão em. Limitações ao poder de revisão — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	380
— Disciplinar. Direito a ampla defesa — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	680
— Disciplinar. Ilícito penal e ilícito administrativo. A absolvição na Justiça criminal, por insuficiência de prova, não invalida a demissão do funcionário público, regularmente precedida de inquérito administrativo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	262
— Disciplinar. Ilícito administrativo e ilícito penal. Autonomia das instâncias — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 12	581
— Disciplinar. Ilícito penal e ilícito administrativo. Autonomia das instâncias — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	286
— Disciplinar. Possibilidade de reexame após o arquivamento — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 12	570
— Disciplinar. Prescrição. Interrupção do prazo — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	325
— Disciplinar. Punição anterior à instauração. Insubordinação. Ilícito penal e ilícito administrativo — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 15	378

	Págs.
— Disciplinar. Remessa dos autos ao Juízo Criminal — <i>Raul Lins e Silva Filho</i> (Parecer) — vol. 11	446
— Disciplinar. Revisão. Ilícito penal e ilícito administrativo — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	452
— Disciplinar. Revisão. Prescrição quinquenal. Inexistência de novos elementos — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 11	447
— Disciplinar. Servidor transferido da União. Regime jurídico aplicável — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	342
— Disciplinar. Validade de. Prazos estatutários ultrapassados — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	408
— Fiscal. Decreto n.º 410, de 1961. Cancelamento e redução de créditos fiscais. Competência (Assuntos de interesse geral) — vol. 14	598
— Inquérito administrativo. Direito do funcionário a reparação moral — <i>Antonio Vieira de Melo</i> (Parecer) — vol. 2	349
— Mandado de segurança contra ato disciplinar. Inquérito administrativo contra o Diretor da Secretaria da Câmara do Distrito Federal. Requisitos. Recurso (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	425
— Não o invalida absolvição do indiciado em fôro criminal, por insuficiência de prova (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 4	332
— Pedido de reconsideração em. Admissibilidade — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	215
— Prazo. Contagem — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 3	458
PROCESSO DE EMPREGAMENTO ESTATAL NOS ESTADOS UNIDOS — <i>A. B. Cotrim Neto</i> (Doutrina) — vol. 13	28
PROCESSO EXECUTIVO FISCAL — <i>Raul R. Loureiro</i> (Doutrina) — vol. 8	145
PROCURADOR DO ESTADO DA GUANABARA — Aprovados no concurso de 1962/63. Recepção — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Discurso) — vol. 13	559
— Primeiro concurso para. Regulamento, programa, quesitos e resultados (Assuntos de interesse geral) — vol. 11	676
— Segundo concurso para. Regulamento, programa, quesitos e resultados (Assuntos de interesse geral) — vol. 15	424
PROCURADOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO — Não é representante da União, fora da estrita órbita de atividade funcional (STF) — vol. 1	229
PROCURADORIA DE DESAPROPRIAÇÕES DA PDF — Organização do serviço jurídico. Ordem de Serviço n.º 1 — vol. 1	677
PROCURADORIA GERAL DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Contribuição de melhoria. Relatório da Comissão Especial e anteprojeto de lei — vol. 3	549
— Organização do serviço jurídico por Setores. Portaria n.º 19/54 — vol. 1	676
— Reforma dos serviços jurídicos da PDF (Mensagem n.º 42/55) — vol. 3	523
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA — Posse do Procurador Arnold Wald (Assuntos de interesse geral) — vol. 15	508
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO — Mandado de segurança. Competência para defesa dos interesses da Fazenda Estadual — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 13	505

	Págs.
PROFISSÃO — De engenheiro. Suspensão do exercício, no âmbito local. Competência da autoridade administrativa — <i>Oswaldo Goulart Pires</i> (Sentença) — vol. 14	204
— Liberal. Exercício cumulativo com cargo público. Restrições — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Parecer) — vol. 3	505
— Restrições ao exercício de profissão liberal por funcionários — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 11	465
PROMOÇÃO — De funcionário. Alterabilidade de condições — <i>Geraldo Tavares de Melo</i> (Parecer) — vol. 1	363
— De funcionário. Direito. Merecimento — <i>Geraldo Tavares de Melo</i> (Parecer) — vol. 2	338
— De funcionário. Mandado de segurança com efeito de ação declaratória (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	190
— Existindo vaga aberta, a ser preenchida por antiguidade, bem assim candidato indicado ao acesso, não pode a Administração extinguí-la a pretexto de ser a promoção mera expectativa de direito e de não haver prazo certo para sua efetivação (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	247
PROPRIEDADE DOS BENS DA CONCESSÃO — <i>Afrânio de Carvalho</i> (Doutrina) — vol. 3	63
PROTEÇÃO PAISAGÍSTICA — Ação cominatória para o efeito de demolição de construção dita prejudicial à visibilidade de monumentos tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional: sua improcedência face ao laudo pericial que nega a alegada invisibilidade e a circunstância da existência de alvará de licença para construção, preenchidos os requisitos legais (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 3	244
— Afixação de anúncios. Falta de autorização da Prefeitura. Ação cominatória procedente para a retirada do painel de propaganda. Cabe ao Município a proteção estética da cidade e para tanto pode e deve policiar a afixação de anúncios no perímetro urbano e seus arredores (TASP) — <i>Comentário</i> — vol. 14	192
— Anúncio comercial. Licença. Competência do Estado — <i>Helio Campista Gomes</i> (Parecer) — vol. 14	375
— Anúncio luminoso. Restrições — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 4	446
— Contribuição para a defesa dos sítios pitorescos do Rio de Janeiro — <i>José de Oliveira Reis</i> (Doutrina) — vol. 6	302
PROVA — Artigo 209 do Código de Processo Civil. Limites de sua aplicação à Fazenda Pública (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 7	399
PROVENTO — De disponibilidade — <i>Geraldo Tavares de Mello</i> (Parecer) — vol. 4	454
— Fixação. Exame e reexame pelo Tribunal de Contas (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	332
— Inclusão de quotas e percentagens na sua fixação — <i>José Emagdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 11	418
PROVIMENTO — Em cargo inicial de carreira de médico. Inconstitucionalidade das Leis municipais ns. 133, de 1948 (art. 6.º), e 260, de 1948 (art. 11) (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	310

	Págs.
— Sem concurso, por força de lei. Criação de cargo público pelo Legislativo sem provocação do Executivo. Projeto de Lei n.º 214/55 (Razões de veto) — <i>Francisco de Sá Lessa</i> — vol. 3	537
Q	
QUINQUÊNIO — Fixação. Vencimento-base. Decênio. Lei municipal n.º 840, de 1954 (TJEG) — vol. 10	513 e 515
— Prescrição a favor do Estado. Presunção de legitimidade dos atos administrativos — <i>Gustavo Affonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	368
— Professôres. Regime da Lei municipal n.º 603 de 1951. Fixação de proventos (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	332
— Regime de aumentos periódicos de vencimentos na Prefeitura do Distrito Federal — <i>Xavier D'Araujo</i> (Parecer) — vol. 6	598
— Tempo de serviço. Conceito de "função" — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	628
— Tempo de serviço. Contagem. Exclusão do prestado em sociedade de economia mista — <i>Gustavo Affonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	470
— Tempo de serviço. Exercício de facto da função de médico no âmbito federal — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	685
— Tempo de serviço municipal. Exercício de facto da função — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	687
— Tempo de serviço não prestado à PDF — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	624
R	
RAUL BERNARDO NELSON DE SENNA — Direito Público nos Tribunais (Doutrina) — vol. 4	175
RAUL BRUNINI — Residência no Estado, como condição de elegibilidade para Governador (Informações ao Procurador Geral da República) — vol. 12	666
RAUL LINS E SILVA FILHO — Assistência jurídica a funcionário. Pressupostos necessários (Parecer) — vol. 11	367
— Assistência judiciária criminal a funcionário (Parecer) — vol. 7	652
— Certidão requerida por funcionário para defesa em Juízo. Isenção de sêlo (Parecer) — vol. 11	277
— Cheque sem fundos. Pagamento imediato, sem lesão patrimonial. Boa fé do emitente (Parecer) — vol. 11	614
— <i>Coisa julgada</i> na Resolução Legislativa n.º 39 da Câmara dos Vereadores (Doutrina) — vol. 4	173
— Falsidade ideológica. Documento oficial (Parecer) — vol. 7	573
— Fraude administrativa. Autoria não apurada (Parecer) — vol. 6	624
— Funcionário municipal. Assistência judiciária pela Procuradoria (Parecer) — vol. 4	504
— Licença para construção. Prova de propriedade de terreno (Parecer) — vol. 11	171

	Págs.
— Obra clandestina. Legalização. Prova de domínio (Parecer) — vol. 3	465
— Processo administrativo disciplinar. Remessa dos autos ao Juízo criminal (Parecer) — vol. 11	446
RAUL R. LOUREIRO — Processo executivo fiscal (Doutrina) — vol. 8	145
RAUL SOARES DE SÁ — Anistia a servidores disciplinarmente punidos. Art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. Aplicação ao pessoal transferido da União (Parecer) — vol. 12	566
— Aposentadoria. Contagem de tempo de serviço (Parecer) — vol. 13	237
— Aposentadoria. Regime aplicável. Inteligência do art. 15, § 3.º, da Lei n.º 14, de 1960 (Parecer) — vol. 13	243
RAYMUNDO BRITO — Projeto de reforma da lei de executivos fiscais. Projeto n.º 584, de 1955 — vol. 6	739
RAYMUNDO FAORO — Imóveis desapropriados. Responsabilidade de dívidas fiscais. Suspensão, cancelamento e transferência (Parecer) — vol. 14	261
— Lagôas interiores. Regime de exploração. Competência do Estado (Parecer) — vol. 13	400
— Mandado de segurança. Audiência do Ministério Público. Competência da Procuradoria Geral do Estado para defesa dos interesses da Fazenda Estadual (Parecer) — vol. 13	505
— Mandato do Governador eleito em 1960. Fundamentos constitucionais da Lei n.º 3.572. Direito adquirido ao exercício de cargo eletivo (Parecer) — vol. 12	519
— Passagem entre logradouros, por imóvel particular. Afetação ao uso público. Ilicitude do fechamento (Parecer) — vol. 14	247
— Pôrto do Rio de Janeiro. Natureza federal dos serviços portuários. Competência da União para conceder ou arrendar os portos (Parecer) — vol. 11	565
— Recuo: fundamentos constitucionais (Doutrina) — vol. 13	81
— Superintendência do IV Centenário da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Natureza autárquica (Parecer) — vol. 13	509
RAIMUNDO RODRIGUES — Bem público foreiro: não é usucapível, ainda que se pleiteie apenas o domínio útil (Comentário a acórdão) — vol. 15	272
READAPTAÇÃO — Conceito da expressão <i>doente mental</i> — José de Sá Freire Alvim (Parecer) — vol. 7	680
— Enquadramento readaptativo. Requisitos (Conselho de Recursos Administrativos) — vol. 14	443
— Nível educacional. Prova (Conselho de Recursos Administrativos) — vol. 14	455
— Requisitos. Lei n.º 276 (Conselho de Recursos Administrativos) — vol. 14	436
READMISSÃO — Deferimento por equidade — Nelson Guimarães Barreto (Parecer) — vol. 4	484
RECEITA — As fontes de receita no Distrito Federal — Otto Gil (Doutrina) — vol. 6	214
— Empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Banco do Estado da Guanabara. Vinculação de receitas estaduais ao pagamento — Eugenio de Vasconcellos Sigaud (Parecer) — vol. 12	643

	Págs.
— Operação de crédito por antecipação de. Autorização orçamentária João Lyra Filho (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	429
RECLASSIFICAÇÃO — De funcionários. De acordo com os cargos e não as funções (TJEG) — Comentário — vol. 1	291
RECUO — Área de. Cessão gratuita. Modificação do P.A. Restituição ao ex-proprietário — Rocha Lagoa (Parecer) — vol. 15	309
— Área doada ao Estado para abertura de logradouros. Revogação do P.A. Restituição ao ex-proprietário — Luiz Orlando Rodrigues Cardoso (Parecer) — vol. 15	322
— Concessão de licença a título precário, com dispensa da assinatura de termo a possuidor sem título — Ivens Bastos de Araujo (Parecer) — vol. 11	156
— Descabe a indenização pleiteada, uma vez que inexistente, na espécie, ato ilícito da Prefeitura ré, tendo esta atuado dentro dos seus regulamentos administrativos e, com o plano urbanístico, permitido a valorização do imóvel do autor (TJEG) — Comentário — vol. 10	507
— Diferença de afastamento. Alinhamento — Roberto Pinto Fernandes (Parecer) — vol. 11	59
— E investidura. Alinhamento. Processamento — Manoel de Carvalho Barroso (Parecer) — vol. 3	480
— Fundamentos constitucionais. Confronto com a desapropriação — Raymundo Faoro (Doutrina) — vol. 13	81
— Imóvel sujeito a <i>habite-se</i> — Antonio Franklin Bueno do Prado (Parecer) — vol. 11	129
— Imóvel sujeito a. Remição de fôro — Aildo Santana de Moura (Parecer) — vol. 3	388
— Termo de. Registro no Tribunal de Contas — Ivens Bastos de Araujo (Parecer) — vol. 11	132
RECURSO EXTRAORDINÁRIO — O despacho que concede recurso extraordinário sem aceitar todos os fundamentos invocados não restringe o julgamento do STF aos únicos fundamentos recebidos (STF) — vol. 10	392
— Questões a êle relativas. Indicações de doutrina e de jurisprudência — José Carlos Barbosa Moreira e Sérgio Ferraz (Assuntos de interesse geral) — vol. 15	469
REESTRUTURAÇÃO — Dos quadros de pessoal e de classificação de cargos e carreiras da Prefeitura do Distrito Federal — Luiz Monteiro Salgado Lima (Parecer) — vol. 5	197
— Quadro de Engenheiros. Lei e situação de fato — Genolino Amado (Parecer) — vol. 4	479
REFORMA CONSTITUCIONAL — Sugestões e anteprojeto (Assuntos de interesse geral) — vol. 6	693
REGIME DOS BENS PÚBLICOS IMÓVEIS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL — José Carlos Barbosa Moreira (Doutrina) — vol. 14	102
REGISTRO — Civil. Conceito de Nacionalidade (TJEG) — vol. 1	295
— De comércio. Natureza local do serviço. Competência do Estado da Guanabara — Victor Nunes Leal (Parecer) — vol. 13	538

	Págs.
— De comércio. Natureza local do serviço. Competência do Estado para organizar as Juntas de Comércio — <i>Arnold Wald</i> (Doutrina) — vol. 13	50
— De despesas. Recusa pelo Tribunal de Contas. Ajuda de custo. Funcionário em viagem — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 6	584
— De fornecedor. Cancelamento. Inidoneidade — <i>Antonio Franklin Bueno do Prado</i> (Parecer) — vol. 13	462
— De professor. Cancelamento. Efeitos — <i>Antonio Carlos Cavalcanti Maia</i> (Parecer) — vol. 14	290
REINTEGRAÇÃO — De funcionário. Benefícios da Lei n.º 4, de 1947 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	293
— De posse. Imóvel desapropriado — <i>Luiz de M. S. Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 7	571
REPRESENTAÇÃO — Ação direta de declaração de inconstitucionalidade — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Indicações de Doutrina e Jurisprudência) — vol. 12	749
— Ação direta de declaração de inconstitucionalidade. Partes — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Doutrina) — vol. 13	67
RESPONSABILIDADE CIVIL — A responsabilidade objetiva das Pessoas de Direito Público interno — <i>Manoel de Castro Cerqueira</i> (Doutrina) — vol. 2	60
— Condenação judicial da Fazenda. Prestações vincendas. Pagamento mensal em guichê — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 3	441
— Das Pessoas Jurídicas de Direito Público. Artigos 16 e 160 do Código Civil e 194 da Constituição Federal. Projeto de lei não seguido de promulgação. Sua inocuidade. Diferença entre indenização decorrente de responsabilidade por ato ilícito e indenização correspondente a expropriação por utilidade pública (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 7	386
— Decorrente da ruína de edifícios — <i>Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 1	34
— Do empreiteiro pela solidez e segurança da construção — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Doutrina) — vol. 13	14
— Do Estado. Direito de indenizar — <i>Benedicto Barros</i> (Doutrina) — vol. 4	129
— Do Prefeito em face da Lei Orgânica. Contrôlê legislativo da despesa pública — <i>João Lyra Filho</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 3	588
— Por atos de prepostos. Interpretação do acôrdo entre a ex-concessionária do serviço de bondes e o Estado (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	174
RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA RUÍNA DE EDIFÍCIOS — <i>Aguiar Dias</i> (Doutrina) — vol. 1	34
RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS PESSOAS DE DIREITO PÚBLICO INTERNO — <i>Manoel de Castro Cerqueira</i> (Doutrina) — vol. 2	60
RESPONSABILIDADE PENAL — E aprovação de contas do Prefeito — <i>Roberto Lyra</i> (Doutrina) — vol. 3	54

	Págs.
RIO DE JANEIRO — A cidade do. Sua fundação e seu termo — <i>Maurício A. T. de Castro</i> (Interêsse geral) — vol. 14	463
— As sesmarias da cidade do — <i>José Sabóia Viriato de Medeiros</i> (Parecer) — vol. 4	268
— Cartas de Sesmarias da cidade do. Teor (Assuntos de interêsse geral) — vol. 3	638
— Defesa dos sítios pitorescos — <i>José de Oliveira Reis</i> (Doutrina) — vol. 6	302
— Distrito Federal. Notícia acêrca de sua história administrativa — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Doutrina) — vol. 1	84
— Histórico de seu Patrimônio. As sesmarias. Ensaio urbanológico — <i>João da Costa Ferreira</i> (Interêsse geral) — vol. 5	483
— O patrimônio territorial da municipalidade do Rio de Janeiro e o direito enfiteutico — <i>Carlos de Carvalho</i> (Doutrina) — vol. 6	225
— Sesmarias da cidade. Terrenos de Botafogo — <i>José Viriato Sabóia de Medeiros</i> (Doutrina) — vol. 8	95
ROBERTO ACCIOLI — A mudança da Capital. Estado do Rio e Distrito Federal (Pareceres) — vol. 10	234
ROBERTO FILGUEIRAS — Jornalista: isenção fiscal. Revisor: inexistência do favor legal (Comentário a acórdão) — vol. 1	541
ROBERTO G. SALGADO — O impôsto único sôbre combustíveis e sua compatibilidade com o Impôsto de Indústrias e Profissões devido aos municípios (Doutrina) — vol. 14	114
ROBERTO LYRA — Influência da aprovação das contas sôbre a responsabilidade penal do Prefeito (Doutrina) — vol. 3	54
— Verdades sôbre o ensino do Direito (Doutrina) — vol. 12	23
ROBERTO MATTOSO CÂMARA FILHO — Desapropriação. Aplicação do imóvel desapropriado a outra finalidade pública. Descabimento de retrocessão ou indenização (Comentário a acórdão) — vol. 13	106
— Mandado de segurança. Despacho concessivo de imissão provisória na posse em ação de desapropriação. Valor do depósito. Competência do Governador para decretar desapropriação (Comentário a acórdão) — vol. 14	159
ROBERTO PARAÍSO ROCHA — Abertura de vila. Desmembramento especial. Requisitos da aprovação. Termo de doação de área ao Estado. Desnecessidade de registro no Tribunal de Contas (Parecer) — vol. 13	142
— Anúncio afixado sem licença. Ação cominatória. Proteção estética (Comentário a acórdão) — vol. 14	192
— Construção em rua de vila. Legalização. Requisitos (Parecer) — vol. 11	67
— Construções em terreno de marinha. Competência do Estado para licenciá-las (Parecer) — vol. 14	210
— Cortiços e favelas. Problemas higiênico-sanitários (Parecer) — vol. 11	80
— Edifício da <i>Maison de France</i> . Situação jurídica. Reversão da área remanescente ao patrimônio do Estado (Parecer) — vol. 11	494
— Florestas. Áreas <i>non eadificandi</i> . Desapropriação. Lei n.º 948, de 1959; loteamento aprovado anteriormente a sua vigência (Parecer) — vol. 15	330

	Págs.
— Imóveis do Estado. Fazenda Brasília. Alienação ou arrendamento a posseiros (Parecer) — vol. 11	529
— Licença de construção. Hotel e condomínio hoteleiro. Conceituação para os fins do Decreto n.º 1.509, de 1963 (Parecer) — vol. 12	535
— Loteamento. Cancelamento de projeto aprovado. <i>Condomínio inclinado</i> (Parecer) — vol. 13	182
— Obras em imóveis públicos. Legalização. Registro de imóveis. Efeitos da transcrição (Parecer) — vol. 11	208
— Prédio em ruína iminente. Despejo e demolição administrativas (Parecer) — vol. 11	225
ROBERTO PINTO FERNANDES — Alinhamento. Afastamento. Recuo (Parecer) — vol. 11	59
— Alodialidade. Usucapião quarentenário. Sesmaria do Visconde de Asseca (Parecer) — vol. 11	483
— Benfeitorias em prédio desapropriado (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	348
— Certidão para defesa de direito. Art. 141, § 36, III, da Constituição Federal (Parecer) — vol. 11	612
— Concorrência pública. Locação de imóveis. Exclusividade (Parecer) — vol. 7	561
— Construções clandestinas. Legalização (Parecer) — vol. 3	466
— Construção com entrada por terreno alheio. Necessidade de prova da existência de servidão (Parecer) — vol. 11	64
— Contrato entre o Estado e firma de cuja administração participe funcionário. Limites da proibição (Parecer) — vol. 13	489
— Desapropriação. Retrocessão e desistência. Imissão de posse (Parecer) — vol. 4	408
— Desmembramento. Remição de aforamento. Situações anteriores ao Código de Obras (Parecer) — vol. 3	386
— Desmembramento. Terreno hipotecado. Necessidade da autorização do credor hipotecário (Parecer) — vol. 11	92
— Direito de construir. Limitações. Ilha de Paquetá (Parecer) — vol. 5	168
— Direito de vizinhança. Fechamento de vãos (Parecer) — vol. 6	489
— Dívidas ativas das pessoas jurídicas de direito público. Prescrição. Impossibilidade de reconhecimento administrativo (Parecer) — vol. 11	491
— Edifício de apartamentos. Licença para obra em parte comum. Necessidade de consentimento de todos os condôminos (Parecer) — vol. 11	111
— Edifício de apartamentos. Obra em área comum. Necessidade do consentimento de todos os condôminos (Parecer) — vol. 13	159
— Enfitese. Alodialidade e opção (Parecer) — vol. 7	520
— Enfitese. Alodialidade. Usucapião quarentenário (Parecer) — vol. 7	518
— Enfitese. Coexistência do domínio direto do Estado com o domínio útil de outra pessoa jurídica de direito público (Parecer) — vol. 11	508
— Enfitese. Direito de preferência (Parecer) — vol. 11	511
— Enfitese. Reconhecimento de alodialidade. Prescrição quarentenária (Parecer) — vol. 7	518

	Págs.
— Enfitese. Regularização de aforamentos. Inconveniência da ação de comisso (Parecer) — vol. 11	505
— Enfitese. Resgate. Inaplicabilidade do art. 693 do Código Civil aos aforamentos de terras públicas e aos constituídos antes de 1917 (Parecer) — vol. 13	378
— Estabelecimentos que comerciam com produtos de origem animal. Inspeção e fiscalização. Competência (Parecer) — vol. 13	491
— Extinção de condomínio. Desmembramento de dois prédios em um só lote (Parecer) — vol. 6	491
— Ilha do Piraquê. Ocupação pelo Clube Naval. Natureza do ato concessivo. Impossibilidade de resgate (Parecer) — vol. 12	622
— Imóvel desapropriado. Legalização de obra (Parecer) — vol. 11	135
— Imóvel estadual. Cessão de uso, com encargos (Parecer) — vol. 11	524
— Imóvel estadual. Permuta autorizada por lei anterior a constituição do Estado. Impossibilidade de sua efetivação (Parecer) — vol. 13	394
— Imóveis foreiros ao Estado. Sub-enfitese (Parecer) — vol. 11	515
— Imóvel foreiro ao Estado. Alienação do domínio útil. Direito de opção (Parecer) — vol. 15	411
— Investidura. Área não desapropriada (Parecer) — vol. 2	354
— Investidura. Avaliação da área investível (Parecer) — vol. 11	138
— Investidura. Terreno lateral (Parecer) — vol. 11	140
— Licença para construção. Ilha de Paquetá. Art. 5.º do Decreto n.º 10.643, de 1950 — (Parecer) — vol. 11	162
— Licença para construção. Plano urbanístico. Direito de vizinhança (Parecer) — vol. 11	164
— Logradouro público. Alienação da área. Requisitos (Parecer) — vol. 13	403
— Logradouro público. Concessão e permissão. Quinta da Bôa Vista (Parecer) — vol. 4	380
— Obra executada pela SURSAN para órgão da administração centralizada. Pagamento (Parecer) — vol. 14	394
— Permuta de imóvel do Estado por outro da Rede Ferroviária Federal S. A. Proibição constitucional. Sugestão de reforma da Constituição do Estado (Parecer) — vol. 13	407
— Projeto de loteamento. Modificação. Termo (Visto a parecer) — vol. 13	216
— Promessa de investidura. Imóveis desapropriados (Parecer) — vol. 11	240
— Serviço público estadual. Concessão. Necessidade de concorrência pública (Parecer) — vol. 13	465
— Servidão <i>non aedificandi</i> marginal a curso d'água. Art. 487 do Código de Obras (Parecer) — vol. 6	494
— Sub-enfitese Tavares da Silva. Sua inexistência (Parecer) — vol. 11	541
— Terreno parcialmente foreiro. Desmembramento na parte alodial (Parecer) — vol. 11	544
ROBERTO RICHELETTE FREIRE DE CARVALHO — Funcionário aposentado. Nomeação para outro cargo. Condições (Parecer) — vol. 15	366

	Págs.
— Tempo de serviço prestado à União. Contagem. Efeitos (Parecer) — vol. 14	322
ROCHA LAGOA — Alodialidade. Usucapião extraordinário anterior a vigência do Código Civil (Parecer) — vol. 11	478
— Área de recuo. Cessão gratuita. Modificação do P. A. Restituição da área ao ex-proprietário (Parecer) — vol. 15	309
— Código de Obras. Valor de lei. Inalterabilidade por meio de decreto. Decisão em processo administrativo. Limitações ao poder de revisão (Parecer) — vol. 11	61
— Desapropriação. Retrocessão. Indenização. Permuta do imóvel desapropriado (Comentário a acórdão) — vol. 14	125
— Desapropriação. Sentença trânsita em julgado, mas não executada. Revogação superveniente do P. A. (Parecer) — vol. 14	217
— Desapropriação por zona. Locação de imóveis desapropriados, antes da execução do plano urbanístico (Parecer) — vol. 11	87
— Edifício de apartamentos. Mudança de destinação. Condições (Parecer) — vol. 11	114
— Edifício de apartamentos sobre pilotis. Obra ilegal no andar térreo. Demolição (Parecer) — vol. 11	109
— Enfitese. Dívida do foreiro. Inocorrência de prescrição (Parecer) — vol. 12	583
— Imóveis do Estado. Negócios jurídicos permitidos e proibidos (Parecer) — vol. 11	527
— Instalação de gasômetro em zona residencial. Proibição legal (Parecer) — vol. 11	137
— Investidura. Condições. Art. 44, § 5.º da Constituição Estadual (Parecer) — vol. 14	238
— Lei nova. Aplicação aos processos em curso. Normas auto-executáveis e normas dependentes de regulamentação (Parecer) — vol. 11	150
— Loteamento. Caução de lotes. Art. 227, § 2.º da Lei n.º 899, de 1957 (Parecer) — vol. 11	190
— Loteamento. Incidência da lei nova sobre os pedidos de aprovação em processamento (Parecer) — vol. 11	194
— Loteamento. Natureza do ato de aprovação. Incidência das restrições legais supervenientes (Parecer) — vol. 11	198
— Loteamento. Requisito legal descumprido. Anulação do ato de aprovação (Parecer) — vol. 11	204
— Loteamento aprovado mas não concluído. Destino das áreas doadas ao Estado e das construções feitas (Parecer) — vol. 11	181
— Loteamento na "Chacrinha". Aforamento resgatado. Necessidade de aprovação, pelo Ministério da Guerra, das vias de acesso ao alto dos morros (Parecer) — vol. 13	210
— Obra embargada. Pedido de reconsideração. Improcedência (Parecer) — vol. 11	206
— Projeto de loteamento. Modificação. Termo. Aplicação da lei nova a processo em curso (Parecer) — vol. 13	214
— Ruas de vila. Licença de construção já concedida. Inaplicabilidade, da lei nova. Termo de responsabilidade. Certidão (Parecer) — vol. 11	241

	Págs.
ROMÃO CÔRTEZ DE LACERDA — Desistência de desapropriação, após consumado o respectivo processo judicial (Parecer) — vol. 7	432
— Observações sobre a aposentadoria dos servidores públicos no regime da Constituição de 1946 (Doutrina) — vol. 3	40
RUA DE VILA — Constituição de servidão. Necessidade da anuência de todos os proprietários — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 11	122
— Construção em: situação jurídica. Domínio e servidão de passagem — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 11	67
— Construções feitas por proprietários de casas — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	253
— Licença de construção já concedida. Inaplicabilidade da lei nova. Termo de responsabilidade. Certidão — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	241
— Servidão de passagem. Alteração. Requisito — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	247
RUY BARBOSA NOGUEIRA — Três temas de Direito Tributário (Doutrina) — vol. 12	49

S

SABINO LAMEGO DE CAMARGO — Imóvel desapropriado. Ocupação a título precário por particular, para fim específico. Condições (Parecer) — vol. 13	391
— Serviços de água e esgoto. Natureza da remuneração. Conselho de Contribuintes: competência (Parecer) — vol. 15	354
SABÓIA LIMA, A. — Desistência de desapropriação, após consumado o respectivo processo judicial (Despacho) — vol. 7	447
SALÁRIO — Estipulação em moeda estrangeira. Conversão para moeda nacional: critério — <i>Sérgio Ferraz</i> (Doutrina) — vol. 15	244
SALÁRIO-FAMÍLIA — Cônjuges funcionários — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	690
— Elevação dos índices mínimos de vencimentos (Mensagem 22/54) — vol. 1	440
— Exercício cumulativo de cargo federal e estadual — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 11	463
— Indevido a funcionária quando seu marido já o percebe — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	635
— Marido e mulher servidores públicos — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 4	476
SAMPAIO DÓRIA — Conseqüências jurídicas da mudança da Capital da República para Brasília (Pareceres) — vol. 10	115
SAÚDE PÚBLICA — Fiscalização sanitária. Competência das autoridades estaduais — <i>Ivens Bastos de Araujo</i> (Parecer) — vol. 13	502
— Legislação, normas gerais. Competência da União — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	609
— Mandado de segurança. Incabível contra determinação da Saúde Pública. Poder de polícia (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	259

	Págs.
SEABRA FAGUNDES, M. — A posição do autor nas ações populares (Doutrina) — vol. 2	1
— Taxa estadual de proteção contra incêndios. Constitucionalidade (Razões forenses) — vol. 14	558
SECRETARIO GERAL — Da Prefeitura do Distrito Federal. Atribuições e competência — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 5	145
SEGURO SOCIAL — Concepção atual e repercussão na teoria geral do direito — <i>Oscar Saraiva</i> (Doutrina) — vol. 8	60
SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS COM OS DIREITOS REAIS — <i>Vicente Rao</i> (Doutrina) — vol. 6	128
SÉRGIO DE ANDRÉIA FERREIRA — O contrôle de legalidade da administração pela Justiça Administrativa Francesa (Doutrina) — vol. 15	154
SÉRGIO FERRAZ — Estipulações salariais em moeda estrangeira; conversão em moeda nacional (Doutrina) — vol. 15	244
— Imóveis foreiros ao Estado. Atualização do valor dos foros (Parecer) — vol. 15	406
— Imunidade tributária. Autarquias. Taxa judiciária (Parecer) — vol. 15	350
— Recurso extraordinário. Questões a êle relativas. Indicações de doutrina e jurisprudência (Assuntos de interesse geral) — vol. 15 ..	469
SERVENTUÁRIO — Da Justiça. Nomeação. Posse. Entrada em exercício — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13 ..	331
— Da Justiça. Nomeação. Posse. Entrada em exercício — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	328
— Da Justiça do antigo DF. Reintegração. Aposentadoria. Responsabilidade da União — <i>Manoel Niederauer Tavares Cavalcanti</i> (Parecer) — vol. 14	315
— Efetivação. Norma transitória. Veto parcial. Vigência da parte sancionada — <i>Manoel Niederauer Tavares Cavalcanti</i> (Parecer) — vol. 15	386
SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA — Água e esgoto. Natureza da remuneração — <i>Sabino Lamago de Camargo</i> (Parecer) — vol. 15 ..	354
— Fornecimento de água. Competência para fixação de taxa e tarifa ou preço — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	543
— Regulamentação. Tarifas telefônicas — <i>José Xavier Goes de Andrade</i> (Parecer) — vol. 1	370
SERVIÇO JURÍDICO — Procuradoria Geral da PDF. Organização por setores. Portaria n.º 19/54 — vol. 1	676
— Reorganização. Absorção pela Procuradoria Geral do Departamento do Contencioso Fiscal e da Procuradoria de Desapropriações. Reestruturação do pessoal técnico — Mensagem n.º 43/55 — vol. 3 ..	523
SERVIÇO PÚBLICO — Concedido. Regime tributário — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	81
— Conceito. Serviço geral e especial. Corpo de Bombeiros. Custeio. Taxa de proteção contra incêndio — <i>Caio Tácito</i> (Parecer) — vol. 14	587
— Essencial. Especial. Corpo de Bombeiros — <i>Seabra Fagundes</i> (Razões forenses) — vol. 14	561

	Págs.
— Essencial e não essencial. Na Constituição do Estado da Guanabara — <i>Themístocles Cavalcanti</i> (Doutrina) — vol. 12	1
— Exercício privado de serviço e de função pública — <i>Fernando H. Mendes de Almeida</i> (Doutrina) — vol. 8	78
— Geral e especial. Custeio. Imposto e taxa — <i>Aliomar Baleeiro</i> (Parecer) — vol. 14	569
— Transporte coletivo. Competência para a autorização — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	580
— Transporte coletivo. Exploração para fins turísticos. Regime jurídico da permissão — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 11	583
SERVIDÃO — Construção com entrada por terreno alheio. Necessidade de prova da — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 11 ...	64
— De aeração e iluminação. Termo. Desnecessidade de sua subscrição pelos credores hipotecários — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	246
— De galeria. Plano de urbanização. Descabimento de indenização, em virtude de valorização do imóvel (TJEG) — vol. 10	507
— De passagem. Rua de vila. Alteração. Requisitos — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	247
— Defesa dos sítios pitorescos do Rio de Janeiro — <i>José de Oliveira Reis</i> (Doutrina) — vol. 6	302
— Gabarito nas proximidades de fortificações — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	499
— Ilha de Paquetá. Limitações ao direito de construir — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 5	168
— Marginal a curso d'água. Mais valia. Código de Obras, art. 487 — <i>Roberto Pinto Fernandes</i> (Parecer) — vol. 6	494
— Passagem entre logradouros por imóvel particular. Uso público. Fechamento — <i>Raymundo Faoro</i> (Parecer) — vol. 14	247
— Proteção paisagística. Anúncio luminoso — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 4	446
— Proteção paisagística. Monumento histórico. Outeiro da Glória (TJEG) — vol. 3	244
— Proteção paisagística. Trânsito de veículos na Ilha de Paquetá (TJEG) — vol. 3	339
— Sobre rua de vila. Constituição. Necessidade de anuência de todos os proprietários — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11 ..	122
SESMARIAS — Da Cidade do Rio de Janeiro — <i>José Saboia Viriato de Medeiros</i> — vol. 4	268
— Do Distrito Federal — <i>Carlos de Carvalho</i> (Doutrina) — vol. 6 ..	225
— Enfeiteuse. Resguardo dos direitos da Prefeitura do Distrito Federal — <i>Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães</i> (Parecer) — vol. 6	573
— Origem das Sesmarias do Rio de Janeiro — <i>João da Costa Ferreira</i> (Interesse geral) — vol. 5	483
— Patrimônio do Distrito Federal. Cartas das de Estácio de Sá, Sobejos e Campo Grande (Assuntos de interesse geral) — vol. 3	638

	Págs.
SIGILO BANCÁRIO — E Comissões Parlamentares de Inquérito. Câmara de Vereadores — <i>Lino Neiva de Sá Pereira</i> (Parecer) — vol. 4	392
SÍNDICO — De edifício de apartamentos — <i>Jósio de Sales</i> (Parecer) — vol. 1	368
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA — <i>João del Nero</i> (Doutrina) — vol. 5	56
— Banco do Brasil só goza de isenção no exercício de atividade estatal (STF) — <i>Comentário</i> — vol. 6	376
— E autarquia. Distinção — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	183
— Incorporação de bem público estadual ao seu capital. Desnecessidade de registro no Tribunal de Contas — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 12	604
— Natureza. Características — <i>Caio Tácito</i> (Doutrina) — vol. 13	1
— Natureza, personalidade jurídica e regime tributário — <i>Leopoldo Braga</i> (Doutrina) — vol. 12	81
— Subscrição de ações mediante incorporação de bens públicos. Regime dos bens incorporados — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 14	382
— Transformação de verbas orçamentárias em capital de. Registro. Prestação de contas. Direito de preferência. Comprovação de contabilidade — <i>Afrânio de Carvalho</i> (Parecer) — vol. 13	545
SOCIEDADES SEGURADORAS — Cobrança do impôsto de indústrias e profissões. Base do prêmio — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 3	434
SUBPREFEITURAS — Plano de reforma administrativa da Prefeitura do Distrito Federal — vol. 5	222
SUBSTITUIÇÃO — Conseqüências. Designação irregular. Direito ao vencimento. Enriquecimento ilícito do Estado — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	587
SUBVENÇÃO — A autarquia federal. Inaplicabilidade da Lei n.º 804, de 1954, e de seu regulamento — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	624
— A instituição religiosa. Constitucionalidade — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 11	626
— A instituição religiosa. Personalidade da Igreja — <i>Paulo Filho</i> (Parecer no Tribunal de Contas) — vol. 4	636
— A templos. Podêres do pároco para receber — <i>Nelson de Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 2	347
— Auxílios e subvenções. Aplicação da Lei Municipal n.º 804, de 1954 — <i>Edgar de Arruda</i> (Parecer) — vol. 2	485
— Auxílios e subvenções. Pagamento. Lei Municipal n.º 804, de 1954 — vol. 1	648
— Auxílios e subvenções. Regulamentação. Decreto municipal n.º 12.760, de 1955 — vol. 2	586
— E auxílios. Assistência social. Aplicação e fiscalização — <i>Augusto Leivas de Otero</i> (Parecer) — vol. 7	580
— Legitimação para receber. Sociedade beneficente — <i>Francisco de Assis Barbosa</i> (Parecer) — vol. 14	401

	Págs.
— Para reconstrução de monumento histórico. Constitucionalidade. Registro pelo Tribunal de Contas — <i>Letácio Jansen Júnior</i> (Parecer) — vol. 11	596
— Prestação de contas. Fundação Leão XIII — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 3	456

T

TARIFAS — Aumento. Bonde. Decreto Municipal n.º 12.701, de 1954 — vol. 1	675
— Aumento. Ônibus e auto-lotações. Decreto Municipal n.º 12.424, de 1954 — vol.	671
— Concessão de serviço público. Revisão. Competência — <i>Povina Cavalcanti</i> (Parecer) — vol. 3	364
— De serviço público e empresa privada — <i>Américo Barbosa de Oliveira</i> (Doutrina) — vol. 9	473
— Ou preço de serviço público. Competência para fixação. Fornecimento de água — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	543
— Telefônicas. Regulamentação dos serviços de utilidade pública — <i>José Goes Xavier de Andrade</i> (Parecer) — vol. 1	370
— Transportes coletivos. Aumento. Mandado de Segurança (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	434
TAXA — De serviços municipais. Conceito. Veículos de concessionário de serviço público (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3 ...	615
— De serviços municipais. Distinção entre as espécies de tributo. Licenciamento de veículos (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	615
— De serviços municipais. Não é abrangida por isenção contratual de impôsto predial (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	627
— De serviços municipais nas doações. Impôsto <i>causa mortis</i> — Tabela aplicável — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 4	437
— E emolumentos. Inexistência de isenção. Competência do Distrito Federal — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 6	521
— E tarifa ou preço de serviço público. Competência. Fornecimento de água — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	543
— Estadual de proteção contra incêndio. Constitucionalidade — <i>Seabra Fagundes</i> (Memorial ao STF), <i>Alomar Baleeiro</i> e <i>Caio Tácito</i> (Pareceres) — vol. 14	557
— Judiciária. Autarquias. Exigibilidade — <i>Sérgio Ferraz</i> (Parecer) — vol. 15	350
— Judiciária. Processos em curso. Incidência da lei nova — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 11	314
— Lei estadual que impede o aumento da taxa não fere a Constituição (STF) — vol. 2	180
— Remuneratória. Impôsto. Instituição de assistência social. Isenção — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 2	345
— Remuneratórias. Isenção. Lei municipal n.º 288, de 1948, não as abrange (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 2	475

	Págs.
— Tributos: sua natureza em face das Leis e da doutrina. Taxas, impostos e contribuições especiais — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 3	414
TEATROS — Auxílio para montagem. Condições. Decreto Municipal n.º 12.468, de 1954 — vol. 1	671
TELEFONES — Anteprojeto de lei. Tarifas (Mensagem n.º 9/1955) — vol. 1	447
— Contrato firmado entre a PDF e a Companhia Telefônica Brasileira para execução de serviço telefônico no Distrito Federal. Lei Municipal n.º 778, de 1953 — vol. 1	481
— Contrato para o serviço telefônico. Parecer da Comissão Especial de Contratos das Companhias Concessionárias. Projeto de lei. Mensagem n.º 2/1953 — vol. 1	461
— Inclusão no ativo e passivo de firma, para efeito de venda. Resolução n.º 19 — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 7	575
— Lei n.º 778, de 12-9-1953. Dispõe sobre o novo contrato a ser firmado entre a PDF e a CTB — vol. 1	500
— Representação diplomática. Isenção de adicional. Reciprocidade — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 4	387
— Tarifas. Regulamentação dos serviços de utilidade pública — <i>José Goes Xavier de Andrade</i> (Parecer) — vol. 1	370
TELES BARBOSA — Posse do Procurador Geral da Justiça (Discurso) — vol. 15	508
TEMPLOS — Isenção tributária. Licença de obras — <i>Allah Eurico da Silveira Baptista</i> (Parecer) — vol. 2	360
— Subvenção. Podêres do pároco para receber — <i>Nelson Azevedo Branco</i> (Parecer) — vol. 2	347
TEMPO DE SERVIÇO — Apuração. Quinquênio. Conceito de "função" — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	628
— Aumentos quinquenais e trienais. Impossibilidade de coexistência (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 14	138
— Bolsa de estudo no estrangeiro. Contagem — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	678
— Como estagiário de Defensor Público. Contagem para aposentadoria (Conselho de Recursos Administrativos) — vol. 14	427
— Comprovação — <i>Gustavo Affonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	474
— Cômputo integral, para os efeitos da aposentadoria ou reforma (STF) — vol. 2	169
— Contagem. Arts. 78 e 225 do Estatuto — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 11	374
— Contagem. Efeitos. Serviço militar — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i> (Parecer) — vol. 14	318
— Contagem. Efeitos. Serviço militar — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 14	322
— Contagem de período de interinidade — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 11	391
— Contagem do período de licença para tratamento de saúde — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	416

	Págs.
— Contagem independentemente de origem, para todos os efeitos. Licença especial. Art. 255 do Estatuto — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	698
— Contagem para promoção. Artigo 79 do Estatuto (Lei n.º 1.711, de 1952) (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	242
— Em sociedade de economia mista. Comprovação — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 11	476
— Enfermeiras. Período de aprendizagem em escolas profissionais — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 15	396
— Exercício em sociedade de economia mista. Contagem para enquadramento — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13	358
— Exercício em sociedade de economia mista. Contagem para enquadramento — <i>Luiz Monteiro Salgado Lima</i> (Parecer) — vol. 13 ..	356
— Férias não gozadas. Contagem em dobro. Aplicação do Estatuto aos períodos de férias anteriores à sua vigência — <i>Victor Nunes Leal</i> (Parecer) — vol. 11	349
— Gratificação adicional. Acumulação de cargos. Contagem — <i>Paulo Germano de Magalhães</i> (Parecer) — vol. 11	472
— Justificação processada fora do Estado. Valor probante — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i> (Parecer) — vol. 12	651
— Licenças especiais não gozadas. Contagem para aposentadoria — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 11	377
— Licença para tratamento de saúde. Contagem — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	294
— Magistério. Contagem para efeito de jubilação (TJEG) — vol. 2 ..	226
— Mandado de Segurança. Se a Lei distrital n.º 407 só mandou contar certo tempo de serviço de extranumerário para efeito de estágio ou de interstício não pode o mesmo tempo ser computado como de antiguidade de classe. — Leis benéficas interpretam-se estritamente (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	431
— Municipal. Quinquênio. Exercício de fato de função — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	687
— Não prestado à PDF. Contagem para efeito de quinquênio — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	624
— Para aposentadoria. Benefícios estatutários. Impossibilidade de acumulação — <i>Genolino Amado</i> (Parecer) — vol. 13	256
— Para aposentadoria. Exercício simultâneo de cargos irregularmente acumulados — <i>Raul Soares de Sá</i> (Parecer) — vol. 13	237
— Para aposentadoria. Prazo de prestação de serviços à Justiça — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13	248
— Para aposentadoria. Prazo de prestação de serviços à Justiça — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	241
— Para aposentadoria. Servidor que acumula dois cargos — <i>Eugênio de Vasconcellos Sigaud</i> (Visto a parecer) — vol. 13	255
— Para aposentadoria. Servidor que acumula dois cargos — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) — vol. 13	247
— Para efeito de aumentos quinquenais. Exclusão daquele prestado em sociedade de economia mista — <i>Gustavo Affonso Capanema</i> (Parecer) — vol. 11	470

	Págs.
— Prestado à União. Contagem. Efeitos — <i>Roberto Richelette Freire de Carvalho</i> (Parecer) — vol. 14	322
— Quinquênio. Exercício <i>de facto</i> da função de médico, no âmbito federal — <i>José J. de Sá Friere Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	685
TÉRMO — De doação de área ao Estado. Desnecessidade de registro no Tribunal de Contas — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 13	142
— De obrigação. Loteamento. Registro no Tribunal de Contas — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 13	193
— De obrigação. Registro Geral de Imóveis — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	251
TERRENOS DA ÁREA DO ANTIGO CONVENTO DA AJUDA — Enfitense. Cinelândia — <i>Maurício de Lacerda</i> (Parecer) — vol. 1	330
TERRENOS DE MANGUE — Distrito Federal. Enfitense — <i>Manoel de Carvalho Barroso</i> (Parecer) — vol. 6	574
TERRENOS DE MARINHA — Lagôa Rodrigo de Freitas. Aforamento de bem público — <i>Josino de Medeiros</i> (Parecer) — vol. 3	392
TESTAMENTO — Cláusula de inalienabilidade. Limitação no tempo — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Parecer) — vol. 14	406
— Conjuntivo. Proibição do pacto sucessório — <i>Jorge Alberto Romeiro</i> (Parecer) — vol. 13	517
THEMÍSTOCLES CAVALCANTI — A organização dos Podêres na Constituição do Estado da Guanabara (Doutrina) — vol. 15	35
— Conseqüências jurídicas da mudança da Capital da República para Brasília (Pareceres) — vol. 10	130
— Os serviços públicos na Constituição Estadual (Doutrina) — vol. 12	1
THEODORO ARTHOU — Litisconsórcio e assistência (Comentário a acórdão) — vol. 6	439
THIAGO RIBAS FILHO — Bem público. Ocupação por particular. Nulidade do contrato. Reintegração de posse. Descabimento de ação renovatória (Sentença) — vol. 14	151
TIJOLOS DE VIDRO — Vãos e aberturas em parede da linha divisória. Art. 573 do Código (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	320
TRÁFEGO — Cabe ao Município, e não ao Serviço de Trânsito do Estado, determinar os locais de estacionamento de automóveis, bem como regulamentar a utilização das ruas e praças públicas (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 10	580
— Campanha educativa — <i>Antônio Vieira de Mello</i> (Parecer) — vol. 3	515
— De inflamáveis no Estado. Fiscalização — <i>Walter Aquino</i> (Parecer) — vol. 13	496
— Ilha de Paquetá. Trânsito de veículos motorizados (TJEG) — vol. 3	339
— Permissão e concessão de serviço público. <i>Operação Copacabana</i> — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	563
— Urbano. Comando e planificação. Convênio Prefeitura-Polícia — Mensagem n.º 34, de 1954 — vol. 2	378
— Veículo com licença estrangeira. Competência conjunta da União Federal e da PDF, para seu licenciamento — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 4	418
TRANSFERÊNCIA — Condicionada a existência de vaga. Lei Municipal n.º 819, de 1949 (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	220

	Págs.
— De funcionário, <i>ex-officio</i> . Pressupostos legais (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	204
TRANSFORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ESTADO. ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA E ORÇAMENTÁRIA — <i>Victor Nunes Leal</i> (Doutrina) — vol. 10	211
TRÂNSITO (Ver tráfego) — Cabe ao Município, e não ao Serviço de Trânsito do Estado, determinar os locais de estacionamento de automóveis, bem como regulamentar a utilização das ruas e praças públicas (TJSP) — <i>Comentário</i> — vol. 10	580
TRANSPORTE — Auto-lotação, ônibus. Aumento de tarifas. Decreto municipal n.º 12.424, de 1954 — vol. 1	671
— Autorização a título precário de linha de auto-lotações. Não fere direito da empresa permissionária a suspensão da linha autorizada e transferência da autorização para outra linha (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 13	116
— Coletivo. Aumento de tarifas e mandado de segurança (TJEG) — vol. 6	434
— Coletivo. Competência para autorização — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	580
— Coletivo. Exploração para fins turísticos. Regime jurídico — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 11	583
— Coletivo. Linhas novas. Concorrência e interferência — (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	437
— Coletivo. Projeto de lei apresentado pelo Vereador <i>Cobrim Neto</i> — vol. 4	589
— Coletivo. Serviço turístico. Exploração e permissão — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 11	583
— Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro. Projeto de Estatutos, elaborado pela Procuradoria Geral — vol. 4	514
— Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico. Bondes. Substituição por ônibus elétricos. Leis a respeito — vol. 8	436
— De inflamáveis no Estado. Fiscalização — <i>Walter Aquino</i> — (Parecer) — vol. 13	496
— Mandado de segurança para compelir o Prefeito a modificar tarifas de transporte coletivo de passageiros. Atendida que foi pela autoridade administrativa, a pretensão manifestada através da segurança requerida, tem-se a esta por prejudicada uma vez que ficou sem objeto sua postulação (TJEG) — vol. 6	434
— Mandado de segurança. Transportes urbanos coletivos. Não é lícito à municipalidade conceder autorização para transportes coletivos de passageiros, no centro da cidade, a empresas que interfiram ou concorram na linha de outra anteriormente autorizada e cujos serviços não tenham sido dados por insuficientes (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	435
— Ônibus elétricos. Apontamentos para a sua história no Rio de Janeiro — vol. 8	436
— Permissão de serviço público. Autonomia municipal — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 4	383

	Págs..
— Permissão de serviço público. Modificação de tarifas de transportes coletivos. Descabimento de mandado de segurança — (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	435
— Revisão de tarifas. Inexistência de direito líquido e certo (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	437
TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO NO ÂMBITO MUNICIPAL — <i>Carlos Eduardo de Oliveira Valle</i> (Doutrina) vol. 4	186
TRÊS ESTUDOS SOBRE DIREITO FISCAL — <i>Gerardo de Oliveira Maldonado</i> (Doutrina) — vol. 8	106
TRÊS TEMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO — <i>Ruy Barbosa Nogueira</i> (Doutrina) — vol. 12	49
TRIBUNAL DE CONTAS — Apreciação de constitucionalidade das leis — <i>Ivan Lins</i> (Doutrina) — vol. 8	128
— Competência para registro de termos e contratos administrativos. Limites — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 13	193
— Contrato administrativo. Recusa de registro. Efeitos — <i>Pedro Firmeza</i> (Voto) — <i>Paulo, Filho</i> (Parecer) — vol. 2	442 e 444
— Contratos celebrados pela ADEM, para execução de obras ou serviços. Desnecessidade de registro — <i>Oswaldo de Miranda Ferraz</i> (Parecer) — vol. 2	329
— Contrôlo sobre as autarquias — <i>A. B. Cotrim Neto</i> (Doutrina) — vol. 11	15
— Da PDF e da União Federal. Competência. Art. 45 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Próprio Municipal. Doação com encargos — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 7	525
— Da União. Não tem personalidade jurídica e o seu Procurador não é o representante da União fora da estrita órbita da atividade funcional do Tribunal (STF) — vol. 1	229
— E a constitucionalidade dos atos que lhe submetidos — <i>Ivan Lins</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 4	620
— Exame e reexame da fixação de proventos de jubilação (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 4	332
— Exercício do contrôlo legislativo — <i>João Lyra Filho</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 3	588
— Função do. — Regime de adiantamento na PDF. — Código de Contabilidade Pública — <i>Ivan Lins</i> (Voto no Tribunal de Contas) — vol. 2	425
— <i>Habito-se</i> . Termo de recuo. Registro no. — <i>Ivens Bastos de Araújo</i> (Parecer) — vol. 11	132
— Reconhecimento de logradouro. Termo de cessão e obrigações. Registro no. — <i>José Emygdio de Oliveira</i> (Parecer) — vol. 11	176
— Registro de contratos para efeito de validade. Venda e distribuição de bilhetes da Loteria do Estado — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Parecer) — vol. 11	569
— Registro sob reserva. Subvenção para reconstrução de monumento histórico. Constitucionalidade — <i>Letácio Jansen Junior</i> (Parecer) — vol. 11	596
— Relevação de multas. Assentimento do. — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 11	545

	Págs.
— Termo de doação de área do Estado. Desnecessidade de registro no. — <i>Roberto Paraíso Rocha</i> (Parecer) — vol. 13	142
TURISMO — Criação de zonas turísticas. Necessidade de lei — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 14	382
TRIBUTO — Arrecadação e fiscalização. Indústrias e profissões. Localização. Vendas e consignações. Anteprojeto de lei. Mensagem n.º 33/54 — vol. 2	372
— Bitributação. Não ocorre quando da incidência simultânea dos impostos de exportação e vendas e consignações — <i>Otto Gil</i> (Doutrina) — vol. 7	127
— E empréstimo compulsório. Distingão. Art. 141, § 34 da Constituição Federal — <i>Nuno Santos Neves</i> (Parecer) — vol. 14	411
— Isenção. Projeto de lei n.º 195/49 — <i>Alim Pedro</i> (Razões de veto) — vol. 2	386
— Natureza. Impostos, taxas e contribuições — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 3	414
— Pela ocupação permanente do subsolo. Natureza. Isenção — <i>Leopoldo Braga</i> (Parecer) — vol. 2	343

U

URBANISMO — Aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos da realização da Av. Presidente Vargas — <i>Henrique Dodsworth</i> (Doutrina) — vol. 5	1
— Conceito. Limitações urbanísticas ao uso da propriedade — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 8	1
— Direito de construir. Urbanização. Valor de projeto aprovado (PA) que atinge totalmente o imóvel. Necessidade de desapropriação. — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	480
— E financiamento, no Distrito Federal — <i>Nyvon Campos</i> (Doutrina) — vol. 4	160
— E plano diretor — <i>Hely Lopes Meireles</i> (Doutrina) — vol. 7	1
— Municípios e plano habitacional — <i>Mário Laranjeira de Mendonça</i> (Doutrina) — vol. 15	223
— Planos urbanísticos. Restrições ao direito de propriedade — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	219
— Zoneamento. Formação de unidades por loteamento e urbanização — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 3	476
URBANISMO E PLANO DIRETOR — <i>Hely Lopes Meirelles</i> (Doutrina) — vol. 7	1
USO E ABUSO NO MANDADO DE SEGURANÇA — <i>Oliveira e Silva</i> (Doutrina) — vol. 3	133
USUFRUTO E FIDEICOMISSO — <i>Oswaldo Goulart Pires</i> (Doutrina) — vol. 3	137

V

VALIM TEIXEIRA, A. G. — Prescrição contra a Fazenda Pública (Parecer) — vol. 13	102
---	-----

	Págs.		Págs.
VARIAÇÕES SOBRE FATOS DA LITERATURA PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRA — <i>Eliézer Rosa</i> (Doutrina) — vol. 15	99	— Estabilização. Exercício de cargo em comissão, por mais de 10 anos — <i>Nelson Guimarães Barreto</i> (Parecer) — vol. 7	606
VEÍCULO — De concessionário de serviço público. Taxa de serviços municipais; não isenção, por não estipulada no contrato (Conselho de Recursos Fiscais) — vol. 3	615	— Exercício de cargo em comissão federal por funcionário da PDF. Opção — <i>Gilson Amado</i> (Parecer) — vol. 7	618
— Emplacamento. Decreto municipal n.º 12.614, de 1954 — vol. 1	674	— Funcionários da PDF. Não pode o funcionário de categoria superior receber menores vencimentos que os de categoria inferior (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	277
— Licenciamento. Delegação militar norte-americana — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 4	416	— Impossibilidade de serem equiparados contra a lei, pelo Judiciário (TJEG) — vol. 10	485
— Pertencente a Território Federal. Licenciamento no Distrito Federal — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 3	460	— Não pode o Poder Judiciário sobrepor-se à lei, para, legislando, igualar vencimentos (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 10	485
— Tráfego com licença estrangeira. Competências da União Federal e da PDF, para o licenciamento — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 4	418	— Precedente estadual ou municipal, quando fixado em desacôrdo a Decreto-lei específico, não justifica equiparação de salário federal (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 3	262 e 270
VENCIMENTOS — Adicionais. Competência do Prefeito para decidir a respeito (STF) — vol. 2	175	— Reajustamento de funcionário. Incabível quando se pretende substituir o legislativo pelo judiciário (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	243
— Analogia ou semelhança de atribuições. Auto-executabilidade do art. 40 da Lei Orgânica (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 1	258	— Regime de aumentos quinquenais da PDF — <i>Xavier d'Araújo</i> (Parecer) — vol. 6	598
— Aumento. Concessão pelo Judiciário sem autorização legislativa: impossibilidade (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 6	417	VERDADES SOBRE O ENSINO NO DIREITO — <i>Roberto Lyra</i> (Doutrina) — vol. 12	23
— Aumentos quinquenais. Magistério. Lei municipal 761, de 1952 (TJEG) — vol. 2	225	VEREADOR — Do então Distrito Federal. Mandato — <i>Mozart Lago</i> (Parecer) — vol. 10	188
— Competência do Executivo na iniciativa de propositura de lei majorando-os. Exorbitância legislativa através emendas ampliativas. Conceito de maioria absoluta, em sendo ímpar o número de votantes — <i>Plínio de Freitas Travassos</i> — (Representação ao STF) — vol. 3	215	— Mandato dos eleitos em 1958 à Câmara do Distrito Federal (TRE-GB) — vol. 10	585
— Direito do funcionário ao vencimento do cargo — <i>Geraldo Tavares de Mello</i> (Parecer) — vol. 3	489	VETO — Ao Projeto de Lei n.º 1 590, de 1954. Originário da Lei n.º 810 de 1954. Adutora do Guandu. Natureza do material empregado no ducto (Razões) — vol. 1	456
— Direito do funcionário, em substituição. Designação irregular. Conseqüências. Enriquecimento ilícito do Estado — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 7	587	— Cargo público. Criação pelo Legislativo sem prévia provocação do Executivo. Provimento sem concurso. Projeto de Lei n.º 214/55 (Razões) — vol. 3	537
— Direito do funcionário federal em exercício municipal. Enriquecimento ilícito do Estado — <i>Carlos Rocha Mafra de Laet</i> (Parecer) — vol. 7	582	— Exercício no decêndio. Recesso legislativo. Estudo da Constituição Federal e Constituições Estaduais. Memorial do Estado — <i>José Emygdão de Oliveira</i> e <i>Helio Campista Gomes</i> (Razões forenses) — vol. 11	644
— E proventos. Igualdade na legislação municipal. Situações personalíssimas de exceção — <i>José J. de Sá Freire Alvim</i> (Parecer) — vol. 7	676	— Isenção tributária. Projeto de Lei n.º 195-B/49 (Razões) — vol. 2	386
— Elevação dos índices mínimos. Salário-mínimo. Mensagem n.º 22, de 1954 — vol. 1	440	— Não há em nosso direito o veto presumido, mas ao contrário a regra tradicional é a de sanção presumida pelo silêncio do chefe do Executivo, no decurso do decêndio para a apreciação dos projetos de lei (TJEG) — vol. 3	314
— Equiparação. Chefes de Seção da Prefeitura do Distrito Federal (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 6	447	— Omissão do Executivo no prazo constitucional. Sanção tácita. Convalidação do vício de iniciativa (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 3	321
— Equiparação. Eficácia de julgados anteriores (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2	237	— Parcial. Rejeição. Data da vigência do dispositivo vetado — <i>Aldo Santana de Moura</i> (Parecer) — vol. 7	553
— Equiparação a advogado da PDF — Direito somente enquanto exercer atribuições idênticas (TJEG) — <i>Comentário</i> — vol. 2 ..	289	— Parcial. Vigência da parte sancionada — <i>Manoel Niederauer Tavares Cavalcanti</i> (Parecer) — vol. 15	386
— Equiparação de funcionários federais a municipais (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 2	208	VICENTE RAO — Conseqüências jurídicas da mudança da Capital da República para Brasília (Pareceres) — vol. 10	141
— Equiparação e salário de extranumerário (TFR) — <i>Comentário</i> — vol. 1	233	— Direitos reais. Semelhanças e diferenças (Doutrina) — vol. 6	128
		VICTOR NUNES LEAL — Aposentadoria. Contagem em dôbro do tempo de férias não gozadas (Parecer) — vol. 11	349

	Págs.
— Conseqüências jurídicas da mudança da Capital (Pareceres) — vol. 13	526, 538 e 541
— Loteamento. Aprovação de minuta do termo de cessão. Exigências legais supervenientes (Parecer) — vol. 11	185
VIEIRA BRAGA, A. — Das ações e prescrições no Código Brasileiro do Ar (Doutrina) — vol. 6	151
VILA — Construções feitas na área do corredor, por proprietários de casa — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	253
— Em terreno foreiro ao Estado. Desmembramento. Venda de uma casa em separado — <i>Carlos da Rocha Guimarães</i> (Parecer) — vol. 5	173
— Na Ilha de Paquetá. Restrições. Incidência de lei nova anteriormente a averbação, no Registro de Imóveis, da aprovação a loteamento — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	180
— Servidão de passagem. Alteração. Necessidade da concordância dos proprietários dos prédios dominantes — <i>Barbosa Lima Sobrinho</i> (Parecer) — vol. 11	247
VIVALDE BRANDÃO COUTO — Mandado de segurança. Ato praticado na execução de ordem específica. Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do executor (Sentença) — vol. 14	199
VOLTAIRE MOYSÉS DE SOUZA — Direito de vizinhança. Emissão de fumaça. Vistoria administrativa. Art. 341 do Código de Obras (Parecer) — vol. 6	497
— Fechamento de terrenos baldios. Art. 480 do Código de Obras (Parecer) — vol. 7	485

W

WALTER AQUINO — Adulteração de leite. Cassação da licença do infrator (Parecer) — vol. 7	577
— Certidão. Despachos publicados e pareceres (Parecer) — vol. 11 ..	611
— Certidão para fazer prova em juízo. Fato concreto (Parecer) — vol. 11	613
— Construção em desacôrdo com posturas regulamentares. "Habite-se". Concessão por ordem judicial (Parecer) — vol. 13	152
— Direito de construir. Restrições administrativas. Código de Obras. Posturas regulamentares (Parecer) — vol. 11	93
— Edifício em condomínio. Alteração interna da unidade. Legislação aplicável (Parecer) — vol. 7	482
— Fiscalização do trânsito de inflamáveis no Estado. Leis aplicáveis (Parecer) — vol. 13	496
— Habitação de tipo popular. Construção em desacôrdo com o projeto aprovado. Mais-valia (Parecer) — vol. 11	127
— Impôsto sôbre transações. Venda de veículos. Emprêsas permissionárias de serviço de transporte coletivo (Parecer) — vol. 11....	278
— Telefone. Ativo e passivo de firma para efeito de venda. Resolução n.º 19 (Parecer) — vol. 7	575
WALTER SANTOS — Função pública. Desvio de seu exercício (Parecer) — vol. 3	501
WILSON MELO DA SILVA — Da não isenção e da não imunidade fiscal dos bens das autarquias (Doutrina) — vol. 2	126

X

	Págs.
XAVIER D'ARAÚJO — Vencimentos. Regime de aumentos quinçenais na PDF (Parecer) — vol. 6	598

Y

YVES DE OLIVEIRA — Autonomia municipal e Assistência Técnica (Doutrina) — vol. 7	60
— Introdução ao estudo da filosofia municipalista (Doutrina) — vol. 6	205

Z

ZONA RESIDENCIAL — Instalação de gasômetros em. Proibição legal — <i>Rocha Lagoa</i> (Parecer) — vol. 11	137
ZONA TURÍSTICA — Criação. Necessidade de lei — <i>Luiz Orlando Rodrigues Cardoso</i> (Parecer) — vol. 14	382
ZONEAMENTO — Formação de unidades por loteamento e urbanização — <i>Gustavo Philadelpho Azevedo</i> (Parecer) — vol. 3	476